

JOSÉ CARLOS DE SOUZA

**O ESTADO E A SOCIEDADE NO PARAGUAI DURANTE O GOVERNO
DO PARTIDO LIBERAL (1904-1935)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP – para a obtenção do título de Doutor em História, área de concentração História e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez

**Assis
2006**

JOSÉ CARLOS DE SOUZA

COMISSÃO JULGADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

Presidente e Orientador Dr. Paulo Henrique Martinez

2º Examinador

3º Examinador

4º Examinador

5º Examinador

**Assis
2006**

Aos meus pais, José Antunes de Souza e Irene Mendes
de Souza

Aos meus irmãos

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez, pela orientação deste trabalho.

Aos Professores Milton Carlos Costa e Carlos Alberto Sampaio, pelas sugestões por ocasião do exame de qualificação.

Aos professores Antonio Celso Ferreira e Claudinei Magno, pela discussão de temas sobre ideologia e política, tão necessários à realização deste trabalho.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que propiciou as condições necessárias para a realização deste trabalho.

Ao pessoal da Pró-reitoria de Pesquisa da UEMS, pela compreensão e cuidados.

À Adelina Pusineri Scala, pela gentileza de colocar à disposição o arquivo de seu próprio pai e o Museu Andrés Barbero.

Aos funcionários do Museu Andrés Barbero, de Assunção.

Aos funcionários da Academia Paraguaya de Historia, onde está situado o Arquivo do Liberalismo.

Ao pessoal da biblioteca e do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela compreensão ajuda e carinho.

Às amigas Ceres Moraes e Ana Cláudia, pelas discussões e sugestões.

À Lenice e à Magda que, de forma solícita, se prestaram a longas discussões sobre o tema e sobre a realização deste trabalho.

E se escrever história significa fazer história do presente, é grande livro de história aquele que, no presente, ajuda as forças em desenvolvimento a se tornarem mais conscientes de si mesmas, e, portanto, mais concretamente ativas e operosas.

Antonio Gramsci

RESUMO

O Partido Liberal paraguaio foi fundado em 1887, mas desde 1870 tentava se articular como grupo político, com a finalidade de chegar ao poder, o que viria a acontecer em 1904. Dessa data até o fim de seu mandato, em 1936, articulou o Estado e a sociedade dentro de uma perspectiva liberal, em um país que se encontrava em fase de reconstrução, após uma guerra que lhe custara vidas e parte de seu território, dentro de uma conjuntura internacional de implantação do liberalismo como doutrina política, e de consolidação da fase industrial do capitalismo. Esteve dividido em diversas facções, e estas contribuíram para aumentar a fragilidade política do país, devido à ligação do partido com o governo, e uma constante troca de presidentes, que não conseguiam concluir o próprio mandato e, assim, realizar seus planos de governo. A preocupação fundamental desse grande número de presidentes foi com as finanças do Estado, com a idéia de que, ao sanear a moeda e o meio circulante, resolveriam os problemas prementes do país. Em uma perspectiva reformista, o partido conseguiu operar de forma racional a economia do país, mas deixou em segundo plano as questões sociais. Durante sua permanência, o Paraguai continuou contando com apenas um partido na oposição, e os grupos de pressão política foram desarticulados, configurando uma sociedade que ficou marginalizada da política empreendida pelo partido.

Palavras-chave: Partido Liberal; Paraguai; Estado e sociedade; Política.

ABSTRACT

The Paraguayan Liberal Party was founded in 1887, but since 1870 it tried to articulate as political group with the purpose of arriving to the power, what would come to happen in 1904. From that date to the end of its mandate in 1936, it articulated the State and the society in a liberal perspective, in a country that was in a reconstruction phase, after a war that had cost it lives and part of its territory, inside of an international conjuncture of implementation of liberalism as political doctrine, and of consolidation of the industrial phase of the capitalism. The party was divided in several factions, and this contributed to increase the political fragility of the country, due to the connection of the party with the government, and a constant change of presidents, that didn't get to conclude its own mandate, thus accomplishing its government plans. The fundamental concern of that great number of presidents was with the finances of the State, with the idea that with sound money and circulating medium they would solve the main problems. From a reformist perspective, they achieved to operate in a rational way the economy of the country, but left in second plan the social subjects. During the permanence of the Liberals, Paraguay remained with just a party in the opposition, and the groups of political pressure were disjointed, configuring a society that was apart from the politics developed by the party.

Key words: Liberal Party; Paraguay; State and Society; Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
PARTIDOS POLÍTICOS – TEORIA E PRÁTICA.....	25
1.1 Considerações iniciais	25
1.2 Sobre o significado da história dos partidos políticos	29
1.3 A História como biografia nacional	41
1.4 A historiografia paraguaia e do Partido Liberal	56
1.5 A democracia na América Latina	77
1.6 Configuração das classes sociais.....	100
1.7 A cultura política e a doutrina dos fundadores do partido	107
1.8 Considerações finais	117
CAPÍTULO 2	
PARTIDO LIBERAL – FORMAÇÃO, LUTAS POLÍTICAS E CHEGADA AO PODER	
.....	121
2.1 Considerações iniciais	121
2.2 Paraguai – da independência à organização nacional (1811 a 1870).....	122
2.3 Política interna e externa do governo de Francia e dos López.....	127
2.3.1 Política econômica	131
2.3.2 Considerações gerais sobre o período dos ditadores	135
2.4 A reconstrução do país – antecedentes e criação do Partido Liberal	139
2.4.1 A Constituição de 1870.....	144
2.4.2 A venda das terras fiscais.....	154
2.4.3 O exército no período liberal	165
2.4.4 A política do Partido Colorado	174
2.5 A fundação do Partido Liberal.....	186
2.5.1 Fundadores e organizadores do partido.....	197
2.5.2 Composição social dos membros do partido	204
2.5.3 A organização interna	209
2.5.4 Facções e divisões internas.....	217
2.5.5 Propaganda política – aliciamento e eleições	222
2.6 Chegada ao poder – a revolução do Partido Liberal.....	228
CAPÍTULO 3	
POLÍTICA E SOCIEDADE – O PARTIDO LIBERAL NO PODER	233
3.1 Considerações iniciais	233
3.2 Conceituação de Estado	234
3.2.1 Estado e economia	235
3.2.2 Estado e política social	239
3.2.3 Estado e religião.....	249

3.3 O partido e a questão operária.....	254
3.4 A política econômica.....	267
3.5 Limites da prática do governo.....	289
CONCLUSÃO.....	309
REFERÊNCIAS	315

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um estudo do Partido Liberal no Paraguai de 1904 a 1935, período em que manteve, sem interrupção, seus representantes à frente da presidência do país. O objetivo da investigação foi analisar a formação e a atuação do partido e seu significado político e ideológico no contexto da sociedade paraguaia em um período de sua história chamado de liberal (1870 -1940). Este foi o primeiro partido político paraguaio a se pautar por uma ideologia diferente, sem a ênfase no caráter nacionalista que imperava no país.

O Partido Liberal foi fundado no Paraguai em 1887, mas desde 1870 atuava como grupo organizado em torno de um clube político chamado *Gran Club del Pueblo*. Tentou-se articular no cenário nacional, mas, por mais de trinta anos, não obteve êxito, pois suas proposições, do ponto de vista político e ideológico de tendência liberal, conflitavam com a divulgação de idéias antiliberais por parte do partido situacionista, que se constituía de uma ampla frente em favor do nacionalismo conservador, pródigo em fabricar mitos pátrios, com o objetivo de se perpetuar no poder.

Na historiografia paraguaia, encontram-se autores que escreveram a favor ou contra esse partido, caracterizando, assim, uma história engajada, em cuja apreciação se pode concluir que tais obras não contêm dados suficientes para se compreender a realidade do Partido Liberal no contexto do país, pois a base documental, nelas, é relegada a segundo plano. Nessa característica, pode-se incluir, também, o estudo da origem do partido, o qual, feito com as costumeiras digressões, apresenta dados não condizentes com a documentação à disposição; assim, o passado é inventado e reinventado, com o objetivo de adaptar a obra à ideologia do autor.

Nas análises correntes, o partido é visto como a agremiação de um bando de exilados paraguaios que regressavam da Argentina, onde haviam formado uma legião para lutar contra o próprio país, comungando, assim, com os desejos da própria Argentina de anexar o Paraguai. Mateo Morínigo, por exemplo, assinala que o Partido Liberal, por estar ligado à classe de proprietários ex-exilados da Argentina, promoveu a maior anarquia que o país já teve em toda a sua história. Segundo o autor, foi ele que desvirtuou o país economicamente, fazendo-o adotar o capitalismo e, politicamente, transformando o governo em liberal.¹

Afirma ele, também, que o apoio da população rural, considerada a base do partido, é algo falso e que, além de tudo, todas as misérias do Paraguai, após 1912, podem ser a ele imputadas.

Esse modo de ver o Partido Liberal é comum a muitos historiadores paraguaios e representa a corrente nacionalista, normalmente filiada ao Partido Colorado, representante das oligarquias e das classes a elas ligadas, que tinha, no conservadorismo, sua filosofia política.

Natalício González, em seu livro *Cuestiones políticas*, afirma que o Partido Liberal era o representante dos interesses argentinos, e havia convertido o Estado em um instrumento de tortura que oprimia a nação para servir às camarilhas daquele país. Para González, aquelas instituições, que por sua natureza e por sua origem eram ainda profundamente nacionais, foram maculadas pelos valores argentinos, assumindo um caráter sectário, e passaram a ser instrumento de perseguições partidárias.² Ele figura entre os autores que atribuem a anarquia política do país ao Partido Liberal, criticando o que chama de extremo interesse dos políticos daquele partido pelo poder. Afirma que as ambições desmedidas justificavam todos os meios para que um elemento do grupo pudesse chegar até a presidência, inclusive a ligação com o país que competia com o Paraguai de forma desleal no comércio externo, a Argentina.

¹ MORINIGO, Mateo. *Los Partidos políticos y la paz Social*. Assunção: Talleres Gráficos El Arte, 1926.

² GONZALEZ, J. Natalicio. *Cuestiones políticas*. Assunção: [s. n.], 1926. (4)

Benjamin Arditi e José Carlos Rodriguez, em um trabalho sobre o Estado e a sociedade no Paraguai, comentam que o sistema liberal que o Partido Liberal implantou foi a causa principal da anarquia política, da miséria econômica e do atraso material da nação e afirmam sua convicção de que os políticos profissionais que encarnavam o referido regime deviam ser reduzidos à impotência. Eles tecem comentários a respeito do liberalismo como um sistema que estaria em completa bancarrota em todo o mundo, divorciado da realidade nacional, um regime incapaz de satisfazer as mais legítimas aspirações. Portanto, perguntam como e por quê adotá-lo, se está fadado ao insucesso.³

De uma maneira geral, os trabalhos que se referem ao Partido Liberal, a seus representantes, à sua política e à crítica ao sistema liberal de que estes eram adeptos, seguem essa linha, com um tratamento que não pode ser classificado como um trabalho de pesquisa – com conclusões baseadas em um corpo definido de temas e demonstrações –, por não utilizar uma metodologia apropriada. Além do mais, nenhum dos autores já citados, nem outros que o serão ao longo do estudo, procurou situar o partido no contexto do final do século XIX e início do XX no Paraguai, quando o país vivia as dificuldades de sua reconstrução, após a guerra da Tríplice Aliança, que durou cinco anos; e tais autores também não tocaram em uma questão de base política e econômica para o país, nessa conjuntura, que foi a implantação do liberalismo na organização e reconstrução do novo Estado paraguaio. Assim, não perceberam a formação desse novo Estado que despontava e todas as suas tentativas de organizar e racionalizar a administração, assim como a situação em que se encontrava a sociedade afetada por essas mudanças.

Tendo em vista essas observações, para compreender algo sobre a organização do Estado que o partido construiu, e sobre a sociedade paraguaia da época, principalmente no

³ ARDITI, Benjamin; RODRIGUEZ, José Carlos, *La sociedad apesar del Estado: Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*. Assunção: El Lector, 1987.

período em que o Partido Liberal esteve no poder, as fontes principais deste estudo serão as mensagens presidenciais lidas pelos presidentes paraguaios do Partido Liberal, por ocasião da abertura dos trabalhos dos congressistas entre os anos de 1904 e 1935, cujo conteúdo será analisado; e a documentação que revela a vida cotidiana do partido, incluindo panfletos e uma série de atas das convenções do partido. As mensagens presidenciais são encontradas sob a forma de encartes, tendo sido publicadas pelos jornais do partido e pela imprensa oficial da nação.

Além da análise do conteúdo das mensagens presidenciais, serão utilizadas, também, informações coletadas em fontes bibliográficas, obras de autores paraguaios, brasileiros e de outros países, na Constituição em vigor na época (1870) e na divulgação das idéias dos membros do partido pela imprensa.

Essas fontes foram levantadas no *Archivo del Liberalismo*, que se encontra, atualmente, na *Academia Paraguaya de Historia*, no Museu *Andrés Barbero*, da Fundação *La Piedad*, na *Biblioteca Nacional de Assunção* e no arquivo pessoal de Carlos Pusineri Scala, recentemente transformado em museu. No *Archivo del Liberalismo*, encontram-se a ata da fundação do partido, as atas dos congressos realizados, atas de reuniões menores, histórias de eleições contendo relatos variados, o quadro das finanças do partido e das doações, e alguma correspondência de diretórios do interior, em número de dois, o de Villa Rica e de Concepción, este, de vida efêmera. O levantamento do noticiário da imprensa – jornais dos partidos, revistas de centros acadêmicos –, foi feito na *Biblioteca Nacional de Assunção* e no Museu de Carlos Pusineri Scala.

As mensagens presidenciais trazem mais que simples demonstrativos estatísticos. Contêm discussões de temas que revelam os conceitos assumidos pelos presidentes como, por exemplo, quanto à ideologia, quando diferenciavam aquela considerada por eles como

“lícita”, o liberalismo, e a crítica às ideologias consideradas “espúrias”, notadamente o socialismo e o comunismo. Denotam, ainda, conceitos de Estado, de sociedade, da função da religião no Estado liberal, democracia, governo constitucional e outros. Tratando-se de um discurso político, esses conceitos aparecem ao longo das justificativas e teorizações dos presidentes, com o objetivo de convencer os congressistas de que suas propostas correspondiam à melhor forma de administrar.

Tais mensagens compreendem, portanto, parte fundamental das fontes deste trabalho, pois, além do exposto, assinalam questões que devem ser buscadas no interior do partido, como um guia para detectar os problemas sócio-econômicos e políticos do país no período de 1904 a 1935, sendo possível perceber, nelas, o tratamento dado a esses problemas, ainda que fosse, na maior parte das vezes, só pela via do discurso.

As mensagens eram lidas no dia 1º de abril de cada ano, por ocasião da abertura dos trabalhos do Congresso. Alguns presidentes não chegaram a proferi-las, devido a sua curta permanência no poder. Em 1912, por exemplo, ela não foi lida, pois na data em que deveriam abrir-se os trabalhos do Congresso, esse, de fato, não existia. Vários presidentes sucederam-se no poder entre a metade do ano de 1911 e meados de 1912: Liberato Rojas governou o país somente de 5 de Julho de 1911 a 28 de fevereiro do ano seguinte; Pedro P. Pena ficou no governo de 28 de fevereiro de 1912 até 22 de março do mesmo ano; logo depois, Emiliano Gonzalez Navero governou de 22 de Março a 15 de agosto de 1912, e, por fim, Eduardo Schaerer foi o primeiro presidente liberal a cumprir todo o seu mandato, iniciado em 15 de agosto de 1912 e finalizado em 15 de agosto de 1916.⁴

⁴ BENITEZ, Justo Pastor. Historia contemporánea del Paraguai a partir de 1870. In: LEVENE, Ricardo. *História da América*. Buenos Aires: [s. n.], 1943, p. 15. (2)

A princípio, o conteúdo dessas mensagens será analisado tomando-se como referência um conceito geral de Estado e de sociedade, e posteriormente serão apresentadas interpretações particulares do conceito que a história do Paraguai foi elaborando.

Assim, partir-se-á da idéia de Estado em uma vertente liberal, com todas as suas características, as quais prevêm que o governo deveria proporcionar todas as garantias à observância de preceitos que representassem a vontade geral. O poder deveria ser exercido e apoiado por uma constituição, a qual daria fundamento a todas as instituições democráticas e, ao mesmo tempo, serviria de modelo e referência na administração dessas mesmas instituições.

Esse Estado de corte liberal caracteriza-se pela divisão de poderes, e prevê um poder executivo controlado pela vontade geral, o governo descentralizado, local, com a participação de todos; a representatividade efetivada pela existência dos partidos políticos e, em suma, os direitos constitucionais garantidos a todos, como seus sustentáculos. A essa concepção deve-se agregar outro dado, realista e empírico, que é a incumbência de seu gerenciamento a cargo das classes dominantes, com os “instrumentos de domínio das classes dominantes”, buscando legitimidade e hegemonia para afirmar suas decisões e comando⁵.

Quanto ao conceito de sociedade, para iniciar a investigação será adotado o conceito gramsciano de sociedade civil, quando este a contrapõe ao Estado, estabelecendo suas diferenças. Gramsci entende, por sociedade civil, um momento da superestrutura, particularmente o momento da hegemonia, que se distingue daquele do domínio, encetado pela direção cultural e ideológica que acompanha as classes dominantes, e que faz parte da força do domínio destas. Essa idéia, Gramsci a defende afirmando que

⁵ BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, p. 399. (1)

[...] podem se fixar dois grandes planos superestruturais, o que se pode chamar de sociedade civil, ou seja, do conjunto de organismos vulgarmente denominados privados, e o da sociedade política ou Estado, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, e ao do domínio direto ou de comando que se expressa no Estado ou no governo jurídico.⁶

A forma com que Gramsci contrapõe o Estado à sociedade civil demonstra que ela se situa na esfera das relações entre os indivíduos, entre grupos, classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder, que caracterizam as instituições estatais. “É ao seu redor que acontecem os conflitos econômicos, ideológicos, as querelas religiosas que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador”.⁷

Levando-se em conta essa concepção de sociedade e de Estado, a tarefa de construir o referencial teórico-metodológico, necessário ao desenvolvimento do presente estudo, está ligada à compreensão do Partido Liberal como parte integrante da história geral do Paraguai, observando as condições de seu surgimento, tendo presentes as dissensões sociais responsáveis por sua gênese, pois parte-se do pressuposto de que esse partido é produto de uma conjuntura, alterando e sendo, assim, alterado pelos rumos tomados pela história do Estado paraguaio no período estudado. Por esse motivo, serão abordadas questões gerais de natureza social e política do período de 1904 a 1935, atentando para o tipo de Estado que se forma e o comportamento das elites dirigentes diante dessa situação.

O fato de os partidos políticos, fazendo parte do moderno sistema de partidos, terem surgido praticamente ao mesmo tempo em que despontaram as questões sociais – na segunda metade do século XIX, no interior do Estado contemporâneo –, demonstra que os partidos

⁶ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980, p. 235. (2)

⁷ GRAMSCI, *op. cit.*, p. 353 (2). Segundo Hobsbawm, “[...] as tensões às quais a sociedade está exposta no processo de mudança histórica, e transformação, permitem então que o historiador exponha, em primeiro lugar, o mecanismo geral pelo qual as estruturas da sociedade tendem simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios e, em segundo lugar, os fenômenos que tradicionalmente são o tema de interesse dos historiadores sociais, como, por exemplo, consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais” (HOBSBAWM, Eric. *Sobre história: Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 94.

surtem em momentos de crise para a classe que representam, assumindo características diversas, mesmo que adotem uma mesma crença política. E assim, vários partidos que advogavam o liberalismo como ideologia constituíram-se com diferentes matizes, de acordo com as realidades sociais, culturais e políticas de cada país, oscilando entre posturas radicais e moderadas, imprimindo sua marca na história das nações.

Por isso, ao se considerar o grau de importância que os partidos passaram a ter a partir do referido século, buscou-se uma fundamentação que pudesse orientar a pesquisa no sentido de que, ao se estudar o Partido Liberal paraguaio, também se pudesse compreender a história da sociedade do país em que este se inseriu, sob um, ou alguns de seus aspectos.

Isso será feito, privilegiando-se o discurso dos presidentes que governaram o Paraguai no período de 1904 a 1935 – observando-se o que cada presidente formulou para a política geral do país, com todas as particularidades para os diferentes ministérios, considerando-se a prática do Partido Liberal, para situar o contexto histórico em que esses discursos foram proferidos.

Com o intuito de tratar esse objeto de pesquisa de forma mais objetiva e abrangente, trabalhar-se-á tendo por base alguns conceitos de Gramsci, que sugerem reflexões sobre a especificidade do trabalho com um partido político.

Além dos conceitos necessários para nortear o trabalho, questões como o sentido da ideologia liberal, a configuração do partido em dirigentes e dirigidos, a observação sobre a implantação de idéias vindas de outro país, o protecionismo dos países menos desenvolvidos e outros problemas, também mencionados por Gramsci, passaram a orientar esse trabalho de um modo pontual.

Como exemplo, foi possível observar que as dificuldades geradas pelas idéias originadas em outro país advêm da desconsideração de um ou outro dos aspectos culturais do

país em que tais idéias estão se implantando, vendo-se, na superação ou desconsideração desses elementos, uma prática necessária para sua efetivação. Essa questão será mencionada ao se estudar a diferença entre a implantação do liberalismo, como ideologia, na Europa, e na América Latina. No continente europeu, esse modelo foi implantado de forma a se contrapor ao antigo regime, através de lutas e de uma verdadeira mudança na estrutura do país; já nos países latino-americanos, como no Paraguai, foi apenas a consequência da acumulação capitalista iniciada por outros países, o que acabou por envolver aqueles que exportavam matérias primas e que detinham uma economia agrícola dependente, nos quais o protecionismo passou a ser uma prática constante.

Torna-se difícil traçar um quadro com uma moldura ampliada sem dispor de trabalhos preliminares, incluindo uma teoria de suporte. O referencial que se buscou tem por função ajudar a ampliar o objeto, para que ele não tenha um alcance só acadêmico, mas também político. Por isso, ao estudar o Partido Liberal, objeto de pesquisa deste trabalho, seguindo-se os parâmetros colocados pelos autores consultados, estar-se-á procurando ver o partido como a expressão de um grupo, como afirmou Gramsci, e todas as correlações que advêm dessa relação.

A importância de Gramsci no contexto desta investigação é uma questão de escolha, pois, em determinado momento, entendeu-se que suas idéias conseguem extrapolar o localismo de outros autores, até quando trata de temas que dizem respeito a uma realidade singular, como é o caso do *Risorgimento* na Itália.

Um trecho de José Aricó, sobre a importância do estudo de Gramsci para os países da América Latina, pode ajudar a justificar, de uma maneira mais decisiva, essa preocupação. Ele se pergunta, “[...] quem poderia refletir sobre os grandes ou pequenos problemas de nossos países sem se utilizar de termos como hegemonia, bloco histórico, intelectuais orgânicos, crise

orgânica, revolução passiva, sociedade civil e política, Estado ampliado, transformismo, etc.”.⁸

Levar em conta essas questões, em um estudo do Partido Liberal paraguaio, significa, em primeiro lugar, situá-lo num contexto em que os países da América Latina, de uma forma geral, adaptavam-se às novas determinações do capitalismo em escala mundial, em sua fase industrial, e de progressiva acumulação em países ricos, pois esses conceitos são empregados, de maneira geral, com a finalidade de tecer explicações sobre as transformações desse sistema econômico.

Estudando-se os presidentes que ficaram mais de um ano no poder, como foi o caso de Benigno Ferreira, Emiliano Gonzales Navero, Eduardo Schaerer, Manuel Franco, Eusebio Ayala, Eligio Ayala, José P. Guggiari, pode-se perceber o modo como a história se movimentou, vendo-se algumas transformações e progressos que foram alcançados por alguns setores da sociedade, resultado da política desses presidentes.

Quanto à apresentação do trabalho, este está organizado em três capítulos. No primeiro, é apresentado o estudo dos partidos políticos e da história de um país entendida como biografia nacional, partindo das idéias de Gramsci, cujo objetivo é subsidiar a problematização da temática a ser desenvolvida. Verificar-se-á a dimensão dada por ele ao estudo dos partidos políticos, quando amplia suas possibilidades, fazendo com que esse estudo possa revelar, para além da trajetória do partido, a história da nação em que se insere.

Ainda nesse capítulo, será abordado o tratamento dado à história de um país, quando Gramsci procura determinar o modo de sua construção, partindo das obras e das interpretações dadas a essas obras pela historiografia do país em que se verifica, observando-

⁸ ARICÓ, José. Geografia de Gramsci na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 26-27.

se que ela é normalmente escrita de modo a privilegiar as posições ideológicas de seus autores.

Em seguida, e dando continuidade ao tema referente à escrita da história, será apresentado o caso específico da historiografia paraguaia, particularmente sobre o Partido Liberal, estabelecendo-se contato com as questões levantadas anteriormente, para se fazer ver o quanto essa historiografia confirma as teses de Gramsci, pois foi, em sua maior parte, escrita por quem dela participou ativamente, sendo dirigida a determinados fins.

Nos itens seguintes, serão tratados a democracia na América Latina e a questão social no Paraguai, estabelecendo-se contato entre um tema e outro, ao se observar que a falta de uma vivência democrática na América Latina determinou, nos diversos países, uma configuração de classes que, ainda com os problemas específicos de cada país, tiveram uma origem comum e pontos de contato.

Por fim, será apresentada, na esteira das bases para a pesquisa, a doutrina dos fundadores do partido, obtida através das obras que escreviam, nas quais enunciavam seus conceitos a respeito de governo, ideologia e outros, no contexto do final do século XIX e início do XX.

O segundo capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte, faz-se uma pequena digressão para mostrar a origem dos problemas que o Partido Liberal enfrentou no governo, com breves considerações sobre a história do país a partir do período pós-independência. Em seguida, estuda-se a trajetória do Partido Liberal, desde o seu nascimento, em 1887, até a chegada ao poder, em 1904, verificando-se seu desempenho político para conseguir representação no enfrentamento com o Partido Colorado, que se encontrava no poder, ou seja, sua inserção nas lutas político-eleitorais contra aquele partido.

Tratar-se-á, nessa primeira parte, portanto, da política interna e das relações internacionais levadas a efeito no período da história paraguaia dominado pelos ditadores Francia e pelos López (1814 – 1870), bem como de sua política econômica e dos problemas resultantes do isolamento do Paraguai, o qual, durante muitos anos, ficou fechado ao relacionamento com outros países, inclusive aqueles que lhe eram vizinhos.

Após essas considerações, tratar-se-á dos antecedentes da criação do Partido Liberal, tomando-se o início do período pós-guerra da Tríplice Aliança, 1870, como marco do começo do que os historiadores paraguaios chamam de “era liberal”, por ter sido regida, em seus primórdios, por uma constituição de corte liberal.

Serão levados em conta três elementos fundamentais da primeira fase desse período liberal (1870 – 1904) para se entender os problemas enfrentados pelo Partido Liberal no governo. Além da constituição, foram eles: a venda das terras fiscais, iniciada na década de 1880; as características do exército e sua relação direta com a política, e a atuação do Partido Colorado. Esses acontecimentos figuram como eixos centrais da singularidade política paraguaia. Assim, de posse deles, ao se tratar da fundação do Partido Liberal, em 1887, tem-se mais elementos para a compreensão do conjunto de circunstâncias em que ela se deu.

A partir da gênese do partido, serão apresentados a origem de seus fundadores e organizadores, sua composição social, organização interna, as facções existentes em seu meio, a propaganda política, o caixa do partido e, analisando-se os percalços que enfrentou desde sua fundação, delinear-se-á a conjuntura que propiciou sua chegada ao poder.

Dessa forma, poder-se-á verificar o modo como a elite – no caso paraguaio, composta por intelectuais, a aristocracia rural e os opositores de Solano Lopez, recém-chegados do exílio – determinou os rumos políticos do Paraguai. Essa elite, conservadora e patriótica, que afirmava os valores do tempo dos ditadores, apostava na regulamentação estatal para o

funcionamento do país; mas, devido ao pouco capital político que detinha, devido à derrota na grande guerra, passou a ser um instrumento nas mãos da iniciativa privada estrangeira, a ela se aliando.

A aristocracia rural, que acumulara riquezas, ao longo dos anos, com heranças e negócios, acreditava que os mais afortunados deveriam exercer funções no poder, não importando os tipos de concessões a serem feitas, quer à iniciativa estrangeira ou autóctone, desde que tivessem, como objetivo principal, o fortalecimento de sua classe.

Mas os exilados que retornavam da Argentina tinham outra visão da política, devido, principalmente, aos anos vividos fora do país. Fazendo um discurso contrário à aristocracia rural e à elite conservadora, apoiavam ações no sentido da divisão dos poderes, bem como da riqueza; por isso, ao assumirem o poder, passaram a taxar as fortunas e mostraram-se propensos à diferenciação na carga tributária.

Portanto, nesse capítulo, será descrita a trajetória do grupo que se organiza sob a bandeira do liberalismo e as situações que acarretaram seu surgimento e chegada ao poder, por meio das fontes já mencionadas.

No terceiro capítulo, o foco de atenção centra-se no governo do Partido Liberal, através das mensagens presidenciais, e no desenvolvimento do estudo proposto. Nele será abordada a postura que o partido assumiu diante dos problemas econômicos, sociais e políticos do país, enfocando-se suas determinações para com a classe operária, procurando responder às questões sobre que interesses de classe o partido representou, o que significou para a sociedade sua política e atuação, que tipo de Estado implantou, que democracia defendeu e que significado político teve ele no contexto do Paraguai do início do século XX.

Essas questões revelam, portanto, o conceito de Estado que os presidentes do Partido Liberal detinham, o qual pode ser melhor compreendido verificando-se as atitudes que o

partido teve em relação à economia, ao modo como tratou a questão social e em sua relação com a religião católica, que era, no Paraguai, dirigida pelo Estado, sem a intervenção de outras ordens religiosas, devendo obediência somente ao Vaticano.

Assim, através das mensagens, será possível observar, também, como cada presidente tratou das questões referentes às relações exteriores, incluindo o tratamento dispensado aos diplomatas nos vários países do mundo; como tratou, no nível discursivo, questões do Ministério do Interior, que incluíam saúde, habitação, pavimentação, assistência social, entre outros aspectos da vida nacional; como tratou do Ministério da Justiça, que englobava o culto cristão e a instrução pública, e do Ministério da Fazenda, com suas tentativas de resolver os problemas concernentes à carga tributária, à dívida externa, e à moeda. E, por fim, a situação do Ministério de Guerra e Marinha, que tentava reestruturar o exército, inexistente no Paraguai durante o período da reconstrução, tendo em vista a garantia da soberania nacional.

Como, nessas mensagens, se trata da administração de todos esses setores da vida social e política do país, uma análise delas, nos diferentes momentos da administração liberal, poderá revelar as contradições e/ou modificações concernentes, por exemplo, aos conceitos de liberdade e de tolerância para com os adversários, os conceitos de povo, de governo, de partido no exercício do poder, de economia, de política social, bem como a posição a respeito da questão da terra e a relação do capital com a produção e com o trabalho.

Nesse ínterim, podem ser vistos os mecanismos utilizados para o controle da população, a necessidade da estatística, a importância dos registros civis e o papel que as instituições, como a Igreja e o exército, desempenharam em um governo que, teoricamente, pretendia conviver com a diversidade política.

Dessa maneira, um conjunto de questionamentos e dúvidas orientou essa pesquisa, que tem por objetivo revelar a atuação do Partido Liberal no Paraguai, enquanto governo, de 1904

a 1935. Essas questões são gerais e específicas, tais como: qual foi a diferença entre o Partido Colorado e o Partido Liberal, uma vez que os dois se diziam liberais, sendo que o primeiro advogava e defendia posturas nitidamente nacionalistas? Por quê os partidos políticos surgiram no Paraguai só após décadas de emancipação? Qual foi a perspectiva política do Partido Liberal como partido nacional? Como entender as constantes “revoluções” e golpes durante seu governo? Como algo singular, ou como constitutivo da vida de qualquer república? Que projetos apresentou e quais realizou? E, finalmente, ele representou uma nova direção política para o Paraguai, ou se constituiu de um punhado de oportunistas que tinham em comum somente a intenção de deter o poder do Estado?

Sendo assim, o partido, em sua atuação, promoveu somente a anarquia no país, ou sua presença teve um significado para a política de seu tempo? Analisando-se a conjuntura do período em que o partido esteve no poder e as questões ideológicas pertinentes ao início do século, será possível buscar respostas a essas questões.

Desse modo, ao se tratar da democracia na América Latina, da historiografia paraguaia de uma forma mais pormenorizada, da questão do Estado e sociedade, das classes sociais, da diferença entre a implantação do liberalismo na Europa, nos países latino-americanos e no Paraguai, pretende-se propiciar respostas a esses questionamentos, os quais, concernentes à passagem do Partido Liberal no Paraguai, trazem elementos para uma melhor compreensão das questões políticas pertinentes, também, à América Latina.

CAPÍTULO I

PARTIDOS POLÍTICOS – TEORIA E PRÁTICA

“Um problema político não é mais que um problema econômico mal colocado”.
Saint Simon

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os dois primeiros itens desse capítulo serão destinados a tratar do significado do estudo dos partidos políticos e de uma perspectiva de escrita da história nacional de acordo com os pressupostos teóricos de Gramsci, para, em seguida, tratar da historiografia paraguaia, particularmente daquela específica sobre o Partido Liberal, procurando ver o tratamento dado a ela, bem como as interpretações feitas pelos autores paraguaios sobre o partido no poder.

Os itens seguintes tocam o contexto latino-americano, abordando a democracia na América Latina, seus problemas de base, e seu reflexo na configuração das classes sociais, enfocando o contexto paraguaio.

Como forma de compreender todas essas determinantes, será comentada a doutrina dos fundadores do Partido Liberal, através de suas obras, observando a ligação deles com a América Latina e com o pensamento liberal que grassava em todos os países à época.

O objetivo geral dessa investigação é determinar o referencial teórico-metodológico da presente pesquisa, o que será feito através das categorias de análise de Gramsci, a partir de sua obra *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, a qual reúne escritos e notas sobre

política, não só no sentido cultural, mas também sobre os problemas da luta política nos seus mais diversos aspectos, e de seu livro sobre o *Risorgimento Italiano*.⁹

Gramsci afirma que uma história singular, como a dos partidos políticos, deve ser ampliada, para que seu estudo possa ser revelador da história do próprio país em que eles se encontram inseridos. Para atingir esse objetivo, ele mostra a relação existente entre os processos encontrados na realidade concreta e o esforço de se elaborar uma teoria. Propõe, para tal, a práxis, que, segundo ele, dá conta, na teoria, do que se produz na prática.

Com esse modo de proceder, o autor colabora para dotar o observador, ou o estudioso, da capacidade de atingir os dois momentos da investigação, do espanto e da reflexão, da sensibilidade intuitiva e da racionalidade, pois a práxis, com sua aparente condição de racionalidade pura, funciona como um prisma, que faz aumentar a sensibilidade para com o estudo que está sendo empreendido. Ela mostra a importância de elementos que passam despercebidos, bem como incentiva o olhar crítico sobre outros que antes não se nomeava como importantes, dando a eles um tratamento que concorre para “ampliar a moldura do quadro”.

Todo o primeiro item será dedicado a destacar as categorias trabalhadas por Gramsci vistas como necessárias, a serem incorporadas e assumidas por quem se dedica ao estudo de um partido político, como a vontade coletiva nacional-popular, que é central em seu pensamento, configurando-se como uma espécie de imã, para a qual confluem vários de seus conceitos fundamentais como, por exemplo, o de hegemonia. Serão contemplados, também, o conceito de bloco-histórico, de Estado, de classes sociais, de distinções, como as existentes entre o que é orgânico e o que é conjuntural, além de outros conceitos e termos.

⁹ GRAMSCI, A., *op. cit.*,(2) e GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5. (1)

A problematização presente na formulação desses conceitos e termos faz com que eles tenham um caráter aberto, amplo, pois contêm uma pluralidade de significados que, nem sempre, são determinados pelo próprio autor, podendo ser pensados de forma análoga, segundo a situação em que são empregados. Isso conduz a uma reflexão que revela o caráter provisório de qualquer discurso ou teoria diante da complexidade do real. Promove, também, a dissolução de determinadas certezas, colaborando para desestruturar as formas de estudo já cristalizadas, funcionando como uma lição de método; critica quem só trabalha com o já conhecido, de modo a dar respostas fechadas e prontas a tudo.

A proposta principal de Gramsci e de seu referencial é a da possibilidade, elevada ao grau de necessidade, de se conseguir unir a análise da realidade em que o partido a ser estudado está inserido, com as propostas teóricas à disposição, para resultar em um trabalho que mostre as transformações ou a permanência promovidas pela passagem de um partido político na história de um determinado país.

Depois de se trabalhar o pensamento gramsciano sobre o estudo da história dos partidos políticos, buscou-se, em um segundo momento, entender sua preocupação com um período da história da Itália, cujo problema é a escrita mesma dessa história. Gramsci centra sua atenção na análise das obras existentes sobre ela e nas interpretações dessas obras feitas pelos autores italianos, vendo o tratamento dado aos problemas concernentes à direção política de seu país, e à relação cidade e campo, tão importante, naquela conjuntura, para a efetivação de uma revolução, segundo o pensamento do próprio Gramsci.

O autor trabalha mostrando os conceitos que utiliza e sua função para a compreensão da história que pretende analisar. Faz uso, por isso, do conceito de revolução passiva, e sobre ele faz considerações, integrando-o à sua metodologia de pesquisa, para extrair suas

conclusões, constituindo, por fim, a história vista como uma radiografia da nação, ou ainda, como queria o próprio autor, como uma “biografia nacional”.

Após ver como ele trata a história de seu país, procurou-se mostrar como foi elaborada a historiografia paraguaia sobre o Partido Liberal. Ela incorre nos erros apontados por Gramsci, pois foi escrita por quem detinha algum interesse em sua divulgação, distorcendo os fatos de acordo com essa necessidade. Boa parte dela tinha por interesse exaltar muito mais a figura de um personagem considerado ilustre, do que se ater, propriamente, à relação da história do partido com os problemas que o país atravessava.

Esse tipo de trabalho, além de não apresentar um referencial teórico-metodológico suficiente, também não se preocupa com o tratamento das fontes, muito menos com sua identificação e devida citação, baseando-se, unicamente, na experiência do autor, o qual, normalmente, foi também um ator dessa história. Assim, mesmo que as obras tragam um título que remete ao Partido Liberal, não são específicas: trazem coletâneas de discursos dos membros do partido com algum comentário e algum esclarecimento sobre a conjuntura, ou longas digressões, que perdem o fôlego ao tratar do tema principal.

No que se refere à democracia na América Latina, e sua relação com a configuração das classes sociais no Paraguai, procurou-se estabelecer a ligação existente entre o regime da democracia dita liberal e as classes sociais, observando-se que os percalços sofridos pela sobrevivência da democracia foram responsáveis por uma configuração social problemática, em que a desconfiança entre as classes, a exploração capitalista e a implantação de um liberalismo às expensas das tradições locais podem resultar na desestruturação política e econômica dos países e, no caso específico do Paraguai, na decadência de sua cultura, levando de roldão até a língua falada pela maioria de sua população, o guarani, considerado, a partir de então, como língua de bárbaro.

Ao tratar, por fim, do pensamento dos articuladores do Partido Liberal, de seus principais líderes, procurou-se perceber como plasmaram suas doutrinas, as bases em que estas se assentavam e as afirmações que derivaram delas. Esses autores evidenciaram sua doutrina através de suas colocações e posições a respeito da administração do país, do conceito de Estado e de sociedade, e da função dos partidos políticos, vindo a suscitar as mais diferentes reações por parte dos membros do próprio partido, do partido opositor, e daqueles que se encontravam envolvidos quando de sua gestão.

1.2 SOBRE O SIGNIFICADO DA HISTÓRIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos, ao final do século XIX, ganharam um *status* diferente, passando, de um grupo com pouca identidade ideológica e de curta duração – tendo seu início e fim de acordo com a causa que abraçava –, para uma organização de partido propriamente dita, com uma ideologia quase sempre definida, com projetos, programa e organização interna.

Desse momento em diante, os partidos adquiriram características variadas, como partidos nacionais e regionais e, em sua relação com o poder ou com os outros partidos, de direita e de esquerda, ou simplesmente de oposição, entre outras. Seu nível de interferência no Estado aumentou, ou, de outro modo, iniciou-se a fase na qual, em algumas situações, o partido é que fundava o Estado.

O estudo dos partidos políticos, por isso, tem recebido um tratamento mais complexo, com vistas a ser mais abrangente, e a metodologia que leva em conta a totalidade política, econômica e cultural do país no qual ele se insere, vem sendo preferida, independentemente da orientação da pesquisa.

É nesse sentido que a orientação de Gramsci quanto ao estudo da história dos partidos políticos pode ser apropriada, pois ele trabalhou essa temática fugindo do economicismo mecanicista e também do idealismo. Quando aborda a noção de bloco histórico, isto é, unidade entre natureza e espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos, considera-os todos como igualmente determinantes. Portanto, Gramsci estabelece a relação entre todas as variáveis sociais e econômicas como um princípio que norteia seu pensamento político e filosófico.

Pode-se estudar essa proposta, nesse sentido, a partir de duas perspectivas. Elas são complementares, mas a primeira tem, como premissa, uma questão de método, e a segunda, a práxis. A primeira poderia ser entendida como a perspectiva das relações entre partido e Estado, através de sua afirmação de que “[...] o protagonista do novo ‘Príncipe’ não poderia ser na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político. Isto é: sempre e nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente destinado a este fim), fundar um novo tipo de Estado”.¹⁰ E a segunda, que é o desenvolvimento da primeira, é sua afirmação sobre o fato de que a história de cada partido se relaciona, ou, ainda, é a expressão de um grupo social. Completa essa idéia afirmando: “Mas esse grupo não é isolado; tem amigos, adversários, e inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido”.¹¹

¹⁰ No fundo, são propostas que possibilitam a consolidação do Estado-partido, definido como o “Príncipe Moderno” – tornando-se este, por sua vez, responsável pela afirmação de uma nova ordem social totalizadora. O próprio Gramsci assim explica o Estado-partido: “O moderno Príncipe (partido hegemônico), desenvolve-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que o seu desenvolvimento significa de fato, que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar o poder ou para opor-se a ele. O príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume” (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 22. (2)).

¹¹ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 25. (2)

Assim, é possível concluir que escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país, destacando um seu aspecto característico. “Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país”.¹²

Essas duas últimas afirmações desembocam na questão central da primeira parte da obra *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, quando Gramsci se pergunta:

O que é a história de um partido político? Será a mera narração da vida interna de uma organização política? Como nascem, os primeiros grupos que a constituem, as polêmicas ideológicas através das quais se elabora o seu programa e a sua concepção do mundo e da vida? Tratar-se ia nesse caso, da história de grupos intelectuais restritos, e algumas vezes da biografia política de um indivíduo? Logo, a moldura do quadro deverá ser mais vasta e compreensiva.¹³

As citações aqui feitas poderiam conduzir à idéia da existência de uma teoria universalmente válida para o estudo da história dos partidos políticos, do mesmo modo como o idealismo atribui ao homem uma natureza humana geral, mas escrever a história de um partido passa pelo conceito que se tem de partido político, o qual só pode ser formulado verificando-se sua constituição política em relação à realidade em que ele se insere.¹⁴

O penetrar nas relações que o partido estabelece na conjuntura sugerirá as questões a serem feitas e as tentativas de compreensão, não de forma metafísica, como afirma Gramsci, mas como um fenômeno social concreto, passível de figurar como um objeto de estudo. Ao construí-lo como objeto, será possível perceber as inter-relações que estabelece na sociedade e como interfere e interferiu, por um determinado tempo e de uma determinada forma.

¹² GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 24-25. (2)

¹³ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 24. (2)

¹⁴ A isso, Gramsci caracterizou como “[...] inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história”, na qual se rompe com a lógica do pensamento religioso e da transcendência, deixando-se de lado a abstração e, em contraposição, elege-se uma compreensão materialista do homem. “Não existe uma ‘natureza humana’ em geral, abstrata, fixa e imutável, mas sim um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, factíveis de serem comprovadas desde que criticamente interpretadas”. (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 9. (2)).

Desse modo, o autor insiste que, para se estudar um partido político, é necessário destacar todas as suas fases iniciais, que ele chama de moleculares. Ele afirma que normalmente não se procede assim, pois, além de ser trabalhoso, não se valoriza esse modo de estudar, mas parte-se de correntes de opinião existentes em torno de um grupo ou de uma personalidade dominante.

Pode-se, dessa forma, verificar como se dá a coalizão de partidos afins, e como se inicia a organização de um partido. Para tal empreita, o autor afirma ser necessário um trabalho gigantesco de perscrutar coisas miúdas, que vão desde qualquer artigo de revista e jornal sobre a conjuntura em que o partido se insere, e sobre o partido mesmo, a conversações, debates orais, observando-se, para poder determinar quando nasce a vontade coletiva com uma certa homogeneidade.¹⁵ Penetrar o cotidiano de um partido pode funcionar como um método preciso de análise, pois não são só as grandes decisões que contam.

Gramsci, ao lembrar, que, para se escrever a história de um partido político, é necessário ter presente o conceito que se tem daquilo que é e que deva ser um partido, estabelece, uma relação entre partido político e classe social, quando salienta que ele é expressão de um grupo, o moderno Príncipe, que pretende se tornar universal e hegemônico.¹⁶

Para ele, a função do partido político é a de concretizar a passagem do momento egoístico-passional para o momento ético-político, também denominado pelo autor de *catarse*, pois, uma vez que contribui para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular fomenta um grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos extratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade

¹⁵ Gramsci afirma que só a partir daí se pode determinar o que aparecerá no futuro, isto é, a organização que daí advém. (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 90. (2)).

¹⁶ A citação do “Moderno Príncipe” deve-se ao fato de que alguns pontos considerados fundamentais nas formulações teóricas de Gramsci sobre o partido político revelam que ele deverá se dedicar a criar uma vontade coletiva através de uma reforma intelectual e moral, de uma concepção de mundo, tratando de propagandear sua ideologia para conseguir seu fim, que é a hegemonia.

diferenciada do conjunto das relações sociais.¹⁷ Qualquer disposição contrária a essa, ou seja, a de pensar os partidos políticos a partir de pequenos fatos internos e não de relacioná-los, constitui-se em ver o partido como algo que possui um significado esotérico, impregnado de entusiasmo místico.¹⁸

Na esteira dessas observações, Gramsci critica o pensamento de R. Michels, salientando que ele classificava os partidos políticos de forma sumária, estanque, por caracteres externos e genéricos. Assim, têm-se os partidos carismáticos, aqueles em que as pessoas acedem a eles baseados na fé ao líder, cujos programas são rudimentares; partidos por interesses de classe, que podem ser econômicos e sociais; partidos de operários, camponeses, uma vez que os burgueses sozinhos não podem formar um partido; partidos gerados por idéias políticas ou morais, gerais e abstratas; ou ainda os partidos doutrinários, quando ligados a um dogma devidamente estabelecido. Para Gramsci, a classificação de Michels é apressada, pois cada partido apresenta um pouco de um e de outro.

Deve-se, por isso, levar em conta a existência objetiva de distintos interesses e modos de atuar dos diferentes segmentos sociais em um mesmo partido, os quais, além disso, revelam posições também diferentes no interior dele. Gramsci sistematiza três premissas indispensáveis para que essas condições concorram para o desenvolvimento ulterior de um partido:

- (1) a presença de um elemento difuso, representada por uma massa de indivíduos comuns, médios, que sob centralização, organização e disciplina, constitui um elemento básico na formação dos partidos; (2) um fator de

¹⁷ Desse modo, Gramsci entende o partido não como um organismo corporativo, mas, sim, um organismo universal, pois a possibilidade de tornar-se classe hegemônica condiciona-se na capacidade de a classe envolvida elaborar, de modo homogêneo e sistemático, uma vontade coletiva nacional-popular, construindo um novo bloco histórico e assumindo o papel de classe dirigente. A construção dessa vontade coletiva é papel prioritário do partido político (Moderno Príncipe).

¹⁸ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 25 (2). Nesse sentido, a história escrita por autores paraguaios desde o início do século XX, com algumas exceções depois da década de 1970, tem esse precedente. As publicações da própria *Academia Paraguaya de Historia*, para a qual concorrem a maioria dos historiadores do país, centram sua atenção em personagens ilustres de seu meio e de sua história, tocando só tangencialmente a conjuntura e a existência do país onde estes se locomovem.

coesão principal que potencialize um conjunto de forças que por si só, dispersas, se pulverizariam, dotado de capacidade de convergência, organização e disciplina suficiente para justificar a coordenação das ações; (3) por último, um elemento médio que faça a ponte entre o primeiro e o segundo grupo, apresentando-se de uma forma física, mas também moral e intelectual.¹⁹

Através desse esquema, é possível perceber, partindo-se do pensamento de Gramsci, o que se deve colocar em pauta para que a história do partido diga algo sobre a nação em que se insere, ou seja, pelo jogo de forças que no mundo são reais, são seus reflexos concretos, independentemente de serem políticos ou culturais, mas que, sem dúvida, determinam as possibilidades diferenciadas de participação das várias classes sociais. Assim, pelo esquadrihar desses elementos, que se demanda averiguar quais deles estiveram presentes no partido em questão, se houve harmonia ou não, etc., podem-se identificar as relações entre estrutura e superestrutura para, a partir de uma análise da totalidade, perceber que tipo de Estado um partido construiu, como foi o relacionamento entre as várias classes, que mudanças promoveu, e assim, levantar outros questionamentos que porventura se façam necessários ao estudo.

Baseando-se nessas considerações, Gramsci tece uma série de considerações a respeito daqueles que, no interior do partido, são os dirigentes e os que são dirigidos.²⁰ Nessas considerações, podem-se tomar os três elementos como aqueles que promovem o movimento interno do mesmo, o que, para acontecer, faz com que o partido se configure de modo a abrigar uma espécie de grupúsculo dentro de um grupo em andamento, dentro do partido, em constante conflito, mas funcionando como algo que conduz ao aperfeiçoamento constante (e às vezes não efetivado) de suas posições ideológicas através, portanto, da luta interna.

¹⁹ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 26. (2)

²⁰ “Estabelecido o princípio de que existem dirigidos e dirigentes, governantes e governados, verifica-se que os partidos são até agora o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção (os partidos podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de anti-partido e de negação dos partidos; na realidade, até os chamados ‘individualistas’ são homens de partido, só que pretendiam ser ‘chefes de partido’ pela graça de Deus ou pela imbecilidade dos que os seguem)” (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 20. (2)).

Quando essa luta aflora para toda a sociedade, ou seja, não tem tratamento interno suficiente e contamina a imagem do partido, isso pode significar que

(1) há crise de comando; (2) a organização, o bloco social do grupo em causa, ainda não teve tempo de se consolidar, criando a harmonia recíproca, a lealdade recíproca; (3) mas há um terceiro elemento, a incapacidade do dirigido de cumprir sua missão, que no fim de contas significa a incapacidade do dirigente de escolher, controlar e dirigir seu pessoal.²¹

Desse modo, a busca pela hegemonia inclui, primeiramente, um tratamento interno bem resolvido das diferenças entre os membros do partido. Sem esse tratamento interno, ou essa conformação interna, as condições para acontecerem mudanças externas serão retraídas. Essa estruturação baseia-se, ou não, na capacidade da liderança, podendo ser causada pela falta de desejo ou do devido esclarecimento dos fins últimos do partido, envolvendo a maioria de seus membros.

Na perspectiva gramsciana, as mudanças histórico-sociais, os movimentos que ocorrem nas relações entre estrutura e superestrutura, obedecem a dois princípios: nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos estejam em vias de aparecer e se desenvolver, e nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações.²²

Sob essa perspectiva, deve-se destacar, na história, os movimentos orgânicos e os movimentos conjunturais, isto é, o conjunto de fatos que, por sua permanência ou significado histórico, permanecem "vivos" ao longo dos tempos, e aqueles corriqueiros e sem significado

²¹ Aí intervém uma questão essencial ao pensamento de Gramsci: a da diferença entre dominação e direção. Para ser dominante, uma classe ou um grupo deve primeiro, ser dirigente, ou sua "legitimidade" será precária. Por certo, essa direção somente será exercida mediante uma correlação de forças que, inevitavelmente, será sempre marcada pelo equilíbrio instável entre os grupos em luta. (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 162. (2)).

²² GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 75. (2)

no conjunto dos acontecimentos permanentes.²³ Essa relação normalmente é complexa, pois causas mediatas podem ser analisadas como imediatas e vice-versa. Sua distinção é importante, pois, segundo Gramsci, deve ser aplicada a todos os tipos de situação, “[...] não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um desenvolvimento progressista ou de prosperidade, e àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas”.²⁴

Uma vez que os partidos políticos nascem, normalmente, nos momentos de crise, para dirigir a situação, ou, como lembra Gramsci, em momentos vitais para sua classe, e passam, a partir daí, a tentar se imiscuir no conjunto das relações de força do país a que pertencem, devem saber se desenvolver nesse meio, ou nessa conjuntura. Ao se analisar esse desenvolvimento, é necessário distinguir, no interior do partido, “[...] o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-maior do partido”.²⁵ Assim, fica caracterizado que o partido é expressão de um grupo, mas em seu interior existe uma hierarquia que define dominantes e dominados. Dependendo da orientação do partido, essa relação pauta-se por diferenças maiores ou menores em relação a um núcleo central, o qual também se modifica, dependendo da conjuntura em que se insere.

A existência dessa diferença entre os membros do partido, que reproduz o que existe na sociedade de um modo ou de outro, leva Gramsci a se perguntar sobre a possibilidade da existência de um partido de industriais, questionando se eles têm um partido político próprio e permanente. E a resposta é negativa, pois eles se utilizam, alternadamente, de todos os

²³ Gramsci assim classifica os dois tipos de mudança: orgânicos - são os que geram mudanças de caráter relativamente permanentes e se relacionam ao modo de organização social - exemplo: mudança do feudalismo para o capitalismo; e conjunturais - são os movimentos que se apresentam como ocasionais, imediatos. É claro que os movimentos e mudanças de conjuntura dependem dos movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico nem tampouco alteram a estrutura ou modo de organização econômico-social da sociedade. As forças econômicas impulsionadoras do movimento/mudança são expressas nos conflitos entre capital e trabalho. E as forças políticas incorporam desde as corporações até as expressões mais altas nos partidos políticos. (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 45-46. (2)).

²⁴ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 46-47. (2)

²⁵ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 56. (2)

partidos existentes, mas não têm um próprio. Assim, poder-se-ia perguntar qual seria a composição desse partido, no qual todos iriam desejar a função de líderes, e não haveria aqueles que apostariam em sua causa, por acreditar em uma determinada ideologia, pois, em um grupo desses, não haveria espaço para crenças ou ideais. A utilização de um partido ou outro não os torna agnósticos ou apolíticos, segundo Gramsci, pois “[...] o seu interesse é um equilíbrio determinado que obtêm exatamente reforçando com os seus meios, alternadamente, este ou aquele partido do tabuleiro político [...]”.²⁶ E o autor continua sua idéia, lembrando que o partido dos grandes industriais e dos agricultores é o mesmo, só que os agricultores têm um partido permanente.

Após citar o exemplo das *Trade Unions* na Inglaterra, Gramsci, além de outras considerações relacionadas à questão dos partidos dos industriais, comenta a importância de se conhecer e analisar a situação dos partidos de vários países para poder empreender pesquisas de casos específicos.

Observar como Gramsci encaminha todas essas preocupações constantes da forma de estudar os partidos políticos, como feito até agora, faz com que se perceba uma outra questão central desse tipo de estudo, dada pelo próprio autor. Trata-se do questionamento da extrema centralização na economia, ou no “economismo histórico”.²⁷ Ele denomina esse economismo de “fórmulas baratas” ou ainda de “formulazinhas”. Por isso, afirma que “[...] é necessário combater o economismo não só na teoria da historiografia, mas também e especialmente na teoria e na prática políticas”.²⁸

²⁶ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 29. (2)

²⁷ Termo usado e criticado por Gramsci por tratar a história como resultante das questões econômicas. Refere-se a isso da seguinte forma. “A economia é tudo. Muitos filósofos e economistas burgueses retomaram seu estribilho [...] Olvidou-se assim que, sendo ou presumindo ser, também o ‘economismo’ um cânone objetivo de interpretação (objetivo-científico), a pesquisa no sentido dos interesses imediatos deveria ser válida para todos os aspectos da história, tanto para os homens que representam a tese como para aqueles que representam a antítese”. (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 37. (2)).

²⁸ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 38. (2)

Ao se refletir sobre os elementos necessários para que um partido possa existir, e o modo como se dá sua agremiação, ou seja, por que motivo existem os dirigentes e os dirigidos, pode-se ver que o economismo prático nada pode explicar, somente a filosofia da práxis, pois as “[...] crenças populares ou as crenças do tipo de crenças populares têm a validade das forças materiais”.²⁹

Explicar a agremiação de um conjunto de pessoas de diferentes classes a partir do curso dos preços do petróleo ou do trigo não diz nada, além do mais, nem todos almejam o prestígio. As classes que se encontram no topo da pirâmide social podem assumir um partido por verem nele condições imediatas de resolverem os problemas referentes ao seu ramo de produção, e condições de colocação de seus produtos no mercado, e outros, mas outras classes esperam do partido ver suas reivindicações de classe atendidas em conjunto, e, portanto, não se dedicam como indivíduos a somente se utilizar do partido, mas acedem a ele de uma forma ideológica, como em uma crença de que ele representa o que não é possível para sua classe, que é ter vez e voz sem a existência do partido.

Desse modo, mais uma vez, tem-se caracterizada a possibilidade da emergência da vontade coletiva, a qual poderia ser entendida, nesse nível, pensando-se que, se o partido conseguir que as classes – através da forma como se agrupam em seu interior e no mundo da política externa – formem um bloco histórico, conseguirá fazer com que possa emergir a vontade coletiva nacional popular, e assim conseguirá ser hegemônico, caso contrário cairá no fracasso.³⁰ Cabe ressaltar que, para Gramsci, entre todos esses aparelhos de hegemonia não há um poder monolítico.³¹ Segundo ele, perpassa, entre todos, a luta de classes, o que explica

²⁹ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 37. (2)

³⁰ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 90. (2)

³¹ Para Gramsci, o conceito de hegemonia caracteriza a liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras. As formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem. A constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura. A hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um *bloco histórico*.

as mudanças e as resistências à hegemonia, por parte da classe dominante, quando esta não se encontra no comando.

Assim, a crise de hegemonia tem sua origem quando as classes separam-se de seus partidos e a sociedade civil amplia seu poder e autonomia, devido aos atos impopulares por parte de seus dirigentes no Estado. Essa perda do *consenso* faz com que ela não seja mais dirigente, mas somente dominante, exercendo apenas a força coercitiva. Essa crise não é uma consequência direta das crises econômicas, embora estas também possam gerá-las. Podem ser causadas pela perda do bem-estar, da miséria, etc.

O Estado, tanto quanto o partido, assim constituído, mesmo que se tome um exemplo hipotético, tem, segundo Gramsci, uma dupla perspectiva, não tem uma direção única. Essas perspectivas podem ser reduzidas a dois graus. “Da força e do consentimento, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal (da Igreja e do Estado), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia”.³². Tais possibilidades não são, porém, suficientes para determinar se um partido ou o Estado conseguirão sua hegemonia ou não. Somente nos casos concretos podem-se verificar tais relações, pois a utilização da violência e da autoridade, segundo Gramsci, não pode ser encarada como crise de autoridade em alguns países e em determinadas situações. Deve-se ficar atento a essas categorias, pois elas não podem ser tomadas como conclusivas de uma determinação ou outra.

Tomando a estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica, Gramsci trabalha o tema da crise de autoridade de outra maneira, referindo-se a ela como crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto:

A crise cria situações imediatas e perigosas, pois as diversas camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e de

³² GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 41. (2)

se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas.³³

Assim, a volta da fusão de todo o grupo social, sob uma só direção, faz com que o Estado ou o partido resolva a crise de forma definitiva; mas, quando não se encontra essa solução, que o autor chama de orgânica, a crise pode minar suas bases e deixá-lo vulnerável frente a outras instituições e situações.

O que deve ser observado nesse ínterim é o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado por um determinado grupo social. Com esses dados, será possível estudar e compreender as crises ou, mesmo, o fim delas. Assim, pode-se entender até o surgimento do Estado, que emerge da homogeneidade conseguida e que, em suma, é o representante, como afirmado anteriormente, direto do grupo que o constituiu.

Dessa maneira, para Gramsci, o conceito de Estado é um amálgama dessas questões que se referem à hegemonia, pois “[...] enquanto é a própria sociedade organizada, é soberano. Não pode ter limite jurídico: não pode ser limitado pelos direitos públicos subjetivos, nem se pode querer que ele se autolimite”.³⁴

Com relação à orientação adotada pelos diferentes tipos de Estados, Gramsci trata de uma questão que é fundamental para o presente trabalho, o liberalismo, e o conceitua como uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos, como um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não como a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, adverte que o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o

³³ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 55. (2)

³⁴ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 143. (2)

programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional. Mas a estrutura do país não é alterada com seu governo.

Toda ideologia liberal pode ser enfeixada no princípio da divisão dos poderes, afirma Gramsci, e é possível ver que essa divisão acarreta outras divisões, as quais enfraquecem o poder, pois este já não mais abarca todas as funções com seus respectivos representantes diretamente. Assim, a existência da burocracia e de seus funcionários, que controlam e se interessam pelos negócios do Estado, criam uma casta que acaba por funcionar como um poder coercitivo, podendo vir a se situar e se colocar acima do partido.

Outras questões aparecem nessa obra de Gramsci, mas as que foram aqui destacadas dão um suporte suficiente para o trabalho, de acordo com seu objetivo; por esse motivo, e para não perder o foco do estudo, elas serão abordadas à medida que se fizerem necessárias, dada sua imbricação com essa parte central.

1.3 A HISTÓRIA COMO BIOGRAFIA NACIONAL

Ao tratar da história dos partidos políticos, Gramsci propôs ampliar seu estudo para que, através dele, se pudesse conhecer a história do país em que o partido atuou, como visto no item anterior. Mas a questão da escrita da história de uma nação foi também alvo de suas investigações, pois questionou o modo como a história da unificação italiana foi escrita, e passou a estudar como, e quais razões levaram seus autores a elaborá-la do modo como se apresentou.

Com esse fim, analisou e duvidou dos objetivos que cada autor apresentou ao escrever essa história e, partindo de algumas constatações e críticas, elaborou uma nova proposta para seu estudo. Para isso, utilizou-se de conceitos formulados por historiadores e autores de outras áreas, próximas, fazendo com que eles pudessem funcionar de forma a aprofundar as análises

da realidade sobre a qual se debruçava, concluindo que os escritos dos historiadores italianos não haviam feito jus à especificidade daquele processo histórico.

Essa investigação foi feita em sua obra sobre o Ressurgimento Italiano, na qual, além dessas observações, constata, de antemão, no sentido de ampliar também a moldura do quadro, que os problemas de um país são fatalmente determinados pela conjuntura internacional, nesse caso, marcado pelo legado da Revolução Francesa.

Gramsci define a história de um país como “biografia nacional”, questionando-a e afirmando que “[...] este modo de escrever história começa com o nascimento do sentimento nacional e é um instrumento político para coordenar e fortalecer nas grandes massas os elementos que, precisamente, constituem o sentimento nacional”.³⁵

Desse modo, essa história nasceu por razões práticas, de propaganda, e aí Gramsci se pergunta:

[...] mas por que se continua ainda em tal tradição? Hoje, essa apresentação da história da Itália é duplamente anti-histórica: 1) porque está em contradição com a realidade; 2) porque impede avaliar adequadamente o esforço realizado pelos homens do *Risorgimento*, diminuindo sua figura e originalidade, esforço que não foi só dirigido contra os inimigos externos, mas especialmente contra as forças internas conservadoras que se opunham à unificação.³⁶

Diferentemente dessa perspectiva, Gramsci procurou fugir a essa história interessada e, para escrevê-la, levou em conta, além da bibliografia existente, as várias interpretações dadas a ela e fez a sua, cuja base é a afirmação de que “[...] a história do *Risorgimento* não se estuda apenas nos documentos italianos, e como fato somente italiano, mas no quadro da vida européia; trata-se de correntes de cultura, de transformações econômicas, de situações

³⁵ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p 119. (1)

³⁶ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 120. (1)

internacionais novas, que induzem os italianos a novas idéias, a novas atividades, a novo ordenamento político”.³⁷

Além disso, para Gramsci, as origens do *Risorgimento* encontram-se antes do século XIX, em 1796, o ano em que Napoleão irrompeu na península, e nela suscitou a tempestade. Por isso, ele lembra que os fenômenos de repercussão, para além da Itália, não podem ser definidos como forças autônomas, mas articuladas com a história e o momento vivido pelos países europeus à sua volta. Assim, Gramsci busca fugir do equívoco de restringir o *Risorgimento* a um fato essencialmente italiano; ele tinha íntima relação com os valores liberais que se implantavam nesse período, e que se firmavam como um modo de vida, cujas concepções inerentes de civilização e cultura tendiam a delimitar um movimento hegemônico no continente europeu.

Mas, para além dos determinantes externos, o autor afirmava que se faz necessário entender o papel dos determinantes internos desse processo, para ver que estava em andamento uma quantidade de forças que tramavam a favor da unificação do território italiano. Essas forças caracterizavam-se por um processo de secularização do poder estatal e o conseqüente declínio do papado, ao longo do século XVIII, quando foi delineada uma conjuntura interna propícia a uma reorganização do Estado, longe dos desejos de hegemonia da Igreja.

Houve, portanto, uma mudança de valores, que transformou a tradição cultural italiana, levando à troca dos valores vinculados ao catolicismo por um conteúdo liberal nacional. Desse modo, o encorajamento das forças nacionais, ainda escassas e insuficientemente organizadas, em detrimento das forças reacionárias ligadas à Igreja compôs, em linhas gerais, a balança de poder predominante por ocasião do *Risorgimento*.

³⁷ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 19. (1)

É nesse sentido que Gramsci elaborou sua nova interpretação da história da Itália moderna, com uma conclusão liberal-moderada. Essa forma de ver o processo culminou por condicionar todo o desenvolvimento sucessivo da escrita e da história política da Itália.³⁸

Em sua interpretação, o autor estabeleceu uma estreita relação entre política e história, recusando-se a mudar o aspecto político do centro da história, substituindo-o pelo social (e econômico), como fizeram tanto o positivismo quanto o materialismo histórico, perseguindo uma história total, como os fundadores e seguidores dos *Annals*.

Isso pode ser comprovado observando-se que, nos “Cadernos Miscelâneos”, encontram-se dados sobre as condições materiais de vida, como a habitação, alimentação, alcoolismo, práticas higiênicas, vestuário, movimento demográfico. Discriminam-se taxas de natalidade e mortalidade, casamentos, migração, questões de propriedade e criminalidade, problemas de religião e de política, frequência escolar das crianças, analfabetismo dos recrutas e das mulheres etc. Há nesses cadernos mais do que um programa de história social e do cotidiano, e não só para as classes subalternas.³⁹

Esses elementos estão presentes, também, em sua interpretação do *Risorgimento*, considerado por Coutinho e Nogueira como o “[...] eixo central de toda a produção de Gramsci no campo da história, uma mina preciosa para o historiador, em termos de *insights*, formulações, procedimentos teóricos e conceituais”.⁴⁰

O autor propõe, no *Il Risorgimento*, um trabalho de desenvolvimento histórico complexo, que se torna um todo, como na história total, a partir de todos os seus elementos

³⁸ Essa relação entre história e política é uma constante nos historiadores revisionistas sobre o Paraguai e nos escritores revisionistas paraguaios, que normalmente distorcem a história para seus próprios fins, como se poderá ver, não se preocupando com o fato de que ela poderia servir como condição de esclarecimento sobre o país e concorrer para explicar períodos da história do mesmo.

³⁹ Esses dados estão citados nos 17 cadernos miscelâneos do volume V dos Cadernos do Cárcere. (GRAMSCI, A., *op. cit.* (1)).

⁴⁰ COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marcos Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 19.

antitéticos, de seus protagonistas e de seus antagonistas, das suas lutas, das modificações recíprocas que as próprias lutas determinaram e até mesmo da função das forças latentes, representadas pelos camponeses, além da já citada questão das relações internacionais, quando Gramsci estabelece ligação entre o fato italiano e a França.

Por não reconhecer esses determinantes externos é que Gramsci critica a Croce, ao qual, segundo ele, “[...] falta a premissa, a revolução na França e as guerras subseqüentes: as derivações históricas são apresentadas como fatos em si, autônomos, que têm em si as próprias razões de ser, e não como partes de um mesmo nexu histórico, do qual a Revolução Francesa e as guerras não podem deixar de ser elemento essencial e necessário”.⁴¹

Observa ele que concorreram para esse conjunto de determinações, que culminaram na Itália com o *Risorgimento*, a nova situação internacional que se delineava no século XVIII, ou seja, “[...] entravam plenamente em jogo forças políticas européias interessadas num ordenamento mais independente e coerente e menos estaticamente equilibrado da península italiana”.⁴²

As forças tendentes à unidade, comenta Gramsci, eram escassíssimas, dispersas e sem nexu entre si e sem capacidade de suscitar laços recíprocos; por isso, o que era assimilado de fora, por pressão externa, encontrava uma reação, favorável ou desfavorável, o que fez o

⁴¹ Gramsci comenta que as origens do *Risorgimento* são quase sempre viciadas pela tendenciosidade política imediata, por parte de escritores italianos e estrangeiros e afirma que, de modo corrente, “[...] na Itália, as questões tendenciais e tendenciosas postas a esse propósito são 1) a tese democrática francófila, segundo a qual o movimento se deve à Revolução Francesa e é dela uma derivação direta, o que determinou a tese oposta; 2) a Revolução Francesa, com sua intervenção na península, interrompeu o movimento verdadeiramente nacional, tese que tem um duplo aspecto: a) o jesuítico (pelo qual os sanfedistas eram o único elemento nacional respeitável e legítimo e b) o moderado, que se refere, antes, aos príncipes reformadores, às monarquias iluminadas”. (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 16-18. (1)).

⁴² “O século XVIII foi considerado pelo ângulo visual do *Risorgimento*, aliás, como *Risorgimento* também; com sua burguesia enfim nacional: com seu liberalismo que abrange a vida econômica e a vida religiosa, e, em seguida, a política, e que não é tanto um princípio quanto uma exigência de produtores; com aquelas primeiras aspirações concretas a alguma forma de unidade, em razão da insuficiência dos Estados particulares, [...]” (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 23. (1)).

movimento do *Risorgimento* eliminar ou integrar algumas dessas determinações, de qualquer modo vindo a superá-las.

O tratamento dado a essa história resultou em um trabalho minucioso que, mesmo sem a intenção de se constituir de uma teoria sobre a escrita da história, em geral, pode, como observam Coutinho e Nogueira, ser utilizado como exemplo, pois o autor italiano, além dos conceitos originais que enuncia, ou daqueles que interpreta, faz incursões sobre a bibliografia e as várias interpretações sobre o *Risorgimento* existentes, valorizando o trabalho do historiador, e procedendo como tal, comentando e criticando essas obras, observando as tendências de historiadores que pendem para uma tendência revisionista, os fetichistas, os que apresentavam uma história carregada de personagens mitológicos, que dela se utilizam para implantar determinada ideologia, e tecendo comentários sobre os documentos.

Gramsci conclui todas essas observações asseverando que

[...] o defeito máximo de todas as interpretações ideológicas do *Risorgimento* consiste no fato de que elas foram meramente ideológicas, isto é, não se orientavam no sentido de suscitar forças políticas efetivas. Trabalhos de literatos, de diletantes, construções acrobáticas de homens que pretendiam ostentar talento, quando não inteligência; ou dirigidas a grupelhos intelectuais sem futuro, ou escritas para justificar forças reacionárias de tocaia, emprestando-lhe intenções que não tinham, e fins imaginários; portanto, pequenos serviços próprios de lacaios intelectuais (o tipo mais consumado desses lacaios é Mario Missiroli) e de mercenários da ciência.⁴³

Ao se insurgir contra esses escritos, a reação de Gramsci é a de privilegiar os problemas da direção política do movimento, e aí estabelece e coloca os termos que utiliza para dar conta do tema. Intitula o que ele chama de parágrafo, no Ressurgimento Italiano, ou § 24, de “[...] o problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do

⁴³ Gramsci afirma que “[...] os temas principais postos em circulação por Missiroli são: 1) o *Risorgimento* foi uma conquista régia e não um movimento popular, 2) o *Risorgimento* não resolveu o problema das relações entre Estado e Igreja”. Depois dessa afirmação, tece os comentários devidos, os quais não serão citados por uma questão de espaço e por não serem necessários ao presente estudo. (GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 37. (1)).

Estado moderno da Itália”.⁴⁴ Mas, mesmo antes dessa temática específica, tratou de definir as bases da situação política e administrativa, conceituando Estado para além da administração dos serviços públicos, como o conjunto das classes que o compõem, e afirmando que, de sua configuração, resulta a direção política de uma nação.

Além do mais, para Gramsci, o Estado atua não apenas com a ajuda do seu aparato político, mas também por meio da ideologia, como deixa claro em suas obras, pois descansa em valores admitidos que a maioria dos membros da sociedade tem como pressupostos. Essa ideologia engloba a cultura, as idéias, as tradições e até o sentido comum. Em todos esses campos atua um poder no qual também se apóia o Estado, o poder cultural.

E para demonstrar que faz história, o autor refere-se aos pormenores da situação em que se encontra o Estado na Itália, às vésperas do *Risorgimento*, comentando sua falta de capacidade para lidar com problemas como a pobreza, a questão da renda nacional muito baixa, a questão demográfica, o regime capitalista da propriedade e seus problemas, etc., e aí identifica as duas principais correntes políticas que teriam conduzido o processo à culminância do movimento de unificação da Itália: os moderados, grupo homogêneo, com alto grau de articulação interna, que concentrava quadros de intelectuais e das classes altas, e o Partido da Ação, fortemente condicionado pela corrente dos moderados e desprovido de um suporte político que o definisse.⁴⁵

Os dois grupos se mostraram incapazes para dirigir o povo e fazer despertar seus elementos progressistas. Falharam, portanto, em seu desempenho histórico de classe dirigente. No caso dos moderados, sob cuja hegemonia esteve o bloco nacional, a reivindicação panfletária de “independência e unidade” subverteu a devida hierarquização das prioridades.

⁴⁴ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 62. (1)

⁴⁵ O Partido da Ação não tinha uma proposta partidária vinculada às classes populares, o que veio a construir uma identidade frágil, suscetível às oscilações de demanda dos moderados.

Afinal, o valor associado à unificação e à autonomia nacional afirmou-se em detrimento, ou em lugar do empenho na libertação do povo subjugado nos campos e nas cidades.

Para compreender as causas desses problemas, Gramsci trabalha sobre a estrutura econômica do país, a partir da resenha de um livro de Rodolfo Morandi, *Storia della grande industria in Italia*. Essa resenha traz uma crítica a Morandi e, segundo Gramsci, ela não faz jus à perspicácia do autor a que se refere, em tratar dos temas econômicos. Mesmo sendo anônima, ele a atribuiu a De Viti De Marco, para quem o progresso se faz de forma mecânica, com a construção de fábricas. Contrário a essa idéia, cita Morandi, dizendo fazer-lhe justiça mostrando que

[...] ao economista, não basta mostrar-lhe fábricas que dão trabalho a milhares de operários, obras de saneamento que criam terras cultiváveis e outros fatos análogos com os quais o público geralmente se contenta em seus juízos sobre um país, sobre uma época. O economista bem sabe que o mesmo resultado pode representar um melhoramento ou um pioramento de certa situação econômica, segundo tenha sido obtido com um conjunto de sacrifícios menores ou maiores.⁴⁶

Após uma série de longas considerações, Gramsci chega ao ponto nodal e central de sua obra, que é o conceito de “revolução passiva”. Para se entender esse conceito, tem-se que entender a configuração das classes e suas relações na Itália à época do *Risorgimento*, motivo pelo qual ele se refere aos problemas italianos. Como visto, os moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas, e o chamado Partido da Ação não se apoiava em nenhuma das classes históricas; assim, acabou sendo dirigido, ainda que indiretamente, por Cavour e o Rei.

A partir da atividade política dos moderados, que tinham a hegemonia mesmo antes de chegar ao poder – fato elogiado por Gramsci, pois este afirmava que “[...] um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das

⁴⁶ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 61. (1).

condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente”⁴⁷ –, levou-se à resolução dos problemas da política italiana, tornando possível o *Risorgimento*, nas formas e nos limites em que ele se realizou, “[...] sem Terror, como revolução sem revolução, ou seja, como revolução passiva, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco”.⁴⁸

Portanto, o significado desse conceito foi apropriado por Gramsci para se referir à falta de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da Itália, ou ainda para afirmar que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes à falta de organização popular, mas que levou em conta algumas de suas prerrogativas, assimilando-as em um processo de restaurações progressivas, ou de revolução-restauração, caracterizando uma revolução passiva.⁴⁹

O próprio autor comenta sobre o modo como os moderados conseguiram seu intento, asseverando que foi sob formas e com meios que se pode chamar de liberais, isto é, “[...] através da iniciativa individual, molecular, privada (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação política e organizativa)”.⁵⁰ Os

⁴⁷ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 63. (1).

⁴⁸ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 63. (1).

⁴⁹ O conceito de revolução passiva é utilizado por Gramsci conceitual e estrategicamente para explicar o *Risorgimento* italiano (constituição do Estado burguês na Itália que culminou com a unidade nacional). Em geral, vê-se o conceito de revolução passiva sendo aplicado para explicar a passagem de um determinado modo de produção para o capitalismo e sem a participação das classes populares, feito pelo alto, elitista. A modernização capitalista, sem a realização de uma revolução democrático-burguesa de tipo jacobino. A revolução passiva é composta de dois momentos: conservação e inovação. A conservação impossibilitando a mudança radical e a inovação assimilando algumas demandas populares. O conceito de revolução passiva não é tomado por Gramsci como programa político, mas como "critério de interpretação". Gramsci vai criticar ainda Proudhon, por este afirmar apenas um dos pólos da dialética, a tese, e mutilar a antítese. Por isso, Proudhon teria pensado que os trabalhadores não deveriam se organizar em partidos, por exemplo, para não imitar as formas de organização da classe dominante. Nesse sentido, deveriam os trabalhadores lutar apenas pelos direitos econômicos, pacificamente. “Empreendendo uma crítica radical a este tipo de historicismo, Gramsci busca definir a própria noção de progresso segundo esta dialética inovação-conservação/ revolução-restauração: um processo onde a inovação conserva o passado ao modificá-lo e aquilo que será conservado do passado resultará no próprio progresso, sustentando um caráter de necessidade histórica” (MERQUIOR, J. G. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 64).

⁵⁰ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 63. (1)

moderados representavam vários grupos, na qualidade de intelectuais, agindo em conformidade com a classe a que pertenciam, a classe alta, pois eram, além de intelectuais e organizadores políticos, dirigentes de empresas, grandes agricultores ou administradores de propriedades rurais, empresários comerciais e industriais.

O aspecto restaurador dessa revolução não anula o fato da transformação efetiva. O próprio Gramsci lembra que “[...] pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e isso pode ser documentado no caso do *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se matriz de novas modificações”.⁵¹

As características desse conceito de Gramsci representam o momento inicial e o momento da mudança efetiva. O primeiro caracteriza-se pela restauração, levado a efeito devido à falta de uma transformação de baixo para cima, e o segundo, pela renovação, na medida em que muitas propostas populares são apropriadas pela classe dominante e postas em prática.

Em muitas situações históricas, as classes dominantes, empenhadas em suas restaurações, produziram modificações na composição das classes existentes, e prepararam o caminho para novas transformações reais.

Assim, Gramsci apropriou-se e deu um novo conteúdo à expressão revolução passiva, do historiador italiano Vincenzo Cuoco, mas em um sentido, como já visto, um pouco diverso de Cuoco, vendo na mesma uma “tradução”, com antecipação no tempo, do conceito de revolução-restauração.

Na história da formação do moderno Estado Nacional italiano, no século XIX, Cuoco foi um publicista da ala radical da pequena burguesia e partícipe ativo da chamada Revolução

⁵¹ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 121 (1)

Napolitana de 1799. Na obra de Cuoco, a propósito da análise do fracasso da Revolução Napolitana, encontra-se o discernimento do conteúdo histórico da revolução burguesa em países de formação nacional retardatária, como na Itália moderna.

Pode-se entender o fracasso do processo de revolução, nessa província da Itália meridional, mais uma vez, no rastilho dos acontecimentos da Revolução Francesa e das campanhas militares napoleônicas.

Em 1798, a burguesia radical napolitana, com base no apoio militar das tropas de ocupação francesa, derrubou o rei Ferdinando I, da dinastia dos Bourbons e de Castela, proclamando um regime republicano. Porém, a República Napolitana teve vida efêmera.

Essas são as raízes mais remotas do conceito de revolução passiva: a política de expansão militar napoleônica, levando, a ferro e fogo, mesmo com tênues alianças internas junto às populações dos territórios ocupados, a idéia e as instituições da revolução burguesa.

A propósito da história da revolução burguesa italiana, Gramsci escreve:

[...] Deve-se ver como a fórmula crítica de Vincenzo Cuoco sobre as “revoluções passivas” – que, quando foi formulada (após a trágica experiência da República Partenopéia de 1799), tinha um valor de advertência e deveria criar uma moral nacional de maior energia e de iniciativa revolucionária popular –, converteu-se, através do cérebro e do pânico social dos moderados, numa concepção positiva, num programa político e numa moral que, por trás dos rutilantes ouropéis retóricos e nacionalistas [...], escondia a inquietação do aprendiz de feiticeiro e a intenção de abdicar e capitular diante da primeira ameaça séria de uma revolução italiana profundamente popular, isto é, profundamente nacional.⁵²

Revolução passiva, portanto, no pensamento dos ilustrados conservadores, era um programa político, enquanto para Gramsci – e também Cuoco – era um critério de interpretação histórica, visando advertir e instruir as forças populares de todas as opções estratégicas e táticas possíveis no curso das revoluções burguesas.

⁵² GRAMSCI, A., *op. cit.* p. 72. (1)

Uma outra maneira de interpretar o conceito de revolução passiva é a revolução sem revolução, ou a tese da futilidade da revolução clássica – quando há uma luta renhida pelo poder entre as novas e as velhas classes. Para Tocqueville, é a futilidade da revolução, e, para Gramsci, é a revolução passiva. Tais teses dizem respeito à tematização de um mesmo tipo de processo histórico, com a diferença de ser, no primeiro, um “programa político” e, no segundo, ter um “valor de advertência” – lembrando a divisão quanto à intencionalidade do intérprete dos processos de revolução passiva, feita por Gramsci.⁵³

Aplicando uma estratégia de revolução passiva, o pensamento conservador esclarecido, inclusive o da aristocracia, deixou de ser simplesmente reacionário e passou a ser progressivo, ou seja, desejava, ao mesmo tempo, a manutenção da ordem burguesa e o desenvolvimento das forças produtivas.

Gramsci, ao considerar o conceito de revolução passiva dessas duas maneiras, como “critério de interpretação” (política e historiográfica) e como “estratégia de ação”, mostra que, na distinção prática entre os que encaram a revolução passiva como critério de interpretação ou como estratégica de ação, reside uma dicotomia no pensamento político e historiográfico.

Assim, a revolução passiva, para Gramsci, ocorre todas as vezes que, embora tenham amadurecido contradições insolúveis na base econômica, as classes contrárias à necessária transformação de toda a estrutura social esforçam-se por solucionar tais contradições através de concessões reformistas, que façam perdurar, por algum tempo, a situação de crise orgânica. A análise objetiva dessa situação, segundo ele, é a “[...] condição necessária para que os protagonistas ativos do processo revolucionário possam acentuar a pressão que exercem, realizando-a do modo mais eficaz”.⁵⁴

⁵³ WERNECK, Vianna L. *A revolução passiva*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 33.

⁵⁴ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 208. (1)

Em outro momento de sua obra, ao enveredar pela categoria dos problemas concretos e cruciais para a interpretação e compreensão do *Risorgimento*, Gramsci refere-se à relação cidade-campo na Itália, incluindo as relações entre a população urbana e a população rural. Ele comenta que essa relação não é de tipo esquemático, sendo colocada como questão singular, que deve ser verificada na Itália de então, atendo-se ao fato primeiro e agravante, à época, do pequeno número de cidades industrializadas no país.

O autor passa a se referir também às grandes cidades que não têm indústria, e por isso não têm expressão nacional nos vários âmbitos da economia e da política, sendo consideradas pela historiografia como o paradoxo das “cidades do silêncio”.⁵⁵

Esse tipo de cidade, comenta, destilou ódio e desprezo pelos camponeses e por todas as reivindicações feitas por eles, as quais, se atendidas, impossibilitariam a existência delas. Também o campo tinha uma aversão pelas cidades, e pelos grupos constituídos nelas. Essa relação geral, que na realidade é complexa, manifesta-se em formas aparentemente contraditórias que tiveram uma importância primordial no desenvolvimento das lutas pelo *Risorgimento*.

O problema agrário, central na Itália do século XVIII, não foi sequer mencionado pela historiografia da época, comenta Gramsci, e a desatenção à contenda da articulação campo-cidade pode ser vista como aquela que demonstrou o tom da ineficácia, lograda pelo Partido da Ação, que tinha características de partido burguês, de elite, próximo à vertente moderada, o qual se mostrou incapaz de produzir um movimento incisivo e efetivamente transformador do contexto político da época. Por isso, Gramsci afirma que lhe faltou um teor jacobino, tanto na forma definitivamente mais incisiva e destemida, quanto no conteúdo, mais voltado à

⁵⁵ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 88. (1)

promoção dos interesses do campesinato, à efetivação da reforma agrária e à conseqüente afirmação das pequenas propriedades, em detrimento da classe de latifundiários.⁵⁶

O problema, durante esse período, acentuou-se mais, com a separação do país em Norte e Sul, quando o Norte, considerado o bloco urbano, de industriais e operários, caracterizava-se como a base de um sistema protecionista e passou a reforçar a economia e a hegemonia setentrional.

Um dos momentos de ligação entre camponeses e população urbana deu-se com o Pacto Gentiloni, onde Giolitti substituiu o bloco urbano, a ele se contrapondo para impedir seu completo esfacelamento, propondo um bloco entre a indústria setentrional e as forças do campo. O motivo foi o sufrágio e a preocupação com a massa eleitoral.

Assim, segundo Gramsci, é da relação cidade-campo que se deve começar o exame das forças motrizes fundamentais da história italiana e dos pontos programáticos, a partir dos quais se deve estudar e julgar a ação do Partido de Ação no *Risorgimento*. Faz, assim, um esquema que revela essa situação. “1) a força urbana setentrional; 2) a força rural meridional; 3) a força rural setentrional-central; 4) a força rural da Sicília e da Sardenha”.⁵⁷

A complexidade de criar uma unidade Norte-Sul estava ligada e contida na dificuldade de criar uma coesão e uma solidariedade entre todas as forças urbanas nacionais. As forças rurais setentrionais apresentavam uma série de problemas que não contribuíam para unir os do campo com os da cidade, sendo que a não-formulação da questão agrária, por parte do Partido da Ação, dificultou o entrelaçamento dos dois setores; nesse sentido os moderados foram mais ousados, porque expropriaram propriedades da Igreja, que era antiunitária, e formaram uma

⁵⁶ Para Gramsci, o *Risorgimento* não desenvolveu seu potencial transformador, justamente por não reconhecer o papel histórico da classe camponesa. Sua inclusão nesse processo significaria a introdução do conteúdo social e do impulso renovador que estiveram ausentes.

⁵⁷ GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 93. (1)

camada de grandes e médios proprietários, ligados à nova situação política, em favor da unificação.

Gramsci ressalta que a introdução do capitalismo na península viu-se limitada pelos constrangimentos econômicos da população meridional. Sua chegada aos territórios italianos não se deu segundo o interesse nacional, mas condicionado por interesses regionais específicos, e serviu ao aprofundamento dos antagonismos intra-regionais.

Apesar disso, o capitalismo foi beneficiado: principalmente devido ao fato da possibilidade da formação dos grandes proprietários, a revolução agrária não chegou a acontecer, para barrar os desejos de acumulação capitalista. Assim, o que Gramsci descreveu como a “*mancata rivoluzione agraria nel Risorgimento*” (a “revolução agrária não realizada no *Risorgimento*”), colaborou para a consolidação do capitalismo, pois, se esta tivesse ocorrido, a via italiana para o capitalismo teria sido ainda mais lenta e retardada, porquanto, sem a exploração dos camponeses, a acumulação capitalista ficaria bloqueada.⁵⁸

Portanto, dada a desarticulação e conseqüente inoperância das grandes massas populares no movimento de unificação nacional, o *Risorgimento* foi, por isso, feito por uma minoria, motivada pelos interesses de sua classe, que, além de reproduzir as condições de produção de uma desigualdade social profunda, significou a exclusão política do povo, encarnado na figura do camponês, considerado incompetente.

⁵⁸ O acirramento do divórcio entre proletariado setentrional e população camponesa meridional impossibilitou a aliança entre ambos, condição para uma revolução social efetiva; esta viu-se minada pela desconfiança mútua e pela inexistência de quaisquer elos de reciprocidade. A reprodução social dessa rejeição mútua interessava profundamente às classes dirigentes, e à classe proprietária, capitalista.

1.4 A HISTORIOGRAFIA PARAGUAIA E DO PARTIDO LIBERAL

Tendo como base o conceito e as transformações sofridas pela historiografia mundial do século XIX e o seguinte, é que a historiografia paraguaia específica sobre o Partido Liberal será avaliada, no conjunto da historiografia produzida no país.

A crítica de base para as transformações no conceito de historiografia nos referidos séculos é a de que, durante dois mil anos, a história respondeu a demandas que vinham das sociedades. “Depois da Grécia, respondeu sucessivamente ao patriotismo imperial romano, ao espírito guerreiro da nobreza feudal, aos interesses da Igreja Católica, ao culto da monarquia nos tempos modernos e, finalmente no século XIX ao nacionalismo”.⁵⁹

O que se critica, portanto, é o fato da história das nações girar sempre em torno do poder, representado pelas figuras de seus presidentes, dos ministros, das batalhas, dos tratados e das constituições.

A partir do século XIX, várias mudanças começaram a ser efetuadas no conhecimento histórico:

[...] alguns historiadores começaram a olhar para as classes, para o Terceiro Estado, o povo e para as massas. Contudo o que organiza e explica essa história política factual e narrativa que entra para a universidade no mesmo século, é uma perspectiva nacional que serve diretamente aos objetivos políticos de cada país; é a nação que define o objeto da pesquisa e sua perspectiva de síntese.⁶⁰

O nacionalismo que marcou a história mundial no século XIX foi assumido pelos historiadores paraguaios do século seguinte, através dos escritos centrados nos meandros do poder. Isso resultou em uma história militante, cuja preocupação resumia-se em realizar uma história pseudo-factual, porque muitos autores não escreviam com base na documentação à

⁵⁹ BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 23/24, 1992, p. 9.

⁶⁰ BORGES, Vavy Pacheco, *op. cit.*, p. 11.

disposição, centralizando-se somente na biografia daqueles que eram considerados como os grandes personagens da história da nação.

Essa perspectiva oficial da história política nacional acompanha toda a historiografia paraguaia. A ligação da história com o poder é visível, e deve-se, em grande parte, ao fato de ter sido escrita por protagonistas dessa história, como presidentes, ministros, ou indivíduos que detinham cargos em um partido ou no governo.

A presente crítica baseia-se, assim, no fato de que a mudança do eixo da história fundamentada no poder, em biografias e em indivíduos, cedeu lugar, no século XX, ao social, e no Paraguai essa mudança não pode ser percebida, salvo raras exceções.

Pode-se atestar essa mudança nos rumos da historiografia na maioria daqueles que apostaram no chamado “retorno do político”, como René Rémond, Pierre Rosanvallon, Jacques Le Goff, Pierre Nora e outros.⁶¹

A todo momento, depara-se com essa tomada de posição contra a história centrada no indivíduo em uma obra ou outra sobre partidos políticos, ou mesmo sobre história de um modo geral. Como exemplo, pode-se citar Nelson Werneck Sodré, que afasta do teor historiográfico as histórias individuais, afirmando que “[...] seu objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo. Da sociedade e não dos indivíduos, pois o fato isolado, o caso único, o episódio irrepitível, não são suscetíveis de tratamento científico, e, portanto, não pertencem ao domínio da história”.⁶²

⁶¹ RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História, novos objetos, novas abordagens, novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976 e ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 30, 1995.

⁶² SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962, p. 21.

Boris Fausto lembra que o tratamento dado ao fato histórico, como crônica dos episódios individuais, cedeu lugar à história interpretativa, deixando em segundo plano os indivíduos, ressaltando o papel dos grupos sociais.⁶³

A conclusão de Pierre Rosanvallon define essa tendência, com a qual os autores paraguaios não estão de acordo. Ele afirma que “[...] o objetivo da história conceitual do político, é compreender a formação e a evolução das racionalidades políticas, isto é, dos sistemas de representações que comandam a forma pela qual, uma época, um país, ou grupos sociais conduzem sua ação e visualizam seu futuro”.⁶⁴

Além dessa questão de base, da contradição entre uma história dos indivíduos ou da sociedade, outro ponto referente à historiografia, que justifica mais uma vez o sentido do pensamento de Gramsci para o tratamento desse objeto, deve ser lembrado neste item. Ele se refere ao emprego de modelos, ou categorias prontas, que Vavy Borges chama de “ahistóricas”, utilizados, muitas vezes, por autores de vários países do mundo, como os esquemas de lutas de classes e transformações sociais e, em particular, na discussão sobre a revolução burguesa. A mesma autora, referindo-se ao Brasil, afirma que o “[...] marxismo era a ciência, o resto era história burguesa; houve, entretanto, muitas formas de influência do marxismo entre nós e que não lembramos aqui. Foi a introdução da leitura de Gramsci que, nos anos setenta, em boa parte provocou uma reação contra os esquematismos marxista-leninista e althusseriano [...]”.⁶⁵

⁶³ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 21. A esse respeito, Edward Carr comenta que “[...] a visão da história ditada pelo senso comum é a de que algo é escrito por indivíduos sobre indivíduos. Esta visão foi sem dúvida assumida e encorajada pelos historiadores liberais do século XIX e não é substancialmente incorreta. Mas hoje parece supersimplificada e inadequada e precisa ser investigada mais profundamente. O conhecimento do historiador não é sua propriedade individual e exclusiva: na acumulação desse conhecimento participaram homens, de muitas gerações e de muitos países diferentes. Os homens cujas ações os historiadores estudam não foram indivíduos isolados agindo no vácuo: eles agiram no contexto e sob o estímulo de uma sociedade passada” (CARR, Edward Hallet. *Que é história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 34).

⁶⁴ ROSANVALLON, *op. cit.*, p. 57.

⁶⁵ BORGES, *op. cit.*, p. 13.

Um dos autores consultados, Omar Dias de Arce, escrevendo, na década de 1970, sobre a história paraguaia, refere-se aos autores que cita com qualificativos de acordo com essa classificação. Assim, chama Liliana B. Mahan de historiadora burguesa com todas as letras: “[...] a historiadora burguesa, Liliana B. Mahan [...]”, em alusão às categorias vigentes à época em que escreveu.⁶⁶

Observando-se, portanto, a historiografia paraguaia, é possível ver que esta foi construída dentro de uma perspectiva em que o passado está carregado de um sentido político. Houve uma manipulação da história pela prática política, procurando reconstruir o passado em função das tendências políticas do momento. Assim, a época em que o Partido Liberal ficou no poder é comumente apresentada como o período da anarquia, que só foi aplacado com a entrada de um governo forte, ou ditadura. É uma história tendenciosa, considerando como certo e bom tudo o que confirma as idéias políticas de quem a escreveu. Até as digressões feitas, comumente, pelos autores paraguaios, são carregadas de julgamento de valor.

Os autores da geração do “novecentismo” no Paraguai – movimento intelectual que se iniciou no século XX em Assunção – escreveram uma história com a tarefa de delimitar o que era autêntico no Paraguai, mas aos moldes europeus.⁶⁷ Todos os acontecimentos que se deram a partir da emancipação são considerados como um processo progressista, levados a efeito pelos nacionalistas e patriotas que, após a guerra da Tríplice Aliança, foram representados pelos membros do Partido Colorado.

Entre essas questões – que incluem a crítica ao nacionalismo, a ligação da história com o poder, a história meramente factual, aquela centrada nas biografias, e outras –, destacam-se

⁶⁶ ARCE, Omar Diaz de. O Paraguai Contemporâneo (1925-1975). In: CASANOVA, Pablo G. (Org.). *América Latina: História de meio século*. Brasília: Ed.UnB, 1970, p. 242.

⁶⁷ Hobsbawm comenta que “[...] a história dos países atrasados do século XIX e XX é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua imitação” (HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 15).

dois problemas que englobam todas essas formas de se fazer história, e que são fundamentais para compreender a historiografia paraguaia. Um deles refere-se à não preocupação dos historiadores paraguaios com a base documental de suas obras e à fixação em relatos pessoais, em biografias e em elogios a personagens de sua história; o outro é seu caráter revisionista.

Os dois problemas estão ligados, por isso serão tratados em conjunto, através dos próprios autores paraguaios mais críticos. Alguns avaliam o revisionismo, afirmando, por exemplo:

[...] esta campaña revisionista contó con la adhesión de muchos afiliados al flamante Partido Colorado, como Juan Natalicio González, e incluso atrajo a intelectuales como Justo Pastor Benítez, Pablo Max Ynsfrán, Facundo Recalde y Anselmo Jover Peralta, que se unirían para conformar lo que pasaría a denominarse lopismo.⁶⁸

Fruto do revisionismo da historiografia paraguaia, o “lopismo” foi uma criação destinada a cultuar Solano López como herói, por sua tentativa de proteger a soberania do país através da guerra. Formulada, principalmente, por Juan O’Leary, constituiu-se da ideologia oficial do Partido Colorado desde o início de suas atividades políticas.⁶⁹

Às vésperas do conflito com a Bolívia, a criação de novos mitos e a reutilização do lopismo foi também uma prática reeditada pelo Partido Liberal, e após 1940 este foi largamente reeditado e empregado por ditadores como Stroessner. Esse culto existe até os dias atuais.

Para demonstrar essa afirmação, o texto de J. Pérez Acosta, é elucidativo:

La reelaboración de la memoria histórica, activada por los lopiztas, contribuyó a que la sociedad paraguaya comenzara a exhibir en esos años un renacimiento del sentimiento nacional. [...] Esta adhesión que manifestaba un sector mayoritario de aquella sociedad hacia la recreación nacionalista del pasado centrada en la guerra, fue percibida por el gobierno paraguayo como una herramienta de eficaz operatividad en el contexto de

⁶⁸ ALCALÁ, Guido Rodriguez. *Temas del autoritarismo*. Assunção: Editora Graphis S. R. L., 1994, p. 20.

⁶⁹ O’LEARY, Juan. *El Mariscal López*. Paris: Editorial Le Livre, 1920, p.34. (1)

creciente conflictividad con Bolivia por el litigio del Chaco. En julio de 1925, el gobierno de Eligio Ayala (1924-28) aprobó definitivamente el Plan Nacional de Defensa para la preparación militar del país en el irreversible proceso hacia la guerra con Bolivia. Y no obstante que la retórica nacionalista provenía de intelectuales afiliados al Partido Colorado, el gobierno liberal de Ayala impulsó la captación de representantes de esa intelligentsia para que aceptaran destinos diplomáticos importantes o bien integraran en calidad de asesores la Comisión de Límites con vistas a reforzar la causa paraguaya frente a la posición de Bolivia.⁷⁰

Hobsbawm, ao comentar a relação da história com o passado, desvenda seu nexos ideológico, quando diz:

[...] ora a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é o elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. De fato, na natureza das coisas não costuma haver nenhum passado completamente satisfatório, porque o fenômeno que essas ideologias pretendem justificar não é antigo ou eterno, mas historicamente novo.⁷¹

Essa justificativa do autor é válida quando se depara com o passado inventado pelos autores paraguaios revisionistas, que vêm nele o fundamento das ideologias que devem ser veiculadas.

Milda Rivarola, que escreve sobre questões sociais e políticas paraguaias, estabelece um contato entre o revisionismo, como forma de escrever história, e o comprometimento de quem escreve desse modo com uma determinada organização partidária. Afirma ela que

[...] el revisionista no parte de preguntas, sino de seguridades o de presunciones. No acude a las fuentes primarias, sino a las secundarias que pretende elaborar con originalidad. Lo hace, sin embargo, con extravagancia acudiendo a interrogantes inapropiados que remiten a la posición partidista que ya ha adoptado. Elude la técnica del historiador y por eso suele magnificar el dato irrelevante para sus propios fines o tomar la parte por el todo. Huye de matices porque lo suyo es el dualismo maniqueo, la simplificación o la parcialidad.⁷²

⁷⁰ ACOSTA, Juan F. Pérez. *Nucleos culturales del Paraguay contemporáneo*. Buenos Aires: Edición Argentina, 1959, p. 70.

⁷¹ HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 17.

⁷² RIVAROLA, Milda. Filosofías, pedagogías y percepción colectiva en la historia del Paraguay. In: ACADEMIA PARAGUAYA DE LA HISTORIA. *Historia Paraguaya*. Assunção: 1996, v. XXXVI, p. 234.

Essa forma de manipular os dados da história a favor de alguma causa mostra que a obra não foi escrita para se aproximar de uma explicação do fato histórico, mas com objetivos definidos por um grupo, entidade, ou até pelo próprio governo do país.

Trata-se do “engajamento”, segundo Hobsbawm, que é um fenômeno histórico comum a vários países e épocas. Ele se dá por vários motivos, normalmente políticos, quando o historiador baseia-se em sentimentos pessoais, suas idiossincrasias e sua concepção de mundo, limitada aos ditames da classe em que está inserido. Hobsbawm comenta que

[...] em seu sentido mais amplo, pode ser meramente outro modo de negar a possibilidade de uma ciência puramente objetiva, e livre de valoração, uma proposição da qual, poucos historiadores ou cientistas sociais e filósofos hoje discordariam inteiramente. No extremo oposto encontra-se a disposição de subordinar os processos e descobertas da pesquisa, às exigências do compromisso ideológico ou político do pesquisador, e tudo isso implica, inclusive a subordinação dos mesmos, às autoridades ideológicas ou políticas por ele aceitas, porém muitas dessas exigências, podem conflitar com o que seriam aqueles processos e descobertas, sem tal ditame.⁷³

Um outro autor paraguaio que trata desse fenômeno é Alfredo Seiferheld. Ele observa, em uma perspectiva muito próxima à de Hobsbawm, e retomando Milda Rivarola, que a linha entre a história e a ficção, relativa à produção histórica no Paraguai, é muito tênue. E estabelece, em seus trabalhos, uma crítica a esse tipo de escrita da história, que, segundo ele, não condiz com a realidade dos fatos, que podem ser encontrados na documentação pertinente, nem deve ser utilizada para compreender o país em qualquer um de seus aspectos.

Nesse sentido, ele afirma que o Paraguai foi muito prejudicado pela história interessada, escrita pelos vencedores e seus colaboradores. Costuma-se usar toda a sorte de mentiras para encobrir “atos vergonhosos à pátria”, e mostrar uma “ história falsificada”, na qual aparecem os atos consumados às custas do povo paraguaio, para o vencedor se vangloriar

⁷³ HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 138.

e se colocar acima de todos, mostrando o resultado que se pretendia e não o que realmente ocorreu.⁷⁴

Assim, pode-se ver que Seiferheld e Rivarola concluem ser a história no Paraguai escrita de modo a mostrar um resultado que se pretende, normalmente imputando-lhe características convenientes ao propósito para o qual a obra foi destinada.

Os historiadores que trabalham em uma perspectiva crítica, além dos já citados, e outros, como Helio Vera e Ricardo Caballero Aquino, tecem críticas a essa historiografia, e fundamentam suas obras em uma base documental, apresentando e descrevendo suas fontes.⁷⁵

Autores brasileiros e argentinos também tecem críticas à historiografia paraguaia. Francisco Doratioto refere-se a ela, afirmando tratar-se de uma “fantasia revisionista”. Critica essa forma de escrever pelo fato de ela não levar em conta os processos usuais da história e da historiografia, para que possa ser utilizada como referência. Não se reconhece e não se nota uma preocupação “[...] para com os verdadeiros motivos, ou os impulsos como se desencadearam os processos políticos, preferindo os elogios e as conclusões pensadas como possíveis”.⁷⁶

Omar D. de Arce chama a atenção para o fato de que os historiadores paraguaios dão grande importância à história pregressa do país, tratando a história de uma determinada época com uma introdução na qual se fazem longas digressões, quando, como em inúmeros casos, se

⁷⁴ SEIFERHELD, Alfredo M. *Conversaciones político-militares*. 2. ed. Assunção: Editorial Histórica, 1987, p. 41. Agnes Chaveau e Philippe Tétart comentam o fato de os historiadores não mostrarem suas fontes e então se perguntam: “[...] como distinguir, então, a parcela das informações tiradas dos arquivos, daquelas nascidas dos boatos ou de seu pré-julgamento”. CHAVEAU, A.; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 23.

⁷⁵ Quando se afirma que a história do Paraguai é escrita, até hoje, não identificando as fontes, deve-se ao fato de que muitos autores que escrevem atualmente continuam cometendo esse mesmo deslize ao tecer, em suas obras, elogios a uma ou outra figura da história do país.

⁷⁶ DORATIOTO, F. F. Monteoliva. *Mediterraneidade e Política Externa: o caso paraguaio*. In: ALMEIDA, Jorge de (Org.). *Caminhos da História da América no Brasil, tendências e confrontos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998, p. 18. (1)

inventa um passado conveniente, sem problematizar o tema principal, o qual é tratado quase como um apêndice.

Arce, ao mesmo tempo em que tece críticas ao modo como os paraguaios apropriam-se dessa digressão, a vê como necessária, e comenta:

[...] tentar uma simples interpretação da história contemporânea do Paraguai sem deter-se, ainda que por um instante, nos antecedentes da época colonial e, sobretudo na evolução do país antes e imediatamente depois da guerra da Tríplice Aliança (1865 –70), é praticamente impossível. Talvez nenhum outro Estado latino-americano exiba hoje as marcas dos grandes acontecimentos do passado, como esta dolorida e ainda misteriosa nação mediterrânea do Prata.⁷⁷

O autor acredita que isso se deve à estrutura criada desde a colônia, que marcou tão profundamente a nação, que qualquer menção à sua história, sem levar em conta esse passado, resultaria ineficiente. Ele compreende e concorda que, por essa razão, os historiadores paraguaios prendem-se ao passado, analisando-o de diversas formas, fazendo uma espécie de história de possibilidades, e ficam nele centrados, com o agravante de tecer análises de um passado fictício.

León Pomer, ampliando o quadro da compreensão da história paraguaia, chama a atenção para o relacionamento entre as histórias dos países que compõem a porção sul do continente, lembrando que

[...] a história das relações na bacia do Prata, durante o século XIX, pode servir para aprender algumas coisas. Talvez a primeira delas é que nenhuma das histórias nacionais – na suposição de que seja possível falar de nações – é inteligível fora de sua relação com as demais, e com a ação das grandes potências da época. Uma segunda lição é que buscar quem teve razão e quem não a teve, quem defendeu a boa causa e quem não, é uma tarefa totalmente equívoca.⁷⁸

O autor destaca duas questões concernentes à historiografia paraguaia e àquela escrita em outros países da América Latina, sobre acontecimentos que envolveram diversos países,

⁷⁷ ARCE, *op. cit.*, p. 219.

⁷⁸ POMER, Leon. *Os conflitos da bacia do Prata*. S. Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 195.

como a Guerra da Tríplice Aliança, a Guerra do Chaco e outras, referentes às questões de limites, afirmando que, primeiramente,

[...] o que se deverá buscar é a racionalidade que guia as decisões, deduzida da própria dinâmica histórica e à margem de adjetivações apressadas e fáceis moralidades. Fora dela, outra coisa não são que acontecimentos que se sucedem caótica e irracionalmente, obedecendo à loucura maior ou menor de tal ou qual caudilho, estadista, ditador ou presidente. Todos os países da bacia do Prata vão se organizar em nações mais por influxo dos impulsos externos que por ação de forças interiores.⁷⁹

A outra questão relaciona-se ao fato de que os historiadores argentinos não obtiveram a aprovação dos autores paraguaios, no que se referia à Guerra da Tríplice Aliança, por tentarem ver, nela, não a intromissão da Grã-Bretanha sobre o Paraguai, mas os problemas concretos existentes na bacia do Prata, e o advento do liberalismo, mesmo que eles tenham se colocado a favor da causa paraguaia. Afirma, nesse sentido, que

[...] *el conflicto tuvo su repercusión vinculado al proceso de consolidación nacional; incluso la importante literatura militante protagonizada por escritores como Juan Bautista Alberdi, Carlos Guido y Spano u Olegario Víctor Andrade es imposible separarla de su crítica al mitrismo y al liberalismo. Y, de hecho, esos textos favorables a la causa paraguaya tampoco se granjearon el favor de los historiadores paraguayos.*⁸⁰

Essa afirmação de Pomer pode ser verificada quando Cecilio Báez, considerado o autor paraguaio mais importante da primeira geração pós-bélica, desprezou, em sua obra principal, *La Tiranía en el Paraguay*, a contribuição dos autores argentinos, quando afirma que “[...] *estos no tuvieron por objeto la defensa de la causa del Paraguay, sino el combatir a Mitre y al Brasil, por lo que es una ilusión buscar defensores entre los argentinos y los orientales*”.⁸¹

Sobre a guerra da Tríplice Aliança, pode-se observar que tanto autores paraguaios, quanto de outros países, são unânimes em afirmar que a guerra funcionou como um marco, na

⁷⁹ POMER, *op. cit.*, p. 195.

⁸⁰ POMER, *op. cit.*, p. 57.

⁸¹ BÁEZ, Cecilio. *La tiranía en el Paraguay: Sus causas y resultados*. Assunção: Tipografía El País, 1903, p. 55. (2)

história do Paraguai e da América Latina, provocando as mais variadas reações e análises.

Nesse sentido, Liliana Brezzo comenta que

[...] la guerra tuvo acaso más importancia para el Paraguay, no solo por sus tremendas consecuencias económicas y sociales sino además, en lo que atañe a la presente perspectiva, porque produjo uno de sus más vastos movimientos historiográficos y una verdadera polarización bibliográfica en detrimento de la investigación de otros procesos, convirtiéndose en el centro nervioso de toda la historia nacional.⁸²

Essa polarização de que fala a autora pode ser sentida, como visto, na quantidade de obras escritas por autores de outros países sobre essa guerra. Segundo Doratiotto, a maioria delas tem caráter revisionista. Entretanto, alguns autores tentaram relacionar a história do Paraguai e da guerra com a conjuntura vivida pelas nações da porção sul da América Latina, evitando o revisionismo.

A interpretação revisionista da guerra da Tríplice Aliança, ou a principal versão desse revisionismo, é a de que ela teria sido provocada pelos interesses imperialistas britânicos, desejosos de aniquilar, no Paraguai, uma revolução industrial que estava em marcha, e que, sem dúvida, não podia conciliar-se com a divisão internacional do trabalho imposta pelo *free trade* dos capitalistas ingleses.

Analisando de forma mais próxima a essa idéia, Cardoso e Brignoli comentam que, segundo essa versão, “[...] para atingir esse fim, o governo de sua majestade valeu-se dos

⁸² “*La acción de las fuerzas liberadas por la guerra de la Triple Alianza fue de tal magnitud que todo el tejido económico, social, político y cultural del Paraguay quedo deshecho. Sus consecuencias más visibles fueron los cambios concernientes a sus habitantes, cuya manifestación paroxismica fue el desequilibrio que creo entre los sexos y entre las generaciones. Según cálculos modernos el Paraguay contaba con aproximadamente 600.000 habitantes en 1865 quedando reducidos a menos de la mitad en 1870, en su mayoría mujeres, ancianos y niños. Pero para la sociedad paraguaya el catalogo de los efectos de la guerra no se agoto en los cambios concernientes a sus individuos y a su lugar en el orden social. Otras consecuencias menos perceptibles pero igualmente considerables fueron las relacionadas con aquellos elementos constitutivos de su memoria nacional como las perdidas de gran parte de su patrimonio cultural (archivos del Estado y bibliotecas), la destrucción de lugares de memoria colectiva (monumentos y símbolos nacionales) y las evicciones (como la prohibición del uso del idioma guarani) que tuvieron su raíz en la reacción contra el sistema político de la preguerra, contenida en el programa de reconstrucción nacional”.* (BREZZO, Liliana M. *Los manuales de historia argentinos y paraguayos: Una aproximación bilateral a las representaciones del Otro*, en *Entrepasados*. Buenos Aires: [s. n.], 2002, n. 20-21, p. 67).

criollos como intermediários: os liberais portenhos, com Mitre à frente, os colorados uruguaios e a corte do Rio de Janeiro. Por tudo isto, a guerra foi, na Argentina, profundamente impopular, e escritores como Alberdi e Guido Soprano, opuseram-se a ela tenazmente”.⁸³

Apesar de ser difícil avaliar, em curto espaço, a tese brevemente exposta, seu mérito é ir contra uma historiografia oficial paraguaia que exaltava a figura de Solano López. Na Argentina, os historiadores acentuavam, repetidamente, as virtudes negativas daquele líder e convertiam o exército aliado em libertador dos paraguaios, recorrendo, com frequência, a comparar esse empreendimento com o da guerra civil nos Estados Unidos.

Essa insistência ecoou negativamente no Paraguai, e seus historiadores revidaram, escrevendo muitas obras em favor de Solano López, divulgando a existência de um suposto desenvolvimento baseado no progresso econômico proporcionado por uma política de industrialização, divinizando o ditador, e promovendo uma espécie de prevenção contra todos os que, a partir de 1870, regressaram da Argentina, por serem representantes de idéias contrárias à figura de Solano López.⁸⁴

Portanto, durante anos, a historiografia considerou que, nos governos de José Gaspar Rodríguez de Francia (1813-1840) e de Carlos Antonio López (1841-1862), o Paraguai teve um desenvolvimento bastante original em relação ao dos outros países sul-americanos. Essa tese afirmava que a política de Francia e de Carlos A. López foi sempre a de incentivar um desenvolvimento econômico auto-suficiente.

⁸³ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, H. P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 215.

⁸⁴ O uso sistematizado da ideologia, nesse caso, atende ao que, segundo Gramsci, é “[...] o objetivo da batalha pela mudança conquistar, um após outro, todos os instrumentos de difusão ideológica (escolas, universidades, editoras, meios de comunicação social e sindicatos), uma vez que os principais confrontos ocorrem na esfera cultural e não nas fábricas, nas ruas ou nos quartéis”. PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 197, p. 35.

Esse tipo de afirmação teve sua contrapartida em pesquisas que mostraram ser Solano López o ditador de um país agrícola atrasado, autor de erros militares que custaram a vida de milhares de soldados, mas que foram motivo de suspeito e silêncio de seus admiradores futuros, os revisionistas históricos. O revisionismo de caráter populista é que criou o mito de Solano López como um grande chefe militar e líder antiimperialista.

Assim, ao mesmo tempo, desqualificava-se a atuação dos Exércitos aliados e a resistência e o sacrifício demonstrados por seus homens, lutando, durante anos, longe de seus países. Na verdade, atos de desprendimento pessoal, de bravura, de covardia ou de crueldade ocorreram em ambos os lados da guerra. Somente nas últimas décadas do século XX tal visão tem sido abandonada, em virtude de investigações de autores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles.⁸⁵ A nova historiografia está em contraste marcado com os dois modelos básicos que a precederam, a tradicional, patrioteira e cultuadora dos grandes heróis, e a dita revisionista, de inspiração marxista.

Contrapondo-se à idéia do progresso paraguaio do período pós-independência, Cardoso e Brignoli aproveitam da constatação de que, na realidade, esse desenvolvimento não existiu, para afirmar que a idéia de um surto industrial, que o capitalismo inglês devia a todo o custo aniquilar, é mais fácil ser trabalhada e compreendida, e ao mesmo tempo refutada, pois os avanços, muito concretos, no progresso paraguaio, estão muito distantes de poder ser equiparados aos de uma potência industrial em gestação.

O alto-forno, o Arsenal e os estaleiros fabricaram, sob a direção de técnicos britânicos, alguns barcos a vapor e peças de ferro fundido utilizadas no embelezamento de algumas residências de Assunção. A dependência das

⁸⁵ Sobre a guerra do Paraguai vista sob o prisma da crítica do revisionismo, tem-se os seguintes autores: BRUN, Diego Abente. *La guerra de la Triple Alianza: tres modelos explicativos*. *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, 1989; KRAUER, Juan Carlos Herken. *Gran Bretaña y la guerra de la Triple Alianza*. Assunção: Arte Nuevo, 1983 (3); AQUINO, Ricardo Caballero. *La Segunda República Paraguaya*. Assunção: Edipar, 1985. DORATIOTO, Francisco F. *Maldita Guerra: Nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (3)

importações estrangeiras foi, no Paraguai pré-guerra, tão forte e com uma composição similar à de qualquer outro país latino-americano da época.⁸⁶

Como exemplo de idéias revisionistas veiculadas pelos autores paraguaios, Doratioto cita Josefina Plá, quando esta afirma que o país vivia sob um regime de protoc comunismo de Estado e tergiversa sobre dados referentes ao número de soldados e escravos brasileiros que participaram da guerra, bem como quanto ao número de mortos.⁸⁷

Leon Pomer, apesar de não ser paraguaio – e chamar a atenção para o fato de se encontrar, na história sobre o Paraguai, adjetivações apressadas e julgamentos que ele chama de fáceis moralidades –, é taxado de revisionista por Doratioto, quando este afirma que sua obra sobre a Guerra da Tríplice Aliança inaugurou o revisionismo paraguaio, servindo de inspiração aos autores do próprio país.⁸⁸

Doratioto critica, portanto, o revisionismo de Pomer e outros, mas, em seu último livro sobre a guerra do Paraguai, *Maldita Guerra*, em que empreende uma minuciosa análise política, diplomática e militar dos acontecimentos, não contextualiza as diversas sociedades que faziam parte do conflito, colocando todas as nações em pé de igualdade, promovendo uma verdadeira homogeneização das formações sociais envolvidas no confronto. Essa falta de contextualização histórica termina resultando, por exemplo, no uso anacrônico de categorias

⁸⁶ CARDOSO; BRIGNOLI, *op. cit.*, p. 216. Em 1860, a composição, em valor, das importações paraguaias, era a seguinte: têxteis, 57 %; alimentos, 26%; outros itens 17 %. Dificilmente pode se aceitar que corresponda a um país às vésperas de uma revolução industrial (POMER, *op. cit.*, p. 124).

⁸⁷ A respeito da participação de escravos brasileiros na guerra, a historiadora paraguaia Josefina Plá diz que eram em número de 25.000, sendo que, segundo Doratioto, esses não passavam de 10% do seu efetivo. A mesma porcentagem encontra-se em Marques, dizendo que “[...] o exército brasileiro não poderia ser classificado como um exército de escravos” (DORATIOTO, *op. cit.*, p. 25; PLÁ, Josefina. Los británicos en el Paraguay (1850 – 1870). *Revista Historia de América*, n. 70, 1970, p. 11; MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995, p. 28).

⁸⁸ “O livro mais marcante desse revisionismo talvez seja ‘*La Guerra del Paraguay - Gran Negócio!*’, publicado em 1968 pelo respeitável historiador argentino Leon Pomer. No Brasil, o jornalista Julio José Chiavenatto publicou, em 1979, ‘Genocídio Americano – A Guerra do Paraguai’, livro pelo qual gerações de estudantes brasileiros aprenderam que o Paraguai pré-guerra foi ‘o mais progressista país da América do Sul’, que ‘desde 1843 já não tinha escravos’, que com a vitória aliada ‘o genocídio está feito: 75,75% do povo paraguaio está morto’. Indignado, Chiavenatto concluiu que ‘o importante é que o imperialismo inglês, destruindo o Paraguai, mantém o *status quo* na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único estado economicamente livre’” (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O conflito com o Paraguai: A grande Guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996, p. 17. (2))

como povo, cidadão, opinião pública e a formação social escravista brasileira, na qual grande parte da população encontrava-se totalmente à margem da cidadania.

O autor brasileiro critica o historiador argentino León Pomer, como se pode observar, mas não se preocupa em ver a história da guerra em relação às outras nações do continente, de modo a considerá-las em sua especificidade, e não considera que o próprio Pomer já havia feito uma revisão de suas idéias, revendo sua tese imperialista em publicações de artigos e entrevistas, quando escreveu seu livro.

Por isso, na apresentação de seu livro em Assunção, em 2003, a reação dos historiadores, jornalistas e pessoas ligadas a museus e arquivos paraguaios foi negativa, primeiramente devido ao fato de o autor ter sido um funcionário do governo brasileiro, e em segundo lugar porque não levou em conta o país em sua identidade, item muito caro aos autores paraguaios. Assim, ele utiliza expressões como “país guarani” ou “nação guarani” como sinônimos de Paraguai, mas, como diziam alguns comentaristas na hora da apresentação, ele não discutiu as conseqüências dessa formação sócio-econômica singular para uma população guarani com profundas raízes camponesas, comunitárias e missioneiras.

A maioria dos presentes também não concordou com a abordagem essencialmente política dos fenômenos, que não abriu espaço para uma explicação essencial da belicosidade paraguaia e da letargia brasileira, responsáveis pela perpetuação do conflito. Também não ficaram satisfeitos com a ligação que estabeleceu entre o que os paraguaios costumam chamar de coragem ou de tenacidade do povo guarani com o que ele classifica de fanatismo. O trecho a seguir pode demonstrar essa idéia: “Apesar dessa situação, quase não havia deserções nas fileiras paraguaias, devido ao clima de terror imposto por Solano López, que estendia a punição aos familiares e aos companheiros do desertor”.⁸⁹

⁸⁹ DORATIOTTO, *op. cit.*, p. 457. (3)

Após essas considerações, é possível observar que os problemas apresentados pela historiografia paraguaia podem ser descritos por esses meandros, caracterizados pelo desinteresse em estudar os fatos políticos relacionados às transformações ocorridas nos vários níveis da sociedade, pela proposta de propagar os mitos e símbolos pátrios – preocupada somente em preservar uma espécie de “paraguaidade” através da exaltação dos feitos heróicos, principalmente de Solano López na Guerra da Tríplice Aliança –, por não aceitar que se fale do país sem fazer menção a sua identidade, e à sua história pregressa, o que resultou em uma historiografia carregada de nuances ideológicas como ponto de partida.⁹⁰ Assim, tem-se elementos suficientes para compreender a historiografia paraguaia e para se tecer críticas a ela ao longo deste estudo.⁹¹

Com relação à historiografia dos partidos políticos paraguaios, pode-se ver que o Partido Liberal é apresentado como aquele que se formou no interior de uma classe burguesa, ainda incipiente, mas que promoveu a anarquia no país. Na introdução desse trabalho, citou-se Natalicio González; continuando a análise de seu pensamento, observa-se que este se posicionava ao lado dos colorados e via, nos membros do grupo liberal, a classe dos capitalistas que, até 1870, não puderam assentar suas bases no país. O partido, por isso, foi taxado de interlocutor desses elementos e, assim, tido como o iniciador do processo de enfeixar a política e a economia nas mãos dos empresários que não poupavam esforços para que os interesses de sua classe fossem satisfeitos.

Manuel Pesa, em seu livro “*Orígenes de Partido Liberal, (1870-1887)*”, não chega a tocar o Partido Liberal, estudando apenas a trajetória dos clubes que se formaram em 1870, um dos quais se transformaria, mais tarde, em Partido Liberal. Constando de seis capítulos,

⁹⁰ Não existe, entre os historiadores, um consenso sobre a forma pela qual se deve analisar determinados períodos e locais, nem mesmo quais assuntos deveriam ter mais importância do que outros. Essa polêmica, que enriquece o entendimento total do passado se conseguir ser bem explorada, é o resultado, como se pode ver, das diferentes concepções existentes de Teoria da História.

⁹¹ Estará sempre presente a idéia de que a invenção dos mitos está intimamente relacionada à construção identitária de qualquer país que pretende se firmar como singularidade, ou até superioridade, frente os demais.

em todos eles trata da situação política e econômica do país. Inicia suas digressões no século XVI, para, com o fôlego que ainda resta, chegar até 1887 de forma passageira, somente atestando a fundação do Clube Democrático.⁹²

Sem qualquer referência às fontes que pesquisa, constituída dos jornais da época, conceitos ou metodologia, no primeiro capítulo, Pessoa trata da revolta dos Comuneros, que foi o primeiro movimento emancipacionista do Paraguai, acontecido no século XVI, chegando até a promulgação da Constituição de 1870, e as revoluções à época do primeiro governo colorado (1870 - 1904), tomando somente o período de 1870 a 1887.

No segundo capítulo, o mencionado autor trata dos empréstimos de Londres, e do período da intervenção brasileira no país. Nos demais, continua discorrendo sobre eleições, mobilizações populares de ambos os clubes políticos; no último, transcreve a ata de fundação do Clube Democrático e a opinião do Partido Colorado (*Opinión de la prensa Colorada*) sobre ele.

Pessoa não estabelece um fio condutor para chegar ao nascimento do partido, e parte de seu senso comum e de seu conhecimento da história do país para escrever a história das origens do partido. Não faz análise das fontes, nem, muito menos, se coloca ante um problema. Assim, poder-se-ia pensar que se trata de um livro de início do século XX; no entanto, foi escrito em 1987.

Uma publicação feita pela Fundação F. Naumann, cujo título é *El estado general de la nación durante los gobiernos liberales*, em três volumes, promete analisar o desempenho do Partido Liberal no governo, mas tudo o que traz, em suas 1357 páginas, é a transcrição das

⁹² PESOA, Manuel. *Origenes del Partido Liberal Paraguayo, 1870 –1887*. Assunção: Criterio-Ediciones, 1987.

mensagens dos presidentes liberais, alguns dados biográficos de cada presidente, e a citação da conjuntura em que foi proferida cada mensagem presidencial.⁹³

Sobre o livro intitulado *Fundadores del Partido Liberal*, de Pessoa Amaral, pode-se observar que a preocupação com as biografias, como forma de estudar o Partido Liberal, é uma constante, e a maioria dos capítulos desse livro trata dos feitos dos biografados.⁹⁴ Como exemplo, o primeiro capítulo é dedicado a exaltar a figura de “*Don Antonio Taboada, fundador principal y jefe del Partido Liberal*”. No capítulo seguinte, apresenta uma biografia do *Mayor Eduardo Vera*. No terceiro, trata de uma pequena biografia de quinze “*Intelectuales y periodistas*” e, no último, aborda a “*autenticidad patriótica de nuestros fundadores*”, e dos cargos que eles exerceram no governo.

Como conclusão, o autor propõe-se a investigar o tema “*Liberalismo, democracia y progreso social*”. Atém-se às questões do homem em estado de natureza, concluindo que essa natureza é corruptível e que seus desejos de liberdade devem levar em conta a moral social, afirmando que a verdadeira liberdade só pode ser encontrada na vida em sociedade. O autor adota a noção geral e hipotética da natureza do homem defendida pela filosofia a partir do Renascimento, que prescindem de toda verificação empírica e de toda prova histórica, a doutrina dos direitos naturais.

Assim, Pessoa aborda questões que devem ser levadas em conta, mas às quais é dado um tratamento com base no senso comum, fazendo valer o argumento da autoridade, sem coerência interna e sem estabelecer ligação com a história que propõe escrever, anunciada no título da obra.

⁹³ FUNDAÇÃO F. NEUMANN. *El estado general de la nación durante los gobiernos liberales*. Assunção: Archivo del Liberalismo, 1987.

⁹⁴ PESOA, Amaral. *Fundadores del Partido Liberal*. Assunção, [s. n.], [19–].

Um outro trabalho baseado em personagens da história, contendo vinte e oito capítulos, é o livro de Policarpo Artaza, de 1946, “*Ayala, Estigarribia y el Partido Liberal*”.⁹⁵ Trata desses dois personagens que foram responsáveis pela Guerra do Paraguai contra a Bolívia, na questão do Chaco paraguaio.⁹⁶

Artaza baseia-se na publicação de um ex-ministro das relações exteriores do governo do Partido Febrerista, que ocupou o poder a partir do fim da guerra do Chaco, em 1936, por quase um ano, chamado Juan Stefanich. Em quase todos os capítulos da obra, há uma epígrafe desse ex-ministro, não sendo utilizada nenhuma outra fonte. Os títulos, quase sempre, referem-se aos nomes dos generais responsáveis por cada uma das estratégias que levou o país à vitória, e aos arranjos feitos para a compra de armas e determinações do governo. Sobre o Partido Liberal, só menciona que “*El Doctor Eusebio Ayala*”, o presidente do país à época da referida guerra, pertencia ao partido.

A predileção por nomes e personagens aparece, também, no livro *Albino Jara, un varón meteórico*, de Alfredo Jaeggli, que pertenceu à facção jarista do Partido Liberal, que se refere à passagem desse coronel por uma das facções do Partido Liberal, a partir de 1908.⁹⁷

Essa obra conta com uma digressão histórica feita em duas partes do livro, que contém 10 capítulos, e tece elogios à bravura de Albino Jara, que, devido ao fato de ter chegado à presidência do país e proferir uma mensagem ao Congresso em 1911, foi visto como dotado

⁹⁵ ARTAZA, Policarpo. *Ayala Estigarribia y el Partido Liberal*. Buenos Aires: Editora Ayacucho, 1946.

⁹⁶ Guerra que o Paraguai empreendeu com a Bolívia para barrar sua intenção de incorporar uma parte do território paraguaio chamado *Chaco Paraguayo*, que continha petróleo. Essa disputa é o resultado de uma política inacabada, referente aos limites entre Espanha e Portugal, que, após a independência do país, foi se tornando problemática, principalmente nos governos de Francia e dos López. Foi resultante também da falta de uma política de fronteiras entre os dois países após a independência. A Bolívia alegava direitos dados a ela, na antiga Audiência de Charcas, sobre um grande território que chegava até os rios Paraguay e Pilcomayo, para compensar a perda de seu litoral para o Pacífico, perdido em luta contra o Chile, de 1879 a 1884. O Paraguai nunca se interessou muito pelo território, que era habitado por algumas colônias de mennonitas e contava com alguns fortins para exercer vigilância sobre as fronteiras, mas após a *Standard Oil* descobrir petróleo nele, tudo mudou de figura. As empresas que disputavam esse petróleo, a já citada *Standard Oil* e o grupo *Rockefeller* (atual *Exxon*), financiaram essa guerra.

⁹⁷ JAEGGLI, Alfredo. *Albino Jara um varón meteórico*. Assunção: Ed. Napa, 1983.

de qualidades e de certo carisma, atribuídos à sua autoridade. Finalmente, o autor mostra como ele foi reverenciado como mártir pelos seus seguidores, principalmente por alguns setores do exército, pelo fato de ter sido morto em praça pública, em nome de uma política para transformar o país. A facção criada por ele continuaria existindo mesmo após sua morte.

Em *Una orientación política para el Partido Liberal*, de Eladio Velazquez, pode-se constatar, mais uma vez, a predileção pelos fatos e pelos personagens.⁹⁸ O autor faz um elogio à sua própria pessoa, na forma de uma biografia feita por seu irmão, em um capítulo que se intitula “*Eladio Velazquez, hombre de la generación de 1904*”, no qual descreve sua participação em batalhões na revolução de 1904, que levou o Partido Liberal ao poder, além dos cargos que ocupou no governo como homem de decisão, inclusive dentro do partido.

O autor faz, ainda, uma panorâmica do partido, de 1904 até 1940, quando o Partido Colorado coloca o Partido Liberal na ilegalidade. No capítulo “*La generación de 1904, sus hombres más significativos*”, trata dos políticos do partido e de suas querelas com os colorados, critica o Partido Liberal, dizendo que seus políticos são egoístas no item “*Personalismo e internismo*” e relata os planos do partido Febrerista para o advento do socialismo no Paraguai, em “*Los planes para la postguerra (Chaco)*”. No capítulo “*Erradicación de los liberales de la vida pública*” aborda o momento em que o Partido Colorado faz uma série de acusações ao Partido Liberal, entre outras coisas taxando-o de legionário e traidor, acusação antiga, mas que permeou toda essa justificativa, para, em seguida, colocá-lo na ilegalidade.

Los cargos enumerados de forma muy resumida demuestran que el Partido Liberal es esencialmente anti paraguayista y legionario; en su extranjerismo recalcitrante, en sus métodos inicuos e sus fines perversos. Continúa siendo a través de su vida llena de atentados contra los intereses permanentes de la nación, de tal modo que toda la historia del Partido Liberal no es sino

⁹⁸ VELAZQUEZ, Eladio. *Una orientación política para el Partido Liberal*. Assunção: Archivo del Liberalismo, 1990.

*traición perenne, pues traiciona los foros de la patria dentro y fuera del poder.*⁹⁹

Trata-se de um livro composto de biografias e de fatos, todos sem referência a qualquer fonte.

Muitos outros livros e opúsculos que tocam no Partido Liberal podem ser arrolados, principalmente em livros de assuntos gerais da cultura e identidade paraguaia; neles, o que mais se encontra são críticas contra o liberalismo, que incluem o Partido Liberal. Raúl Amaral, historiador que nasceu na Argentina e se dedicou, desde a juventude, a lecionar no Paraguai, a escrever poemas e textos sobre literatura, com livros como “*El Romanticismo Paraguayo*” e outros, escreveu também uma crônica política, que intitulou “*Los presidentes del Paraguay (1844-1954)*”.¹⁰⁰ Ele não era um liberal e não participou, como membro, de nenhum dos dois partidos paraguaios. Trata das querelas entre os dois partidos, mas também dos congressos que cada um realizou, com datas, membros participantes, assuntos, das facções do Partido Liberal, como os cívicos e os radicais, além dos grupos que se agremiavam em torno de um nome, de um partido pessoal, e também traz uma biografia dos presidentes.

Um dos livros verificados contempla somente “palavras de ordem”, como “avante companheiros”, tendo sido escrito para incentivar os membros do Partido Liberal a partir para o ataque ao partido opositor, no caso o Partido Colorado, que estava sempre premeditando um golpe ou outro para tirá-los do poder. Esse trabalho traz informações sobre o Partido Liberal e o liberalismo no Paraguai. Denominado “*Vida partidária*”, foi escrito em 1921, por Sinfiriano E. Caballero, membro ativo da facção radical do Partido Liberal, o qual acreditava

⁹⁹ Decreto n. 12.246, p. 12. Assunção: Archivo del Liberalismo

¹⁰⁰ AMARAL, Raúl. *Los presidentes del Paraguay (1854-1954)*. Assunção: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1994. v. 50.

que o partido fosse trazer a democracia através do sufrágio, quando as pessoas votariam com consciência.¹⁰¹

O tema central desse livro é, pois, a chamada à ação para que o país não volte a cair na anarquia, pois essa se renunciava a partir de 1920, tendo seu período mais crítico depois que o autor escreveu sua obra, em 1922. Até os títulos conclamavam à ação, se necessário, armada: “*Alerta liberales radicales de verdad, aún hay tiempo, mañana será tarde*”. No capítulo final, Caballero faz uma análise do papel da imprensa em relação ao partido, em um item chamado “*La prensa y el liberalismo*”.

1.5 A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

Para tratar dessa temática, adotou-se, como base, o conceito de democracia ligado ao Estado moderno, o qual, em uma de suas formas históricas de governo, a república, fez surgir a figura do cidadão, aquele que participa, de forma direta ou indireta, do poder, que tem direitos, e no qual a soberania popular, mesmo não figurando como meta desse Estado, existe como possibilidade.

Os Estados que se formaram nos países da América Latina tiveram, em sua maioria, o liberalismo como princípio; portanto, não se pode fugir ao tema da democracia e sua complexa ligação com o liberalismo, conceitos que embora, excludentes, teoricamente, foram obrigados a se encontrar na prática, deixando à mostra sua incompatibilidade, sua incongruência, mas também a dependência existente entre um e outro.

A emergência da democracia na América Latina foi problemática, desde o início da montagem dos Estados nacionais, não só pela escolha do liberalismo como ideologia, mas

¹⁰¹ CABALLERO, Sinfiriano E. *Vida Partidária*. Assunção: Imprensa Sudamericana, 1921.

pelo legado histórico pouco propício à vivência democrática, como o patrimonialismo colonial, a escravidão, o mandonismo local, o caudilhismo e manifestações correlatas da cultura de submissão e clientelismo, assim como a dependência dos estratos inferiores para com os superiores.

O século XIX marcou a América Latina com os processos de emancipação, e a continuidade do uso de revoluções para resolver um ou outro problema. No século XX, houve uma tendência em continuar essa praxe, o que fez prevalecer a intervenção militar na política, a constante quebra da legalidade e as interrupções partidárias, além das questões econômicas como o corporativismo, a dependência econômica para com as economias centrais desenvolvidas, principalmente, e, no plano das relações internacionais, a localização da América Latina na área de influência dos Estados Unidos como superpotência influenciou muito a região, politicamente.

No Paraguai, como em quase toda a América Latina, os militares sempre exerceram um papel na configuração dos Estados, em um sistema de igualdade com os políticos. Esta é uma consequência do desenvolvimento adquirido pelos caudilhos nos processos de independência, acontecidos no início do século XIX. Desde essa data, os militares entrelaçaram-se com a política, com vistas a compor o aparato de controle social do regime.

Pode-se dizer que este foi um empecilho para o advento de uma democracia, mesmo daquela possível, refletindo-se sobre as condições em que esta se implanta em um Estado de tipo liberal, podendo-se entendê-lo como parte integrante dos aparelhos coercitivos do Estado, os quais, ao lado do conceito de “Aparelhos Ideológicos de Estado”, de Althusser, constituíam-se na hegemonia do Estado autoritário, ou em alguns momentos de um Estado militarista.¹⁰²

¹⁰² ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Grahal, 1992, p. 93.

É no século XX, portanto, que se podem ver as questões da divisão da sociedade aprofundarem-se, pois o advento do capitalismo e as orquestrações dos grupos liberais ligados a ele mostraram sua face mais perversa, através da duplicidade de suas intenções, quando, ao mesmo tempo em que este necessitava da república para assentar suas bases e sua efetiva dominação como classe, fez-se grande oposição à participação popular.¹⁰³

A disposição liberal de, no passado, combater o *Anciën Régime*, apresentava-se, agora, como aquela que tentava desarticular a democracia que estava por vir. Portanto, a aplicação da doutrina liberal e os interesses vitais da burguesia estão relacionados. Como no caso da França da época da revolução, quando a burguesia fez a revolução, e esta lhe entregou o poder. A burguesia, então, preservou-o contra a aristocracia e a ascensão das classes populares. Quando esta reservou para si o poder político e começou a controlar o acesso de todos aos cargos públicos e administrativos, o liberalismo, ao ser aplicado, seguiu a lógica da desigualdade social, que faz suas vítimas até os dias atuais.¹⁰⁴

Na América Latina, além do liberalismo não se implantar pela via da revolução, houve uma prevenção contra a entrada de outras ideologias que pudessem contrastar com ele. Para isso, afirma-se que o conservadorismo dos liberais subvencionou as ditaduras militares ou civis, que foram justificadas pela necessidade de se combater o comunismo, e a democracia passou a servir só de fachada, pois, manipulando as eleições, esses governos obtinham, mais rapidamente, resultados de acordo com seus objetivos, esses, nem tanto democráticos.

¹⁰³ Enquanto o liberalismo se encontrava na oposição e precisava lutar contra o antigo regime, contra a monarquia e as Igrejas, esteve ligado, de certa forma, às classes despossuídas, e se configurava como classe revolucionária. Era combativo. Mas quando alcançou o poder, seu aspecto conservador se deixou mostrar, e aí se tem o combate do liberalismo não só ao passado, mas ao futuro. A França e sua história interna são exemplos dessa discrepância e ambigüidade.

¹⁰⁴ O liberalismo, enquanto expressão dos interesses da burguesia, revela os condicionamentos sócio-econômicos impostos pelo advento da industrialização e do capitalismo, o qual traz em seu bojo, essa classe empresarial. Enquanto filosofia, é a doutrina que melhor serve aos interesses de uma classe. Rémond diz ser o liberalismo “[...] o álibi, a máscara dos interesses de uma classe. É muito íntima a concordância entre as aplicações da doutrina liberal e os interesses vitais da burguesia” (RÉMOND, René. *O século XIX, 1815-1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974, p. 31).

Além das ditaduras, a aristocracia figurou como um poder considerável, que buscou permanecer, independentemente do modo como o Estado estava organizado, e dos prejuízos que pudesse vir a causar entre grupos sociais mais ou menos próximos, como a negação de uma importante forma de igualdade, a participação política.

A militarização da América Latina é considerada por Donghi o elemento essencial da ordem pós-independência e reflete a complexidade – rica em tensões e contradições – que caracteriza esta mesma ordem:

Defender uma ordem em que as fontes do poder estão dispersas e não encontraram ainda o modo de entrelaçar-se, e muito menos de institucionalizar suas alianças [...] não é, sem dúvida, uma tarefa fácil; e o é menos ainda quando o exército destinado a esse fim reflete demasiadamente bem, em suas próprias vacilações e contradições, as linhas indecisas desta ordem que não atingiu a maturidade.¹⁰⁵

Assim, partindo-se das diferentes formas dos governos instalados, poder-se-ia observar as variações de maior ou menor vivência democrática na América Latina, pelos critérios, primeiro, da existência de uma oposição não confinada às discordâncias na esfera do poder sem qualquer relação com a sociedade e, segundo, pelo grau de expansão da cidadania medido pelo direito ao voto, estendido, cada vez mais, a um maior número de pessoas.

Nesse sentido, as sociedades latino-americanas progrediram em ritmos diferentes, quando, a partir do final do século XIX, começaram a abandonar os modelos mais fechados, autoritários, em que os caudilhos e sua trupe dominavam a vida política do país com um mínimo de competição existente entre as elites. As eleições passaram a ser mais disputadas e, mesmo em países como o Paraguai, com um regime autoritário e fechado, os partidos

¹⁰⁵ DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 49. E o mesmo autor comenta: “Não há Estado sem disseminação do medo. O Estado possui o monopólio das armas para afirmar que há uma luta irremediável na sociedade que dele necessita para manter a paz ainda que provisória. O uso das armas, assim como as instituições de contenção e repressão, mais ou menos abertas, é justificado em nome da defesa da *ordem*, da sociedade, democrática ou não” (DONGHI, *op. cit.*, p. 54).

políticos surgiram, ainda que no último quarto do século XIX, embora não tivessem base popular, ficando a competição restrita às oligarquias.¹⁰⁶

Assim, a democracia tem falhado desde o século XIX, pois as eleições nem sempre apresentavam as opções reais de liberdade da oposição quanto a disputar votos e uma verdadeira competição entre os partidos. Em muitos casos, a oposição era só pró-forma, para efeito da imagem externa do governo.

Para fazer frente a essa situação de atraso político, que se constituiu em uma tradição na América Latina, como afirma, por exemplo, J. Carlos Portantiero, as tentativas de desbaratar o mito popular do Estado como constituinte e substituí-lo pela razão de uma sociedade que se organiza de forma mais autônoma, com a organização dos cidadãos, não foram levadas a efeito; sendo assim, a tradição do caudilhismo continuou sendo mais forte, e a democracia ligada à existência de partidos mais representativos foi sempre uma utopia, variando sua qualidade de implantação em diferentes países e décadas.¹⁰⁷

Portanto, nas sociedades latino-americanas, mesmo naquelas que, a partir do século XX, começaram a deter um crescimento econômico relativo, embora elitistas e articuladas em torno de uma concepção personalizada de Estado, ou do caudilhismo personalista, a democracia deparou-se com esse inimigo difícil de ser enfrentado, ou seja, o Estado oligárquico, fechado à participação, de modo que a chegada do povo até ele só poderia ser feita por meio de um enfrentamento direto da sociedade.

¹⁰⁶ “Na ausência de eleições, a competição entre elites assume a forma de lutas pelo poder que podem durar indefinidamente. Além disso, quando faltam instituições, os conflitos que são importantes para os interesses grupais freqüentemente cessam apenas após o confronto físico. A democracia permite que o término de tais conflitos ocorra de um modo previamente especificado, segundo critérios explícitos e muitas vezes em período determinado de tempo. A força física, conquanto permanentemente organizada, é reservada para os casos em que uma das partes em conflito não obedece às regras ou não aceita o resultado” (PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia de Letras, 1987, p. 169).

¹⁰⁷ PORTANTIERO, Juan Carlos. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marcos Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Essa situação, que ficou indefinida, levou a uma democracia cambiante, a qual, além de seus problemas endógenos, como dito anteriormente, e da falta de enfrentamento, foi afetada por causas externas decisivas. Trata-se da ingerência de países imperialistas em sua política e formação econômica.

Há ainda outro fator de agravamento da situação, que se refere à absorção de idéias vindas da Europa, principalmente. Os formadores de opinião, ou os intelectuais, assumiram um conceito de democracia baseado nos teóricos do liberalismo europeu, como Weber, Durkheim e outros, que eram contrários à participação e à abertura democrática. Esse pensamento influenciou tanto os governos como seus colaboradores diretos e seus assessores, que duvidavam da eficácia e da necessidade dessa participação, principalmente porque eles pertenciam a uma elite. Assim, esses teóricos inspiraram muito mais o autoritarismo e o nacionalismo que a democracia na América Latina.

As elites latino-americanas, por sua vez, adeptas de todas as prerrogativas teóricas ou práticas que pudessem auxiliá-las em sua tarefa de dominação, acederam às idéias dos teóricos europeus de que o advento da igualdade traria a tirania da maioria, característica das sociedades de classe, encontrando nelas uma justificativa para seus propósitos, que era o de não aceitar mais grupos que competissem na busca do poder.

De qualquer modo, o conflito de interesses deu-se em suas mais variadas formas, porque os grupos existentes representavam classes sociais muito diferentes, incluindo os grupos étnicos, demonstrando que “[...] o povo não é uma coletividade homogênea de cultura”, e assim não se constituindo de um aliado dos desejos e valores das elites.¹⁰⁸ Essas questões, portanto, estão ligadas ao conceito de democracia e sua relação com o liberalismo,

¹⁰⁸ PORTANTIERO, *op. cit.*, p. 48.

pois, como afirmado anteriormente, a implantação dessa ideologia foi determinante na montagem dos Estados nacionais na América Latina.

A discussão sobre democracia e liberalismo revela o caráter excludente de uma em relação à outra, mas revela que a existência do liberalismo só pode ser pensada dentro de um regime democrático. Portanto, ainda que o liberalismo não seja democrático, pois torce o governo em direção à classe possuidora, ele se implanta nas sociedades ditas democráticas, porque nelas passou a existir o cidadão dotado de uma liberdade diferenciada daquela do absolutismo, da qual pode emergir como proprietário.¹⁰⁹

Desse modo, vê-se que a existência do cidadão em uma sociedade não representou somente uma solução, mas também problemas, pelo surgimento, em seu bojo, dos privilégios. Por isso, Wallerstein afirma que “[...] a cidadania foi inventada como um conceito de inclusão do povo nos processos políticos. Mas aquilo que inclui, também exclui. A cidadania confere privilégios, e os privilégios são protegidos quando não incluem a todos”.¹¹⁰

Assim, é possível ver que a invenção do cidadão se dá de forma paralela ao momento em que o problema de legitimidade do poder, e da ideologia existente, coloca-se de forma mais crucial para os países que adotaram o liberalismo, e a sociedade passa a questionar a legitimidade dos que detinham o poder.

É o momento em que os atritos existentes entre as classes antagônicas – o operariado e aquela que “recolhia” a mais valia – se tornaram mais cruciais. Como alternativa, o sistema liberal, implantado em boa parte do mundo àquela época, vê a organização crescente das classes despossuídas como algo inevitável e não pode ficar indiferente a elas, pois estas ameaçam a integridade de sua classe.

¹⁰⁹ Os liberais sempre frearam a participação popular, ou seja, é o paradoxo da impossibilidade de se ampliar a aceitação dos valores políticos e econômicos liberais sem a alteração das relações sociais.

¹¹⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopística: As decisões históricas do século 21*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 45.

Por esse motivo é que se pode tomar o nascimento dos partidos políticos como uma forma articulada das elites – que começaram a instituir uma espécie de sufrágio, que mais tarde viria a tornar-se universal, mesmo colocando em risco sua classe –, dirimirem e reduzirem os atritos existentes entre as classes.

Com essa característica, pode-se observar que a questão da representatividade, incluindo-se os partidos políticos e a conseqüente participação popular, através do sufrágio, sempre foi algo problemático, e do estudo das eleições e dos comportamentos eleitorais não se pode concluir ou mesmo vislumbrar um interesse pela oportunidade de votar como forma de escolher seus representantes conscientemente, para poder, através deles, exprimir suas vontades.

Devido a isso, na América Latina, a confiança do eleitorado em sua política sempre foi algo duvidoso, como comentam Arditi e Rodriguez, em referência ao Paraguai, lembrando que, em muitos países da América Latina, entre eles o deles, os partidos políticos haviam sido criados pelos poderosos; desenvolveram-se e adquiriram um grande poder, sem que a democracia se implementasse como sistema político. Porém esse poder não estava assentado sobre a participação democrática das massas, diferentemente de outros sistemas políticos, nos quais as massas ou estavam excluídas da política, marginalizadas do jogo do poder ou eram incorporadas como eleitores. Segundo os autores, no Paraguai, essas massas foram incorporadas ao jogo político apenas como massa de manobra.¹¹¹

A estranheza para com a função da classe política e a validade da mesma aparece claramente nesse trecho, pois observa-se, em muitos episódios, desde o início da vida política paraguaia do pós-guerra, que o advento da democracia, ou, ainda, a participação popular, foi

¹¹¹ ARDITI, Benjamin; RODRIGUEZ, José Carlos. *La sociedad apesar del Estado: Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*. Assunção: El Lector, 1987.

preterida pelos partidos. Assim, as poucas tentativas de reivindicação por motivos políticos existentes por essa época foram unânimes em se afirmarem apolíticas.

Além da descrença na política, Fernando Carreras assinala que ela era propriedade de uns poucos e que o povo paraguaio não estava pronto, nem para a democracia, nem apto a votar. Para ele, convocar uma eleição livre, sem a pressão de ninguém, é um ideal que algum dia deveria acontecer no país. No Paraguai, segundo ele, isto seria difícil, porque os políticos preocupavam-se apenas em ocupar o cargo e repartir o ganho entre parentes, sem trabalhar para o povo.¹¹²

As eleições serviam, assim, no Paraguai, como na maioria dos países latino-americanos, para dar legitimidade à situação estabelecida, e não para sustentar um projeto que pudesse alavancar o desenvolvimento do país. Não havia projetos de ambas as partes. O que interessava nesse quadro era, quanto ao partido governista, atrair sua legião de fisiológicos, e, à oposição, afastar as pessoas que ou discordavam do governo ou não cabiam nele. A consequência dessa “dobradinha”, além da não implantação da democracia, foi a eternização de um ou outro partido no poder.

A situação estava assim delineada, podendo-se inferir que o motivo era o conservadorismo, que fazia com que os paraguaios votassem em candidatos demagogos ou autoritários, e que não gostassem de participar da política e de eleições, e, quando o faziam não votassem de forma consciente. Iniciou-se um círculo vicioso, que trazia mais dificuldades em direção a um processo de politização e participação do cidadão, culminando, por fim, em uma situação que dificultava a transição para um sistema democrático.

O conservadorismo, no Paraguai, adquire um padrão de tradicionalismo, relativo à mais pura tradição nacionalista. Goiris comenta que o paraguaio é possuidor de uma postura

¹¹² CARRERAS, Fernando. *Las elecciones del norte, la democracia*. Assunção: Tipografia El Pais, 1901.

política passiva e de quase ingenuidade.¹¹³ Trata-se, segundo ele, de um conservadorismo que inclui uma apreensão e um medo de tudo o que diz respeito à política, de uma forma quase ensandecida.

É possível estabelecer, portanto, uma ligação entre o conservadorismo e o tradicionalismo nacionalista, pois, historicamente, o paternalismo e a submissão andaram juntos, no passado. Isso resultou em uma atitude de indiferença, alienação, resignação e desprezo pelos partidos e pelos políticos.

Gustavo Rivarola assegura que o paraguaio é conservador porque viveu muito tempo sob as mais diversas formas de ditaduras e de regimes de opressão, criando a cultura da submissão.

Con esto se fue inhibiendo ciertas formas de desarrollo psicosociales que, en ultima instancia, redundan en obediencias irreflexivas y que desembocan en comportamientos incompatibles con los avances democráticos. Se supone que esta cultura del sometimiento transforma el individuo en un ser disciplinado que no reacciona adecuadamente para reinventar algunos elementos de la modernidad democrática y de la ciudadanía.¹¹⁴

E o mesmo autor continua, lembrando que o número de fracassos ocorridos nas sucessivas revoluções que ocorreram no Paraguai foi também um dos motivos para o apelo ao conservadorismo. Cita, ainda, um fenômeno conhecido da história do país, que consiste no fato de que essas revoluções não passavam de movimentos de cúpula, agitações burguesas em luta pelo poder político, as quais, por não serem autênticas lutas populares, não trouxeram vantagens ao trabalhador nem à sociedade.¹¹⁵

¹¹³ GOIRIS, Fabio A. Jara. *Paraguay: ciclos adversos y cultura política*. Assunção: Ed. Servilibro, 2004, p. 238.

¹¹⁴ RIVAROLA, Gustavo Laterza. Educación, ideología y política liberal en el Paraguay. *Cuadernos históricos*, a. IV, n. 29, p. 139, mar./abr. 1991, Assunção: Archivo del Liberalismo.

¹¹⁵ RIVAROLA, *op. cit.*, p. 139.

Por isso, diz Wallerstein que “[...] a democracia política é a utopia planetária do capitalismo, que se apresenta capaz de selar a paz perpétua propiciada pelo comércio livre de bens, trânsito livre de trabalhadores, autonomia do indivíduo e unificação internacional do planeta”.¹¹⁶ Comenta, ainda, o autor, que isto foi proposto por Immanuel Kant, no final do século XVIII, no apogeu do pensamento contratualista, e que esse projeto de paz perpétua foi abalado pelos socialistas no século XIX, revelando que a democracia é fundamental para se atingir a anarquia, ou regime de mais liberdade, em que cada um se auto-governa, abolindo-se a representação e o poder do governo superior.

Com base nessa afirmação, pode-se observar a fragilidade da democracia e a mudança de foco que sofreu. A América Latina não passou incólume por esse processo histórico geral, como demonstra a afirmação de Marcos Aurélio Nogueira: “A democracia na América Latina sempre foi um luxo passageiro. Depois da Guerra Fria, as ditaduras caíram e veio a liberdade. Mas as bases podres de nossa colonização: corrupção, oligarquias, fisiologismo vão corroendo a democracia e, aos poucos, ela cai em descrédito”.¹¹⁷

Desenvolvendo sua afirmação, o autor desce aos pormenores da esfera do poder na América Latina, afirmando que o responsável por esse descrédito é, sem dúvida, o tipo de Estado que se implantou; por isso, comenta:

[...] uma ameaça mais sutil, porém insidiosa, às democracias latino-americanas é a tradição do “presidencialismo”, na qual o braço executivo do governo detém uma cota desproporcional de poder e não está sujeito a freios e contrapesos adequados do legislativo e do judiciário para equilibrar os poderes. Um país pode ter eleições imparciais, regulares e até “previsíveis”, mas, se não houver nenhuma restrição efetiva ao poder presidencial, o sistema político poderá involuir para o tipo de práticas autoritárias que tem contaminado tantos países da região.¹¹⁸

¹¹⁶ WALLERSTEIN, *op. cit.*, p. 68.

¹¹⁷ NOGUEIRA, Marcos Aurélio. Gramsci: a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marcos Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 143.

¹¹⁸ NOGUEIRA, *op. cit.*, p. 139.

Conseqüentemente, as reformas mais urgentes em muitos países latino-americanos, segundo esse autor, são as que conduzem a uma democracia mais moderna, genuinamente representativa e participativa, pois, no Estado liberal, as instituições democráticas deveriam ter como meta transformar as políticas públicas ativas, e se constituírem de um instrumento de libertação, e não de exclusão e repressão. Isso compromete as instituições ligadas à representação política.

Nesse contexto, é possível concluir que o mandato imperativo e o sufrágio universal da dita democracia representativa podem ser denominados de democracia burguesa, sem nenhum prejuízo de sua verdadeira índole.¹¹⁹

Os partidos políticos nesse contexto – chamando-se a atenção para a inserção do Partido Liberal paraguaio na especificidade da implantação do capitalismo –, acabaram por se tornar um instrumento das organizações burocráticas que visavam a conquista do Estado e buscavam legitimar essa luta pelo poder, através da ideologia da representação. Assim, expressavam somente o interesse de uma ou outra classe ou fração de classe existente.¹²⁰

Os autores paraguaios estiveram atentos a essa celeuma e percalços da implantação da democracia sob o regime liberal em seu país. Conceitos de democracia como parte do liberalismo são comumente encontrados, como no exemplo que segue de Justo Prieto:

¹¹⁹ Em um trecho referente à representação no Brasil do século XIX, que versa sobre a distância do povo em relação ao poder, Maria A. P. Paiva faz uma afirmação próxima ao problema que se está tratando: “Já vemos, pois, que os representantes eleitos não recebiam o beneplácito da maioria. O eleitorado se compunha de pessoas, mais ou menos, da mesma categoria social, tendo interesses básicos comuns; os eleitos, por sua vez, eram integrantes deste mesmo universo. Por conseqüência, os parlamentos do século XIX eram compostos por notáveis, pessoas distinguidas que devido aos interesses comuns básicos, chegavam a um consenso em torno das questões apreciadas pelas câmaras. Podemos observar que embora o sufrágio apresentasse tais características, assim mesmo, foi estruturada a teoria do mandato representativo, demonstrando uma atitude cautelosa e preventiva da classe dominante. O povo, nas ditas liberais democracias, deveria ficar afastado do poder” (PAIVA, Maria Arair Pinto. *Direito político do sufrágio no Brasil (1822-1982)*. Brasília: Thesaurus, 1985, p. 48).

¹²⁰ “A mais importante forma de consciência coletiva é, sem dúvida, a consciência de classe. A história da humanidade tem sido comandada pela dinâmica da luta de classes. Toda classe dominante busca conservar as relações de produção dominantes e assim manter o seu poder. As classes exploradas, por sua vez, buscam transformar as relações de produção e instaurar um novo modo de produção. A classe revolucionária realiza uma crítica da sociedade existente e, ao mesmo tempo, apresenta um projeto político de uma sociedade alternativa” (VIANA, Nildo. *O que são partidos políticos*. Goiânia: Germinal, 2003, p. 23).

*Democracia e liberalismo no son las mismas cosas, sin embargo, son indispensables. No pode haber, teórica ni prácticamente democracia sin liberalismo, porque no se pode existir influencia popular en un gobierno que restrinja la libertad. No pode haber liberalismo sin democracia. La expresión de la democracia es la republica y su antítesis es el absolutismo, la barbarie estatal moderna cujo origen está en escamotear el poder perteneciente al pueblo.*¹²¹

Além de se posicionar com relação à democracia, ligando-a ao liberalismo, Prieto escalona onze princípios que ele diz serem cardinais para a democracia. Neles se incluem o direito ao voto, a temporalidade do poder, a representação, a liberdade de opinião pública, a igualdade dos direitos civis e políticos, a igualdade das possibilidades econômicas e outros, na mesma linha.

Essa forma de tratar a representação é a mesma da classe média na Europa, no século XIX, sua representante mais importante. Ela advogava a participação de todos no processo político. Green, por exemplo, afirmava que “[...] somente se o indivíduo tivesse uma participação na construção e na manutenção das leis que obedece [...] ele aprenderia a considerar o trabalho do Estado como um todo. Assim cada um encontraria espaço para seu desenvolvimento, por isso esperava que uma nova sociedade fosse criada a partir do desejo de cada um de seus membros”.¹²²

Benigno Ferreira, presidente liberal que governou o Paraguai de 1906 a 1908, afirma algo parecido com o pensamento de Green, quando diz, em sua mensagem de 1906, que todos devem ser partícipes das decisões políticas, sem credo partidário, e assim se insurge contra a intolerância política, o fanatismo e a violência com que se processam as mudanças dos representantes da nação. Enuncia que seu governo pratica uma política de ampla tolerância a todos os credos políticos e convida a todos a participarem de seu governo, como se pode comprovar:

¹²¹ PRIETO, Justo. *Manual Del ciudadano liberal paraguayo*. Buenos Aires: Editorial Asunción, 1926, p. 36.

¹²² BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. S. Paulo: Editora Unesp, 1994, p. 66.

*[...] el hecho debe ser mencionado en favor del progreso institucional del Paraguay, que en este momento, en el centro de la más alta representación de nuestro país, es que el primero magistrado de la republica pueda dirigirse a los ciudadanos que representan a todos los partidos y a los núcleos de opinión. La composición actual del Honorable Congreso es la muestra de cuantos tenemos hecho en dirección a la educación cívica.*¹²³

Do mesmo modo, Pareto trata da representação na Itália e diz admirar os teóricos ingleses, apontando os vários passos de uma reforma eleitoral, que garantisse a representação de todos e não só da minoria rica, em que os governos estariam sujeitos às leis como qualquer outro cidadão, e na qual a economia fosse liberada do controle estatal e passasse às mãos de todos.¹²⁴

Para Weber, a extensão dos direitos de voto às massas foi um desenvolvimento irreversível, que mudou drasticamente a natureza da política liberal. Por isso, as máquinas dos partidos agora se tornavam necessárias para mobilizar a todos para que votassem e soubessem da importância desse ato.

Mas os partidos não eram muito bem vistos por ele, que dizia serem eles “[...] associações voluntárias destinadas a assegurar o poder para seus líderes em uma organização, visando conseguir as vantagens ideais ou materiais para seus membros”.¹²⁵ Com o crescimento dos partidos, o autor afirma que a importância individual do membro do Parlamento diminuiu, o que destruiu a concepção liberal tradicional do representante independente.¹²⁶ Havia, portanto, uma despersonalização do candidato como indivíduo.

Mesmo afirmando a importância da participação das massas, Weber era cético quanto à sobrevivência do indivíduo nesse processo, e o medo da tirania da maioria fez com que ele retrocedesse muitas vezes, dizendo que o sufrágio universal não conduzia à democracia, mas

¹²³ FERREIRA, Benigno. Mensagens Presidenciais. MP, 1907, p. 20.

¹²⁴ *Apud* BELLAMY, *op. cit.*, p. 216.

¹²⁵ *Apud* BELLAMY, *op. cit.*, p. 338.

¹²⁶ Será possível observar que, no Paraguai, tal não se dá, pois os políticos não representam o partido, mas a si mesmos, numa clara atitude de ter maior valor o indivíduo que o partido.

ao domínio do populacho em partidos políticos e, mais tarde, a um regime que ficaria sob o comando de um líder carismático.¹²⁷ Dizia, assim, que todo regime “[...] traz em si os germes de sua corrupção e destruição”.¹²⁸

Portanto, para ele, como conclusão, a democracia, através do voto e da participação popular, não operava mudanças, só alterava o modo como a elite recrutava o apoio popular, utilizando suas paixões e sua ingenuidade para figurar como massa de manobra, como em muitos casos na história, em que a burguesia não moveu uma palha, permitindo que o povo lutasse por ela, mas depois tomava todas as posições no Estado. Por isso, só chegavam ao topo aqueles que tinham capacidade para, de certa forma, manipular melhor as massas em seu favor.

Muito embora não tenha tratado da América Latina, as questões abordadas por Tocqueville referentes aos Estados Unidos podem ser vistas como forma de se entender os temas de fundo sobre a liberdade de associação, a democracia em países de tendência liberal e todas as conseqüências, para o indivíduo, existentes nos regimes democráticos, em sua forma mais teórica, ou seja, nas questões da coletividade e da individualidade no liberalismo.

Tocqueville apontou para a relação entre as associações e a igualdade democrática. Como ele mesmo afirmou, “[...] são as associações que, nos países democráticos, devem tomar o lugar dos particulares poderosos que a igualdade de condições faz desaparecer”.¹²⁹ Em *A Democracia na América*, Tocqueville explorou a influência dos hábitos e dos costumes sobre o caráter das instituições políticas americanas. Procurou demonstrar os traços

¹²⁷ Weber afirmava, também, que o sistema partidário estimulava uma perigosa mistura de oportunistas burocráticos e incitadores do populacho, enlouquecidos pelo poder. (WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 341. (Coleção Os Pensadores))

¹²⁸ TRAGTEMBERG, Mauricio. *Burocracia e ideologia*. S. Paulo: Editora Ática, 1980, p. 168. Weber criticava os políticos de então, astuciosos e operantes, “[...] porém sem um pensamento político concreto criador” (*apud* TRAGTEMBERG, *op. cit.*, p.168-169).

¹²⁹ BELLAMY, *op. cit.*, p. 23

característicos dos americanos que tornaram a democracia liberal possível, segundo ele, no Novo Mundo.¹³⁰

Tocqueville, longe de ser um admirador inocente dos Estados Unidos, pois, como membro da aristocracia francesa, conservava um certo desprezo pelos regimes populares, via, na sociedade americana – como em todas as outras democráticas –, fortes tendências, tanto para o despotismo como para a tirania da maioria.¹³¹

A principal preocupação de Tocqueville é colocada nos seguintes termos: “[...] quais as condições necessárias para evitar o despotismo em sociedades igualitárias? Ou seja: como compatibilizar igualdade e liberdade?”¹³² O remédio que propôs aos seus contemporâneos contra os males da igualdade foi a liberdade política. Nos Estados Unidos, a igualdade se associou aos mecanismos da liberdade política, segundo ele, e os americanos foram sábios o suficiente para evitar o despotismo e estabelecer os princípios da soberania popular.

Essa soberania, ao contrário do que aconteceu na Europa, desenvolveu-se, na América, em instituições políticas concretas.¹³³ Nas palavras do autor:

[...] ali a sociedade age sozinha e sobre ela própria. Não existe poder, a não ser no seio dela; quase nem mesmo se encontram pessoas que ousem conceber e, sobretudo, exprimir a idéia de ir procurá-la noutra parte. O povo participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do poder executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à administração, tanto

¹³⁰ Entre os costumes dos estadunidenses, Tocqueville considerou a religião o fator mais importante para se compreender o caráter liberal da democracia nos Estados Unidos. Como salientou, a sociedade americana soube combinar o espírito de religião ao de liberdade.

¹³¹ Tocqueville, em sua constante preocupação com a anulação do indivíduo pela igualdade, vê, no desenvolvimento democrático dos povos, grandes perigos possíveis de acontecer. É a sociedade de massa permitindo que se realize a “tirania da maioria”, além do surgimento de um Estado autoritário e despótico. Em vários momentos da *Democracia na América*, trata dessa preocupação, de uma forma geral.

¹³² TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. S. Paulo: Editora Nacional, 1969, p. 167.

¹³³ Ao se dizer que Tocqueville discorda dos teóricos clássicos do liberalismo, remete-se ao fato de que ele enfrenta as questões no nível das realidades concretas, o desafio lançado pelos contratualistas clássicos, ao tratarem da questão da liberdade e da igualdade como categorias não contraditórias num todo. E a questão apresentada por ele que norteou todas as suas preocupações é “[...] o que fazer para que o desenvolvimento da igualdade irrefreável não seja inibidor da liberdade, podendo por isso vir a destruí-la?” (*apud* BALBACHEVSKY, Elizabeth Stuart. Mill: liberdade e representação. In: WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política*. São Paulo: Editora Ática, 2003, p.152).

se ressentem esta da sua origem popular e obedecem ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele.¹³⁴

Às instituições da soberania do povo, Tocqueville acrescentou outras duas vantagens políticas que contribuíram para salvaguardar a liberdade, quais sejam: a descentralização administrativa e as associações livres.

A descentralização administrativa, na América, produziu efeitos políticos admiráveis aos olhos de Tocqueville. Afirma ele que

[...] nos Estados Unidos, a pátria faz-se sentir por toda parte. É objeto de anseios desde a aldeia até a União inteira. O habitante liga-se a cada um dos interesses de seu país como aos seus próprios. Glorifica-se na glória da nação; no triunfo que ela obtém, julga reconhecer a sua própria obra e nela se eleva; rejubila-se com a prosperidade geral da qual tira proveito. Tem por sua pátria um sentimento análogo àquele que experimentamos pela família, e é ainda por uma espécie de egoísmo que se interessa pelo Estado.¹³⁵

As associações livres que Tocqueville encontrou na América foram tanto as associações civis, como as associações políticas. O autor chama a atenção para a facilidade com que os americanos se associavam na vida civil, tendo em vista os mais variados fins.

As associações políticas, voltadas para grandes empresas, reconduziam os homens uns aos outros, obrigando-os a saírem de suas famílias para se ajudarem mutuamente. Através delas, os homens “[...] aprendem a submeter a sua vontade à dos outros e a subordinar os seus esforços particulares à ação comum”.¹³⁶ Nos países democráticos, enunciou Tocqueville, “[...] as associações políticas formam, por assim dizer, os únicos particulares poderosos que aspiram dirigir o Estado”.¹³⁷

¹³⁴ TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 119.

¹³⁵ TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 160.

¹³⁶ TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 338.

¹³⁷ TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 105. Tocqueville diz que “[...] se não conseguirmos introduzir, pouco a pouco, e estabelecer, enfim, entre nós, instituições democráticas e se desistirmos de fornecer a todos os cidadãos idéias e sentimentos que inicialmente os preparem para a liberdade, e em seguida, lhes permitam o seu uso, não

O autor conclui, a respeito do “individualismo” liberal, que esse, à medida que as condições dos homens se tornam iguais entre o povo, os indivíduos parecem de menos e a sociedade ganha maior importância.

Sem a pretensão de comparar a situação política dos Estados Unidos com a dos países da América Latina, pode-se ver que, “no lado debaixo da linha do Equador”, o divórcio entre elite e povo-nação não foi superado, e o Estado não tem uma conotação familiar, como para os norte-americanos, segundo Tocqueville.

Assim, procurar ver as condições de transformação social e política da América Latina em direção à democracia significa levar em conta a situação de um capitalismo em consolidação, em que a constituição do Estado foi o produto de uma revolução feita a partir de cima. Desse modo, a categoria do nacional-popular de Gramsci pode funcionar para ajudar a perceber a ligação existente entre as formas culturais (herança cultural ou “misérias herdadas”) e aquilo que, em suas anotações sobre Maquiavel, ele chama de “vontade coletiva”.

Na América Latina, poder-se-ia dizer que a herança cultural atrapalhou a criação de uma vontade coletiva nacional-popular, e isso ocorreu devido à desestruturação levada a efeito por aqueles que passaram a deter o poder após a emancipação, e também aos partidos políticos, os quais, representando a burguesia, fizeram com que o grosso da população continuasse disperso e preso às suas construções identitárias individuais, em uma perspectiva absentéista, sem qualquer ligação ou tendência à associação.

Portanto, o Príncipe moderno não cumpriu sua função de organizador principal da hegemonia de classe, como terreno para que se explicitasse a vontade coletiva. A cultura

haverá independência para ninguém, nem para os burgueses, nem para o nobre, nem para o pobre, nem para o rico, mas uma tirania igual para todos; e antecipo que, se absolutamente não conseguirmos, com o tempo, estabelecer entre nós o império pacífico do maior número, cedo ou tarde, chegaremos ao poder ilimitado de um só” (TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 142).

popular latino-americana, com todas as suas características de desorganização, na qual se aglomeram diferentes concepções de mundo – fator que pode ser atribuído, também, a outras realidades –, acabou servindo aos propósitos das elites que tentavam se constituir em classe hegemônica.

Uma outra questão referente ao tema da democracia na América Latina e suas características é sua negação, representada pelo fenômeno do caudilhismo. Ao tratar desse tema, privilegiar-se-á o Paraguai, mas toda uma gama de conceitos de caudilhismo e situações criadas por ele ocorreram na maioria dos países latino-americanos.

No Paraguai, logo após a guerra de 1870, nos primeiros anos de vigência da constituição, alguns membros do exército que penetraram no meio político iniciaram atividades para o engrandecimento e proveito pessoais, o que os levou a constituir o seletivo grupo dos caudilhos da nação. Existiram em nível nacional, mas também, e principalmente, em nível regional.

Mas não foram somente os militares que tiveram esse ímpeto. Justo Pastor Benitez faz distinção entre o caudilho guerreiro, o militar e o de tipo político, a quem denomina condutor ou chefe do partido. Alfredo Violla comenta que o caudilhismo tem sua origem nos *encomenderos* da época colonial, os quais eram pessoas poderosas e temidas devido à sua riqueza.¹³⁸

A ocorrência do caudilhismo é uma tradição em toda a América Latina, guardadas as suas diferenças, segundo Chaves. No Paraguai, até o verbo “*acaudillar*” ou “*caudillar*” foi usado durante uma época e pode ser encontrado em vários livros de história; no entanto, esse

¹³⁸ “*Las características principales del caudillismo son, el arrastre personal del caudillo, ganado por su valentia, su machismo; la libertad de acción dada a sus hombres, para apoderarse de los bienes y riquezas de las regiones conquistadas, su emparentamiento, no solamente por el compradazgo, sino también por medio de una vida privada irregular, con la consecuencia de hijos habidos fuera del matrimonio. Estos caudillos fueron, generalmente despóticos e individualistas. Hoy afortunadamente, con la generalización de la cultura y los medios de comunicación, el caudillismo va desapareciendo de America*”. (VIOLA, Alfredo. *Reseña del desarrollo cultural del Paraguay*. Assunção: Ediciones Comunerós, 1982, p. 131).

verbo não consta dos dicionários de espanhol, sendo desconhecido tanto para os espanhóis quanto para os paraguaios de hoje. Ele é usado no sentido de comando, como no exemplo que segue: “*Al Paraguay – como única fuerza hegemónica y vital del Virreinato – le corresponde encabezar la resistencia, acaudillar a las gentes del hinterland*”.¹³⁹

As organizações partidárias surgidas no fim do século XIX tentaram enfraquecer e anular o caudilhismo e colocar a ênfase na política. Essa posição foi claramente defendida por vários membros dessas organizações, como Facundo Machain, José Segundo Decoud, Benigno Ferreira e Juan Silvano Godoi, mas a reunião de pessoas em torno de uma personalidade carismática, civil ou militar, que não dava importância à questão política – com vistas a uma prática democrática, ou de participação –, fizeram aumentar, cada vez mais, o caudilhismo, cujas atitudes não primavam pelas idéias, nem, muito menos, pelos projetos que se faziam para alcançar posições políticas, mas tão somente em seu poder e em sua capacidade de granjear simpatia e arregimentar seguidores.

O caudilhismo é atribuído à ausência de maturidade política das sociedades latino-americanas no século XIX, por Agustín Cueva, que contesta ser ele um fenômeno conseqüente da incapacidade congênita de suas populações.¹⁴⁰ Em outro momento, o autor estabelece uma ligação entre o caudilhismo e a falta de uma base econômica sólida em um país, pois os países, em sua fase pós-independência, que passavam pelo que o autor chama de período de anarquia, que vem antes de se consolidar nele o modo de produção capitalista, abre espaço para esse tipo de manifestação.¹⁴¹

¹³⁹ CHAVES, Julio César. *Historia de las relaciones entre Buenos-Aires y el Paraguay (1810 -1813)*. Assunção: Talleres Graficos Lumen Nosedá & Cia., 1959, p. 32.

¹⁴⁰ O autor refere-se ao fato de que o caudilho não é um militar como comumente se imagina, e até raramente um militar profissional. Em seguida, cita J. Lambert, que trata da origem dos caudilhos na América Latina: “No entanto, qualquer que fosse sua origem, o caudilho devia ser capaz de conduzir seus seguidores ao combate; por esta razão, mais de um grande proprietário, um advogado ou mesmo um bandoleiro chegou ao poder com o título de general conquistado nas revoluções” (CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. S. Paulo: Global Ed. 1983, p. 42).

¹⁴¹ CUEVA, *op. cit.*, p. 51.

A realidade do pós-independência, a maioria das vezes constituído pela anarquia anterior à fundação de um Estado nacional, pode ser verificada em quase todas as nações da América Latina, segundo Chasteen, Donghi, Octavio Ianni e outros. No Paraguai, ela foi tardia, pois o país vivia de forma pacata, enclausurado em seu espaço mediterrâneo, sem a influência do capitalismo e suas artimanhas para se apoderar do Estado, enquanto nos outros países da América Latina a implantação do capitalismo aconteceu logo após a emancipação, com os fenômenos da perda de terras por parte dos camponeses e as lutas pelo poder entre caudilhos e militares.

Assim, o espaço para oportunistas de toda sorte foi aberto, e a consequência foi a sobrevivência deles mesmo depois que o país detinha uma certa estrutura política, com os políticos já eleitos, permeando os tipos de relações entre Estado e sociedade, dando a tônica do modo de como fazer política.

Efraim Cardozo participa dessa idéia e a confirma quando comenta que

*[...] casi todos los presidentes designados en las primeras décadas conforme a la nueva constitución reunieron esas características. Cirilo Antonio Rivarola, Cándido Bareiro y Juan bautista Gill fueron los primeros. Surgieron luego los tres generales: Bernardino Caballero, Patricio Escobar y Juan Bautista Eguzquiza, los dos primeros combatentes de la guerra bajo las órdenes del mariscal López, y el tercero, miembro de la Legión. El mas esclarecido principista de las primeras horas, José Segundo Decoud, creyó patriótico prestar sus luces a estos gobernantes, y se convirtió en principal estadista y el director intelectual de los caudillos durante muchos años sin tener las características de los mismos.*¹⁴²

¹⁴² CARDOZO, Efraim. *Apuntes de historia cultural del Paraguay*. Asunción, Biblioteca de Estudios Paraguayos, Volume XI, [19–], p. 296. Assim, o termo caudilho é usado na história paraguaia como sinônimo de salvador da pátria, literalmente, e o julgamento mais comum, como se poderá ver, é que a necessidade dele se justifica pela crença de que há uma incapacidade geral por parte da população em se reger. Mas também, no país, o uso da palavra caudilho refere-se a qualquer líder popular, que tenha propostas. É usado na referência ao contexto político-econômico latino americano do século XIX, como aquele homem forte que imprime sua marca delimitando o modo como o poder será exercido. Para esclarecer os modos como eles aparecem, pode-se verificar as citações de autores como Chasteen, Octávio Ianni, Prieto e Alcalá. Em Ianni, encontra-se que eles são “Estruturas de poder e estilos de liderança determinados pela natureza das tensões sociais surgidas nos países que combinam a dependência econômica com formas nacionais, isto é, independentes, de organização social” (IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2. ed. S. Paulo: Ed. Ática, 1989, p. 47.) E em J. C. Chasteen, encontra-se que o caudilho, no poder, seria presidente e, na oposição, o segundo homem mais poderoso do país. “Os caudilhos eram tipicamente grandes proprietários de terras que podiam aplicar seus recursos pessoais no clientelismo ou na manutenção de exércitos privados. Os primeiros caudilhos

O autor assevera, ainda, que “[...] *no ha de confundirse al caudillismo representativo de masas populares con los pretorianos que han ejercido el poder en Hispanoamerica, que surgieron de los cuarteles*”.¹⁴³ No Paraguai, o caudilhismo foi um dos modos de ação dos membros de partidos políticos, os quais, mesmo não estando no poder, tinham um domínio personalista sobre o partido.¹⁴⁴

Além dessa visão, outros autores usam a palavra caudilho, dando-lhe um sentido de liderança apenas, colocando as figuras mais destacadas da política que estiveram voltadas ao advento das instituições democráticas nessa categoria. Carlos Centurion, entre outros autores, tratando dos fundadores do Partido Liberal, em especial de Antonio Taboada, denomina-o caudilho. Faz, antes, uma citação das qualidades dos fundadores: “*Sus fundadores no son propiamente doctrinarios ni teóricos. Son ciudadanos modestos, sinceramente amantes de la democracia, adversarios de la violencia y de los abusos. Tiene caudillos como Antonio*

tornaram-se proeminentes nas guerras da independência, depois estenderam a fama de líderes de homens dos tempos de guerra para a política dos tempos de paz, que não era precisamente pacífica, como veremos. Os caudilhos eram, muitas vezes, heróis de guerra que corporificavam qualidades masculinas ideais – bravura, lealdade, generosidade e glamour sexual” (CHASTEEN, John Charles. *América Latina, uma história de sangue e fogo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001, p. 106). Leandro Prieto Yegros, em seu livro *El proceso de la ditadura liberal*, de 1940, usa o discurso de um ministro do trabalho, Alejandro Marin Iglesias, para definir seu conceito de caudilho. Assim se expressa: “[...] a necessidade de um caudilho se justifica pois só ele pode salvar a pátria nos momentos de caos (*zozobra*), ele tem a virtude de encarnar o interesse superior da nação acima dos interesses mesquinhos dos partidos políticos” (YEGROS. Leandro P. *El proceso de la dictadura liberal de 1940*. Cuadernos Republicanos, Asunción, 1985, p. 70). Guido Rodriguez Alcalá, comentando a afirmação de O’Leary, em seu livro *Solano López y otros ensayos*, de que Francia era um caudilho ilustrado, e único político inteligente no Paraguai, e que por ser o único, se viu obrigado a governar ditatorialmente e que, mediante a prática de seu ilustrado caudilhismo, se formou a nação paraguaia, remete a noção de caudilhismo ao advento das idéias fascistas no Paraguai e apesar, segundo ele, do descrédito do fascismo, ele passou a fazer parte da ideologia dos governos paraguaios desde muito cedo (ALCALÁ, Guido Rodriguez. *Ideologia autoritaria*. Assunção: RP Ediciones, 1987, p. 59).

¹⁴³ BENITEZ, Justo Pastor Benitez. Historia contemporánea del Paraguai a partir de 1870. In: LEVENE, Ricardo. *História da América*. Buenos Aires: [s. n.], 1943, t. 9, p. 57. (2)

¹⁴⁴ Crocetti, em seu Dicionário de política paraguaia, em um verbete denominado “*Caudillismo Colorado, la era del*”, afirma que todos os presidentes que governaram o Paraguai na primeira época colorada, de 1870 a 1904, foram caudilhos, ou utilizavam-se desse esquema para governar o país (CROCETTI, Sandra. *Diccionario político del Paraguai*: Historico y Constitucional. 2. ed. Asunción, Promociones Culturales, 1997, p. 143.

Taboada heredero de las virtudes cívicas de su hermano Rufino Taboada, muerto prematuramente; como Felipe Torrentes y Avelino Garcete”.¹⁴⁵

A consideração feita a Guggiari como caudilho por vários historiadores é digna de nota – pois, como presidente dotado de aceitação popular, ao mesmo tempo em que legislou em favor dos trabalhadores, também praticou atos de violência contra estudantes e trabalhadores, sempre resultando mortos e feridos –; ela encerra todas as características mais bizarras do caudilho de modo geral. Casabianca utiliza-se dos seguintes termos para defini-lo: “*Más caudillo que hombre de Estado y similar a Caballero por su popularidad entre las masas, Guggiari no tenia el espíritu previsor de Eligio Ayala ni el savoir faire de Eusebio Ayala, sus dos predecesores inmediatos [...]*”.¹⁴⁶

O mesmo autor comenta que os caudilhos populares, em contraste com os soldados políticos, prepotentes e inimigos da democracia, tinham ímpetos populistas. E conclui que um dos antídotos contra os dois tipos de caudilhismo é a formação de uma polícia organizada, e de um exército nacional com formação superior, para que se possa canalizar, de forma institucionalizada, as expressões dessa força.

No período que se estende de 1887 a 1920, o caudilhismo e o “cumpadrazgo” ou o “padriñazgo” constituíram-se nas principais características políticas do país. Esse sistema foi o maior responsável pelas constantes revoluções e golpes.

Sobre a história da gênese dos partidos vista pelo ângulo da existência do caudilhismo, Efraim Cardoso afirma que as forças políticas que atuavam em torno de um caudilho, sem um programa definido, à mercê de seus mandos e desmandos, resolveram formar partidos,

¹⁴⁵ Nos próximos parágrafos, tem-se os maiores elogios a Taboada como caudilho, que enfrentou todos os perigos nos comícios, não se importou de ter sido preso, exilado, tudo em função da sobrevivência das instituições democráticas (CENTURION, Carlos R. *Jornadas opositoras*. Assunção: Imprenta Ariel, 1935, p. 14).

¹⁴⁶ CASABIANCA, Ange François, *Una guerra desconocida*. Assunção: [s. n.] [19–], p. 205.

iniciando-se pelo grupo que fazia oposição ao governo, também constituído por um caudilho (Partido Liberal), e depois pelo grupo do poder, que já levava o nome de Partido Colorado.¹⁴⁷

O sistema de partidos no Paraguai, com o Partido Colorado detendo, na maioria das vezes, o poder, pode ser incluído no que Giovanni Sartori, citado por Goiris, chama de partido hegemônico autoritário, pois, com tantos anos no poder, conseguiu configurar a mente de seu eleitor com uma propaganda maciça que levou à despolitização, à alienação e ao fanatismo toda a nação. Sartori afirma, sobre esse tipo de partido, que eles

[...] no permiten una competencia oficial por el poder, ni una competencia de facto. Se permite que existan otros partidos, pero como partidos de Segunda... no se les permite competir con el partido hegemónico en términos antagónicos y en pie de igualdad. No solo no se produce de hecho la alteración de partidos; no puede ocurrir esto dado que ni siquiera se contempla la posibilidad de una rotación en el poder.¹⁴⁸

Essa é a característica do Partido Colorado, portanto, que se configurou como um partido que atuou sempre dessa forma e que acabou por fomentar as relações verticais, hierárquicas, autoritárias e oligarquizadas. Assim, eternalizou o clientelismo, o paternalismo e fez com que essas idéias fossem assumidas por todos, pois, até os dias de hoje, consegue ter a maioria, que vota nele de forma tranqüila.

1.6 CONFIGURAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS

Os países que compõem a América Latina tiveram seus processos de emancipação iniciados nos primórdios do século XIX. O Paraguai foi o primeiro deles a alcançar sua independência das cortes espanholas, em 1811.

¹⁴⁷ CARDOZO, Efraim, *op. cit.*, p. 167.

¹⁴⁸ GOIRIS, *op. cit.*, p. 240.

Após sua independência, feita pelos chamados “próceres de maio”, que eram os representantes do grupo militar, e de funcionários da coroa, espanhóis ou não, a configuração das classes sociais no Paraguai sofreu alterações significativas.

A incipiente burguesia existente no país dividia-se entre aqueles que se inclinavam à Espanha e os que se inclinavam à Argentina. Era uma burguesia sem expressão de idéias, apenas uma burguesia comercial, ligada à aduana de Buenos Aires.

Os proprietários que estavam ligados à Espanha, neles incluídos os fazendeiros, tiveram suas terras e suas propriedades confiscadas pelo governo. Esse tomou também aquelas que pertenciam à Igreja. Dessa forma, toda a oligarquia local foi destruída, como classe social.

Ao colocar termo nas oligarquias, pretendia-se livrar da burocracia que, segundo o novo governo, minava as bases do país.

Com a entrada de Francia no poder, deu-se a interrupção do comércio com o exterior, cuja justificativa era a de beneficiar a produção local. Essa decisão fez com que os grandes comerciantes ficassem arruinados, sendo obrigados a trabalhar como camponeses para ganharem seu sustento.

Os governos dos demais ditadores que se seguiram a Francia continuaram a taxar as obras particulares, a cobrar pesados impostos a lojas e repartições comerciais e às casas de alvenaria, consideradas um luxo, criando uma situação de grande acumulação de excedentes pelo Estado.

O nivelamento das classes foi um fato durante esse período. Os comerciantes quase não conseguiam manter seus estabelecimentos abertos, devido aos pesados impostos; as

peessoas comuns tiveram que vender suas casas de alvenaria ao governo, que as transformava em prisões ou repartição pública, e morar em casebres ou perambular pelas ruas.

O país passou, assim, a contar com somente um grupo social intermediário, composto por pequenos e médios proprietários, que constituiu a incipiente e pequena burguesia, chamados de “*chacreros*”, em sua maioria camponeses, dedicados ao cultivo do tabaco e outros produtos agropecuários. A política praticada pelo Estado, porém, não eliminou a propriedade privada, a contradição entre as classes e a exploração.

A partir das medidas econômicas da utilização das terras fiscais determinadas por Francia, por cujo arrendamento o camponês pagava quantias simbólicas, a base social da ditadura foi representada pelas massas de trabalhadores – os peões agrícolas, artesãos, pequenos comerciantes e membros do baixo clero, e também pelos pequenos e médios proprietários que passaram a apoiar o ditador, aprovando sua política. Assim, até a terra participou da formulação dos mitos no país onde todos tinham terra fácil, e foi também essa uma das razões do apoio à administração dos ditadores.

As classes mencionadas são denominadas de “o povo paraguaio” por historiadores como Benitez e Chaves, ao qual se referem como dotado de uma grande passividade e medo, ante o paternalismo dos ditadores. Esse “povo” é caracterizado por eles por dedicar-se totalmente ao trabalho e sofrer uma vigilância rigorosa. Por outro lado, esses autores lembram que o povo reconhecia a situação como uma vantagem, a de não serem perseguidos ou explorados pelas oligarquias improdutivas, e viverem de forma quase livre: “[...] *encuentra una desconocida forma de libertad. La libertad de no precisar más inclinarse a los*

preconceptos de los jesuítas. Y gana algunos condicionamientos que comienzan a plasmar un nuevo sentimiento popular”.¹⁴⁹

No campo, sobreviveram, ainda, algumas camadas intermediárias, cujas terras não foram confiscadas, mas seus proprietários ficaram sem condições de beneficiá-las, pois o país não tinha um proletariado rural para trabalhar no cultivo de fazendas particulares. Assim, sem mão-de-obra para seu cultivo, muitas delas viriam a ser tomadas pelo governo, devido ao estado de abandono.¹⁵⁰

Os funcionários públicos, e o pequeno número de intelectuais que se formou a partir do final do governo de Carlos Antonio López, dedicados às publicações da imprensa oficial, chamada *Repertorio Nacional*, que continha textos sobre as disposições oficiais, bem como aqueles dedicados ao jornalismo, não pertenciam à classe média. Os professores também não pertenciam a uma classe média, pois Francia fechou quase todas as escolas.¹⁵¹ Somente a partir de Carlos López é que elas voltaram a funcionar, mas os salários não eram significativos, tendo cada professor que complementar a renda com outras atividades, inclusive a de trabalhador rural.

¹⁴⁹ CHAVES, Julio César. *Compendio de Historia Paraguaya*. Assunção: Carlos Schauman Editor, [19–], p. 115. (1)

¹⁵⁰ “*La falta de brazos (mano de obra rural libre) ha sido dramática durante casi todo el periodo de los ditadores. Obligados a prestaciones de servicios en los presidios, en las fronteras repeliendo las incursiones de los Estados vecinos, hicieron que la carencia de mano de obra en el Paraguay rural fuese crónica*” (BENITEZ, Luis G. *Manual de Historia Paraguaya*. Assunção: Editora Comuneros, [19–], *op. cit.*, p. 20-23. (2)

¹⁵¹ “*El largo periodo francista, significó un lamentable estancamiento cuantitativo e qualitativo de la educación publica [...] A nivel elemental o de primeras letras; el Dr. Francia no creó escuelas públicas, ni se preocupó por conservar las existentes [...] Los maestros recibían un modesto sueldo del Estado, y además una res por mes, generos y otros pequeños auxilios*” (BENITEZ, Luis G., *op. cit.*, p. 115. (2)). Carlos Pastore dá uma descrição mais detalhada do problema da educação e da cultura durante o período de Francia. “*En el plano cultural la administración del dictador tuvo también definidos efectos. Clausuró el Colegio y Seminario de San Carlos, ordeno el cierre de los conventos, de sus centros de estudios; suprimió el servicio de los correos... En la capital se permitió el funcionamiento de dos únicas escuelas primarias. No fundó una escuela en todo el tiempo de su administración de um cuarto de siglo, ni permitió la entrada en el país de libros, revistas y diarios destinados a la población, ni se editó dentro del territorio nacional hoja impresa alguna publica ni privada; y a su muerte, fueron liberados 600 presos políticos pertenecientes al setor ilustrado de la población*” (PASTORE, Carlos. Introducción a una Historia económica del Paraguay en el siglo XIX. In: *Historia Paraguaya*. Anuário de la Academia Paraguaya de la Historia, v. XVI, Asunción, 1978, p. 112. (2)).

Após a guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), a composição da sociedade paraguaia de final do século XIX e início do seguinte tornou-se algo bastante complexo. O país era predominantemente agrário e a população rural foi destituída de suas terras, com as leis de 1883 e 1885, que regulamentavam a venda das terras fiscais, o que caracterizou uma situação social indefinida. Um grande contingente populacional recém-saído do campo perambulava de fazenda em fazenda ou acabava por se fixar nas cidades, vivendo na miséria.

A densidade demográfica do país, ao final do século XIX, era muito baixa; só a partir do século seguinte a situação se modificou e houve um aumento significativo, pois, no início do século, o Paraguai tinha 450.000 habitantes e, a partir de 1930, 1.000.000.¹⁵²

Esse contingente populacional foi sendo distribuído, de forma que a concentração na área urbana aumentou pelo fato de as cidades começarem a oferecer uma infra-estrutura melhor e pela desapropriação das terras fiscais, fazendo com que o agricultor buscasse emprego nelas. Sua composição, que antes era de pequenos comerciantes, artesãos e de uma incipiente burguesia, modificou-se, contando com uma população de desempregados provenientes do meio rural.

Assim, a situação mudara e, segundo Carlos Pastore, o panorama social era um arremedo da feição de uma sociedade industrial. Aqueles que perderam a terra agora vendiam seu trabalho para o aristocrata fundiário, pois formava-se o grande latifúndio em todo o país, e aqueles que não conseguiam se fixar no campo vinham trabalhar nas cidades, ou simplesmente tentar viver nelas, por falta de opção.¹⁵³

Quando o Partido Liberal chega ao poder, a situação social é calamitosa, pois as indústrias e as agro-indústrias estavam apenas iniciando suas atividades e as cidades estavam inchadas. Aos poucos, o país vai adquirindo uma configuração bem típica do sistema

¹⁵² CHAVES, *op. cit.*, p.34. (1)

¹⁵³ PASTORE, 1972, *op. cit.*, p. 25. (2)

capitalista, mas nem tanto industrial ainda. Tem-se, agora, uma burguesia mais definida, composta pelos paraguaios que voltaram da Argentina e retornaram às suas atividades no campo e na cidade e por estrangeiros que compraram terras e fundaram indústrias, propiciando o início da constituição de um proletariado urbano.

A classe média praticamente não existia e o Partido Liberal acentuou o fosso entre as classes, porque não praticou uma política de incentivo à pequena indústria. Os profissionais liberais só encontravam emprego nos órgãos do governo.¹⁵⁴ Seu trabalho não era reconhecido como importante para o poder e o funcionalismo não contou com altos cargos, como em outros países.

A situação, comum às várias classes que não pertenciam diretamente ao poder, à aristocracia fundiária ou à burguesia urbana, era o trabalho sem remuneração suficiente, salários atrasados, exploração e semi-escravidão, além de salários incompatíveis com a função.

A classe dos professores não foi exceção. Esta foi uma classe que continuava, desde o tempo dos ditadores, a não gozar de um estatuto, regularizando sua profissão, sendo a atividade educativa vista como algo de somenos importância. A esse respeito, Navero propôs aos congressistas que o magistério se tornasse uma carreira, e que os professores pudessem se beneficiar de todas as benesses do serviço público.¹⁵⁵

A improvisação no magistério, a falta de professores, ou, ainda, a falta de assiduidade dos mesmos, por terem que complementar os salários com outras atividades, bem como sua

¹⁵⁴ RIVAROLA, *op. cit.* p. 54. (1)

¹⁵⁵ “*Es cierto que la nación tense manifestado un tanto ingrata con sus maestros fieles, ni remuneración suficiente, ni estatuto, ni garantías de cualquier especie contra las arbitrariedades gubernativas, ni estímulos morales para la dedicación y competencia. Así es la condición del profesor paraguayo, él sobreeleva sin ninguna reclamación sigue multiplicando sus esfuerzos a favor de la niñez y juventud. Creo que sea mi deber mejorar la condición de los educadores. En uno de los proyectos que voy presentar en este período legislativo, se busca sanar esas deficiencias con el objetivo del magisterio se quedar una verdadera carrera*” (NAVERO, 1910, MP, p. 44).

formação, foram temas abordados nessa mensagem, e muitas sugestões para melhorar a qualidade do ensino foram feitas aos congressistas, como “[...] *la creación de becas de estudios en el extranjero, estimular a nuestros profesores y maestros para escribir libros de texto aplicables a todos los ordenes de instrucción pública [...]*” e outras idéias, como a da obrigatoriedade do ensino básico, etc.¹⁵⁶

A questão dos professores e da educação foi mencionada em todas as mensagens presidenciais, e ainda que muitas dessas disposições não fossem efetivadas, em seus relatórios os presidentes acusavam as conquistas e derrotas no setor, muito embora a preocupação maior do governo fosse a de sanear a moeda, para resolver problemas inclusive educacionais, quando esses se ligavam à falta de verbas para a educação.

As classes proprietárias, portanto, que conseguiram remover as barreiras regionais da economia fechada do tempo dos ditadores, que impediam a emergência de uma infra-estrutura capitalista, realizaram uma transformação econômica que permitiu ao país modernizar-se, gradativamente, e iniciar uma relação com o trabalho assalariado, que antes praticamente inexistia, e torná-lo efetivamente capitalista.

Assim, a junção da burguesia urbana com a aristocracia, alijando as classes não possuidoras do poder, só serviu para operar a seu favor, propondo projetos que fossem financiados pelo Estado. A modernização econômica do país, em que eram os maiores beneficiados, não trazia alterações para a sociedade e deixava o panorama da situação das classes intocado.

A configuração da sociedade existente no início da atuação do Partido Liberal só mudou, mais tarde, portanto, para se caracterizar, cada vez mais, com as relações capitalistas de produção, com uma exclusão que crescia em proporção direta ao crescimento da elite que

¹⁵⁶ NAVERO, 1910, MP, p. 46.

estava no poder, a aristocracia rural e a burguesia urbana. Projetos e propostas foram feitos nos discursos, devido ao aumento dos problemas sociais que o país começou a ter, caracterizado pelas greves e movimentos de toda sorte.

É possível observar que toda a política assumida pelo Partido Liberal era alheia aos interesses populares: os funcionários eram nomeados de forma clientelista, sem concurso ou possibilidade de todos participarem, por seus méritos; usou-se de tráfico de influências, que só favorecia aos aliados políticos e aos cidadãos mais bem relacionados, de condição econômica igualmente elevada, havendo muita impunidade, e outros problemas, que a maioria dos autores e historiadores paraguaios atribuem à sobrevivência da cultura autoritária.

1.7 A CULTURA POLÍTICA E A DOCTRINA DOS FUNDADORES DO PARTIDO

Estabelecer, no rol das questões ideológicas de início de século XX, a cultura política e a doutrina dos fundadores do Partido Liberal pode ajudar a entender muitas de suas atitudes tomadas ao longo de sua permanência no poder, pois, com o passar do tempo, essas idéias foram assumidas pelos demais membros do partido.

Entende-se, para esse propósito, cultura política como um modelo de atitudes, baseado em um conjunto de crenças, normas e orientações das pessoas, em geral, com relação à política. Esse modelo é compartilhado pelos membros de um grupo ou partido, e até pela sociedade inteira, quando se diz que a família, o sistema escolar e os meios de comunicação social são elementos de socialização política. Digno de nota é o fato de que esse processo pode ser transmitido de geração em geração.

A cultura política não deve ser entendida somente como um legado histórico, pois ela se liga ao presente de forma dialética, e modifica-se em contato com ele. É viva e se transforma cotidianamente.

Segundo Goiris, ela tem dois rostos. Um deles, democrático e positivo, baseado no pluralismo, na ética, no voto popular e na tolerância política, e o outro perverso e antidemocrático, como o autoritarismo “[...] (*cultura autoritaria*), *la sumisión (cultura del sometimiento)*, *el prebendarismo*, *el clientelismo*, *la violència política y la corrupción*”.¹⁵⁷ Desse modo, para o autor, cada país tem um perfil cultural, mesmo que não se possa generalizar os elementos de uma determinada cultura política.

Goiris comenta, também, que é cada vez mais evidente, no debate contemporâneo, que o atraso e o progresso dos povos têm relação com a cultura, e esta com a cultura política. No caso paraguaio, a pobreza e a desigualdade social, afirma ele, originadas por diversos fatores históricos e políticos, são agravadas pela forte presença de uma cultura política do tipo não democrático.¹⁵⁸

Relacionando o termo doutrina à cultura política, adotou-se, para a análise das idéias dos fundadores do Partido Liberal paraguaio, o conceito de doutrina no âmbito político, segundo Saffo Testoni Binetti, como um complexo orgânico de idéias, resultado de uma reflexão, enunciadas por um chefe de Estado, responsável pela linha política que seu país terá que seguir nas variadas áreas que essa abrange.¹⁵⁹

¹⁵⁷ GOIRIS, *op. cit.*, p. 222.

¹⁵⁸ Cultura, para o autor, é o “[...] *resultado del comportamiento y de valores de todos los ciudadanos en la vida nacional, entendidos como seres sociopolíticos. Este resultado, como se ha visto, puede tener manifestaciones democráticas y no democráticas*”. E o conceito de cultura política, dado por ele, compreende “[...] *una forma particular de orientación de las personas para la acción política y representa también ciertas creencias y valores típicos de un país, de un pueblo*”. Assim, a cultura política, para Goiris., poderia explicar o comportamento político de uma sociedade. (GOIRIS, *op. cit.*, p. 222).

¹⁵⁹ BINETTI, Saffo Testoni. Doutrina. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N; PASQUINO, G. *Diccionario de Política*. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 381.

Assim, as obras dos fundadores, ao manifestarem seus princípios, podem ajudar a compreender o processo cultural político do país, uma vez que seus autores foram determinados por ele, ocorrendo que se possa, em um segundo momento, também vir a determiná-lo, uma vez que, como afirmou Goiris, a cultura política é viva, dialética, e não estática como um legado histórico pré-definido e acabado.

Desse modo, a cultura política do Paraguai e, principalmente, a dos membros do Partido Liberal, pode ser entendida pela investigação de seu universo doutrinário, através das obras que escreveram em forma de teses, coletânea de discursos comentados, dicionários de política e outras publicações panfletárias. São obras dirigidas a fundamentar o processo político republicano e liberal, tocando, preferencialmente, o tema das eleições, antes e depois da chegada do partido ao poder, críticas ao autoritarismo, à política da submissão, e considerações sobre o liberalismo aplicado à realidade paraguaia. Encontra-se nessas obras, portanto, uma leitura da realidade política do país, incluindo considerações teóricas.

Como introdução à compreensão da conjuntura em que os membros do Partido Liberal escreveram suas obras, e colocaram suas doutrinas, um trecho de Efraim Cardozo pode ajudar a compreender esse entorno. Assim, no livro *“Apuntes de historia cultural del Paraguay”*, o autor defende a idéia de que a implantação do liberalismo no Paraguai constituiu-se de “[...] *una compleja combinación de principios y discursos traídos por los paraguayos que estuvieron en Buenos Aires*”.¹⁶⁰ Ele afirma que a volta desse contingente e a veiculação de suas idéias alteraram completamente a história do país. Ressalta, porém, que as idéias liberais foram implantadas antes de existir uma base social que pudesse sustentá-las, porque a classe burguesa, representada pela nova oligarquia, ainda estava em formação.

¹⁶⁰ CARDOZO, Efraim, *op. cit.*, p. 311).

Cardozo mostra como a volta dessas pessoas alterou a vida cultural e sócio-política do país, comentando que, a partir daí, o Paraguai passa para sua maioridade.¹⁶¹ Fica claro que, durante o tempo dos ditadores, as atividades culturais existiam em germe, mas não podiam aparecer, pois, com Francia, a imprensa e as publicações bibliográficas foram proibidas e, no tempo dos López, só existia a imprensa oficial e a publicação de livros de conteúdo épico, sempre relacionado aos ditadores.¹⁶²

Não se pode esquecer que, enquanto estavam na Argentina, os exilados paraguaios estudaram economia, letras, direito, e viveram problemas típicos de regimes liberais, constitucionais. Participaram ativamente de movimentos, pois ficaram por muito tempo naquele país, adotando-o, de certa forma, para si, criando uma cultura política diferente da existente no Paraguai no mesmo período.

A chegada desses exilados e o início da reconstrução do país acarretariam um processo de politização que, de início, era tímido, mas que se fez cada vez mais presente, tanto nas manifestações dos envolvidos diretamente no afã político, quanto naqueles que estavam submetidos a ele. Desempenharam seu papel, enquanto políticos e intelectuais, para a difusão de idéias contrárias ao autoritarismo, de um modo geral. Foi o início da divulgação de um

¹⁶¹ “*Con la vuelta de los primeros abogados de la universidad Nacional, el Paraguay que estaba se reconstituyendo, deja de ser el Paraguay niño para se transformar en Paraguay joven. Empieza una nueva fase en la historia cultural de la nación. Surge una floración de grandes figuras intelectuales, como nunca havia existido en el país, las letras empiezan a dar frutos orgánicos, la producción bibliográfica dejan de ser esporádica, las artes plásticas granjean sus primeros triunfos, la música gana jerarquía, nace la actividad científica, la economía se expande, la organización jurídica se afirma e en todos os aspectos ha un impulso firme de progreso. En 1904 el Partido Liberal suplanta el Partido Colorado en el gobierno pero tienen un deseo de mantener el régimen instituido en 1970 aún que la intensidad continua sendo una característica de la época. Este periodo estará todo sobre la égida de los hombres formados y paraguayos cultos aún que muchos extranjeros ilustres cooperen con esa tarea para llegar a la época posterior, también llamada de época autónoma por Carlos R. Centurión*” (CARDOZO, Efraim, *op. cit.*, p. 311).

¹⁶² “*Una comunidad intelectual se va constituyendo despacio en el Paraguay, ganando espacios frente al oscuridad y el trabajo aislado. Su esencia y vitalidad constituyen un imperativo para una sociedad que precisa pensar en ella misma. La comunidad intelectual que haz de lo pensar su oficio, forma parte de la comunidad intelectual de nuestro país. Los intelectuales individualmente en el país o en exilio no pudieron desenvolver un combate efectivo por la libertad del pensamiento y de expresiones basado en la generación de ideas, métodos, enfoques y interpretaciones innovadoras en plan de la creación científica*” (ARDITI, Benjamin; RODRIGUEZ, José Carlos. *La sociedad apesar del Estado: Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*. Assunção: El Lector, 1987, p. 6).

ideário, o qual, mais tarde, veio a congregar boa parcela de políticos, no sentido de organizar o partido e o país.

O papel dos intelectuais no Paraguai pode ser entendido, em sua função político-social, como o daqueles elementos que estiveram ligados não a uma classe específica, mas a um partido. Isto porque o Partido Colorado taxava o conhecimento e os indivíduos formados em cursos superiores de “aqueles que aprenderam para ludibriar o povo”. Desse modo, os intelectuais do país estiveram sempre do lado do Partido Liberal, pois seus membros pertenciam a uma elite, não econômica, mas cultural.

Não se pode dizer que esses intelectuais tiveram uma atitude servil para com as classes dirigentes, porque eles mesmos eram os dirigentes, na maioria das vezes. Foram os expoentes da intelectualidade do país, e também aqueles que escreveram os ideários do partido, publicaram teses e livros, e, ao mesmo tempo, exerceram cargos elevados no governo, sendo que alguns foram, inclusive, presidentes.

Um dos expoentes do Partido Liberal, considerado intelectual, já citado, Cecílio Báez, publicou sua tese de doutorado e escreveu livros sobre o autoritarismo e sobre o tema da liberdade no liberalismo. Em seu trabalho, “*Ensayo sobre la libertad civil*”,¹⁶³ de 1893, que é sua tese de doutorado em Direito, apresenta, antes da parte jurídica que é seu objeto, um capítulo no qual desenvolve os princípios liberais, baseando-se no pensamento dos teóricos do século XIX, muitas vezes sem citar o autor, mas revelando familiaridade com o tema. Em seu outro trabalho, de título *La tirania en el Paraguay sus causas e resultados*, de 1903, reúne artigos de periódicos, em quase 300 páginas sobre a história do país através dessa fonte, no qual faz uma crítica ao caráter autoritário presente nos costumes nacionais.¹⁶⁴

¹⁶³ BÁEZ, Cecílio. *Ensayo sobre la libertad civil*. Assunção: La Democracia, 1893. (1)

¹⁶⁴ BÁEZ, Cecílio. *La tirania en el Paraguay: Sus causas y resultados*. Assunção: Tipografía El Pais, 1903. (2)

Seu pensamento revela sua posição de liberal. Em trecho de um discurso frente a uma manifestação de trabalhadores, essa posição pode ser atestada: “*Yo miro en vosotros ciudadanos obreros no a los enemigos del capital, tampoco a los perturbadores del orden, sino a los humildes postulantes de la justicia pero asimismo no considero a los capitalistas en tésis general, como los opresores de vuestro gremio. No existe el pretendido conflicto entre el capital y el trabajo, como han dado en afirmar algunos*”.¹⁶⁵

Em suas obras e em seus discursos, essa idéia é retomada, e pode ser vista como demagógica, ou mesmo como posição assumida frente ao liberalismo.

Mas, mesmo entre aqueles que participaram como membros do Partido Liberal pode-se entrever críticas ao pensamento liberal, e estas aparecem sob várias formas, como por parte de Justo Prieto, o qual, em um de seus primeiros trabalhos, “*Apuntes de Moral e Cívica*”, deixa perceber, em um dos trechos concernentes ao liberalismo, que acreditava não ser este uma doutrina definitiva, mas uma ideologia abstrata.¹⁶⁶

Essa idéia do liberalismo como algo abstrato pode ser encontrada, também, nos dicionários de política e economia, e em manuais escolares publicados por autores da época, incluindo aqueles pertencentes ao partido.¹⁶⁷

¹⁶⁵ *Discurso a una manifestación obrera, coincidiendo con conmemoración de la fiesta patria de 1906.* Assunção: Archivo del Liberalismo.

¹⁶⁶ “*Liberalismo – el principio del liberalismo es un cuerpo de doctrina que acepta la libertad como el principio regulador de la vida y sustente sus consecuencias. En la práctica, el liberalismo es una palabra vaga y de significados variados. Ha liberales en los imperios absolutos, sin que dejan de conocer esa forma de gobierno y también ha liberales en las monarquías sin desconócelas y los existen también en la republica. Se entiende por libertad civil la que es regulada por la ley y protegida por el Estado*” (PRIETO, Justo. *Apuntes de Moral e Cívica*. Buenos Aires: Editorial Asunción, 1903. p. 13. (1))

¹⁶⁷ Essa idéia vem sendo veiculada desde o século XIX até os dias atuais. Atualmente pode-se atestar, por exemplo, em Richard Bellamy, que o liberalismo é considerado uma “[...] mescla de sofisticação filosófica e ingenuidade social e política” (BELLAMY, *op. cit.*, p. 383). E o mesmo autor remete ao passado, afirmando que somente uma parte da tradição inglesa não caiu nessa fraqueza, percebendo em que grau as idéias liberais eram “[...] caudatárias de um contexto social e político particular para que se tornasse moral e sociologicamente plausível” (BELLAMY, 1994, *op. cit.*, p. 384). Croce afirma ser o liberalismo uma doutrina metapolítica, co-extensiva à sua concepção historicista da realidade, que era o desenvolvimento progressista do espírito (CROCE, Benedetto. *A História, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 57).

Prieto, porém, escreveu obras tratando do liberalismo, demonstrando suas idéias e revelando uma compreensão dele como ideologia na história das várias nações por ele atingidas. Em seu dicionário do liberalismo, intitulado *Diccionario del liberalismo comentado*,¹⁶⁸ traz definições, termos técnicos e políticos vistos sob o prisma do liberalismo, e em *Elementos ideológicos de la emancipación americana*,¹⁶⁹ que contém três artigos, destaca as causas ideológicas e históricas que desembocaram na independência do Paraguai. Nessas obras reavalia as idéias liberais da Revolução Francesa e os fatores estruturais da autodeterminação dos povos, baseada no liberalismo.

Ainda em Prieto, encontra-se um item dedicado a tratar da Revolução Francesa, mostrando as conseqüências institucionais daquela revolução. Sobreleva determinados quesitos, os quais considera uma conquista do liberalismo.¹⁷⁰

Outros conceitos e críticas formulados por Prieto aparecem em seu trabalho *Manual del ciudadano liberal*, de 1926, no qual, no capítulo “Vida e doutrina do liberalismo”, o autor faz menção aos economistas da época da Revolução Industrial que desenvolveram diretrizes que pensavam ser válidas tanto para o mundo social como para o econômico, e pensavam poderem ser elas estendidas a todos os países e a todas as épocas. Bastava, portanto, que os homens se coadunassem aos ditames dessas diretrizes para viverem em harmonia com o todo da sociedade.

¹⁶⁸ PRIETO, Justo. *Diccionario del liberalismo comentado*. Puebla, México: Ed. Cajica, 1913. (2)

¹⁶⁹ PRIETO, Justo. *Elementos ideológicos de la emancipación americana*. Assunção: El Enano, 1925. (3)

¹⁷⁰ 1°. *Preeminencia de los derechos del pueblo sobre los derechos de los Estados*.

2°. *Someter el rey las mismas leyes que rigen el pueblo*.

3°. *La separación del campo político de lo religioso*.

4°. *Proclamación del lema “La nación y el rey” y posteriormente su substitución por la formula amplia y definitiva “El pueblo, la ley y el ciudadano”* (PRIETO, Justo. *Manual del ciudadano liberal paraguayo*. Buenos Aires: Editorial Asunción, 1926. p. 16. (4)).

O autor salienta, ainda, a pretensão dos economistas de tratarem essas diretrizes como “leis naturais”, segundo as quais o homem, em seu processo de desenvolvimento e evolução, caminha, necessariamente, para as relações de cunho “liberal”.¹⁷¹

Outro autor que também foi presidente, como Cecílio Báez, foi Eusebio Ayala, que aparece nos livros de história não como presidente do Partido Liberal, mas no conjunto dos “*Intelectuales e estadistas de la defensa del Chaco*”. Isto se deve ao fato de que muitas vezes, os livros de história não consideram o período em que o Partido Liberal esteve no poder. Consideram somente o governo do Partido Colorado. Quando se espera encontrar algo sobre esse período, é comum o autor pular para o período posterior. Até a guerra do Chaco é tratada sem se mencionar que o partido que esteve à frente dela foi o liberal.¹⁷²

O pensamento de Eusebio Ayala pode ser conhecido pelas mensagens que proferiu ao Congresso, e por suas obras. Ele publicou, em 1906, o “*Programa razonado del Partido Liberal*”,¹⁷³ e, em 1935, seu discurso “*Discurso con motivo de la entrega de la Medalla de la defensa del Chaco, por el Honorable Congreso Nacional*”.¹⁷⁴ Uma publicação em seu nome, feita em 1989, por um autor desconhecido, cujo título é *Patria y libertad*,¹⁷⁵ é uma coletânea dos discursos que proferiu de 1929 a 1935, acompanhados de comentários sobre a situação do país, escritos por esse autor desconhecido.

Os temas referentes ao indivíduo e à coletividade são comuns aos vários autores liberais. Juan Vicente Ramirez, que escreveu, entre outras obras, *La cuestión social*, em 1919, tinha por tema a problemática do trabalho, sugerindo alternativas liberais para a saída das

¹⁷¹ PRIETO, *op. cit.*, p. 1. (4).

¹⁷² Entre os livros em que se pode atestar esse desapareço pelo Partido Liberal, estão *História Cultural*, de Luis G. Benitez, sem data, *Compendio de historia paraguaya*, de Julio César Chaves, sem data, e uma enciclopédia, *Crónica história e ilustrada del Paraguay*; sobre a guerra do Chaco, um deles é *El Chaco paraguayo, integración sociocultural de los menonitas a la sociedad nacional*, de Manfredo Ramirez Russo, de 1983.

¹⁷³ AYALA, Eusebio. *Programa razonado del Partido Liberal*. Assunção: [s. n.], 1906. (3)

¹⁷⁴ AYALA, Eusebio. *Discurso con motivo de la entrega de la medalla de la Defensa del Chaco, por el Honorable Congreso Nacional*. Assunção: Imprenta Nacional, 1935. (1)

¹⁷⁵ AYALA, Eusebio. *Patria y libertad, selección de discursos, artículos y documentos*. 2. ed. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1988. (2)

crises nesse setor através do cooperativismo. Devido a essa ênfase no social, as idéias liberais que norteavam sua discussão tratavam do tema individualismo de modo a questioná-lo.¹⁷⁶

Lembra o autor que, “[...] *al iniciarse el liberalismo, el egoísmo fue la fuerza motriz del desenvolvimiento material de la civilización. El caos que engendró fue corregido por la cooperación social, la solidaridad, el altruismo. En las sociedades actuales, los motivos altruistas deciden, también de los actos económicos*”.¹⁷⁷

À mesma época, os autores que militavam ao lado do Partido Colorado, como Natalicio Gonzalez, contrapunham esse pensamento e escreviam obras criticando a entrada do liberalismo no país, com a intenção de espalhar idéias para preservar o nacionalismo contra a nova ideologia. Por isso, González assevera que o liberalismo gerava o caos e a anarquia no país.¹⁷⁸

¹⁷⁶ “*El liberalismo no es un individualismo. No es individualismo se pretende por en lucha el individuo contra la sociedad, el ciudadano contra el Estado. Muchos lo confunden por no tener información y creyendo estar contra el liberalismo, en verdad están contra el anarquismo de lo cual son enemigos también de los liberales. Los liberales son individualistas cuando se empeñan en forjar la personalidad cuando se reconocen que el individuo es el átomo social y es lo el fin de toda la existencia. Sin una personalidad desenvuelta valiosa no hay sociedad, la cual se debe ser un sistema armónico de de convivencia de individualidades*” (RAMIREZ, Juan Vicente. *La cuestión social*. Assunção: Talleres El Liberal, 1919. p. 18).

¹⁷⁷ RAMIREZ, *op. cit.*, p. 24.

¹⁷⁸ “*El sistema liberal individualista ha sido la causa principal de las anarquías políticas, de la miseria económica y de lo atraso material de la nación. Todo esto porque las fuerzas conservadoras del partido liberal que controlaban el congreso hicieron el país entrar en una crisis política de disolución total de las instituciones, se rompiendo los valores, conceptos, ideáis y sentimientos. La crisis política, la crisis militar, la crisis estudiantil y la crisis de los trabajadores son solo síntomas de un malo generalizado que dilacera todo el organismo. La nación esta viviendo los anos más dramáticos de su historia. No equivoquémonos, el paraguay esta viviendo en revolución*” (GONZALEZ, *op. cit.*, p. 42 (1)) . Assim pensavam os autores de história paraguaios, que o liberalismo, nesses termos, criava uma espécie de anarquia e barbárie, entendendo-se, por ela, a transformação do povo, com toda a sua criatividade e suas qualidades de caráter, em uma massa amorfa, sem vida, que dá sua vida ao burguês. Durkheim escreveu algo parecido na obra “*Divisão do trabalho social*”, quando afirmou ser a perda daquilo que ele denomina os eixos de nossas vidas – família, igreja, e pequenas comunidades –, um precedente para tornar os indivíduos alienados, sobrevivendo o egoísmo, a barbárie e o individualismo (DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. S. Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 115 (Coleção Os Pensadores)). Natalício Gonzalez, em outra de suas obras, participava dessa idéia, pois afirmava que. “[...] *para el paraguay, el liberalismo es la barbarie que irrumpe en su suelo histórico para perturbar su armonioso desenvolvimiento atacando la constitución efectiva de su pueblo, los impulsos de su espíritu las creaciones de su genero original y propio*”. (GONZALEZ, *op. cit.*, p. 103 (2)).

Esse autor estabelece uma ligação do individualismo com a anarquia, a miséria e o atraso material da nação. Era da opinião de que o embate entre os dois partidos, por almejarem o poder, acarretava uma “revolução” constante no país.

A afirmação do autor não procede, pois isso já acontecia antes mesmo da fundação oficial desses partidos, iniciando-se logo após a guerra da Tríplice Aliança.¹⁷⁹

Para vários autores, incluindo alguns membros do Partido Liberal, a crítica ao individualismo promovido pelo liberalismo era feita de forma a apontar seus aspectos negativos e, em outro momento, exaltar sua importância, função, e necessidade na sociedade moderna. Os dois lados são encontrados, de modo a não se assumir uma posição definida. Um mesmo autor pode tratar de uma mesma questão de maneira diferente, dependendo da época em que escreve.

Dessa forma, podem-se encontrar afirmações de que o liberalismo eleva a importância do indivíduo ante a sociedade e o Estado; que ele é igualitário, admitindo e garantindo a igualdade do homem enquanto pessoa; que é universalista, defendendo a homogeneidade moral da espécie humana; e otimista, admitindo o aperfeiçoamento das instituições sociais de cada sociedade, ao lado do pensamento de que ele solapa todas essas prerrogativas.

Ramón Melgarejo, em 1926, outro membro do Partido Liberal em sua obra “*Inquietudes Nacionales*”,¹⁸⁰ afirmava que “[...] *el valor infinito del individuo justifica la*

¹⁷⁹ Fica difícil, no Paraguai, nesse período e em outros tantos de sua história, saber, segundo as duas categorias propostas por Gramsci, o que é orgânico e o que é ocasional em termos de história política no país, pois as crises agudas que o país viveu por longos anos sem períodos continuados de prosperidade, foram maiores. Assim, pode-se ver que as crises não eram ocasionais, mas já faziam parte, de forma simbiótica, da política. Não é à toa que a constituição financiava os golpes.

¹⁸⁰ MELGAREJO, Ramón. *Inquietudes nacionales*. Assunção: [s. n.], 1926.

defensa de la libertad como derecho intrínseco de todo el individuo y además toda la autoridad proveniente de la orden nacional se debe limitar por ese derecho”.¹⁸¹

Esses autores, além de demonstrar suas posições ideológicas e trabalhar com as questões históricas, tentavam inculcar, no partido, a necessidade de uma constante discussão sobre o assunto, pois segundo eles, a política para os membros do partido deveria ser baseada em uma ideologia definida, e não só nos embates diretos contra o partido opositor, com o objetivo de alcançar o poder.¹⁸²

1.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tratar do pensamento de Gramsci, enfatizando os conceitos de hegemonia e revolução passiva, estabelecendo-se uma relação com o Paraguai, é possível observar que estes constituem aspectos negativos para a efetivação da democracia; verifica-se que a continuação do autoritarismo e das outras misérias políticas que o país vem passando se dá devido ao prevailecimento da hegemonia desenvolvida pela classe capitalista dominante.

Além disso, pode-se ver que as mudanças institucionais, superficiais e as pseudo-revoluções, chamadas por Gramsci de falsas revoluções, propostas pela classe dominante, são práticas que massificam a sociedade e inibem a luta pelo desejo de melhores condições de vida das classes menos favorecidas.

¹⁸¹ Esse autor também distingue dois tipos de soberania: “*La soberanía individual, que consiste en el libre ejercicio del conjunto de derechos co-naturales y inalienables que tienen el hombre sólo por lo hecho de tener nacido -, y la soberanía nacional es la suma de todas las soberanías individuales*” MELGAREJO, Ramón. *A mis compatriotas: El Liberalismo Paraguayo*. Buenos Aires: [s. n.], 1913. p. 23-24.

¹⁸² José Luiz Mora afirma que a política paraguaia pode ser estudada e compreendida pelos seus políticos, mais que pelas ideologias: “*Sin embargo, la política siguió enmarcada dentro de figuras más que de ideologías. Ello motivó el que los golpes e contragolpes, destituciones y motines, produjeran la mas larga lista de presidentes que habia conocido un país hispanoamericano en esa época*” (MORA, Jose Luiz. *Conceptos fundamentales de la democracia liberal*. Assunção: Editora Orbis, 1981, p. 60).

Quando Gramsci desenvolve seu conceito de hegemonia, que basicamente consiste em pensar o processo de perpetuação e manutenção da exploração de uma classe social dominante sobre a outra, propicia uma reflexão para a compreensão do fenômeno político paraguaio, baseado na preocupação constante de gerar consenso entre os valores das classes dominantes e as dominadas, o que culminou com a aceitação das decisões políticas por todos, criando um conformismo social, bastante útil ao desenvolvimento do grupo dominante.

Assim, a concepção de Estado de Gramsci, o Estado ampliado, que tem como função, inculcar uma nova concepção de mundo, concebido como um organismo que cria as condições para a permanência e a expansão de uma determinada classe social hegemônica, pode servir de suporte teórico para se compreender os problemas concernentes ao Paraguai, através, primeiramente, da economia de tipo capitalista.

Desse modo, o Estado paraguaio, criado após o fim da guerra de 1870, nasceu para ser um instrumento de hegemonia da classe dominante, o que fez através do controle da consciência das pessoas, utilizando-se, além dos mitos já citados, da colaboração da Igreja, principalmente.

O efeito adverso da revolução passiva, por assim dizer, com falsas promessas de melhoria, fez com que a classe dominada não estivesse atenta à rapina da classe dominante, e a cultura não democrática ganhou uma aliada, predominando, através da falta de liberdade de expressão, em vários momentos da história, principalmente quando a hegemonia da classe dominante ficava ameaçada, e na contenção aos movimentos populares.

Segundo Goiris, a revolução verdadeira, do tipo jacobino, aconteceu no Paraguai com Francia. Ele foi também chamado de jacobino, por vários historiadores estrangeiros, como Paul Lewis, Donghi, Trias e outros.

Gramsci não trata dessa modalidade, por ver, na revolução passiva, a melhor forma de caracterizar as mudanças levadas a efeito pelo capitalismo. Ele a utiliza, sem o momento jacobino, referindo-se sempre à falsa revolução, pois, diferentemente daquela, de estilo jacobino, esta é de cima para baixo, geralmente elitista e conservadora.

A partir do que já foi discutido, defende-se, portanto, a proposição de que o Partido Liberal, que é objeto deste estudo, pode ser estudado e compreendido com base nessas concepções, levando-se em conta sua inserção no período liberal da história paraguaia, para não se cair no risco de repetir o que foi criticado anteriormente com relação à sua historiografia. Procurar-se-á estabelecer a história do partido em conjunção com a história do país, de modo a inseri-lo no contexto da América Latina e das revoluções e guerras entre os países que o compunham, considerando-se o fato de que se incorre em uma simplificação quando se trata de uma história nacional sem estabelecer-se contato com o contexto externo.

Ao se ter presentes as considerações possíveis à análise das interpretações sobre o Partido Liberal, no período em que este almejava o poder, e quando nele se encontrou, será possível ver que a historiografia à disposição pode ser melhor vista e entendida se houver o propósito de se identificar a formação e o crescimento do partido que se constituiu com o objetivo de reformar a tradição autoritária do país, procurando transformar a velha maneira de fazer política, e colocar o Estado dentro de patamares mais racionais, com uma administração mais condizente aos novos tempos do liberalismo e do capitalismo.

Os dois lados desses objetivos interpenetram-se, então, ao se considerar como positivo o fim do autoritarismo; de outro lado, o advento das relações capitalistas vem em um só “pacote”, que, no caso paraguaio, acabou por precipitar o país em uma nova espécie de autoritarismo.

Será possível verificar, também, que, mesmo sendo os membros do partido pertencentes à classe dominante, mais tarde este se abriu para outros segmentos sociais, conseguindo o apoio dos destituídos de suas terras, e das classes trabalhadoras, inclusive mostrando preocupação com a população tanto rural como urbana, pois precisava de uma base social e eleitoral para chegar ao poder.

A abertura do Partido Liberal para a participação de outras classes, e sua intenção de transformar o modo de fazer política no país, atraiu uma legião de descontentes com o governo estabelecido de então, do Partido Colorado. Essa situação ajudou mais a concretizar sua entrada no poder do que operar sobre a questão social e mudar a estrutura política da nação, de maneira a unir diversas classes de trabalhadores, e melhorar seu nível de vida.

CAPÍTULO 2

PARTIDO LIBERAL – FORMAÇÃO, LUTAS POLÍTICAS E CHEGADA AO PODER

“[...] além das misérias modernas, nos oprime toda uma série de misérias herdadas”.
Karl Marx

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Compreender o Partido Liberal inserido no contexto do período liberal no Paraguai, de 1870 a 1940, sua formação, fundação, chegada ao poder, sua política de governo e queda, eis o âmbito da temática desse capítulo.

Para melhor entender a conjuntura em que se deu sua fundação, bem como os tipos de problemas que o Partido Liberal paraguaio enfrentou antes e durante sua permanência no poder, este capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, será feita uma rápida digressão, enfocando o período de 1811 a 1870, durante o qual, após a emancipação, o país foi governado por três ditadores, que o privaram do contato externo, isto é, das lutas que eram empreendidas em toda a América Latina, no sentido de consolidar os Estados nacionais, enquanto que, internamente, não permitiram a formação de uma classe de políticos.

Essa situação gerou um retardo na estruturação do Estado-nação paraguaio, e os problemas para que ele se concretizasse só começaram a ser sentidos com a saída do último ditador, após 1870, com o fim da guerra contra a Tríplice Aliança, em consequência de sua política externa. A reestruturação do Estado, nos moldes da democracia representativa detendência liberal, efetivada pelos novos donos do poder, aconteceu em uma época que o capitalismo já havia assentado suas bases no mundo inteiro.

O objetivo, portanto, dessa digressão é apresentar os condicionamentos sócio-econômicos e políticos a que foi submetido o Paraguai, elementos sem os quais não seria possível compreender o período liberal de forma satisfatória.

Na segunda parte, será apresentada a trajetória do Partido Liberal, desde sua fundação, em 1887, inserida no contexto da reconstrução do país, a qual teve início em 1870, com o fim da guerra, na qual se encontram, também, os antecedentes de sua criação, pois seus fundadores fizeram parte do processo de estruturação do novo Estado paraguaio.

Os membros do futuro Partido Liberal e do Partido Colorado estavam reunidos em torno de diferentes clubes políticos, que tiveram, como primeira função, redigir uma constituição para o país. Os dois partidos que surgiram desses clubes dominam a cena política paraguaia até os dias atuais. Assim o Partido Colorado e o Partido Liberal seguiram sem rival desde a fundação, em 1887, até 1936, quando o partido Febrerista tomou o poder, em fevereiro de 1936, e governou por menos de um ano, após a guerra que o país enfrentou contra a Bolívia (1932-1935). O Partido Comunista, fundado em 1928, não chegou a atuar, pois foi colocado na ilegalidade logo ao nascer.

2.2 PARAGUAI – DA INDEPENDÊNCIA À ORGANIZAÇÃO NACIONAL (1811 A 1870)

O século XIX, para o Paraguai, foi um período de muitos problemas. Após a independência, em 1811, foi governado por Gaspar de Francia, Carlos Antonio López e Francisco Solano López, de forma ditatorial. O último presidente levou o país a uma longa

guerra, que durou de 1865 a 1870, a guerra da Tríplice Aliança, na qual foi derrotado, e cujo final marcou também o fim da ditadura naquele século.¹⁸³

Para situar o período liberal em que se insere o Partido Liberal, tem-se a seguinte divisão na história paraguaia, a partir da independência: o período compreendido entre os anos de 1811 e 1840 foi denominado de Independência; entre 1840 e 1870, de Organização Nacional e, a partir da década de 1870 até 1936, de Constitucional ou liberal.¹⁸⁴

Antes, porém, de passar a esse período, é necessário citar dois acontecimentos da época do Paraguai colônia que são fundamentais para se entender algumas características do país, mais tarde transformado em nação. Os acontecimentos a serem destacados marcaram toda a pauta cultural do país de forma duradoura, sendo um deles a Revolução dos Comuneros, iniciada no século XVII, e sufocada no século seguinte em 1735, e o outro as missões jesuíticas.¹⁸⁵

¹⁸³ A guerra da Tríplice Aliança (1865 -1870) foi contra o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Deflagrada por Solano López, por problemas políticos e econômicos entre eles. Isto porque o entrelaçamento das histórias dos países latino-americanos no século XIX acarretou uma relação turbulenta entre aqueles que compunham a porção sul do continente. Segundo Túlio Halperin Donghi: “Um extenso trajeto de guerras civis, que remonta a independência, ocasionais choques armados com os países vizinhos e ameaças de invasões estrangeiras são marcos da construção do Estado nacional. Além dos campos de batalha, das intrigas diplomáticas e das próprias forças econômicas que às vezes presidiam aos choques armados, as guerras internacionais operaram quase sempre como fortes catalisadoras do sentimento nacional”. (DONGHI, *op. cit.*, p. 217-218).

¹⁸⁴ A partir do descobrimento, em 1525, até os dias atuais, a história paraguaia está dividida em sete períodos. Essa divisão é aceita pela maioria dos historiadores a partir do final do século XIX, como, Manuel Dominguez, Fulgencio R. Moreno, Cecílio Báez, Manuel Gondra e Juan O’Leary. Antes era dividida apenas em período pré-colonial, colonial e independência, por historiadores de meados do século XIX, como Blas Garay. (GARAY, Blas. *Compendio elemental de historia del Paraguay*. Assunção: [s. n.], [19–], p.7). A divisão dos historiadores do final do século XIX é a seguinte: “Primero: Aborigen o precolonia (... – 1537), Segundo: La Conquista (1537 - 1617), Tercero: Colonial (1617 - 1811), Cuarto: La independencia (1811 – 1840), Quinto: Organización Nacional (1840 – 1870), Sexto: Constitucional (1870 – 1936), Séptimo: Actual (1936 - ...). (CHAVES, *op. cit.*, p. 20. (1)).

¹⁸⁵ O movimento dos *comuneros* foi realizado contra os abusos e as arbitrariedades das autoridades absolutistas da Espanha, para fazer prevalecer os direitos do povo, sem manifestar, porém o desejo de uma emancipação da Coroa Espanhola. (CHAVES, *op. cit.*, p. 50 (2)). Juan O’Leary, no entanto, como forma de exaltar a coragem do povo paraguaio, característica de todas as suas obras, classifica-o como o primeiro movimento de toda a América Latina a lutar pela emancipação do país. O’Leary foi o historiador paraguaio que, como já visto, escreveu a história do país sob o ponto de vista dos López, fundando um tipo de culto a eles, chamado de “lopismo”. Atribuía a eles a qualidade de heróis. (O’LEARY, Juan. *El Mariscal López*. Paris: Editorial Le Livre, 1920, p. 34 (1)). As missões jesuíticas compreenderam trinta povoamentos na região que hoje se denomina *Misiones*, os quais ou desapareceram ou se transformaram em cidades e povoados. O legado dos jesuítas dotou a cultura paraguaia, – incluindo a população indígena, que não sofreu uma miscigenação total –, de uma

Assim, o período pós-independência é o marco do início da reestruturação política e do desenvolvimento sócio-econômico do Paraguai, e logo nos primeiros Congressos Nacionais, acontecidos em 17 de junho de 1811, em 30 de setembro de 1813 e em 3 de outubro de 1814, ficou definido o modo como esse processo iria se dar.

No primeiro congresso, estabeleceu-se que haveria:

*a) aprobación de todo lo actuado hasta entonces, b) separación definitiva de Velazco del gobierno y prohibición a los españoles para ocupar cargos públicos, c) disolución del cabildo, cuyos miembros se habian manifestado españolistas, y d) designación de un nuevo gobierno, la Junta superior gubernativa, integrada por 5 miembros: Presidente: Tte. Cnel. Fulgencio Yegros, Vocales: Dr. José Gaspar de Francia, capitán Pedro Juan Caballero, Pbro. Dr. Francisco Javier Bogarin y Don. Fernando de La Mora, mocionados por Mariano A. Molas.*¹⁸⁶

Essa junta governou o país por dois anos e quatro meses, até o segundo Congresso. Esse determinou que o nome do país fosse agora o de República, em substituição ao termo Província; adotou o consulado como nova forma de governo e designou o brigadeiro Fulgencio Yegros e Gaspar de Francia como cônsules.

O primeiro consulado esteve à frente do governo do país por um ano, quando aconteceu o terceiro Congresso Nacional, que determinou fosse conferido ao presidente da nação o título de Ditador Supremo do país, cargo que deveria durar cinco anos. Esse cargo foi ocupado por José Gaspar R. de Francia, o qual, antes dos cinco anos, convocou um quarto congresso, no qual ficou estabelecido que ele seria o Ditador Perpétuo da República do Paraguai.

Ao assumir o poder, em 1814, sua proposta de condução do governo desagradou a civis e militares, pois aboliu os cargos de ministros e ele mesmo assumiu o cargo de chefe do

tendência religiosa cuja crença, baseada nos dogmas da Igreja Católica, foi utilizada pelos presidentes liberais para controlar a sociedade, através da doutrina do pecado.

¹⁸⁶ BENITEZ, *op. cit.*, p. 65 (2). Esse dado é importante devido ao fato de que a classe proprietária, representada pelos “españolistas”, que deveria formar a burguesia do país, para poder justificar atitudes liberais e capitalistas, sofreu revezes por várias vezes, na história paraguaia, e este se constituiu no primeiro deles.

exército. Manteve somente alguns delegados em pontos estratégicos do país, encarregados de mantê-lo informado sobre os acontecimentos, para fazer cumprir suas determinações.

Seus partidários, a maioria representantes das classes camponesas, afirmavam que ele era um político enérgico, fanático, que deixava prevalecer uma espécie de ódio pelos seus opositores; em suma, um jacobino, que “[...] *usa el absolutismo como método de gobierno en beneficio del pueblo. Ataca a los derechos de los españoles y españoles, persigue a los ricos, confisca propiedades y vuelve insupportable la vida de los oligarcas que eran privilegiados por España*”.¹⁸⁷

Portanto, durante o governo de Francia, que durou vinte e quatro anos, os latifundiários espanhóis, que eram os maiores proprietários no país, não participaram do poder. Ele justificava essa atitude com o discurso de tudo fazer pela consolidação da soberania nacional.¹⁸⁸ Todos os espanhóis e paraguaios simpatizantes foram assim perseguidos, o que resultou em seu retorno à Espanha. Francia era da opinião de que “[...] *esta España Iberica, obsoleta en el terreno económico frente a la ascención del capitalismo europeo, y en el religioso fanatica y convencida de su misión salvadora, presidió la transfiguración cultural de América Latina, marcando profundamente su perfil y condenandole también al atraso*”.¹⁸⁹

Após a morte de Francia, em 1840, o país foi governado por dois cônsules, durante três anos, Carlos Antonio López e Mariano Roque. Em 1842, a Argentina ainda não havia reconhecido a independência do Paraguai. Por isso, com o intuito de resolver a questão de

¹⁸⁷ Foi também chamado de “o pequeno jacobino” por Trias, porque era de estatura baixa. (TRIAS, Vivan. *El Paraguay de Francia el Supremo a la guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires: Editorial del Noroeste, 1975, p. 43).

¹⁸⁸ Essa preocupação deveu-se ao fato do não reconhecimento da independência do país pela Espanha e pela Argentina. Assim, “[...] *la independencia del Paraguay, nó significó de inmediato el reconocimiento de la Argentina del hecho liberatorio. Roto los lazos de la metrópoli española surgen los intereses de las sub-metrópolis con ideas hegemónicas, especialmente de Buenos Aires que anhelaba constituirse en el nuevo amo de la Región del Rio de la Plata*”. (FRUTOS, Juan Manuel. *Raíces de la democracia*. Assunção: Editorial El Foro, 1985, p. 5).

¹⁸⁹ BENITEZ, *op. cit.*, p. 32. (2)

forma definitiva, os cônsules convocaram o quinto Congresso, que ratificou a independência nacional com a seguinte declaração: “*La República del Paraguay en el Río de la Plata es para siempre de hecho y de derecho una nación libre e independiente de todo poder extraño*”.¹⁹⁰ Esse congresso determinou que todo funcionário do governo deveria prestar juramento de fidelidade à independência nacional e definiu também os símbolos nacionais, a bandeira e o escudo, utilizados até hoje.

Em 1844, para estabelecer um novo governo, novo congresso foi realizado, e nele se aprovou uma constituição redigida por Carlos Antonio López, que estabelecia a divisão de poderes em executivo, legislativo e judiciário, com preponderância do poder executivo. Para exercer o cargo de presidente da república, designou-se por unanimidade a Carlos Antônio López, que, depois de alguns anos, alterou a constituição a seu favor, tornando seu mandato perpétuo.

Carlos López continuou a obra de seu antecessor, mas com alterações no panorama sócio-político e econômico do governo. Governou o país até sua morte, em 1862; antes dela, designou presidente provisório seu filho, Francisco Solano López, o qual, em outubro do mesmo ano, foi eleito presidente constitucional.¹⁹¹

¹⁹⁰ BENITEZ, *op. cit.*, p. 35. (2)

¹⁹¹ O regime de Francisco Solano López caracterizou-se por um centralismo total, sem qualquer espaço para o surgimento de uma verdadeira sociedade civil. Não havia distinção entre o público e o privado, e a família López governava o país como se tratasse de uma grande propriedade. O governo controlava todo o comércio exterior. O mate, o fumo e as madeiras raras exportados mantinham a balança comercial com saldo. O Paraguai nunca havia feito um empréstimo no exterior e adotava uma política protecionista, isto é, de evitar a entrada de produtos estrangeiros, por meio de impostos elevados. Incentivou a indústria nacional quando contratou mais de 200 técnicos estrangeiros, para trabalharem na instalação do telégrafo e de estradas de ferro e na assistência às indústrias siderúrgicas, têxteis, de papel, tinta, construção naval e pólvora. A fundição de Ibicuí, instalada em 1850, fabricava canhões, morteiros e balas de todos os calibres. Nos estaleiros de Assunção, construam-se navios de guerra. O crescimento econômico exigia contatos com o mercado internacional. Sendo o Paraguai um país sem litoral, seus portos eram fluviais e seus navios tinham que descer o rio Paraguai e depois o rio Paraná para chegar ao estuário do rio da Prata e, daí, ao oceano. O governo de Solano López elaborou um projeto para obter um porto no Atlântico. Pretendia criar o chamado *Paraguai Maior*, com a inclusão de uma faixa do território brasileiro que ligasse o Paraguai ao litoral. Para sustentar suas intenções expansionistas, López começou a preparar-se militarmente. Incentivou a indústria de guerra, mobilizou grande quantidade de homens para o exército, submetendo-os a treinamento militar intensivo, e construiu fortalezas na entrada do rio Paraguai. No plano diplomático, procurou aliar-se, no Uruguai, ao

As questões referentes às relações exteriores foram as principais preocupações de Solano López, que, sem conseguir resolvê-las de forma diplomática, precipitou o país à guerra contra o Brasil, a Argentina e o Paraguai – a guerra da Tríplice Aliança.

2.3 POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DO GOVERNO DE FRANCIA E DOS LÓPEZ

A política interna dos ditadores provocou a desarticulação da classe política no país, não havendo espaço para a existência de instituições democráticas, e as constituições sancionadas, uma em 1844 e a outra em 1856, foram redigidas e votadas pelo próprio presidente em exercício. Carlos Antônio López, em 1844, sancionou uma constituição que, em seu artigo 1º do “Título 1”, sobre a administração geral, dividiu os poderes, mas tais determinações não foram acatadas e o poder executivo detinha todos os poderes nas mãos.¹⁹²

Nos “Títulos” seguintes, que figuram no lugar de capítulos, tem-se a impressão de se tratar de uma constituição liberal, pois sempre refere-se ao Congresso Nacional, aos direitos dos cidadãos, aos conselhos de Estado e outros. As referências ao Congresso Nacional que aparecem nos “Títulos” II e III são de caráter liberal, mas não foram aplicadas, pois esse de fato não existia.

No artigo 1º do Título II lê-se que *“El Congreso Nacional se compondrá por ahora de doscientos diputados elegidos en la forma hasta aqui acostumbrada, debiendo ser*

partido dos *blancos*, que se encontrava no poder, adversário dos *colorados*, que eram aliados do Brasil e da Argentina.

¹⁹² O artigo 1 da Constituição de 1844 dizia o seguinte: *“Artículo 1. - La administración General de la Republica se expedirá en adelante por um Congreso o Legislatura Nacional de Diputados Representantes de la República; por um presidente en quien resida el Supremo Poder Ejecutivo y por los tribunales y jueces establecidos por ley del Soberano Congreso Extraordinário de 25 de Noviembre de 1842”*. (ZALDÍVAR, Conrado Pappalardo. *Paraguay: itinerário constitucional*. Assunção: Intercontinental Editora, 1991, p. 67).

ciudadanos propietarios de las mejores capacidades y patriotismo".¹⁹³ E no artigo 1º do "Título III" está escrito que o Congresso é dotado de autoridade para elaborar as leis e modificá-las de acordo com as necessidades do país, expressas por seus representantes.

Assim, os poucos políticos que existiam eram os delegados que exerciam a função de sátrapa, e alguns indivíduos ligados por laços de amizade às famílias dos ditadores. A estrutura do Estado era mínima, pois, além de enfeixar nas mãos toda a autoridade, os ditadores e suas famílias eram donos de mais da metade do país.

Portanto, não se configurou, no país, uma classe dirigente que pudesse assessorar o governo em questões de política externa, econômica e outras que dessem uma racionalidade ao Estado. O Paraguai não tinha embaixadas em outros países, não tinha ministros que pudessem, de forma satisfatória ou não, cuidar de questões da gerência do setor público, e outros, o que acarretou, mais tarde, dificuldades em tratar questões de litígios, de limites e de política externa. Muitas questões referentes ao Prata e querelas com Brasil e Argentina poderiam ter sido resolvidas com a diplomacia, sem a necessidade de um confronto armado.

Historiadores como Sergio Guerra Villaboy e Oscar Creydt, e muitos outros denominam o governo desses ditadores de "ditadura revolucionária", sendo que Creydt vai mais além, afirmando serem uma ditadura democrática e revolucionária.¹⁹⁴ Dizia esse autor que

[...]al Paraguay se planteaba un dilema inexorable: o someterse a Buenos Aires [...] para reconstruir de hecho el antiguo Virreinato y convertirse en un miserable anexo a las miserables provincias argentinas, [...] o crear um Estado Nacional que se mantuviera intransigentemente en la linea de la

¹⁹³ ZALDÍVAR, *op. cit.*, p. 68.

¹⁹⁴ CREYDT, Óscar. *Formación histórica de la nación paraguaya*. Assunção: 1953. (Mimeo) Creydt foi um dos articuladores do primeiro sindicato de tendência marxista no país, em 1924 e mais tarde, em 1928 do Partido Comunista. Sergio Guerra Villaboy, com o título "*Establecimiento de la ditadura revolucionária*", afirma ter sido essa a melhor fase porque passou o país, e essa situação só não perdurou devido ao imperialismo das grandes nações da época. (VILLABOY, Sergio Guerra. *Paraguay: de la independencia a la dominación imperialista (1811 – 1870)*. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1991, p. 47).

*independencia absoluta hasta conquistar su reconocimiento oficial y su derecho a la libre navegación de los ríos, a la libre salida al mar.*¹⁹⁵

Assim, a última solução foi preferida e significou uma mudança radical na estrutura econômica do país. Ele, que até àquele momento era dependente do mercado exterior e da burguesia comercial de Buenos Aires, cortou relações e isolou-se ao contato externo.

A política de isolamento do primeiro ditador só permitiu, em algumas épocas, o contato com o Brasil e Uruguai, ainda que de forma tímida, pois proibia a entrada ou a passagem de qualquer argentino pelo território paraguaio, admitindo somente os brasileiros, aos quais era permitido estabelecer comércio em seu território. Isolou o país do contato com o mundo, com a justificativa de consolidar a soberania do mesmo.

O isolamento do país fez com que os outros países o temessem, de certa forma, pelo desconhecimento do que acontecia em seu interior, e pela falta de acesso ao pensamento de seus líderes, bem como de suas tendências políticas. Como as publicações e a imprensa foram proibidas, muitas obras sobre o país, englobando aquelas referentes às relações internacionais no governo de Francia e dos López não foram publicadas. Roberto Antonio Ramos, considerado pelos historiadores da *Academia Paraguaya de Historia* como o mais importante historiador desse período, escreveu, em 1843, uma obra intitulada *La política del Brasil en Paraguay*, que seria publicada só mais tarde, provavelmente na década de 1930, no Paraguai, pois sua publicação não está datada. Nela, Ramos trata da missão de José de Abreu ao Paraguai às vésperas da independência do Brasil, e dos primeiros contatos com Antonio Correa da Câmara, cônsul do Brasil no Paraguai. Mas o que chama a atenção é o fato de que, em 1825, o Brasil já havia reconhecido a independência do Paraguai, pois é quando Francia recebe Correa da Câmara, em 27 de agosto, e este afirma o reconhecimento e também

¹⁹⁵ CREYDT, *op. cit.*, p. 32.

confirma a intenção de “[...] *la nueva politica brasileña de acercamiento al Paraguay, para romper la posible unidad platense*”.¹⁹⁶

A ligação que, a partir desse período, se estabelece com o Brasil, continuará mesmo depois da guerra da Tríplice Aliança, quando a Argentina foi acusada de querer se apossar do território paraguaio, sendo o Brasil visto como aquele que protegia os interesses paraguaios contra os da Argentina.

A intenção dos ditadores era a de que o Paraguai não tivesse participação nos movimentos que se faziam nos demais países da América Latina para a implantação de uma república aos moldes liberais, muito menos que a população pudesse ter desejos de liberdade e passasse a fazer reivindicações de qualquer ordem. Assim, a referência a esse período, por parte de historiadores como Benitez, é a de que “[...] *se habia formado una sólida conciencia de unidad nacional, de la capacidade para abastecerse a si mismo, y especialmente se libró al país de la anarquia y el desorden que se apoderaron de todos los países latino-americanos después de la independencia*”.¹⁹⁷

Desse modo, promoveram-se medidas extremas no país, que se pretendia fossem contra a exploração feudal, o poder da igreja, e alentaram uma equalização social original. No exterior, não se aliaram com qualquer outro país que com o Paraguai pretendesse formar alguma confederação ou uma união de várias províncias, para fazer frente a Buenos Aires. Declaravam-se neutros em relação aos países do resto do continente, com os quais não estabeleciam relações políticas significativas. A todos os convites responderam com o isolamento austero em um primeiro momento, principalmente por parte de Francia, que anulava todas as ameaças que de fora apontavam contra a pátria.

¹⁹⁶ Outras obras de R. Antonio Ramos foram publicadas pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, como *La independencia del Paraguay y el Império del Brasil*. (RAMOS, Roberto Antonio. *La politica del Brasil en Paraguay*. Assunção: Editorial de Indias, [19--], p. 99).

¹⁹⁷ BENITEZ, *op. cit.*, p. 72. (2)

Era um caso único na América Latina, pois, em quase toda parte, os grupos conservadores, interessados em manter as estruturas feudais, impunham-se, as guerras civis dificultavam a consolidação do novo ordenamento estatal e o capital comercial inglês cimentava um novo tipo de dependência. Só “[...] o Paraguai mantinha uma economia própria, um Estado nacional independente, marco e instrumento da nacionalidade que surgia sob a ação enérgica do Doutor Francia, e de uma sociedade de agricultores”.¹⁹⁸

2.3.1 Política econômica

A situação econômica do Paraguai no tempo dos ditadores era um reflexo da política autoritária adotada por eles. O fato de não permitirem a participação dos indivíduos ligados à Espanha no poder acarretou a não formação de uma classe burguesa no país, e, por isso, retardou a penetração do capitalismo.

O isolamento fez com que esse tivesse que se abastecer de tudo o que fosse necessário. Isso fez aumentar a produção interna, e o governo passou a incrementar “[...] *la agricultura, la ganaderia y la industria caseira, que producía hasta tejidos para las vestimentas. El comercio exterior quedó prácticamente paralizado con el cierre de los puertos*”.¹⁹⁹

A partir de 1826, não era permitida a entrada e saída de barcos, de produtos, de pessoas, de jornais ou cartas nos portos paraguaios. Suspendeu-se todo o comércio, a erva-mate e o tabaco não mais foram exportados, e suas trocas comerciais deixaram de ser efetuadas. Os navios que compunham a frota paraguaia apodreciam nos portos.²⁰⁰

¹⁹⁸ ARCE, *op. cit.*, p. 222.

¹⁹⁹ BENITEZ, *op. cit.*, p. 71. (2)

²⁰⁰ Por isso até hoje se tem uma noção do Paraguai como de um país idílico, pois ficou encravado no coração da América do Sul, isolado do resto do mundo. (CUEVA, *op. cit.*, p. 33).

Mesmo com as constantes pragas de gafanhotos, o país conseguiu uma auto-suficiência na produção de grãos e gêneros alimentícios, pois o governo obrigava a que se cultivassem produtos como o trigo, e também que fossem semeados duas vezes por ano.

Devido à proibição do comércio com o exterior, houve a necessidade de melhorar e aumentar o processo produtivo. Desse modo, “[...] *se fabricaron telas de toda espécie, ponchos y mantas; los herreros se hicieron cerrajeros, armeros y espaderos; los zapateros, silleros, los plateros, fundidores, y los albañiles, arquitectos. Los obreros, los artesanos tuvieron que mejorar sus trabajos y desarrollar su iniciativa*”.²⁰¹

Somente a partir de 1850, com Carlos Antonio López a situação começou a mudar.²⁰² Com o reconhecimento de sua independência pela Argentina, o país abriu-se um pouco mais e procurou se modernizar, mas seguia tendo dificuldades de se relacionar para estabelecer novos comércios, ficando à margem do progresso verificado por seus vizinhos.

Como era difícil ter acesso ao país, as especulações em torno da sua real situação eram muitas, e as informações eram bastante desencontradas, não havendo, sobre a questão econômica do país, um consenso. Ciro Flamarion Cardoso e Hector Brignoli, Doratiotto, Kaplan e outros escrevem sobre a situação econômica do Paraguai de forma diferente. Em uma mesma página, Ciro Flamarion e Brignoli falam que o Paraguai era paupérrimo e algumas linhas depois referem-se a ele como um país rico. Na página 213, textualmente, lê-se que

[...] as numerosas terras do Estado foram arrendadas e o comércio exterior convertido em monopólio estatal, a diminuta burguesia mercantil de

²⁰¹ CHAVES, *op. cit.*, p. 142. (1)

²⁰² “Sob Francia, o Paraguai, isolado, desenvolvera a agro-pecuária, destacando-se o cultivo de tabaco, a criação de gado e a exploração da erva-mate. O reconhecimento argentino da independência paraguaia, na década de 1850, pôs fim às dificuldades de navegação para o país Guarani, e Carlos Lopez pôde, gradualmente, retirá-lo de seu isolamento. Foi então promovida a exportação de produtos primários, para que a economia paraguaia obtivesse recursos monetários para importar manufaturados. Por intermédio da empresa inglesa Blyth & Co. o governo de Assunção obteve material de guerra e recrutou dezenas de técnicos europeus, ao mesmo tempo em que os jovens paraguaios recebiam treinamento especializado na empresa”. (DORATIOTTO, *op. cit.*, p. 2. (2)).

Assunção foi dizimada; assim podemos entender porque a sociedade paraguaia é caracterizada como igualitária, nivelada pela pobreza geral, incluindo o ditador, que viveu e morreu com poucos recursos.²⁰³

Em seguida, os autores transcrevem um trecho da correspondência de um cônsul britânico de 1857, em que este afirma ser o país rico, o que é prontamente endossado por Flamarion e Brignoli.²⁰⁴ Essas constantes confusões são alimentadas de forma a tornarem-se mais profundas e contraditórias pela corrente revisionista à qual se aludiu no primeiro capítulo.

A historiadora paraguaia Josefina Plá, em artigo intitulado *Los británicos en el Paraguay*, trata da economia e do desenvolvimento do país no período de 1850 a 1870 sem qualificá-lo de rico ou pobre, mas arrola tudo o que o país produziu ou fez, o que pode ser confirmado por outros autores, como os já citados, e a documentação disponível. Assim, diz ela que, no Arsenal instalado em Assunção em 1855, foram fabricados utensílios de cozinha, escadas de ferro, grades, armas e móveis. A estrada de ferro entre Assunção e Paraguari utilizou quase todos os elementos necessários fabricados pelo próprio país, quase nada teve que ser importado. Todos os bens eram, porém, fabricados no país de forma bastante rudimentar, pouco de moderno existia em seus processos.²⁰⁵

Sua economia foi, portanto, baseada na produção agrícola e pecuária. E essas mereceram maior atenção do governo, pois o controle do processo de produção dos poucos estabelecimentos pecuários particulares era feito pelo Estado, que também exercia essa função

²⁰³ CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, H. P. *História econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 213.

²⁰⁴ “[...] Este governo, isto é, o presidente, está longe de desejar um choque armado com qualquer poder, mas ao mesmo tempo empreendeu os maiores esforços para colocar esse país num respeitável pé de guerra, se o compara com os vizinhos. Este país é rico, não há dúvida alguma, e com todas as suas dificuldades tem sido pioneiro na construção de estradas de ferro, vapores, portos, arsenais, fundições, oficinas mecânicas, vias públicas, etc. Ainda que, é verdade, tudo isso é feito às expensas dos interesses agrícolas, já que se trabalha pouco nessas atividades e em consequência os gêneros alimentícios são extremamente caros”. (CARDOSO; BRIGNOLI, *op. cit.*, p. 213).

²⁰⁵ PLÁ, Josefina. Los británicos en el Paraguay (1850 – 1870). *Revista de Historia da América*, n. 70, 1970, p. 339-391.

naqueles estabelecimentos de sua propriedade, nas estâncias, chamadas “*estancias de la patria*”.²⁰⁶

Com relação à agricultura, devido à imensidão dos terrenos estatais, a ditadura concedeu um grande número de parcelas de terras aos camponeses sem terra ou àqueles que se encontravam em terrenos de outras pessoas e que deles não detivessem o título. Arrendou-se grande parte dessas terras a preços módicos, sem prefixar data para o fim de sua utilização, com a única condição de que elas fossem beneficiadas tanto pelo cultivo como pela criação de gado.

Os agricultores paraguaios passaram a ocupar as terras do governo, chamadas “terras comunais” ou “terras fiscais” como enfiteutas, pelas quais pagavam quantia simbólica para seu arrendamento, chamados “canones arrendaticios”. Esse sistema, implantado por Gaspar de Francia, foi incentivado por Carlos Antonio López e seu filho.

O governo, durante a época dos ditadores, foi dono do território do Chaco, a região que fica à margem direita do rio Paraguai, de 850 léguas de ervais, 7.200 de campos de pastagens e 8.500 léguas de bosques, de 72 km. de ferrovias e a exploração de 148 prédios na capital e de 352 nas cidades do interior. Das 16.950 léguas quadradas em que era estimada a superfície do país, somente 261 léguas eram do domínio de particulares.²⁰⁷

Apesar da distribuição de terras, elas não deram os frutos esperados ou desejados, pois faltou o apoio do governo para aqueles que recebiam os lotes de terra, que na época não eram vistos pelos camponeses como um bem de troca, mas como fonte de sustento e de vida.

²⁰⁶ “*Francia creó las ‘Estancias de la patria’ donde los trabajadores del campo producian con la ayuda del Estado, y podian disponer de la parte de su producción como hombres libres. Todos trabajaban en comunidad – una experiencia que los paraguayos ya tuvieron con los jesuitas – y de las estancias salian principalmente carne para el ejército, y cuero para su exportación, que ademas se hacia penosamente*” (CHAVES, *op. cit.*, p. 112. (1)).

²⁰⁷ PASTORE, Carlos. *Esquema de la situación política y social del Paraguay: Posición del liberalismo paraguayo*. Montevideu: Ed. Antequera, 1972, p. 148. (1)

Como o país não tinha metais preciosos, sua economia ficou limitada pelas trocas no comércio interno, principalmente dos bens extraídos dessas terras agricultáveis.

A moeda própria que substituiu as antigas moedas coloniais só foi cunhada em 1845, quando Carlos López fez um contrato com uma firma americana para fabricar 2.880.000 de moedas de cobre de um doze avos, equivalente a 30.000 pesos de prata. O pagamento por elas seria de 30.000 arrobas de erva-mate. Carlos López descreveu a moeda do seguinte modo: “[...] *con el geroglífico de una palma y olivo en la orla, en el centro el símbolo de la libertad, con un león en la base de un lado y en el outro, el valor de doce décimo en numero y en la orla, Republica del Paraguay*”.²⁰⁸

2.3.2 Considerações gerais sobre o período dos ditadores

A época em que o Paraguai esteve sob o domínio dos ditadores recebe as mais diferentes avaliações, entre historiadores, antropólogos, jornalistas e funcionários de outros países que se encontravam trabalhando no Paraguai. Alguns afirmam que ele foi danoso ao país, devido à centralização do poder e da economia enfeixada no Estado, à falta de uma praxe política que pudesse determinar algum rumo a ser tomado no futuro, do paternalismo como forma de alcançar popularidade entre as classes mais pobres e assim poder manipulá-las, e de um regime que não estabelecia contato com as exigências do mundo da época, negando sua participação nele. Outros afirmam ter sido o período de ouro do país, que viveu sob a forma de um regime comunal único.

Goiris afirma que, com o Segundo Congresso Nacional, que estabeleceu o consulado, praticamente nasceu o Estado paraguaio, ao menos em seu sentido burocrático, pois passaram

²⁰⁸ VIOLA, *op. cit.*, p. 110.

a existir elementos básicos de ordem hierárquica, de institucionalidade e de continuidade de ações. Iniciava-se também o nacionalismo como ideologia oficial.²⁰⁹

A guerra da Tríplice Aliança iria colocar termo nesse velho regime, e a tentativa de implantar um novo regime político tornou-se difícil, devido à falta de uma estrutura mínima para receber os partidos políticos, a ausência das instituições democráticas, e a aceitação de novas idéias sobre como gerir a administração de um Estado quando esse se assenta na divisão dos poderes.

Por isso, o período posterior, além de ser chamado de *reconstrução*, também é chamado de *constitucional*, pois a existência de uma Constituição não mais sancionada por uma pessoa significava possibilidades de abertura e participação políticas.

Alguns autores, citados a seguir, que escreveram a respeito do resultado dos anos de ditadura revelam que não existe qualquer consenso sobre eles. Até hoje, as figuras desses ditadores são exaltadas por uns e criticadas por outros.

Para Teodosio Gonzalez, o quadro final, após o fim do período dos ditadores, era de desestruturação do país, acompanhado de atitudes viciosas que continuaram emperrando seu processo de evolução.

Afirma ele que

[...] no debemos temer en proclamar, que nuestro pueblo es pobre e inculto, que se debate en la miséria y en la ignorância, victima del atraso, de las enfermedades y de los vicios; no debemos vacilar en confessar que nuestras instituciones son imperfectas, malas, que nuestra organización esta minada por hábitos perniciosos, inmorales, profundamente arraigados; que hemos dado pruebas de una incapacidad penosa al regirnos y dirigirmos en nuestra vida de nación; que nos hemos orientado las actividades nacionales y la educación popular, hacia lo mas conveniente y util al país; que padecemos de la falta de hombres capaces e ilustrados; que, en general, en los puestos directivos, colocamos a medianias o incapacidades notórias.

²⁰⁹ GOIRIS, *op. cit.*, p. 91.

*Debemos tener el valor y la entereza de proclamar los vicios y los males que traban nuestro desenvolvimiento y nuestro progreso.*²¹⁰

Sua opinião é combatida por Natalicio Gonzalez, que, na obra *El Paraguayo Eterno*, valorizou esse período.

*Hay una armonia profunda entre el regimen de los dictadores y los ideales de nuestro pueblo. El Estado realiza maravillosamente la sintesis del pasado paraguayo, funde en una nueva entidad la herencia politica del conquistador laico con la obra espiritual de los catequistas, para desenvolver sus bases firmes y naturales la cultura autóctona. Defiende las riquezas básicas del país de la codicia extranjera y realiza el esfuerzo más grande que se conoce en la America hispana para dar valor industrial a los produtos del suelo y del subsuelo.*²¹¹

Na mesma linha de Gonzalez, o fim desse período e a promulgação da constituição de 1870 são tidos pelo historiador Ricardo Paveti como um ultraje à identidade da nação, porém, este reconhece que a divisão de poderes da constituição de 1884 não foi levada a efeito.

*El Paraguay hasta 1844 no tuvo algo que se asemeje a un Parlamento y estableció una tímida división de poderes. Recién cuando el país estaba ocupado por fuerzas militares y en ruinas, en el fatídico 1870, unos orondos convencionales constituyentes copiaron a la letra una constitución extranjera, de puro corte liberal, y la impusieron a un pueblo de tradición mas bien patriarcal, inaugurando um Parlamento bicameral, sin considerar cualquier psicologia social histórica.*²¹²

A idéia de intromissão, ou invasão do ideário liberal no país é uma constante e as idéias controversas são muitas, pois os mesmos historiadores que se colocam contra a entrada do regime liberal, como se viu anteriormente, consideravam os ditadores liberais, com isso elogiando-os, pois eles não haviam abolido a propriedade privada.

O historiador Sérgio Guerra Vilaboy diz que a nova estrutura do país, completamente modificada por Francia e seus seguidores, foi a única grande revolução que o país sofreu, a revolução jacobina, e que de fato ele não se contentou com uma reforma, mas foi radical em

²¹⁰ GONZALEZ, Teodosio. *Infortunios del Paraguay*. Assunção: [s. n.], [19--], p. 6.

²¹¹ GONZALEZ, J. Natalicio. *El Paraguay Eterno*. Assunção: [s. n.], [19--], p. 51. (2).

²¹² PAVETTI, Ricardo. *Formación del Estado Nacional Paraguayo (ideologias classes sociales, instituciones)*. Assunção, 2000, (Mimeo), p. 6.

suas propostas, o que deixou o país em pé de igualdade ou em melhor situação social política e econômica que os países vizinhos. Ressalta a organização do Estado, a tranquilidade, e o trabalho, que adjetiva como incansável dos ditadores pelo “povo paraguaio”.²¹³

Vilaboy afirma ainda que, no tempo dos ditadores, o analfabetismo fora erradicado do país:

*No menos sobresaliente fue el esfuerzo educacional del presidente López, al proseguir también en este acápite la línea trazada por el doctor Francia. La enseñanza siguió siendo gratuita y los niños de familias con pocos recursos eran alojados e alimentados por cuenta del Estado. Desde 1858 se enviaban jóvenes a estudiar a Europa a expensas del Gobierno paraguayo.*²¹⁴

Mesmo atendo-se ao fato de que o isolamento praticado por Francia sofreu alterações a partir de Carlos López, a situação não era tão progressista como Vilaboy afirma. Assim, para cada trecho da história paraguaia, seria necessário investigar para quem essa ou aquela obra está destinada. Como questiona Teodosio Gonzalez, no trecho anterior e em outros trechos de seus livros, os historiadores paraguaios sempre escrevem suas obras com algum propósito, e isso explica as inverdades daquilo que pode ser facilmente verificado pelos documentos, e através dos números constantes nos arquivos à disposição dos pesquisadores.

Os dados inventados e criados para finalidades várias tornaram a escrita da história desse período um tanto mítica. Se esses historiadores queriam deixar dúvidas em função de valorizar a ditadura como a melhor forma de governo para o país, conseguiram seu intento, pois até hoje a admiração e a menção aos ditadores como dotados de certo charme ou como heróis com muito carisma não foram completamente riscadas das publicações. Por isso, as várias obras de historiadores brasileiros, latino-americanos e europeus são preteridas pelos da

²¹³ Esse autor faz referência à construção de estradas de ferro, a superávits na balança comercial e a outras conquistas dos ditadores como algo acontecido pela primeira vez nos países da América do Sul. “*También en 1854, el Estado paraguayo comenzó a construir el primer ferrocarril de trocha ancha de toda la América del Sur*”. (VILLABOY, *op. cit.*, p. 117).

²¹⁴ VILLABOY, *op. cit.*, p. 119.

terra. O livro recente de Doratiotto, *Maldita Guerra*, já mencionado, foi considerado, de uma maneira geral, pelos historiadores paraguaios, como a versão do Itamaraty.

Carmen Colazo define a base que se deve ter presente para trabalhar a história do Paraguai, como salientado até aqui, quando afirma que

*[...] la lectura del pasado nacional paraguayo se completaba con los siguientes principios historiográficos: carácter salvaje de la población indígena, administración nacional despótica y tiránica, propósitos liberal-republicanos de la independencia frustrados con las dictaduras de Francia y los López y finalmente la entrada del Paraguay al concierto de las naciones civilizadas luego de la Guerra Grande.*²¹⁵

Desse modo, a presente investigação procurou basear-se nesses princípios para fazer sua leitura e análise do período em foco.

2.4 A RECONSTRUÇÃO DO PAÍS – ANTECEDENTES E CRIAÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

Com o término da guerra, o Brasil e a Argentina invadiram o Paraguai e nele ficaram até 1879; nessa ocupação, acompanhada de saques, destruição de prédios públicos e condenações, com exceção do Uruguai, Argentina e Brasil manifestaram seus interesses no país através do manejo da política em sua totalidade. A permanência dos vencedores influenciou a política do país, de acordo com seus interesses, com um pensamento e uma doutrina oligárquico-liberal, o que teria um efeito de longa duração no país.

Sua reconstrução, portanto, foi marcada pela influência dos interesses dos dois países, e por uma grave instabilidade política, somada aos problemas econômicos subjacentes à invasão e às dívidas de guerra que o país contraía.²¹⁶

²¹⁵ COLAZO, Carmen., *Los partidos políticos en el Paraguay*. Estructura Interna. Assunção: CIDSEP, 1998, p. 33.

²¹⁶ O Brasil deixou o Paraguai em 1876, sendo que a Argentina ficou até 1879. “Dias de decadência e de agonia. Como consequência da guerra, o Paraguai havia se transformado em um vasto deserto, saqueadas suas fábricas, escassa e dispersa a população, as estradas convertidas em matagais, aniquilando o gado e a

Os paraguaios que estavam exilados na Argentina voltaram. Eles representavam o contingente de inimigos do ditador, o qual os destituía de suas terras ou os perseguia, juntamente com seus familiares. Haviam composto com Mitre, na Argentina, a chamada “Legión Paraguaya”, que lutava contra Solano López. Chamados de liberais – por serem adeptos do pensamento de Mitre e pelo fato de virem da Argentina, considerada o berço do liberalismo na América Latina –, e de legionários,²¹⁷ com a conotação de traidores, fizeram parte do grupo que regeu os destinos do país e de imediato compuseram os primeiros governos.²¹⁸

O primeiro governo provisório constituiu-se de um triunvirato, composto por Cirilo Antonio Rivarola, José Diaz de Bedoya e Carlos Loizaga, escolhidos com a ingerência dos países vencedores. A Argentina foi representada por José Roque Perez e o Brasil, pelo Visconde do Rio Branco, em uma espécie de assembléia dos dois países.²¹⁹

Esses presidentes eram considerados “testa de ferro” dos brasileiros, argentinos e legionários, sendo criticados pelo seu primeiro ato, que foi um decreto que rezava o seguinte:

“[...] desde la fecha (2 de octubre de 1869), son libres a la explotación particular los ramos

agricultura, sem ferramentas de trabalho nem meios de transporte”. (QUELL, H. Sanchez. *Falando do Paraguai ao Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Coleção Taunay, 1958. p. 45).

²¹⁷ Legionários, foi a denominação dada aos paraguaios que se encontravam na Argentina e que formaram um grupo para lutar contra Solano López na guerra da Tríplice Aliança. Eram paraguaios que trabalhavam como funcionários e oficiais de Solano López e que, no final da guerra, se insurgiram contra ele, passando para o lado dos aliados, especialmente os brasileiros que já se encontravam na Argentina.

²¹⁸ Os primeiros governos provisórios tiveram problemas durante o processo que antecedeu a autorização dos aliados (Brasil e Argentina) para sua instalação. Como consequência, deu-se a divisão dos políticos que resultou na criação de dois clubes. Um deles tinha um perfil mais liberal, ligado a Decoud, que havia conspirado várias vezes contra López, e se chamaria mais tarde “*Gran Club del Pueblo*”, também chamado de liberal, e o outro de cunho mais nacionalista, ligado a Fernando Iturburu, ex-chefe legionário e Cândido Bareiro, ex-ministro de López chamou-se “*Club del Pueblo*”, conhecido também como Partido Popular ou “Bareirista”.

²¹⁹ “*La polémica en torno del gobierno provisorio escondía la disputa entre los aliados para ver quien queda con la mejor parte. Cada un del haz, Brasil y Argentina manipulaban los datos para obtener lo mejor beneficio. Por fin se llego a un acuerdo que origino el nuevo gobierno paraguayo. El protocolo de 2 de junio de 1869, que instaura el nuevo gobierno, consta que además de determinaciones de carácter administrativos en general, la declaración de que Solano López es enemigo de la patria y asesino del pueblo*”. (ESTEVEZ, Gomes Freire. *Historia Contemporânea*. Assunção: Ed. Napa, [19–], p. 4).

de la yerba mate e maderas monopolizados por los gobiernos anteriores”.²²⁰ O autor refere-se aos governos de Francia e dos López.

O grupo que formou esse governo, que já contava com integrantes do futuro Partido Liberal, é citado como o responsável por abrir o Paraguai ao capital estrangeiro e iniciar toda uma sorte de miséria no país. Assim, Vilaboy comenta que

*[...] las puertas del Paraguay se abrieron a la penetración del capital foráneo. Ya entre 1871 e 1872 fueron contratados en Londres los primeros empréstitos de la historia del país, por un valor de varios millones de libras esterlinas. Los banqueros ingleses recibieron en garantía miles de hectáreas de tierra paraguaya.*²²¹

Desde o final do ano de 1869, a mentalidade que imperava era a dos vencedores, marcada pelo liberalismo oligárquico, e as determinações faziam jus a ela. Em 20 de dezembro daquele ano, foi levantado um empréstimo em Londres, hipotecando as propriedades urbanas, os edifícios do governo na cidade de Assunção e a linha de trem, que foi um dos projetos mais caros ao país, iniciado desde a vigência de Francia, impossibilitando sua continuação. Justo Pastor Benitez faz um resumo de tudo o que aconteceu nos governos provisórios, como o de Salvador Jovellanos (1871 – 1874), que continuou a contrair empréstimos e hipotecar o país. Até 1877, governa Juan Bautista Gill, e já se tem notícia, em seu governo, de decretos de venda das terras fiscais. Foi em 1875, quando se autorizava ao poder executivo “*[...] que continúe a la amortización de la deuda interna de la Nación con la venta de las propiedades fiscales que juzgue conveniente y hasta la suma de 300 mil pesos fuertes, bajo las prescripciones de la ley [...]*”.²²²

Após a saída de Juan Bautista Gill, Higinio Uriarte governa até 1878; em seguida, Candido Bareiro chega até 1880. E todos seguiam abrindo o país aos aliados, sendo que os

²²⁰ CARDOZO, Efraim, *op. cit.*, p. 153.

²²¹ VILABOY, *op. cit.*, p. 72.

²²² E o autor continua, relatando que “*[...] y en fecha de 3 de noviembre de 1875 para que se proceda a la venta de las tierras fiscales en todo territorio de la Republica y hasta un valor de 6,0 millones de pesos fuertes, con algunas reservas especiales y a excepción de los yerbales*”. (BENITEZ, *op. cit.*, p. 135. (2)).

dois últimos presidentes permitiram que eles extraíssem madeira por três anos com total liberdade e, em 1879, Bareiro cedeu o palácio do governo para o uso dos banqueiros do Banco de Londres por dez anos.

Com esse quadro, é possível ver que se inicia o processo de dominação imperialista, nítido pelo modo como os vencedores dominaram a cena política, e pelo andar do capitalismo, que açambarcava todas as economias periféricas, gerando o empobrecimento econômico e social do país.

De 1880 a 1886, o país foi governado por Bernardino Caballero, o qual, um ano depois de sua saída, fundou o Partido Colorado.

Sobre esse período, Donghi relata uma série de detalhes sobre a economia do país e mostra como Caballero, que se dizia patriota, entregou o Paraguai ao Brasil, segundo ele:

A consolidação de uma forte classe de grandes proprietários, com raízes no período colonial ocorre depois da Guerra de 1870, quando o Paraguai orienta sua economia para o mercado externo; produção de peles para a Europa, de tabaco e erva-mate para o mercado vizinho do Rio da Prata. Além disso, existiam os produtos do Chaco paraguaio, madeiras e tanino, que apenas nominalmente eram considerados paraguaios, já que eram diretamente exportados por sociedades estrangeiras, inglesas ou argentinas, com destino ao mercado externo, utilizando inclusive portos privados e inclusive uma frota fluvial igualmente estrangeira. Na realidade, a política paraguaia começou a ser dirigida por comandantes militares que fizeram suas experiências na guerra del 70 e, depois, se colocaram a serviço da política brasileira. Entre esses se distingue o general Bernardino Caballero, fundador do Partido Colorado.²²³

No período de 1890 a 1904, com os presidentes colorados Juan Gualberto González e Juan Antonio Escurra, muitas autorizações para outorgar concessões ao capital privado foram feitas. Elas incluía a isenção de impostos fiscais de exportação e a livre introdução de maquinarias para todo o fim necessário das diversas empresas. Fábio Goiris comenta que o

²²³ DONGHI, *op. cit.*, p. 85.

Estado paraguaio desse período atuava aos moldes assinalados por Marx sobre o Estado capitalista clássico, pois

*[...] era un Estado instrumento que estaba al servicio de la clase dominante y que a través de un comité administraba los bienes del Estado burgués. Esto significa también que el antiguo Estado Nacional Independiente del Dr. Francia se estaba transformando en un Estado oligarquico-liberal que era un mero instrumento de la clase dominante.*²²⁴

Assim, o Estado passava a ser uma instituição que operava favorecendo não só os capitais estrangeiros, mas os funcionários nacionais, principalmente aqueles do alto escalão. Foi o início do clientelismo, dando origem a uma nova cultura política referente ao Estado, que se caracterizou por uma sociedade hierárquica e autoritária, na qual a aliança entre os que dominavam passou a ser a tônica.

O latifúndio foi se introduzindo, e a estrutura econômica nacional começou a entrar em consonância com os interesses promovidos pela divisão internacional capitalista do trabalho.

Nesse novo contexto político, os partidos dominantes (grupos ou partidos) e seus líderes conservadores iniciam um período de lutas internas pelo poder. E a intervenção militar passa a ser uma constante na vida política, continuando até 1915, depois das guerras civis, com o Partido Liberal no governo, pois cada grupo contava com o seu próprio exército, que passa a atuar a serviço dos caudilhos civis ou militares, das oligarquias e dos partidos políticos dominantes. Fátima Yore comenta que esse “[...] *fué un período de instrumentación,*

²²⁴ O autor afirma, em seguida, que esse processo pode ser comparado ao que ocorreu no Brasil com o chamado coronelismo, quando grandes proprietários de terra, em aliança com o Estado, exerciam o domínio político-eleitoral sobre os camponeses dependentes, inclusive com o uso da coerção e da violência. (GOIRIS, *op. cit.*, p. 159).

*de manipulación sectaria de los militares por los civiles, como por sus propios jefes militares, para llegar y mantenerse en el gobierno”.*²²⁵

Em todo esse período, pode-se concluir, de antemão, que se iniciou a instrumentalização do exército pelos partidos e caudilhos, e a entrega do país aos aliados e a países estrangeiros. Continuar-se-á tratando de modo mais específico desses temas em seguida, no item sobre a venda das terras fiscais, e sobre o exército no período liberal.

2.4.1 A Constituição de 1870

Com a ocupação das tropas brasileiras e argentinas, as quais, como se viu, além de ocupar militarmente o país, e de influenciar sua política, segundo Vilaboy, “[...] *dejaron una republica moldeada a su imagen y semejanza; es decir, sobre la base de una Constitución de tipo liberal-oligarquico, que concedia privilegios exclusivos a los extranjeros y el derecho a tener extensas propiedades*”.²²⁶

A promulgação de uma Constituição foi, portanto, a primeira preocupação dos grupos que retornavam do exílio, em completa consonância com os ocupantes de Brasil e Argentina, pois queriam dotar o país de uma lei fundamental, que além de lhes dar respaldo, colocaria um fim às arbitrariedades comuns do passado. Essas leis deveriam contemplar e comungar com suas idéias e com aquelas que predominavam nos países americanos segundo os convencionais, e não se ater aos valores da cultura paraguaia, pois os ex-exilados achavam que eles representavam o atraso e a barbárie.²²⁷

²²⁵ YORE, Fatima. *La dominación stronista. Orígenes y consolidación*. Base Investigaciones sociales. Assunção: Ed. Litocolor, 1992, p. 36.

²²⁶ VILABOY, *op. cit.*, p. 67.

²²⁷ Adolfo Decoud faz uma exposição dos motivos pelos quais os valores da cultura paraguaia não devem mais vigorar em um artigo do jornal “*La Regeneración*”: “*Se dice que nuestro pasado es el jesuitismo, el*

Nas instruções recebidas pelos convencionais, em uma nota de comunicação interna do órgão que seria uma espécie de *cabildo en Assunção* à época, mas que não está em papel timbrado, lê-se: “[...] *para formar la constitución se tenga presente la de Norte America, para ver si con algunas modificaciones es adaptable a nuestra situación legal y política*”.²²⁸

A Constituição de 1870 contou com 129 artigos, distribuídos em 15 capítulos e dividida em duas partes. Em seu preâmbulo, lê-se que foi pensada

*[...] con el objecto de establecer la justicia, asegurar la tranquilidad interior, proveer a la defensa común, promover el bienestar y hacer duraderos los beneficios de la libertad para nosotros, para nuestra posteridad y para todos los hombres del mundo que lleguen a habitar el suelo paraguayo, invocando a Dios Todopoderoso supremo legislador del universo. Ordenamos decretamos y establecemos esta Constitución para la Republica del Paraguay.*²²⁹

Na primeira parte, em seu artigo 1º, declarava que “*El Paraguay es y será siempre libre e independiente, se constituye en Republica una e indivisible y adopta para su gobierno la forma democrática e representativa*”.²³⁰ Nos artigos seguintes, até o 3º capítulo, estabelece que a soberania seja uma conquista do povo, que delega seu exercício às autoridades que representam a nação, criadas pela própria Constituição. Declararam-se os direitos do homem, consagrando-se a liberdade de navegar, comercializar, trabalhar, dirigir indústria lícita, de reunião, de locomoção, de publicar as idéias pela imprensa, de usar e dispor da propriedade, de associação, de religião, de ensinar e aprender, de ser julgado por jurados, igualdade ante a lei e os impostos, de votar, e de admissão em empregos públicos.

feudalismo de la edad Media, del terror, el fanatismo, los dogmas de odio y el guaraní, espantosa creación de la ignorancia, del retroceso, digno de ser aprendido por los apostatas, que se servían de él como enemigos de todo progreso e civilización”. (*La Regeneración*, n. 18, p. 1, 19 de novembro de 1870).

²²⁸ Parte avulsa de um documento que trata das constituições paraguaias, intitulado “*Esta celebre nota que puede considerarse como el primer acta de la Asamblea Constituyente en el Rio de la Plata*”. (Assunção: Archivo del Liberalismo). Além do título, pouco se pode ler desse documento, escrito à mão e em adiantado estado de decomposição.

²²⁹ ZALDÍVAR, *op. cit.*, p. 83.

²³⁰ CARDOZO, Efraim, *op. cit.*, p. 292-293.

Na segunda parte, trata dos poderes legislativo, executivo e o judiciário. O poder executivo seria exercido por um cidadão, com o título de “Presidente da República” (artigo 87). O Estado ficou, então organizado, sob os três poderes independentes nos quais a representação da soberania residia no congresso, constituído por duas câmaras. No artigo 42, estabelece “[...] *un congreso compuesto de dos camaras, una de Diputados y otra de Senadores será investido del poder legislativo de la nación*”.²³¹ O poder Executivo devia ser desempenhado pelo presidente da república e cinco ministros sujeitos a juízo político. A justiça seria administrada por um tribunal superior e os julgamentos estabelecidos pela lei.

Criou-se uma estrutura de ministérios a que os presidentes consideravam como liberal, pois com ela o poder se dividiu.²³² Um desses ministérios, o da Justiça, Culto e Instrução Pública, precisa ser descrito de forma mais detalhada para que sua função possa ser entendida. O que poderia ser dividido em dois ou três foi colocado em um só. Assim, o culto que esse ministério deveria administrar é o culto cristão da Igreja Católica, que, por essa época, estava ligada ao Estado paraguaio, e esse supria todas as suas necessidades, que iam desde a construção de igrejas à subvenção para a formação de padres e diáconos. A justificativa era a de que, com a valorização, a divulgação e a observância dos princípios cristãos, a justiça ficaria mais aliviada, pois a população seria dotada de uma moral superior, não incorrendo em tantos problemas e atos criminosos. A submissão da Igreja ao Estado aparece de forma mais clara no artigo 69, que trata da não participação dos membros da Igreja no congresso.

Da mesma forma que a religião, a educação pensada pelos congressistas e pelos presidentes que governariam o país tinha, como principal objetivo, incutir o patriotismo desde a mais tenra idade, para que a população viesse a ter uma atitude de reverência para com o

²³¹ ZALDÍVAR, *op. cit.*, p. 88.

²³² “*Se establecieron cinco ministerios: Interior, Relaciones Exteriores, Hacienda, Justicia Culto e Instrucción Pública, e de Guerra y Marina. El poder legislativo era compuesto por dos cámaras. Una de los diputados y la otra de los senadores. El senado tenía el derecho de interpelar a los diputados, presidente y vicepresidente en ejercicio de la presidencia, o ministros, requiriendo las dos terceras partes de los votos para constituir un voto de censura*” (VIOLA, *op. cit.*, p. 126).

poder. A educação passa a ser, portanto, financiada pelo Estado, e o artigo 8º dispôs que “[...] *la educación primaria será obligatoria y de atención preferente del gobierno y el Congreso oirá anualmente los informes que a esse respecto presente el Ministro del ramo para promover por todos los médios posibles la instrucción de los Ciudadanos*”.²³³

Essas e outras modificações contribuiram para a Constituição cumprir sua função de dar legitimidade aos novos grupos políticos e suprimir a constituição anterior, sancionada por Carlos Antonio López, em 1840. Ela deveria “[...] proscreever antigos procedimentos que se encontravam inadequados ou ultrapassados diante das finalidades para os quais foram instituídos”.²³⁴

Entre esses procedimentos, a diferença de poder delegado ao Poder Executivo é visível, pois, na Constituição de 1840, havia uma divisão de poderes, mas o Executivo tinha plenos poderes, e em 1870 o enfoque muda. O artigo 13 esclarece o assunto: “*El congreso no podrá jamás conceder al poder Ejecutivo facultades extraordinarias, ni la suma del poder público, ni otorgarle sumisiones o supremacias por las que, la vida, el honor y la propiedad de los habitantes de la República queden a merced del gobierno o persona alguna*”.²³⁵

Desse modo, é possível ver que a ingerência do governo sobre a vida dos cidadãos é preterida por esse artigo. E no que tange à propriedade privada, o artigo 19 é definidor, pois estabelece que “[...] *la propiedad privada es inviolable y ningun habitante de la República*

²³³ MARTINEZ, Marcelino Machuca. *El ciudadano Paraguayo*, [s. n.], 1929. p. 52.

²³⁴ De uma maneira geral, a constituição do país corresponde aos anseios do momento. O modo como José L. B. Beired trata do assunto pode ser esclarecedor para a situação do Paraguai da época: “A legitimidade deveria estar assentada não simplesmente no apelo à tradição da elite dirigente, no carisma do governante de plantão ou no direito de conquista daquele que tivesse sido alçado ao poder *manu militari*. Enfatizava-se que a legitimidade do regime também deveria estar assentada no seu relacionamento pelos governados, no interior de uma nova legalidade política, sempre orientada pelo ideal de alcançar o bem comum”. (BEIRED, José Luis Bendichio. Os intelectuais autoritários e as alternativas para a crise do sistema liberal – Brasil e Argentina: 1914-1945. In: ALMEIDA, Jorge de (Org.). *Caminhos da História da América no Brasil, tendências e confrontos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998, p. 97).

²³⁵ ZALDÍVAR, *op. cit.*, p. 83.

puede ser privado de ella, sino en virtud de sentencia fundada en ley. La expropiación por causa de utilidad pública debe ser calificada por la ley y previamente indemnizada [...].²³⁶

Além da propriedade, o indivíduo também é levado em conta no artigo 23, pois este assinala que “[...] *las acciones privadas de los hombres, que de ningun modo ofendan al orden y a la moral pública, ni perjudiquen a un tercero, están solo reservadas a Dios e exentas de la Autoridad de los magistrados. Ningun habitante de la República será obligado a hacer lo que no manda la ley, ni privado de lo que ella no prohíbe*”.²³⁷ Assim, a constituição completa o esquema que se espera de uma constituição liberal.

O artigo 26 trata da igualdade de todos perante a lei: “*La nación paraguaya no admite prerrogativas de sangre ni nacimiento, no hay en ella fueros personales ni títulos de nobleza. Todos los habitantes son iguales ante la ley y son admisibles a cualquier empleo sin outra condición que la idoneidad. La igualdad es la base del impuesto y de las cargas públicas*”.²³⁸

Essas determinações foram suficientes para dar base à nação de proscrever antigos costumes e práticas, como a abolição do confisco de bens, declarando inviolável a propriedade privada e estabelecendo que apenas os juizes pudessem ditar sentenças que a alterasse, colocando, portanto, um termo em muitas arbitrariedades. Desse modo, “[...] *en 1870, con la constitución, Paraguay proscribió la esclavitud, la tortura, el exilio y la sentencia de muerte por motivos políticos: desde ahí se acabo las ejecuciones en gran cantidad y las deportaciones de la época anterior. Y también instaurase el sufragio*”.²³⁹

²³⁶ ZALDÍVAR, *op. cit.*, p. 87.

²³⁷ ZALDÍVAR, *op. cit.*, p. 85.

²³⁸ ZALDÍVAR, *op. cit.*, p. 85.

²³⁹ “*Por vez primera el país elige sus autoridades (elegidas anteriormente por congresos previamente elegidos por el candidato), aunque las elecciones han sido con demasía fraudadas ningún presidente liberal se eternizó en el poder. Por primera vez se organizó la administración del Estado, distinguiéndose las finanzas del gobernante y las del fisco, ningún presidente liberal llegó a ser dueño demás de la mitad del país como los López, mas sin olvidarse, sin embargo de la supervivencia de la corrupción*”. (ALCALÁ, Guido Rodríguez. *Temas del autoritarismo*. Assunção: Editora Graphis S. R. L., 1994, p. 4).

Depois de sancionada a constituição, a influência da Argentina se fez presente, quando vários códigos daquele país passaram a ter vigência no Paraguai. Esses códigos colocavam o país na mesma perspectiva dos outros países latino-americanos, pois se utilizavam de um arcabouço teórico, baseado nos princípios liberais, que incidiriam na mudança das relações de produção. Juan Andrés Cardoso, apesar de liberal, fez críticas à utilização desses códigos e relacionou alguns deles. Assim, “[...] *en 1876 se adoptó ‘libro cerrado’ código civil hecho por Vélez Sarsfield, 1876 el código rural, 1880 el código Penal, en 1883 el código de Procedimientos civiles, el Código de Procesamiento penales en 1890 y en 1891 el código del comercio*”.²⁴⁰

A falta de uma vivência política mais profunda fez com que muitos itens da constituição – englobando códigos e outros dispositivos usados para fazer com que a Constituição pudesse funcionar –, não fossem próprios, e assim as adaptações foram forçadas, gerando todo o tipo de discórdia.

Partindo das determinações referentes à propriedade, ao indivíduo e à igualdade de todos perante a lei, que se encontram em artigos específicos e que podem ser verificados em outros, onde aparecem subjacentes, vêem-se algumas das características do pensamento liberal, e também do contrato social, de que, com base em um acordo geral, se pode alcançar o bem comum.²⁴¹ Justo Pastor Benitez tece comentários que abrangem a questão do contrato, do

²⁴⁰ Juan Andrés Cardozo afirma que “[...] *promulgada la Constitución de 1870, en el año siguiente el Congreso sanciona la vigencia de los códigos argentinos en materia civil, penal y procesal, mas el poder ejecutivo veto la ley. Entretanto leyes posteriores fueron vivenciales a tales codigos. Algunos casos se acrecentaron modificaciones al texto original de los códigos y en otros se adotó hasta mismo modificaciones introducidas por el parlamento argentino, como las referentes al registro civil en 1880 y al matrimonio civil en 1989. Fue sólo en 1910 que Paraguay tuvo su primer código propio*”. (CARDOZO, Juan Andrés. *La razón como alternativa histórica*. Assunção: Imprenta Salesiana, 1987, p. 293).

²⁴¹ O contrato estabelece, entre outras coisas, segundo Locke, que um indivíduo é “[...] tão senhor de sua liberdade, que pode mediante pacto transferi-la, e investir alguém do poder sobre seus atos, não existindo nenhuma lei de Deus proibindo que um homem abra mão de sua liberdade e obedeça a outro. Mas por outro lado existindo uma lei de Deus obrigando à fidelidade e à verdade em todos os contratos. Legítimos, esta o obriga depois dessa demissão e acordo, a se submeter” (MACPHERSON, C. B. *Teoría política do individualismo possessivo*: – de Hobbes até Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 271). Os autores e historiadores paraguaios citados advogam sempre o contrato em suas obras.

individualismo e do coletivismo no cerne das querelas do pensamento liberal, que é um problema não resolvido totalmente por seus teóricos.

*¿Cómo subsiste una sociedad? La sociedad vive dando primacía a los factores que socializenla, la de unión, sobre los factores que la destruye. Si fuese cierta la máxima del “homo homini lupus”, la sociedad se disolvería. Sin embargo en ella preponderan los motivos económicos y sociales que están predestinados a reunirse. La cooperación es superior a la guerra. Si no fuese de este modo aún viviríamos en pequeños grupos aislados. La imaginación del novelista sería confirmada por “Robinsons” reales y auténticos.*²⁴²

Nos discursos feitos para influenciar eleitores, os membros do Partido Liberal estabeleciam uma relação entre o pensamento dos teóricos liberais, como Stuart Mill, Émile Durkheim, ou Benjamin Constant – de que todos são seres racionais e que em algum momento do passado, como uma forma de direito natural, optou-se por celebrar uma espécie de pacto e definir governantes e governados, resultando na criação do Estado e da política –, como aquele que deu base aos membros que compuseram a Assembléia Constituinte. E passaram a reafirmá-lo com o intuito de rechaçar as críticas contra o caráter liberal da constituição.²⁴³

Assim, as críticas à constituição aparecem a todo momento, quando se trata de estabelecer a diferença entre o período dos ditadores e o período liberal.

Eládio Velazquez, liberal que militou no final do século XIX e início do XX com o Partido Liberal, escrevendo obras para orientar suas ações, defende a constituição afirmando que ela foi inspirada no interesse geral e elaborada pelos legítimos representantes da nação, e

²⁴² BENITEZ, Justo Pastor. *Ensayo sobre el liberalismo paraguayo*. Assunção, [s. n.], 1932, p. 243. O pensamento dos autores paraguaios sobre essa temática, na perspectiva liberal, está apresentado no item sobre o pensamento dos fundadores do partido. Portanto, ela não será abordada ainda, visto fazer parte não só das questões referentes à constituição, mas do todo da perspectiva teórica de governo do Partido Liberal.

²⁴³ Benjamin Constant faz um contraponto entre o pensamento de Rousseau e dos teóricos liberais do século XIX, afirmando que “[...] embora sustentando que o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto, Rousseau também sustenta que ‘o corpo soberano da sua parte, não pode sobrecarregar os súditos com nenhuma cadeia que seja inútil à comunidade’. Mas é certo que esses limites não são pré-constituídos ao nascimento do Estado, como quer a doutrina dos direitos naturais, que representa o núcleo doutrinal do Estado liberal” (CONSTANT, Benjamin, *apud* BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. S. Paulo: Brasiliense, 2005, p. 9).

lembra que, mesmo não tendo sido cumprida em sua totalidade, foi um estatuto respeitado, e adequado para o progresso das instituições e da convivência social. Mais tarde, referer-se-ia a ela dizendo que, durante sua vigência, o Paraguai encaminhou-se de modo gradual para o funcionamento integral do sistema democrático e representativo de governo.²⁴⁴

Na mensagem de 1881, Bernardino Caballero refere-se à constituição, com afirmações de que ela provê admiravelmente os meios de estabelecer a justiça, consolidar a paz e assegurar os benefícios da liberdade a todos os que habitem o solo paraguaio. Afirma, ainda, que ela traçou com segurança os rumos que guiam à consecução do bem estar e da felicidade do povo. Além do mais, é através dela que se pode detectar os obstáculos a serem transpostos para que se conquistem os progressos modernos, assim concorrendo para o engrandecimento da pátria.²⁴⁵

Um jornal da época, chamado *El Heraldo*, assim se expressava:

*El ordenamiento jurídico institucional de la democracia liberal mediante la constitución de 1870, favoreció entre otros factores al surgimiento de partidos políticos en nuestro país por la primera vez en la historia. Aunque de corte relativamente individualista, en sentido de asegurar el ejercicio de las libertades fundamentales del hombre y del ciudadano, y de defender a plena autonomía de la conciencia humana delante de los avances de presiones externas, así como todas las constituciones dictada en aquella época, sin duda no era leseferista, pues determinaba con precisión los fines del estado y las acciones del gobierno determinando los canales adecuados para el ejercicio de sus funciones con la tarea de administrar la vida social.*²⁴⁶

Além dos elogios, recebeu críticas, como a que segue: “*La asamblea constitucional se reunió en 1870. Produjo un instrumento legal siguiendo el ejemplo de constitución Argentina de 1853, a de los Estados Unidos, e Francia de 1789. El documento no representa ni la*

²⁴⁴VELAZQUEZ, Eladio. *Una orientación política para el Partido Liberal*. Assunção: Archivo del Liberalismo, [19--], p. 27.

²⁴⁵Continua dizendo que: “*La constitución es la santa arca de la libertad de nosotros: se ella perece, el pueblo necesariamente sucumbe y todo el edificio social se rende a los impulsos salvajes y desenfrenados del despotismo*” (CABALLERO, Bernardino, *Mensajes presidenciales*. Assunção: Criterio ediciones, 1987, p. 37).

²⁴⁶*El Heraldo*, 21/4/1871, p. 2.

historia ni el espíritu de la política paraguaya”. Harris G. Warren, citado por Carlos Miranda, assim escreve:

*La experiencia paraguaya quedo con dictaduras despiadadas por más de cinco décadas y con un autoritarismo colonial que mismo se diciendo democrático no se podría ser llamado de gobierno para el pueblo. El autoritarismo estaba tan embutido en las personas como el uso del guaraní que a cualquier esfuerzo para desvíalo ocasionaba serios peligros, lo cual solo podría ser superados con una revolución ideológica en la cual los paraguayos concuerdan en observar principios políticos democráticos. Paraguay no logro un gobierno democrático bajo la vigencia de la constitución de 1870.*²⁴⁷

Outra observação e análise da constituição que abusa das imagens afirmava que:

*[...] los gobiernos, durante su vigencia, mantuvieron en un sarcófago el cadáver estrangulado de la Constitución de 1870, conculcada ya a los pocos días de su promulgación y que nació bajo el signo de la derrota. Recién en el año 1936, fue enterrado oficialmente el cadáver constitucional, ya descompuesto por la acción del tiempo [...] se difundió un propósito constituyente en nuevo estilo, con el fin de superar la filosofía individualista que nutría aquella Constitución.*²⁴⁸

A crítica de Natalício Gonzalez, em sua obra *El Paraguay Eterno*, é no sentido de que a nova Constituição não respeitou a cultura para a qual ela era dirigida. Ele afirma que todas as situações impostas ao país, vindas de fora, resultam em problemas. Define esse problema quando afirma que

El pueblo que no participo en nada de la elaboración de la Carta Política que los vencedores de 70 impusieran al país, conservó viva su capacidad criadora y las viejas virtudes de la raza. Tras un Estado débil, se escondía un pueblo fuerte. La Nueva Constitución de corte liberal impidió el

²⁴⁷ MIRANDA, Carlos R.. *Paraguay y la era de Stroessner*. Assunção: RP. Ediciones, [19–], p. 49.

²⁴⁸ O autor elenca uma série de críticas que diz serem as mais comuns, encontradas em periódicos da época e em textos de história paraguaia em geral. Mas é ele mesmo que, na verdade, escreve essas críticas, nas quais, depois de passados mais de cem anos, ainda acusa a constituição de ser individualista e liberal. Fica definitivamente estabelecido, para esse autor, em outros trechos de seu livro, em que trata de todo tipo de problema que o Paraguai teve com a entrada do liberalismo, quando chega às raias do absurdo com itens como “tristeza y subdesarrollo”, “la expansión mortífera de la raza blanca”, “el problema sexual del liberalismo”, “concepción egocéntrica de los liberales”, “en contra el materialismo histórico”, “puritanismo liberal”, “los jesuitas y el comunismo guaraní” e outros mais, igualmente sem sentido e confusos. Sobre a constituição, afirma que ela foi discutida na presença dos vencedores e por eles imposta; suas idéias não levaram em conta o meio em que se impunha; permitiu a entrada do capital estrangeiro; facilitou a perda da soberania; não previu os problemas do povo agravados pela guerra, e muitos outros (CARONI, Carlos. *Paraguay, Formación y supervivencia*. Assunção: Talleres Graficos de la Escuela Técnica Salesiana, 1975, p. 142.)

*desenvolvimiento de las potencialidades de un país de inmensas riquezas naturales para el agricultura y la pecuaria.*²⁴⁹

A proposta de transformar a sociedade paraguaia não foi bem vista pelo autor, que advogava a identidade paraguaia, com toda sua estrutura, como a melhor para o país. Tinha um pensamento contrário àqueles que queriam extirpar a cultura local da sociedade, da política e da economia, dizendo que os políticos estavam cegos, pois, ao passar por cima das tradições do povo na tarefa de organização do Estado deixavam de ver, nela, um divisor de águas entre duas épocas históricas, uma original e a outra em que o país passara a aceitar a intromissão da cultura européia em seu meio.

Autores paraguaios ligados a uma visão mais social e antropológica, como Branislawa Susnik, Bartomeu Meliá e Adriano Irala Burgos são da opinião de que era impossível para o conjunto da sociedade paraguaia se ater ou tão somente compreender como viver sob a égide de uma constituição, e ainda, que seria claramente impossível esperar da população adesão ao modelo político-ideológico imposto pelos novos “*dueños del poder*”, particularmente no que dizia respeito a atitudes concretas da vida cotidiana. Os comentários desses autores demonstram que, mesmo para o mais simples dos camponeses, estava claro que a “reconstrução” não era para todos.

Branislawa Susnik, antropóloga eslovena dedicada a trabalhar a temática da cultura guarani, comenta que a maioria das determinações feitas pelo governo após a promulgação da constituição beiravam o ridículo. Entre elas, tem-se a determinação do que plantar para o seu sustento ao pequeno proprietário, a proibição da *siesta*, o descanso após o almoço, costume

²⁴⁹ GONZALEZ, *op. cit.*, p.35. (2)

que perdurara desde o início da colônia, e estabelecer um novo horário comercial, proibir o uso do idioma guarani, e outros.²⁵⁰

Alberto Moby R. da Silva cita um artigo do periódico *La Libertad* em que o interlocutor do articulista fala o seguinte: “[...] *no me digas, pues yo sé muy bien que la libertad es tan pequeña que solo cabe en ella un reducido numero de seres privilegiados que gozan de los beneficios de esta moderna conquista. Los demás que vagan a merced de sus necesidades por este desierto que el pueblo lo llama por ironía*”.²⁵¹

A constituição de 70 foi referência durante várias décadas no país, e foi substituída em 1940, quando se deu a retomada do autoritarismo no Paraguai.

2.4.2 A venda das terras fiscais

A partir da década de 1880, mais precisamente em 1883, baixou-se um decreto que autorizava oficialmente a venda das terras comunais, ou fiscais. Seu objetivo era o de saldar as dívidas de guerra, pois a terra e a reserva de propriedades figuravam, naquele momento, como o único bem de que o país dispunha, pois toda atividade econômica estava estagnada, nem a moeda era própria.²⁵² Provocaram uma alienação indiscriminada do domínio público,

²⁵⁰ SUSNICK, Branislawa. *Una visión socio-antropologica del Paraguay del siglo XIX*. Assunção: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1992, Parte 1, p. 67.

²⁵¹ SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. Bailes e festas em Assunção no pós-guerra da Tríplice Aliança: mulher e resistência popular no Paraguai. *Estudos Ibero Americanos*, Porto Alegre, v. XXV, n. 1, jun.1999, p. 61.

²⁵² “[...] o país abriu-se ao capital estrangeiro, sobretudo inglês, primeiro por via de empréstimos, depois lhe outorgando concessões territoriais e ferroviárias. Destruída grande parte da produção agrícola e ressurgido o latifúndio em grande escala, sobretudo a partir de 1883, quando foram legalizadas as vendas indiscriminadas dos bens nacionais para cobrir dívidas do fisco, o setor fundamental da economia paraguaia, passou a ser o das estâncias e plantações orientadas para a exportação. A ele agregou-se em fins do século a extração de tanino e quebracho e o aproveitamento dos bosques de madeira-de-lei por empresas estrangeiras. Até a erva-mate [...] ficou sob o controle de firmas inglesas e argentinas. A Industrial Paraguaya seria a mais famosa delas”. (ARCE, *op. cit.*, p. 233).

como salientado anteriormente. Terras de primeira foram vendidas a 1.200 pesos a légua quadrada, enquanto as marginais custavam pouco menos que 100 pesos.

Mesmo com esses preços vantajosos, os camponeses paraguaios, arruinados pela guerra e pelo caos político, não conseguiram adquirir as fazendas que antes haviam arrendado a preços simbólicos do Estado. Foram rebaixados ao nível de peões, obrigados a alugar seu trabalho e produção a grandes senhores de terra. Agustín Cueva ressalta que, na maioria dos países da América Latina, o fenômeno da venda das terras teve início logo após a emancipação dos países, em que os camponeses eram desalojados de suas terras e incorporados ao sistema de peonagem.²⁵³

Segundo Paul Lewis, durante seu governo, o presidente Caballero e sua equipe enriqueceram, porque, com os empréstimos que conseguiram no Banco do Estado, adquiriram as melhores propriedades. De posse desses títulos de terra, puderam escolher entre administrar suas próprias fazendas ou vender a terra aos especuladores estrangeiros, com enormes lucros.²⁵⁴

A partir desse momento, o número de famílias que ficou sem terra foi aumentando; o crescimento natural da população rural e a ausência de indústrias ou de outras atividades que pudessem absorver o excedente de mão-de-obra resultante dessas desapropriações fizeram com que o país ingressasse em uma situação cujas conseqüências perduraram.²⁵⁵ Natalício

²⁵³ Comenta, ainda, que “[...] só o Paraguai, com seu atenuado regime feudal-patriarcal, parece ter escapado, até 1870, ao movimento geral de expansão da propriedade latifundiária”. (CUEVA, *op. cit.*, p. 29).

²⁵⁴ LEWIS, Paul H. O Paraguai da guerra da Tríplice Aliança à Guerra do Chaco (1870 – 1932). In: BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2002, Volume V, p. 668.

²⁵⁵ Milda Rivarola escreve contra a entrada do liberalismo no país, referindo-se ao problema das terras do seguinte modo: “*El pueblo paraguayo podría ser feliz a despecho de su pobreza, con tal de que cada paisano tuviera un solar en que plantar sus cuatro estacas y donde emplear la energía creadora de sus brazos en el cuidado de la cosecha comun. Mas ha venido el capitalista extranjero, alentado por los mercaderes de nuestra malhadada política, y bien pronto el pueblo ha visto esfumar-se su ensueño de libertad*”. (RIVAROLA, Milda. *La contestación al orden liberal, la crisis del liberalismo en la preguerra del Chaco*. Assunção: CDE, [19–], p. 80. (1)).

Gonzalez lembra que a perda ou a inexistência de um título de posse da terra foi um dos fatores que contribuíram para a perda total dela:

Muy raros eran los sobrevivientes que salvaron sus titulos de propiedad, y los archivos en que podia buscarse alguna constancia de ellos, habían desaparecido en los incendios, de modo que casi la totalidad de los paraguayos quedaran desposeídos de sus tierras... Con el Estado autóctono desapareció el ejemplar sistema de poblar desiertos por medio de enfiteusis, y de organizar la vida del productor agrario en torno a los centros urbanos.²⁵⁶

Do ponto de vista estrutural, não é demais observar que os enormes redutos estrangeiros estabelecidos na época deixou os proprietários de terra paraguaios sem acesso às principais fontes de acumulação e obrigou-os a se conformar com a exploração de uma criação de gado extensiva de baixa rentabilidade. As repercussões destes processos puderam ser sentidas no curto, médio e longo prazo: influenciaram a conjuntura política de fins do século XIX, determinaram o triunfo liberal de 1904, e deixaram sua marca permanente nas estruturas de uma sociedade que parecia condenada ao atraso, à miséria e ao caos.

A consequência imediata dessa venda foi a instalação de grandes empresas agropecuaristas e extrativistas caracterizando, por isso, definitivamente, o advento das relações capitalistas no Paraguai. A autorização de alienar todas as terras públicas, ditada pelo governo de Assunção em 1885, pôs em mãos dos capitalistas estrangeiros boa parte das pradarias, bosques e dos ervais:

Pode-se dizer que criou as premissas para vincular o Paraguai à divisão internacional do trabalho na região do Prata, transformando-o em segmento de um sistema econômico que por sua vez funcionava como apêndice da metrópole inglesa. Não resulta difícil imaginar as limitadas possibilidades de desenvolvimento estável que foram reservadas ao país nessas condições.²⁵⁷

Deu-se o que Cueva chama de “a ampliação de fronteiras do capitalismo”, realizada não só pela tomada das terras dos índios, mas com o sacrifício de toda a nação. Assim, a

²⁵⁶ GONZÁLEZ, Natalício. *Geografía del Paraguay*. México: Editorial Guaranía, [19–], p. 421. (3)

²⁵⁷ ARCE, *op. cit.*, p. 227.

guerra de 1870 foi um meio encontrado pelo capitalismo de incorporar ao processo de acumulação primitiva o país, em que a sociedade pré-capitalista achava-se resguardada pelo sistema das terras fiscais de Francia, onde “[...] as condições internas não haviam amadurecido o suficiente para que aquele processo pudesse efetuar-se apenas pela resposta endógena às exigências procedentes do exterior”.²⁵⁸ Por esse motivo, desde a década de 1870, passaram às mãos da iniciativa privada, a qual se pode denominar “capitalistas estrangeiros”, enormes extensões de terras. Assim, a acumulação primitiva foi levada a efeito pela intervenção das potências mundiais da época ou por forças exógenas.

Ao tratar da legislação que regula a propriedade imobiliária no Paraguai, Milda Rivarola lembra que a questão da venda das terras, a partir da guerra de 1870, tem sua origem

*“[...] en la ideología impuesta por los países vencedores y específicamente en la venta de tierras públicas producida con motivo de leyes dictadas durante los años de 1883 y 1885. Fue a raíz de esta indiscriminada venta que nacieron los grandes latifundios del Paraguay que en su inmensa mayoría fueron a parar a manos de empresas extranjeras”.*²⁵⁹

Assim, segundo Rivarola:

*Los aliados triunfantes organizan en lo país vencido un estado para servir, no los ideales de la nación más si los intereses extranjeros que les dieran origen. La clase rural fue expropiada de sus tierras y el patrimonio territorial de la nación paso a ser propiedad de los banqueros de Londres; la exploración de los medios de comunicación y de las riquezas básicas del país, quedo a cargo de empresas extranjeras; se imputaran al erario dividas provenientes de empréstitos dilapidados de origen escandalosa; y la guerra civil, efectiva o latente, corrió como un cáncer a la vida nacional.*²⁶⁰

²⁵⁸ CUEVA, *op. cit.*, p. 78.

²⁵⁹ As principais empresas foram: “A Industrial Paraguaia, a Companhia Domingo Barthe, a Mate Laranjeira, Carlos Casado del Alisal, Liebig’s Extract of Meat and Co. (gado e empacotamento de carne), a Societé La fonciére, a Sociedade Rural Belgo-sul-americana, The Paraguay Land & Cattle Company”. (RIVAROLA, *op. cit.*, p. 34 (1)).

²⁶⁰ RIVAROLA, *op. cit.*, p. 39 (1). E Natalicio Gonzáles lembra que “[...] en 1870, al termino de la guerra Triple Alianza, desapareció el estado autóctono, que el colono paraguayo había creado conciliando un socialismo muy peculiar y moderado con un individualismo económico restringido en sus abusos, pues se concedió una prioridad constante para el bien de la comunidad sobre el lucro del individuo, todas las veces que la codicia aumentaba o feria la moral pública. [...] Los vencedores dictaron y impusieron la vigencia de una Constitución de indudable índole liberal. La mayor preocupación del nuevo estado fue salvar las viejas ciudades manteniendo en ellas un vestigio de vida. Logrado este proposito por imposición de la ideología

Com essa situação, deu-se a separação entre capital e trabalho, que dividiu a população em proprietários e não-proprietários, em um sistema de propriedade individual dos meios de produção que corresponde, simultaneamente, a uma concentração da propriedade em poucas mãos.²⁶¹

A esse respeito, Weber comenta que a passagem para o trabalho assalariado no campo fez com que o trabalhador experimentasse uma mudança de posição social, passando de “[...] trabalhador vinculado à terra que lhe pertencia, para o papel de proletário comedor de batatas que começava a trabalhar sem contrato e por tempo indeterminado”.²⁶² Aqui se pode apropriar dessa referência de Weber à situação alemã para se entender o que ocorreu no Paraguai após o camponês perder as terras que cultivava por conta própria.

Pode-se afirmar que a promulgação da constituição e a determinação do governo, na década seguinte, de vender as terras fiscais, são sinais da implantação do liberalismo no país, pois, segundo René Rémond, “[...] para sabermos se um regime é liberal precisamos atestar a existência de uma constituição e sufrágio,²⁶³ e do manejo da terra pelo poder como parte integrante de sua história”.²⁶⁴

importada, se alieno gran parte de las tierras publicas a precios irrisorios, a fin de atraer extranjeros y obtener recursos fiscales por la vía de los impuestos territoriales” (GONZÁLEZ, op. cit., p. 421(3)).

²⁶¹ “Este simples fato da concentração implica o seu oposto, a falta de propriedade da parte dos outros – da maioria da população, afinal. Assim, uns possuem, enquanto outros trabalham para aqueles que possuem – e que são naturalmente obrigados a isso, pois que, nada possuindo, e não tendo acesso aos meios de produção, não dispõem de outros meios de subsistência. É esta a base do chamado conflito entre o Capital e o Trabalho” (DOBB, Maurice. *Capitalismo ontem e hoje*. Lisboa: Editorial Estampa, 1972, p. 15).

²⁶² WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção Os Pensadores), p.123.

²⁶³ O processo de democratização de um país não combina, necessariamente, com o liberalismo, e o sufrágio está mais ligado ao Estado democrático que ao Estado liberal. O Estado liberal foi, inclusive, posto em “[...] crise quando iniciou-se o progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal”. Portanto, esse tipo de associação pode resultar em um problema que não pode ser resolvido de forma mecânica. (RÉMOND, op. cit., p. 61 (1)).

²⁶⁴ RÉMOND, op. cit., p. 7 e 8 (1).

A situação da terra do período posterior à guerra da Tríplice Aliança no Paraguai, segundo Carlos Pastore, correspondeu, dentro de uma perspectiva liberal, à necessidade do capitalismo se implantar, via propriedade privada e constituição de mão-de-obra, pois a obtenção do trabalho livre tem uma relação direta com os obstáculos à propriedade rural, porque o trabalhador sem terras, e sem meios de adquiri-la, teria como único recurso de sobrevivência trabalhar para os proprietários das fazendas, cuja formação se deu com a reunião das parcelas que cada um habitava.²⁶⁵

E o mesmo autor comenta que

*[...] cuarenta y cinco entidades, en su inmensa mayoría organizaciones de capitales extranjeros, adquirieron la riqueza yerbatera del Paraguay [...] Una de estas empresas La Industrial Paraguaya S. A, fundada em 1886, compro no menos que 855 mil hectareas de yerba natural y um total de 2.643.727 hectáreas de tierras.*²⁶⁶

Essa idéia é apropriada por Fogel, quando observa que tanto o sistema produtivo agrário como a composição da estrutura social alteraram-se com a apropriação das terras que começou após a guerra de 1870, pois constituíram-se as grandes propriedades, quando as terras alienadas pelo governo chegaram, entre 1870 e 1914, a “26 millones de hectáreas”.²⁶⁷

A imprensa da época noticiava que a venda das terras transformava o país em um lugar triste de se viver. A população perdia sua dignidade, e não tinha mais apreço pela pátria, buscando condições de sobrevivência em outros países.²⁶⁸

Essa realidade, ligada ao fato de que a estrutura política do Estado estava voltada para as cidades – estas não podiam ser consideradas tipicamente industriais, mas sua população

²⁶⁵ RÉMOND, *op. cit.*, p.128. (1)

²⁶⁶ PASTORE, *op. cit.*, p. 254. (3)

²⁶⁷ FOGEL, R. *Pobreza y políticas sociales en el Paraguay*. Assunção: El Lector, 1996, p. 25.

²⁶⁸ O jornal *La Democracia* alega: “Las familias agricultoras tan dignas de conmiseración debido a las desgracias ocurridas, de este modo dignas de protección, fueran despojadas hasta de los lotes de tierras sobre los cuales se vivian, quedaban se así con indigentes y obligadas a buscar en el extranjero la hospitalidad que no tenían en su propio país, fecundada con lágrimas y o con la sangre de sus hijos mártires” (*La Democracia*, 13/04/1891).

detinha desprezo pelo campo, pois, para elas, os camponeses só existiam para lhes proporcionar o conforto desejado –, fez com que as reivindicações do campo fossem raramente atendidas, e somente em situações de calamidades naturais. Assim, pela falta de um empresariado rico nas cidades, segundo Caballero e Masi, o domínio do Estado esteve ligado a uma organização hierárquica, visto que, a partir de 1870, somente os setores oligárquicos de corte autoritário centrados no campo – como donos de boa parte das terras do país –, detinham o poder estatal.²⁶⁹

As críticas feitas por autores paraguaios e periódicos, sobre a venda das terras, iam sempre na mesma direção, atribuindo o problema à falta de títulos das mesmas por parte da população, entre outras dificuldades. Além disso, alguns autores confundiam o governo liberal constituído com o grupo liberal e seus representantes na época, mas, como se pode constatar, não tocavam na razão mesma do fato aludido anteriormente, que era a necessidade do capitalismo se implantar, via propriedade privada, com a constituição de mão-de-obra.

Um documento lançado pelo Partido Liberal, em 1891, conclamava as pessoas a resolverem a situação “à bala”:

*No es posible que dure por más tiempo ese estado de cosas criado por la usurpación, la violencia y la fraude. No es solo deber de patriotismo se levantar en armas contra el actual régimen, sino también de la humanidad, porque se de un lado la practica corre el riesgo de ser vendida al extranjero por la insaciable codicia y la venalidad de los gobernantes, por otro lado el pueblo sufre horriblemente por la miseria por la cual fue reducida y por las persecuciones de todo genero de que ten sido objeto sin que jamás ningún de eses agravios tenia sido recuperado.*²⁷⁰

²⁶⁹ CABALLERO, E.; MASI, F. Masi. *Partidos, gobierno y empresarios, Convergencias y divergencias*. Assunção: CIDSEP-Universidad Católica, 1989, p.137.

²⁷⁰ Fragmento do Manifesto “*Al Pueblo de la nación Paraguaya*”, 18 de outubro de 1891 – Archivo del Liberalismo. Assunção, Academia Paraguaya de Historia, p. 12.

Nos trechos a seguir, pode-se constatar o tipo de avaliação feita pelos veículos de comunicação da época. Neles, a venda das terras é tida como a maior desgraça, cuja culpada era a ideologia liberal.²⁷¹

*La revolución de mayo es agraria y anti feudal: suprime la encomienda, liberta la gleba, establece un sistema agrario basado no en la propiedad mas si en la pose, es el sistema agrario basado, no en la propiedad mas si en la pose, es el sistema de enfiteusis. Es ante imperialista: rompe con la metrópolis y se organiza en estado libre y soberano. Es anti oligárquica: suprime los privilegios que se basaba el poder de la casta colonial. Es democrático y comunera: consagra los principios de lo bien común como norma reguladora de justicia social.*²⁷²

Peralta comenta que tudo isso acabou com o fim da guerra, pois, além dos invasores, chegaram os legionários, os mercadores ingleses e não-ingleses. A imposição de um governo de legionários sob a proteção dos canhões brasileiros e argentinos é considerada como o início da destruição de tudo o que de paraguaio existia no Paraguai. A destruição e o saque da fundição de Assunção, dos arsenais, da estrada de ferro, foi o começo da negação dos direitos adquiridos em 1811. A entrega de todo o território nacional a vil preço a compradores estrangeiros, muitos deles que nunca conheceram nem sequer de vista o Paraguai, fizeram que, como nunca, o camponês paraguaio se convertesse em um “vulgar pária” em seu próprio país.

O autor é enfático ao afirmar que a venda das terras significava o fim da revolução da independência. O isolamento, com vistas à auto-suficiência, iria ceder lugar a um ingresso do país nas economias mundiais, tornando-o, assim, sujeito aos ditames e flutuações do mercado, tendo que enfrentar todos os problemas que se tem quando existem crises financeiras

²⁷¹ É comum encontrar uma unanimidade sobre a opinião de que o liberalismo era uma ideologia importada e inadequada à realidade dos países da América Latina. A insistência em implantá-la teria levado à incongruência entre país legal e país real, cujas contradições o nacionalismo de direita propunha sanar. A falta de autoridade do Estado era outro mal imputado ao liberalismo pela direita nacionalista. Levava ao fortalecimento do regionalismo e do localismo em detrimento do poder central, e ao crescimento da perigosa participação da sociedade na política e nos movimentos sociais.

²⁷² PERALTA, Anselmo Jover. *El Paraguay revolucionario*. Buenos Aires: [s. n.], 1946, p. 43.

internacionais, quando os investimentos diminuem, o desemprego sobe e as altas de juros para segurar a inflação e proceder a um crescimento interno da economia desestruturam tudo. Esse impacto, na maioria das vezes, é absorvido pela população, a qual, no caso, não estava acostumada e até então não fora exposta a essa situação.

Aumentando o estoque da dívida pública devido a pagamentos de juros dos empréstimos ingleses, viu-se, na venda das terras, portanto, uma forma de amortização, o que foi prontamente acatado como meio de resolver o problema. Mas, como acontece em muitos países, o dinheiro arrecadado com essas vendas não teve um destino tão certo como seria de se esperar, não conseguindo sanar o rombo público.

Assim é que surgiram as acusações de corrupção quanto ao destino do dinheiro adquirido com a venda das terras, tema constante na fala de vários autores e denúncias de periódicos, o que fazia aumentar a “popularidade” do grupo liberal e diminuir a do governo.

O que se comenta é que não só se venderam terras a qualquer preço, mas também cidades inteiras, conseguindo-se, dessa forma, dilapidar o patrimônio público. Por qualquer moeda, podia se barganhar quaisquer lotes, com riquezas naturais ou agricultáveis, que, mais tarde, serviriam de moeda de especulação a ser trocada, por valores superiores, para a compra pelo próprio governo:

*No vendieron solo los campos, los hierbales y los montes, mas también venderan las ciudades enteras (Sapucaí, Caballero, Alberdi, Tobati). Tacuratí, Mbuyapey, Mbocayaty, Yhacanguazú. Venderan todo lo que se querían comprar para quien tenia unas pocas monedas para pagar. Solo Dios sabe lo que se logro con las vendas de las tierras públicas en que se fue investida en ese aporte. No sobró ningún rastro.*²⁷³

²⁷³ RAHI, Arturo. *La entrega del Chaco y otros capítulos de la historia paraguaya*. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1988, p. 70. Um longo artigo de Alón, intitulado “*La obra de ayer*”, publicado no *El Imparcial*, de 12 de outubro de 1887, fala sobre os protestos contra o governo na eterna questão das terras públicas, comentando escândalos como o desrespeito aos direitos adquiridos e a especulação. Dizia que o ministério do interior era “um covil de más leis”, onde se podia adquirir terra ao menor preço, cobrindo de vergonha o país”.

É comum encontrar-se comentários do destino do dinheiro da venda das terras e as conseqüências de tudo isto. Alguns observam que a situação, a partir daí, ficou insustentável, e tudo o que os paraguaios conseguiam era o rendimento financeiro dos impostos fiscais malversados, gastos em burocracias multilaterais e fraudados pelos governos corruptos que se sucediam, e que depois de ir para as mãos dos políticos nada retornava para o contribuinte. Ou seja, repetia-se a velha fórmula da dúvida de como a burocracia financeira gasta o dinheiro dos contribuintes:

*Por las manos de los empresarios y de los políticos los capitales circulaban de un lado a otro sin salir del círculo vicioso, sin sus beneficios llegaren hasta el pueblo. Es por este motivo que nuestros economistas y financistas insisten en la necesidad de atraer los capitales extranjeros y fomentar la producción fabril. Ese plan de industrialización que atentaba contra los intereses y derechos de la mayor parte de la población pobre del país ten norteadado hasta nuestros días nuestros estadistas, partidos y gobierno. Su resultado, el saldo negativo, no puede ser más patente y concreto. A partir del período de la Reconstrucción las camadas inferiores de la sociedad se encontraban en estado de completa indigencia, ignorancia corrupción sexual, enferma y degenerada. No hay exagero ningún en esta afirmación.*²⁷⁴

A análise feita por um brasileiro que participou de missões militares no Paraguai e que escreveu sobre o país na década de 1950 leva quase a ver, na venda das terras, uma atitude acertada do governo paraguaio para resolver a crise financeira da época:

Finalmente baixou a lei de venda de terras públicas, cujas vantagens eram: reunir recursos para ajudar a população e criar instituições destinadas à formação cultural das novas gerações; criar as bases para o imposto imobiliário, que proporciona ao Estado uma fonte constante de recursos; posse efetiva e permanente do território do Chaco, concedendo títulos de propriedade privada; formação e desenvolvimento das indústrias, valorizando a propriedade imobiliária, tanto da terra de pastagem como as da indústria de tanino.²⁷⁵

Assim, essa transferência de terras para as mãos de particulares não resultou em progresso econômico, como seria de se supor pela teoria liberal clássica. Deu origem a latifúndios de grandes fazendeiros que se assemelhavam a domínios feudais, porque seus

²⁷⁴ RIVAROLA, *op. cit.*, p. 81. (1)

²⁷⁵ QUELL, *op. cit.*, p. 44-45.

poderosos donos, sendo estrangeiros ricos ou políticos influentes, não aceitavam a interferência do Estado. Não pagavam impostos e ministravam sua própria forma de justiça aos peões que, afundados em dívidas e amarrados à terra, assemelhavam-se mais a servos medievais que cidadãos de uma república.

Com o passar do tempo e a venda de mais terras, o latifúndio cresceu e, no final do século, cerca de 79 pessoas eram donas de quase a metade das terras do Paraguai; em 1930, esse número desceu para 19.²⁷⁶

Pode-se ver que a questão não se resumia apenas na venda das terras nacionais aos capitalistas estrangeiros, por parte do Estado, mas tinha implicações sociais profundas. Nesse período, chamado liberal-oligárquico (1870-1914), patrocinou-se, além do caudilhismo patrimonialista, um esquema sistemático de exploração da força de trabalho.

As empresas estrangeiras que, por anos a fio, exploraram o país em todos os sentidos, enriqueceram, exaurindo as forças do mesmo e, após perceberem que a terra começara a ficar improdutiva e a força de trabalho rota, deixaram o país na miséria, levando tudo o que podiam, como um monarca que sai de sua colônia. Seu legado foi “[...] *los bosques de yerba transformados en terrenos áridos, tierras infértiles y polvorientas [...] restándole al hombre de las campiñas apenas el melancólico llanto del urutau*”.²⁷⁷

Nesse espaço de tempo, desde o início da venda das terras até seu final, em 1914, o Paraguai viveu uma forma de Estado que obedecia aos ditames do liberalismo, quando o Estado quase não intervinha na economia, pois os políticos do Partido Colorado assentaram as bases da apropriação privada da terra, e seus políticos conservadores possibilitaram o ingresso de toda a sorte de iniciativa estrangeira no país, sem nenhuma racionalidade, com a qual, sem

²⁷⁶ LEWIS, *op. cit.*, p. 639.

²⁷⁷ GOIRIS, *op. cit.*, p. 163. O urutau é uma ave que, no Brasil, também tem seu canto ligado à tristeza, como em um samba anônimo do século XIX, intitulado *Cabocla de Caxangá*, que em sua última estrofe diz: “Caboca demônio mau, sou triste como o urutau”.

dúvida, lucraram. Segundo os vários historiadores citados, como Pastor Benitez, Natalicio González, Guido Alcalá, Goiris, e outros, pode-se encontrar a genealogia e a origem do subdesenvolvimento do Paraguai nesse período, quando se deu a exploração de seus recursos naturais e de sua gente.

2.4.3 O exército no período liberal

O exército teve um papel preponderante na história do Paraguai durante o período dos primeiros ditadores e nos períodos seguintes, assumindo diversas identidades, tal qual em outros países da América Latina, uma vez que, no continente, se utilizou comumente da violência como instrumento político, sob a forma de bandos armados e facções dirigidas por civis e soldados não-profissionais, atuando mais como agentes políticos que como representantes de uma instituição.²⁷⁸

Paul Lewis comenta que, desde os primeiros anos que seguiram a independência, a força dos militares começou a ser vista, pela nação, como a espinha dorsal da sociedade e, assim, estes passaram a ser mantidos com vultosas quantias pelo governo.²⁷⁹

Após a guerra de 1870, o exército assumiu o papel de reconstrutor da nação, tendo a sua frente o general Bernardino Caballero, mantendo sua hegemonia, tanto na guerra quanto na paz.

²⁷⁸ O caráter do governo de Francia como ditador foi rapidamente percebido e sentido logo de suas primeiras determinações. A primeira preocupação foi a de conseguir deter todo o poder do Estado em suas mãos. Para isso, ele mesmo escolheu os membros que fariam parte de seu reduzido corpo de funcionários públicos e decidiu “[...] *otorgar maior rol a las fuerzas militares y policiales para mantener un estrecho control sobre los miembros de toda la sociedad*” para que esse estivesse a seu lado e jurasse lealdade”. (MIRANDA, *op. cit.*, p. 42). Criou um exército profissional, recrutando homens do interior e procurando assegurar-se de sua lealdade. Essa decisão lhe valeu a aprovação de vários setores da sociedade, que viam nela uma preocupação do ditador em proteger toda a população paraguaia. Essa profissionalização continuou durante o governo de Carlos Antonio López e, na administração de Solano López, o exército foi sobremaneira preparado para a guerra, com o alistamento maciço dos homens da sociedade, reforçando-o com a importação de armas e munição, pois acreditava na superioridade de seu exército frente aos dos aliados.

²⁷⁹ LEWIS, *op. cit.*, p. 639.

O exército era considerado como fator de defesa nacional e dos direitos individuais. Mas, por outro lado, era mal visto, por se aliar a um ou outro personagem do poder. Além disso, segundo Oscar Cuéllar, o exército sempre teve um “[...] *alto grado de desorganización social y política, y bajo lo inexistente nivel de socialización profesional de los militares*”.²⁸⁰ Isso porque a maior parte da tropa do exército era recrutada entre os analfabetos das classes populares, não sendo ministrado nenhum tipo de educação mais geral, com o argumento de que quem estava ali para morrer não necessitava aprendizagem, e a lealdade se nutriria da ignorância da soldadesca.²⁸¹

Os oficiais “graduados” eram recrutados nos setores médios, constituindo-se de estudantes e jovens profissionais. Eles tinham a incumbência de traçar toda a estratégia para

²⁸⁰ CUELLAR, Oscar. *Notas sobre la participación política de los militares en America Latina*. Paris: Instituto Americano de Relaciones Internacionales, 1971, n. 19, p. 17.

²⁸¹ O exército paraguaio, a partir do final da guerra da Tríplice Aliança, atuou nas decisões com respeito aos golpes havidos no país. Uma descrição sumária dessa atuação demonstra seu grau de importância na história política do país. Assim, em 1870, em um golpe de Estado durante a Convenção Nacional Constituinte, o exército é chamado para conter um levantamento para dar legitimidade a Cirilo Antonio Rivarola, que toma o lugar de Facundo Machain, o qual fecha o congresso logo depois. Em 1871, quando Jovellanos sucede a Rivarola, devido a sua denúncia, o exército participa de um levantamento contra Jovellanos. Em 1874, com a ajuda do exército, vários generais paraguaios impõem um novo gabinete ministerial a Jovellanos. Em 1877, também com a ajuda do exército, são assassinados o Presidente Juan Bautista Gill, e Facundo Machain, em suas dependências. Em 1879, o ex-presidente Rivarola é assassinado, em uma atuação do exército para sufocar a rebelião contra o crime de Facundo Machain. Em 1880, Bareiro, então presidente, morre repentinamente, e o General Bernardino Caballero dá um golpe de Estado e nomeia presidente-se. Por essa época, muitas das facções que iriam entrar na cena política paraguaia estavam em plena atividade; assim, em pé de guerra, estão os caballeristas contra os eguzquizistas, os colorados contra os liberais, os argentinistas contra os brasileiristas. Em 1894, há um golpe de Estado do General Eguzquiza contra o presidente Juan G. Gonzalez; em 1902, o general Caballero depõe o presidente Emilio Aceval, que havia criado a Guarda nacional, e coloca seu grupo militar no comando do poder. Em 1904, há um levantamento campal para tirar o Partido Colorado do poder, e aí entram os liberais, e o exército é imediatamente dissolvido. Em 1905, com a formação de um pequeno exército, dá-se um golpe de Estado que substitui Gaona por Cecílio Báez, chefe do grupo dos cívicos. Em 1908, com o exército já formado, dá-se um golpe, arquitetado pelo Coronel Albino Jara, que depõe Benigno Ferreira e o exército frustra um levantamento colorado. Em 1911, Albino Jara desfecha outro golpe militar, contra Manuel Gondra, e manda fuzilar Adolfo Riquelme, quando Jara toma o poder. Em 1911, Jara é derrotado em um levantamento campal pelos membros partidários de Gondra. Em 1912, acontecem vários levantes: 1º. O grupo de Jara derruba o governo do presidente Rojas; 2º. Em um golpe de Estado perpetrado pelo Major Garay, entra no poder um colorado, chamado Pedro Peña, mas logo os liberais retomam o poder e elegem Emiliano Gonzales Navero; 3º. O coronel Albino Jara torna a se sublevar e cai prisioneiro, vindo a ser morto em praça pública. Em 1915, o exército é colocado nas ruas para conter movimentos sociais. Em 1920, com a ajuda do exército, Manuel Gondra é eleito novamente presidente. Em 1921, o presidente Gondra renuncia, devido ao fraco apoio que recebe do exército para suportar as pressões e exigências políticas de Eduardo Schaerer. Entre 1924 e 1936, há um período de calma e, em 1931, o exército sufoca uma passeata estudantil, matando vários estudantes e transeuntes. Logo depois se inicia a guerra do Chaco, da qual participa de maneira tranqüila e, mais tarde, participa do golpe que tiraria do poder o presidente Eusebio Ayala, em 1936, apenas terminada a guerra. (SEIRFERHELD. Alfredo M. *Conversaciones Político Militares*. Assunção: Editorial Histórica, 1987, Volumes I, II e III).

que as forças armadas cumprissem sua função de salvaguardar as fronteiras nacionais, defendendo a pátria, mas devendo aceitar a subordinação ao poder civil.

Essa determinação estava contida na constituição de 1870, que previa, no artigo 73, que as forças armadas “*debian proteger las fronteras*”. No artigo 102, inciso 13, está escrito que elas deviam estar “*bajo la jefatura del Presidente de la República*”, e, no artigo 73, nos incisos 19 e 20, “*bajo la dirección suprema del Congreso*”. “*Este debe fijar las Fuerzas Armadas que habian de permanecer en pie y autorizar la reunión de milicias para contener las insurrecciones o repelar las invasiones*”.²⁸² Com essas normas constitucionais, ficava estabelecido que não era legítimo levantar-se contra a autoridade constituída e contra seu *status quo*.²⁸³

As determinações constitucionais, porém, não alteraram a índole e o modo de agir do exército, porque a constituição não era respeitada nem por este e muito menos pelos presidentes, no modo como se utilizavam dos militares para seus fins pessoais.

No ano seguinte ao da promulgação da Constituição, houve uma variação desse modo de agir frente ao país, quando entrou o primeiro presidente civil colorado, Juan G. Gonzalez, que despertou a desconfiança do exército, porque todos os governos paraguaios, até então, apoiavam-se nele para sobreviver. Embora o exército, nessa época, fosse composto apenas de 2.500 homens em uma população de 600 mil pessoas, suas armas e organização haviam se transformado em um fator decisivo para a política dos primeiros governos. Sua importância para o governo pode ser avaliada pelo orçamento nacional destinado à sua manutenção – cerca de um quinto dos gastos.

²⁸² ZALDÍVAR, *op. cit.*, p. 76.

²⁸³ A direção militar, segundo Gramsci, “[...] deve estar sempre subordinada à direção política, ou seja, o plano estratégico deve ser a expressão militar de uma determinada política geral [...] mesmo nos casos em que a direção política e a militar se encontram unidas na mesma pessoa, é o momento político que deve prevalecer sobre o militar”. (GRAMSCI, *op. cit.*, p. 103 (1)).

Mesmo assim, após a entrada do Partido Liberal no poder, quando o país passa a ser conduzido pelos civis – apesar dos princípios democráticos, em que a nova doutrina de governo limitado e de liberdades constitucionais é acionada –, o partido se degenera, e os grupos, ou facções em disputa pelo poder, buscaram apoio dos militares para seus golpes e revoluções.

Independentemente dessa situação, o exército (oficial) teve seu orçamento aumentado, quando, a partir de 1908, o governo começou a tomar atitudes para melhorar seu conceito e sua posição perante o Estado e a sociedade, para que ele pudesse cumprir as tarefas a si destinadas, pois sua situação não mudara desde a época dos ditadores, quando o treinamento militar era deficiente; por isso, a reputação que gozava era baixa, visto que seus integrantes eram escolhidos sem nenhum critério pelas autoridades militares. Nos governos colorados, o exército foi utilizado para fins eleitoreiros, e o governo também não investiu em sua preparação.

Para que houvesse mudanças, portanto, o governo, na primeira parte do século XX, enviou seus melhores oficiais para o Chile ou Argentina, a fim de receberem instrução militar. Antes da Primeira Guerra Mundial, uma missão militar alemã ocupou-se em “adestrar” o exército paraguaio. Depois da Primeira Guerra Mundial, a principal influência estrangeira veio da França, com a chegada de uma missão militar francesa de porte considerável, em 1926.

Todas essas medidas, entretanto, não surtiram o efeito desejado, pois faltava o elemento preparado para fazer parte do exército permanente. Para preparar esse contingente e resolver a situação do nível do exército, foi criado, a partir de 1915, o Serviço Militar Obrigatório, que foi a base de todo o exército permanente da nova Escola Militar. Antes, um jovem ingressava de forma direta no exército, mas, a partir da existência do serviço militar, os

indivíduos se preparavam primeiro e só depois, aqueles que eram declarados aptos ao exercício daquelas funções ingressavam no exército, que, desse modo, passou a receber elementos mais bem formados em seu meio.

Para que um soldado pudesse, portanto, ingressar no exército, passou a ser necessário um ano de prática e de estudos que incluíam uma formação cultural através de conhecimentos gerais básicos.

Nas reformas que se seguiram à revolução de 1922, o Paraguai fez planos de criar um exército regular de 4.000 homens, ampliando esse número para 24.000 em tempos de mobilização: nos meados da década de vinte, o Paraguai aumentou seu orçamento nacional para reequipar suas forças, adquirindo da Espanha, 10.000 fuzis Mauser, Dinamarca, metralhadoras leves Madsen, EUA, 32 metralhadoras pesadas Browning, França oito obuseiros de montanha Schneider, modelo 1927, de 105 mm, e 24 canhões de montanha, de 75 mm., 1928 sete mil fuzis Mauser, bem como outras 200 metralhadoras Madsen e vinte e quatro morteiros Stokes-Brand, de 81 mm.²⁸⁴

Em 1928, fundou-se a “*Escuela Superior de Guerra*” e, para dirigi-la, o país continuou a receber ajuda de missões militares da Alemanha, França e Argentina. O programa da academia de oficiais foi revisado. Uma academia de sargentos foi criada e, também, a academia do Estado-Maior Geral. O Paraguai construiu lentamente seu exército, marinha e armas aéreas e, por volta de 1931, contava com aproximadamente 4.000 homens nas forças armadas regulares, com capacidade para mobilizar aproximadamente mais de 16.000 homens.

Prevendo a guerra contra a Bolívia, uma das maiores aquisições de armas feitas pelo Paraguai, que viria a exercer importante impacto na condução da guerra, foi a compra, da Itália, de duas poderosas canhoneiras couraçadas, em 1930. As duas grandes canhoneiras,

²⁸⁴ CUELLAR, *op. cit.*, p. 46.

“Humaitá” e “Paraguai”, eram bem equipadas e fortemente armadas. Eram embarcações de 845 toneladas, para serviço no rio Paraguai. Cada qual possuía dois canhões principais de 4,7 polegadas e eram bem equipadas com canhões antiaéreos (três canhões AAA de 3 polegadas e dois canhões 40mm). Essas embarcações podiam transportar tropa e equipamento pelo rio Paraguai até o teatro de operações do Chaco.²⁸⁵

Mais tarde, em 1923, fundou-se a “*Escuela de Aviación Militar*”, mas o primeiro vôo paraguaio tivera lugar já em 1915, quando um piloto paraguaio, que tinha entrado para a escola de aviação da Argentina, levou o primeiro avião para o Paraguai. No fim da Primeira Guerra Mundial, o Paraguai contratou vários aviões de treinamento franceses e montou um pequeno corpo de aviação. Algumas aeronaves tomaram parte nas ações de combate da revolução de 1922.²⁸⁶

Na eclosão da Guerra do Chaco, os paraguaios possuíam uma pequena força aérea de cerca de 25 pilotos e algumas dúzias de mecânicos e montadores. Alguns observadores foram treinados e o Corpo de Aviação foi organizado na forma de um pequeno esquadrão de caça, formado pelos Wibault 73 e um esquadrão de caça/bombardeio constituído dos Potez 25. Os paraguaios também possuíam alguns aviões leves de transporte e de emprego geral, como também aviões de treinamento sediados perto de Assunção, no Aeródromo de Ñu-Guazu. Os bombardeiros Potez 25 estavam à beira da obsolescência em 1932, mas, nos anos vinte, essas aeronaves robustas, confiáveis, manobráveis e versáteis tinham sido das mais populares em

²⁸⁵ CUELLAR, *op. cit.*, p. 48.

²⁸⁶ A verdadeira gênese de um corpo de aviação, no Paraguai, começou com a chegada ao Paraguai de uma missão da Força Aérea francesa, em 1926. Os franceses mantiveram cinco missões aeronáuticas e de treinamento na América do Sul, entre 1918 e 1924. Em 1926, uma missão aérea francesa, composta por cinco comandantes e um sargento mecânico, chegou a Assunção para montar uma escola de tripulação aérea e de pessoal de terra para o Corpo de Aviação paraguaio. A missão francesa permaneceu de 1926 a 1931 e, nesse espaço de tempo, deu ao Corpo de Aviação paraguaio um fundamento firme e duas turmas de pilotos graduados pela escola de aviação. Por esse tempo, os franceses venderam ao Paraguai três aviões de treinamento Hanriot HD 32, dois aviões de treinamento Morane Saulnier 35, seis bombardeiros e de reconhecimento Potez 25 e quatro caças Wibault 73. (CUELLAR, *op. cit.*, p. 58).

uso nas forças armadas francesas, e tinham sido postas à prova em duras campanhas coloniais.²⁸⁷

As críticas ao exército, feitas em livros e jornais, são aquelas referentes à participação do exército na política. Juan Natalício Gonzalez afirmava que, nos termos da segurança para o país, o exército nacional deveria ter quadros permanentes, mas estar desconectado da política. Expressava sua opinião sobre o exército dizendo que ele ou é uma entidade moral ou não é nada. Portanto, não deve usar sua força senão para defender a pátria e o poder constituído, caso contrário se converterá em uma força brutal e cega, capaz de atacar aquele que está obrigado a defender.²⁸⁸

Arturo Bordón manifestou a opinião de que

*[...] las fuerzas Armadas no pueden ni deben intervenir en política y mucho menos invocar representación de un partido político, cualquiera que este fuera; llevar la política militante al seno de las instituciones armadas, es introducir la disensión en sus cuadros, enervar con preocupaciones sectarias el cumplimiento de sus fines técnicos y profesionales, y perturbar hondamente, en el peligro de desembocar en la anarquía, el funcionamiento del poder civil y de las instituciones democráticas y republicanas.*²⁸⁹

Essa preocupação em delimitar o papel do exército pode ser compreendida devido ao fato da histórica proximidade do exército com os políticos, e com a política de um modo geral. Por isso, e para evitar maiores problemas que os já existentes entre as lutas internas dos partidos, os integrantes do Partido Liberal tentaram evitar que houvesse dois exércitos, um militar e o outro civil, como acontecera na primeira era colorada, ou seja, um grupo destinado

²⁸⁷ O Wibault 73, caça monoplane de asa alta, também estava em serviço, na ocasião, com alguns esquadrões de caça franceses, e foi considerado um bom avião de caça. Todavia, o motor Lorraine-Diedrich, de 450 HP, resfriado a água, que equipava o Wibault, tinha a tendência de superaquecer-se nas condições do Chaco, e os Wibaults foram de pouca utilidade na guerra, devido a constantes problemas no motor. O comandante do Corpo de Aviação paraguaio era um argentino, Major (mais tarde, Tenente-Coronel) Vicente Almonacid, que tinha voado com os franceses no Front Ocidental, na Primeira Guerra Mundial. (CUELLAR, *op. cit.*, p. 61).

²⁸⁸ GONZÁLEZ, *op. cit.*, p. 67 (4).

²⁸⁹ BORDÓN, F. Arturo. *Las verdades del Barquero*. Assunção: Edição do autor, 1945, p. 76.

a defender a pátria contra as ameaças externas e outro ligado a um caudilho ou presidente. Havia a preocupação de que os dois viessem a se enfrentar em um momento de crise.

Por isso, os presidentes liberais, a partir de 1915, deram mais tarefas ao exército, pois acreditavam que, tendo ele com o que se ocupar, isso desviaria o foco do fato político e, ao mesmo tempo, traria benefícios à sociedade. Para tal, determinaram que o exército deveria

*[...] cooperar también a la realización de obras públicas de positiva ventaja para el pueblo, el militar debe cultivar en los institutos, escuelas superiores, las más altas calidades humanas; debe demostrar suficiente capacidad para la guerra y mantener su prestigio de bravura, y debe también sobresalir en las tareas de la paz y del trabajo constructivo.*²⁹⁰

Se, por um lado, o objetivo era o de apartar o exército do jogo político, por outro, a realidade foi mais decisiva, pois o próprio Partido Liberal utilizou-se do exército para tomar o poder.

As bases definidas para o exército nas escolas de aviação e institutos militares era a de que “[...] *la profesión militar existe para servir al Estado. Toda la profesión y la fuerza que ella comanda deben ser constituídas de forma tal que sean un elemento eficaz al servicio de la política estatal*”.²⁹¹ Essa expressão parece fazer aproximar o exército da política, pois ele deve estar à disposição do Estado, mas, no âmbito histórico estudado, esse serviço incluía estar à disposição do presidente e de suas artimanhas.

Essa situação não agradava a alguns setores do exército, que não queriam compartilhar das escaramuças dos presidentes. Alguns militares, então, construíram uma espécie de estatuto, ou código, que pudesse ser usado como dispositivo legal contra as determinações de obediência a esse ou àquele presidente.

²⁹⁰ MUÑOZ, Ramón P. *Inquietudes nacionales, la idealidad paraguayista*. Assunção, Talleres Graficos El Arte, 1926, p. 25.

²⁹¹ O código determina ainda que “[...] *la profesión debe ser organizada en una jerarquía de obediencia, es decir que cada nivel dentro della debe ser capaz de obtener el estado de orden adecuado y de obediencia instantánea y leal necesarios*”. (MUÑOZ, *op. cit.*, p. 79. (1)).

O código mencionado foi redigido e apresentado na data de fundação da Escola Superior de Guerra, em 1928. Na biografia de um militar da época, que era médico do exército, cujo nome, como está na revista das forças armadas, é “Cnel. Méd. Dr. Raúl Enrique Bertón Torres”, pode-se ler que, do exército, se esperava lealdade, valentia, autoridade decisiva, iniciativa, integridade, inteligência, energia, humor, justiça, “viveza”, que era a qualidade de se manter sempre alerta e vigilante. E além de outros valores, o último chama a atenção, que é “*percepción social e política*”, que, segundo o código, significava “[...] *la capacidad de saber fomentar amistosas y positivas relaciones con autoridades políticas, eclesiásticas y población en general y de saber mantener en perfecto equilibrio dichas relaciones*”.²⁹²

Pode-se afirmar – com base em algumas entrevistas de militares que participaram da política desde 1915, transcritas por Alfredo M. Seirferheld em três volumes de sua obra *Conversaciones político-militares* –, que a idéia da separação entre exército e política estava “na ordem do dia”, pois nelas se pode perceber que o exército tinha um papel definido, pois os entrevistados foram unânimes em afirmarem-se apolíticos, sendo que aqueles que tomaram gosto pela política tiveram que abandonar o exército para militar junto a um partido. Muitas vezes, isso aconteceu devido ao retorno de um militar do exílio ou a simpatia por esse ou aquele político.

O major Eustacio Rojas, que militou no exército por longos anos, a partir do início da década de 1920, ao ser perguntado se teve alguma simpatia política durante sua carreira militar, respondeu que

[...] nunca; nuestra preparación era exclusivamente para la defensa nacional y no para la política. Inclusive a nosotros, para el ingreso a la Escuela Militar, se nos exigía la presentación de un certificado de los jefes partidários, inclusive de juez de paz y jefe político, sobre si estábamos o no

²⁹² *Revista de las fuerzas armadas del Paraguay*. Fallecimiento del Cnel. Méd. Dr. Raúl Enrique Bertón Torres. Assunção, Dirección de publicaciones de las FF.AA. de la Nación, Año XXX, n. 204, 1972, p. 82.

*metidos en politica. Si estabamos metidos no se nos permitia el ingreso [...].*²⁹³

No final do governo dos liberais, em um discurso de Eusebio Ayala, *Discurso pronunciado por el Señor Presidente de la República Dr. Eusebio Ayala en el acto de entrega de la Medalla de da Defensa del Chaco por el Congreso Nacional*, o presidente lembra que o exército tem que ser um instrumento manejável, dócil à vontade animadora do chefe supremo do país, para que esse possa cumprir sua missão.²⁹⁴

2.4.4 A política do Partido Colorado

Como forma de entender o momento e a situação que levou o Partido Liberal a ser fundado, devem-se fazer algumas considerações gerais sobre o Partido Colorado, que, mesmo tendo aparecido na cena política com o nome de partido, após a fundação do liberal, já atuava como partido governista. E foi contra ele que o grupo liberal fez oposição.

Desse modo, um mês depois da fundação do Partido Liberal, José S. Decoud, Caballero e os membros do governo decidiram fundar um partido, que é considerado, pelos historiadores filiados ao Partido Colorado, e por publicações como enciclopédias e compêndios de história para as escolas – como a enciclopédia Arami –, o “partido oficial” do país: “*Ante iniciativa de José S. Decoud, unos ciento e seis hombres del gobierno, deciden por su parte fundar un partido oficialista , en 25 de agosto de 1887*”.²⁹⁵

O grupo tinha como intenção “[...] *constituirse en agrupación política con el objeto de ocuparse de las cuestiones de interés público que interesen la prosperidad y el*

²⁹³ SEIRFERHELD, *op. cit.*, Volume II, p. 33.

²⁹⁴ Mensajes presidenciales. Archivo del Liberalismo.

²⁹⁵ Enciclopedia Arami, Cronología historica Paraguaya, p. 596.

engrandecimiento y felicidad de la patria, así como propender al afianzamiento de las libertades públicas”.²⁹⁶

Em 11 de setembro, uma assembléia aprovou seus estatutos, passando a se denominar *Asociación Nacional Republicana* (ANR), conhecida como Partido Colorado, pelas cores de seu emblema, tendo como presidente Bernardino Caballero e como vice-presidente José Segundo Decoud.²⁹⁷

Logo após a fundação, surgem, no seio do partido, diferentes facções, motivadas pela insatisfação com a indicação de algum nome a candidato à presidência, ou, simplesmente, criada pela força de um caudilho. São elas que vão fazer todo o movimento político no país. Assim, as lutas internas, tanto para colorados quanto para os liberais, eram constantes e tiveram como consequência a grande alternância de presidentes no poder, além de influírem na indicação dos candidatos à presidência, nas eleições.

Gomes Freire Esteves considera que ambos os partidos, o liberal e o colorado, já existiam desde o fim da guerra da Tríplice Aliança. Daí o título de um capítulo de seu livro sobre a fundação do Partido Colorado – “*Reorganización del Partido Colorado*” –, em que afirma ser ele o velho partido Bareirista, que se institucionalizara em 1887.²⁹⁸ Luis Maria Argaña faz uma afirmação semelhante, e sustenta que o Partido Liberal teria sido fundado em 1870, tendo à frente Benigno Ferreira.²⁹⁹

²⁹⁶ ARGAÑA, Luis Maria. *Historia de las ideas políticas del Paraguay*. Assunção: Ed. El Foro, 1983, p. 124.

²⁹⁷ “*En el año 1887 se fundaron los dos partidos políticos tradicionales paraguayos, la Asociación Nacional Republicana o Partido Colorado y el Partido Liberal. Si bien ambos partidos tomaron la bandera del liberalismo, se puede aceptar que el coloradismo nació como expresión del nacionalismo de posguerra, ya que se proclamó heredero de la lucha de Francisco Solano López y expresión de una reacción a las tropas de la ocupación en guerra de la Triple Alianza. La vertiente militar del Partido Colorado estaba integrada por todos los militares que acompañaron a López en la guerra contra la Triple Alianza*” (COLAZO, *op. cit.*, p. 42). Hobsbawm coloca, a respeito do nacionalismo como mobilizador das “massas”, que “[...] deve-se ressaltar também que, herdeiras da mesma matriz, o racionalismo iluminista, o liberalismo e o marxismo, ao longo dos séculos XIX e XX, pouca atenção deram à questão nacionalista e à sua capacidade de mobilização dos povos” (HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 179).

²⁹⁸ ESTEVES, *op. cit.*, p. 47.

²⁹⁹ ARGAÑA, *op. cit.*, p. 127.

Com relação à composição social do Partido Colorado, Carlos Pastore considera que os fundadores do ANR representavam o setor conservador da classe superior da população, proprietários beneficiados pela venda das terras fiscais e dos ervais, e militares conservadores ligados à influência da chancelaria brasileira. O partido apresentava-se como o guardião da soberania nacional, a exemplo dos ditadores, assumindo, desde o início de suas atividades, em 1870, como grupo do governo, uma posição nacionalista no cenário geral do liberalismo no país.³⁰⁰

Esse partido chegou ao governo em 1869, a partir de arranjos feitos entre seus membros e as forças aliadas no país, e governou até 1904, período que constituiu a “primeira era colorada”, quando, por intermédio de um golpe, os liberais tomaram o poder, dele saindo somente em 1936.

Durante seu tempo no governo – além das querelas eleitorais e dos embates constantes contra o Partido Liberal, as coligações e oposições entre as facções existentes em ambos os partidos –, os colorados empreenderam o processo de reconstrução do país, atividade na qual, segundo Paul Lewis colocaram muito pouca energia.³⁰¹

De qualquer forma, o país começou a se reerguer, a passos lentos, visto que só depois de 1889 tem-se notícia de iniciativas no campo da economia, da educação e cultura, e a iniciativa para se abrirem cursos de formação universitária nem sempre foi do grupo que estava no poder. Como exemplos, pode-se citar que a fundação dos cursos de direito e medicina foi feita por membros do partido de oposição, sendo encabeçada pelo político liberal Cecílio Báez e que apenas no início da década de 1890 é que as várias licenças para a

³⁰⁰ PASTORE, *op. cit.*, p. 143. (1)

³⁰¹ “Todos os empréstimos destinados às atividades de reconstrução do país foram desviados, e entre eles os mais vultosos são dois empréstimos num total de 2 milhões de libras, negociados com a casa bancária inglesa dos *Baring Brothers* em 1871 e 1872. Os juros não pagos que essa dívida proporcionou fez com que o país perdesse seu rumo, assim apelando para a venda das propriedades do Estado” (LEWIS, *op. cit.*, p.638).

ampliação da malha ferroviária do país (*ferrocarriles*) foram concedidas, fazendo com que vinte anos se passassem sem que o país mostrasse algum desenvolvimento.

Obras de reconstrução de prédios públicos arrasados durante a invasão aliada, como a restauração do Palácio dos López, também foram iniciadas somente a partir do fim dessa década. A indústria da extração do tanino foi também fundada, e, para seu progresso, concedeu-se a isenção de impostos para a importação de máquinas e equipamentos. Iniciou-se também a construção de hospitais e obras destinadas à “caridade pública”.

No auge, porém, da venda das terras fiscais, quando o governo não tinha mais nenhuma fonte de recursos, sobreveio uma grande crise financeira, que se estenderia por todo o período do governo do Partido Liberal. Essa crise aconteceu pelo fato de o governo não resolver o problema da convertibilidade da moeda, cujo volume aumentava com cada emissão eo numerário sem o devido respaldo metálico, desvalorizando-se cada vez mais, de forma progressiva e galopante. Mesmo com a fundação do *Banco Nacional del Paraguay* – logo após a fundação do partido –, destinado a racionalizar a pauta econômica através da centralização e circulação de capital destinado à comercialização de produtos no exterior, e a emissão da moeda oficial, a situação não se modificou e a crise econômica foi uma constante durante todo o governo colorado.

Apesar dessa situação, o partido alcançou a popularidade e a classe dos camponeses é a que mais o apoiou, ao lado das classes pobres. Seu discurso nacionalista, usando como símbolo os antigos ditadores do período pós-independência deu resultado, e, ao transformá-los em heróis, essas classes ficaram predispostas a confiar nos propósitos do partido, o qual, além de tudo, praticou uma política paternalista e assistencialista para com seus afiliados. Essa prática, em um país pobre e dizimado pela guerra, cuja população não contava com nenhum

tipo de assistência social, fez com que o partido conquistasse a confiança da grande maioria da população.

A idéia de nacionalismo usada pelos colorados para justificar suas atitudes e falta de competência administrativa tinha um apelo psicológico muito forte e é descrita por Oscar Aguayo e Octavio Ramirez com toques de romantismo, como se pode ver nesse trecho:

*Porque nuestro nacionalismo se ha engendrado hace quinientos años, es un nacionalismo de defensa, producto de las vivencias, de la cultura y el sentir del pueblo, que supo internalizar verdaderos valores que lo integran como nación, cuyas bases se hallan en la cultura aborigen, en los jesuítas, y en los pocos agregados de la cultura hispana (españoles).*³⁰²

Esse apelo ao nacionalismo era veiculado para que as classes mais pobres pudessem admirar o poder constituído e passassem a não aceitar qualquer idéia diferente daquela apreçoada pelo governo e muito menos aceitar as ideologias vindas de fora, como o anarquismo, o socialismo ou o comunismo, o que incluía, nesse conjunto, o liberalismo.³⁰³

Mesmo depois de perder o poder, e ainda quando a ele regressavam na figura de um ou outro ditador como Stroessner, por exemplo, continuaram a veicular esse discurso nacionalista. Assim, em 1936, quando os liberais perderam o poder para o partido Febrerista, o Partido Colorado reafirmou sua simpatia a Solano López e fez questão de publicar um Decreto em que o segundo e terceiro artigos, concernentes aos feitos de Francisco Solano López, aparecem em letras garrafais:

Artículo 1º, quedan cancelado para siempre de los archivos nacionales, reputandose los como no existentes todos los decretos-libelos dictados contra el Mariscal López a raíz de la conclusión de la guerra de 1865. Artículo 2º declárase “HÉROE NACIONAL SIN EJEMPLAR AL MARISCAL PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DON FRANCISCO SOLANO LÓPEZ,

³⁰² RAMIREZ, Octavio; AGUAYO, Oscar. *Filosofía Política del Partido Colorado*. Assunção: [s. n.], [19--], p. 84.

³⁰³ O Partido Colorado, formado, em sua maioria, por antigos simpatizantes de Solano López, como Bernardino Caballero, que foi um dos organizadores do partido e general de batalha da Tríplice Aliança, divulgava, através dos órgãos de comunicação e de decretos, votos de simpatia ao ditador, conseguindo o respeito de todas as classes por esse discurso. O grupo liberal também cerceava a liberdade da sociedade, para que essa não aceitasse ideologias vindas de fora, através não de uma espécie de nacionalismo, mas da concessão de vantagens aos trabalhadores.

*INMOLADO EN REPRESENTACIÓN DEL IDEALISMO PARAGUAYO CON SUS ÚLTIMOS SOLDADOS EN LA BATALLA DE CERRO CORÁ EL 1º DE MARZO DE 1.870. ARTICULO 3º, ERIGASE EN GLORIFICACIÓN DE LA MEMORIA DEL HÉROE NACIONAL MARISCAL FRANCISCO SOLANO LÓPEZ, UN GRAN MONUMENTO CONMEMORATIVO SOBRE LA MÁS ALTA COLINA SITA A ORILLAS DEL RÍO PARAGUAY A LA ENTRADA DE LA CIUDAD DE ASUNCIÓN”.*³⁰⁴

O nacionalismo, enquanto ideologia foi, portanto, a principal arma utilizada pelos políticos paraguaios do período liberal para frear os impulsos da população, que se encontrava em constante situação de penúria, pois o partido não se preocupou com as questões de fundo sociais, ficando o Estado voltado apenas aos golpes, às vezes frustrados, às mudanças de presidentes, com arranjos entre os membros do partido e algumas tentativas de se aliar ao partido opositor.

Uma rápida descrição do comportamento dos políticos colorados confirma isso. Assim, antes da fundação dos partidos, Bernardino Caballero foi a figura que comandou por muito tempo a política do país, sendo presidente no período de 1881 a 1886; após esse tempo e com a criação de uma facção dentro do próprio partido, continuou exercendo cargos legislativos e outros, além de exercer sua influência de caudilho.³⁰⁵

No final do ano de 1888, logo após terem sido fundados os dois partidos, houve uma tentativa de conciliação em que Juan Gualberto Gonzalez (ANR) teve como seu vice um

³⁰⁴ Decreto del 17 de febrero de 1936. (RAMIREZ; AGUAYO, *op. cit.*, p. 85). Serão comentadas, nos itens seguintes, as questões teóricas concernentes à ideologia que permeia fortemente o período colorado e o liberal como forma de se entender sua função, tão decisiva na condução da política do país.

³⁰⁵ A partir de 1880, o país tem seu início de vida desligado dos aliados, pois a Argentina retirara seu exército no ano anterior, e os presidentes paraguaios passam a gerir de forma livre a política do país. Dessa forma, Caballero, o primeiro presidente após essa saída, começa algumas atividades para a melhoria do país, como a fundação da Escola de Direito; a oposição ocupou cadeiras no Congresso, e membros do partido opositor escreviam no jornal oficial, como José de la Cruz Ayala. Caballero criou o registro civil, organizou as prefeituras das províncias, e fundou o Banco Nacional (CHAVES, *op. cit.*, p. 238. (1)).

liberal, Victor M. Soler. No final de 1890, a experiência acabou, e o Partido Colorado, através do colégio eleitoral, conseguiu impor seu candidato.³⁰⁶

As violências durante as eleições foram uma constante. Em 18 de outubro de 1891, José de la Cruz Ayala, também conhecido na história paraguaia como *Alón*, tentou um golpe contra o governo colorado, acompanhado de Cecílio Báez, Antonio Taboada, Francisco Queirolo e Eduardo Vera como articulador militar, mas foi reprimido pelo general Eguzquiza em Assunção. Ao final, houve um saldo de dezenas de mortos de ambos os lados, entre eles o Major Eduardo Vera, sendo que os outros líderes conseguiram escapar e se refugiar na Argentina.³⁰⁷

A disputa pelo cargo de presidente passaria a ser, a partir de então, entre Bernardino Caballero e Juan Bautista Eguzquiza. Caballero funda o jornal *La Patria*, para veicular sua plataforma de governo e, quase ao mesmo tempo, os liberais fundam o *El Pueblo*, que propõe a candidatura de Benjamin Aceval.

Em 9 de junho de 1894, um golpe tirou Juan G. Gonzalez da presidência, levado a efeito por uma aliança entre Caballeristas e Eguzquizistas. Os Eguzquizistas conseguiram eleger Eguzquiza para o período de 1894-98. Este, durante seu mandato, tentou, por duas vezes, um pacto eleitoral. Em 1895, o grupo de Taboada-Queirolo (liberal) participou do governo com dois senadores e quatro deputados do grupo dos cívicos e, no ano seguinte, mediante outro pacto, os liberais radicais participam do poder legislativo.³⁰⁸ Por essa época,

³⁰⁶ A fórmula presidencial Juan G. Gonzalez e Marcos Morínigo era colorada, e os liberais queriam ver no poder ao Cnel. Juan A. Meza. Gonzalez consegue, em seu governo, reaver mercados europeus. (SAGUIER, M. A.; PESOA, Manuel. *18 de Octubre*. Assunção: Críterio Ediciones, 1991, p. 102).

³⁰⁷ José de la Cruz Ayala teve um peso no rol do Partido Liberal, pois, mesmo depois que se exilou na Argentina, morrendo pouco depois nesse desterro, escreveu uma correspondência que foi editada, mais tarde, pela editora Napa, com o título *Desde el infierno* (1982), que foi largamente empregada pelo partido como forma de incentivar a luta política de seus membros e afiliados.

³⁰⁸ O grupo dos Cívicos era uma facção do Partido Liberal que se compunha com Antonio Taboada e Fabio Queirolo, que tinha esse nome devido ao jornal que editavam, chamado *El Cívico*. Esse nome foi ampliado para Civiquismo, que significava uma estratégia política de transação útil com o inimigo no poder, que previa compactuar, em um primeiro momento, para tomar o poder depois. O grupo dos cívicos foi o que teve mais

iniciaram-se as discussões entre os usuários dos serviços ferroviários, o Estado e a empresa inglesa construtora, cujos problemas não resolvidos continuariam a preocupar os liberais no poder.

Depois de Eguzquiza, entrou no poder Emilio Aceval, que, em 1898, estabeleceu pactos com o grupo dos cívicos e dos radicais, desagradando as facções do Partido Colorado. O grupo Caballerista assumiu a posição de oposição, quando um liberal como Cecílio Báez (radical) foi designado para representar o país em conferências no exterior, Alejandro Audivert e Fabio Queirolo, também radicais, nas relações exteriores e José T. Legal (cívico), para a pasta da justiça e do culto.³⁰⁹

Em 1902, uma disputa entre caballeristas e eguzquizistas culminou em um tiroteio generalizado no Congresso, resultando mortos e feridos, e que só terminou com o exército bombardeando o recinto, em 9 de janeiro. O colégio eleitoral designou, então, Juan A. Ecurra para o período de 1902 a 1906.

Ecurra governou em um período de aguda crise de liderança no país, quando as facções de ambos os partidos estavam em pé de guerra. As lideranças coloradas continuaram digladiando-se, enquanto os liberais cívicos e radicais uniam-se sob a liderança de Cecílio Báez e Benigno Ferreira, conseguindo o apoio da facção colorada dos eguzquizistas, destacando-se as figuras do ex-presidente Emílio Aceval, Guillermo de los Ríos e Francisco

integrantes participando dos governos colorados, por serem vistos como próximos ao espírito do nacionalismo do partido. E com Cecílio Báez surge o grupo dos radicais. Os cívicos foram, assim, uma facção criada pela burguesia urbana mais tradicional, que comungava com a idéia de um liberalismo conservador e antidemocrático, enquanto os radicais eram de tendência mais democrática, com atitudes de tolerância e também mais liberais em economia e política. (FRUTOS, Júlio César; VERA, Helio. *Pactos políticos*. Assunção: Editora Medusa, 1993, p. 87-88). Tratar-se-á, de forma mais pormenorizada e em item específico, dessas facções.

³⁰⁹ Durante seu governo, funda a guarda nacional, é feita uma lei para dar terras às famílias necessitadas, e o cultivo do tabaco é intensificado e tem sua cultura modernizada. Ocorre uma epidemia de peste em 1901 e o país fica isolado do resto do mundo. (CHAVES, *op. cit.*, p. 240. (1)).

Campos, para colocar um termo no governo colorado, através de uma revolução, que foi levada a efeito em 1904.³¹⁰

Essa revolução prolongou-se por quatro meses, com ações militares navais e terrestres, e terminou com a vitória dos liberais, assegurada pelo *Pacto del Pilcomayo*, pondo fim à chamada primeira era nacional-republicana, ou primeira era colorada.

Terminava, com a primeira era colorada, o primeiro período da reconstrução do país que, como se viu, não contou com uma intervenção eficiente do partido Colorado. Tudo o que ele fez foi seguir o curso dos acontecimentos, sem um estudo ou discussão dos problemas do país. Em um informe do início da década de 1990, feito pelos trabalhadores rurais estrangeiros, relatava-se o seguinte:

*[...] todo el mundo se quejaba de la sequia y de las langostas, de las elecciones presidenciales y de los impuestos argentinos al tabaco. [...] En Villa del Carmen hay una sola plaza de casas deterioradas y una iglesia. No he visto jamás un lugar que pareciese tan miserable y la gente se encontraba al borde de la hambrura.*³¹¹

Os presidentes colorados não incentivaram a produção rural, que, mais tarde, constituir-se-ia na maior riqueza do país. Assim, as zonas de produção resumiam-se somente a três. A do norte, a do Alto Paraguai (Chaco, região com pouca terra agricultável devido à grande quantidade de sal que aflora do subsolo) e a do sul. A do norte ficava nas fronteiras com o Brasil, onde a produção era normalmente contrabandeada. Uma das maiores empresas do país instalada nessa área era brasileira, a Matte Laranjeira. A região do *Alto Paraguay*,

³¹⁰ O general Eguzquiza, principal líder dos insatisfeitos com o Partido Colorado, faleceu pouco tempo antes da revolução de 1904. De los Ríos havia sido ministro do interior de Aceval, e Campos foi seu ministro da Fazenda. De los Ríos conseguiu um milhão de pesos para a causa da revolução, além do liberal Gualberto Cardus Huerta que conseguiu com os fazendeiros a mesma quantia. (JAEGGLI, *op. cit.*, p. 51).

³¹¹ Informe de M.C. de Findlay sobre a colônia de Nueva Austrália. (KRAUER, Juan Carlos Herken. *El Paraguay rural entre 1869 y 1913*. Assunção: CPES, 1984, p. 98). A justificativa para trazer e fixar colônias de trabalhadores europeus e norte-americanos no país deveu-se a uma profunda descrença no trabalho do elemento autóctone. O primeiro presidente do Paraguai, Gaspar de Francia, subvencionou essa vinda e criou colônias de imigrantes alemães e de várias comunidades religiosas. É comum ouvir-se de um paraguaio que tal ou qual indivíduo é paraguaio, e o interlocutor, mesmo tendo nascido lá, não se considera paraguaio porque é descendente de italiano ou alemão, etc. Há um preconceito muito grande entre os próprios da terra que procuram não se misturar, através de casamentos ou mesmo na participação em um simples evento social.

cultivava, no pouco de terra boa disponível, o tanino, mas era uma região bastante deserta, e seus poucos povoados sofriam ataques de índios constantemente, não conseguindo uma produção significativa para o país. A região sul compunha-se de pequenos agricultores que produziam para seu sustento, mas não o suficiente, fazendo com que o país precisasse importar uma série de itens para a complementação da alimentação de sua população. Desse modo, o Paraguai, ainda imaturo, não só não tinha capitais para exportar, mas devia recorrer ao capital estrangeiro para suas próprias necessidades, no sentido de empréstimos.

De todas essas atividades, a extração da erva-mate era a que mais empregava trabalhadores no país. Ela, porém, não atendia a todas as necessidades do recolhimento de impostos do país, pois, além do contrabando, havia a isenção de impostos para as transações de comércio entre o Paraguai e o estado de Mato Grosso.³¹²

Com toda essa displicência do Partido Colorado, a distância entre Estado e sociedade era visível em seu período de governo. Isso é revelado através dos temas tratados em seus periódicos e nas mensagens de seus presidentes. Estes não problematizavam a situação, fazendo um discurso de frases feitas.

Poder-se-ia, talvez, dizer que fossem práticos, pois alguns de seus atos não foram previstos ou mencionados em suas mensagens ou artigos de periódicos, como a importância das tentativas de praticar um governo de conciliação nacional e alguns decretos para conceder terras aos agricultores. Poder-se-ia dizer, ainda, que a atitude de não citarem esses atos devia-se ao anúncio desagradar as facções do partido, como de fato aconteceu, e essas terem tempo para se armar e insurgirem-se contra suas decisões.

Em uma edição da *Critério Ediciones*, intitulado *Mensajes presidenciales* – que contém todas as mensagens que os presidentes do período colorado proferiram por ocasião da

³¹² GALEANO, Luis A. Dos alternativas históricas del campesinato paraguayo: migración y colonización (1870-1950). *Revista Paraguaya de Sociología*, Assunção, n. 41, 1978, p. 74.

abertura dos trabalhos no Congresso e alguns discursos, como de José Segundo Decoud, e um apêndice de documentos do partido –, lê-se, a maioria das vezes, elogios à própria atuação, como na mensagem de Caballero de 1893: “*Comenzamos a experimentar los resultados de la labor paciente que emprendimos para levantar el país de su prostración, reparar sus desastres pasados es imprimir nuevo y vigoroso impulso à nuestra marcha general*”.³¹³

Apelos à providência divina podem ser encontrados várias vezes, no final e nos inícios dessas mensagens, como: “[...] *por lo demas, confiemos fervorosamente en la Providencia que vela igualmente por la suerte de los débiles, como de los fuertes, quedando una vez evidenciado que la personalidad política del Paraguay [...]*”.³¹⁴

Os temas abordados pelos presidentes não se enquadram no esquema dos ministérios previstos pela Constituição e são tratados de forma confusa e sem análise; além do mais, não existem, nessas mensagens, propostas de reformas ou de se decretar algo em favor da sociedade. São normalmente palavras de esperança, hipotéticas, como a mensagem de Juan G. Gonzalez, de 1892: “*Confio, empero, que el aumento progresivo de nuestros recursos, nos permitirá en tiempo no lejano imprimir mayor desarrollo á la instrucción pública*”.³¹⁵

Essa mensagem traz números da educação, com elogios do presidente ao seu próprio trabalho, que diz ele ter sido incansável. Salienta que “[...] *en la capital de la republica existen 12 escuelas municipales con 1558 alumnos y 13 escuelas particulares con 794 alumnos. En el Seminario Conciliar hay 30 jovenes destinados a la carrera del sacerdocio*”.³¹⁶

³¹³ CABALLERO, Bernardino. *Mensajes presidenciales*. Assunção: Critério Ediciones, 1987, p. 37.

³¹⁴ CABALLERO, Bernardino, *op. cit.*, 1987, p. 53. Esse tipo de apelo ao sagrado ocorre nas mensagens de Bernardino Caballero, de Eguzquiza, e de Escurra, e no discurso de José Segundo Decoud, demonstrando a cultura cristã que os presidentes achavam importante sustentar para acalmar o povo.

³¹⁵ CABALLERO, Bernardino, *op. cit.*, 1987, p. p. 125.

³¹⁶ CABALLERO, Bernardino, *op. cit.*, 1987, p. p. 132.

Além das mensagens, a imprensa colorada da época mostra muito pouco do que pensavam os membros do partido, pois os jornais nasceram para divulgar ataques ao partido opositor, com a repetição incansável das acusações ao Partido Liberal de traidor da pátria, afirmando representar ele uma mancha no patriotismo da grande maioria do país.

O discurso não muda, e em todos eles encontram-se essas variações sobre o mesmo tema. Mesmo que os elementos do grupo liberal tenham participado do governo de um ou outro colorado, as críticas continuavam, pois o partido não estava coeso, ou, como diz Gramsci, não havia um tratamento interno dos problemas, e uma facção criticava a outra como a se tratar de dois partidos diferentes, pois, apesar do bipartidarismo, as divisões internas dotavam-nos de diferentes grupos, que não tinham nenhuma consonância ideológica, pois o que os unia era a vontade de tomar o poder.

Um partido acusava o outro de que seu único objetivo era o poder. O jornal *La Nación*, (colorado) com o artigo *Míopes políticos*, traz elogios ao Partido Colorado como o partido que ajuda o governo a cumprir seus “nobres propósitos” de trazer progresso ao país: “*El partido nacional [...] es el vigoroso apoyo para el gobierno actual de la nación y lo será para todos los gobiernos*” e salienta que o outro partido só se preocupa em chegar ao poder, “[...] *se entregan en brazos de utopistas ensayadores con sus exageradas pretensiones [...] solo se proponen el desquicio a que los empuja una desmedida ambición*”.³¹⁷

No mês seguinte, acusa o Centro Democrático (Partido Liberal) de ser composto de “[...] *elementos hetereogéneos, desbordantes de malas pasiones, eternos adulones unos, dilapidadores de profesión otros [...]*”.³¹⁸ Conclui que o movimento coloradista espera que pessoas de alguma “ilustração” não caiam nas garras desse “*circulillo*”.

³¹⁷ *La Nación*, 30 de agosto de 1887, Año I, n. 177, p. 1.

³¹⁸ *La Nación*, 8 de setembro de 1887, Año I, n. 184, p. 1.

Essa previsão se cumpriu, pois, como dito anteriormente, se o Partido Colorado alcançou popularidade entre as classes desfavorecidas, em um primeiro momento, com o passar do tempo conquistou a todos: após a regência do Partido Liberal, ele voltou ao poder e nele se encontra até hoje. Atualmente, a população considera vergonhoso pertencer ao Partido Liberal, que se chama Partido Liberal Radical Autêntico, e que, após 1940, nunca mais fez um presidente.³¹⁹

Em 1942, o partido Colorado, através do Decreto n. 12.246, *Disolución del Partido Liberal*, coloca o Partido Liberal na ilegalidade com as acusações de alta traição, e outros argumentos em favor dos símbolos do país, que são os ditadores da época pós-independência.³²⁰ Contra essa acusação de legionarismo do Partido Liberal, Eduardo Galeano lembra, em seu livro *As veias abertas da América Latina*, que o Partido Colorado, apesar de utilizar e afirmar a idéia dos heróis da pátria, “[...] ostenta em sua Ata de Fundação a firma de vinte e dois traidores do marechal López, legionários a serviço das tropas brasileiras de ocupação”.³²¹

2.5 A FUNDAÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

O Clube Democrático, o qual daria origem, alguns anos mais tarde, ao Partido Liberal, foi fundado em 26 de julho de 1887 e, em 1893, constituiu-se oficialmente em partido. Tinha por base os seguintes princípios:

El Partido Liberal, organizado en cuerpo político, tiene como objetivo realizar los grandes propósitos consignados en el preámbulo de la Constitución Nacional. Organizar la libertad es crear instituciones que garante los derechos individuales, como el libre comercio de las facultades del hombre. Organizar la libertad es mostrar al ciudadano sus deberes y

³¹⁹ Muitos outros trechos e comentários poderiam ser tecidos a respeito do pensamento e das idéias do Partido Colorado, mas buscou-se somente demonstrar um pouco de sua história e de seu pensamento para melhor compreender as atitudes e a reação do Partido Liberal, que é o fulcro deste trabalho.

³²⁰ Esse decreto encontra-se no Archivo del Liberalismo, na pasta de documentos de 1942 a 1946.

³²¹ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983, p. 211.

*derechos entre los cuales tense como base a todo sistema, o derecho del sufragio. El Partido Liberal asume la responsabilidad de establecer un sistema electoral, con base a los principios mas avanzados, destinados a hacer efectiva la verdad del sufragio.*³²²

A proposta do partido seguia essa linha, ao mencionar que “[...] o Partido Liberal tiene por programa el cumplimiento de la Constitución y por bandera la libertad electoral. Su misión esencial es la realización de la democracia en el Paraguay”.³²³

Um manifesto assinado por Cecílio Báez – principal articulador do partido, principalmente nas questões de ordem intelectual, pois esteve à frente das comissões que preparavam os ideários do partido –, em clara alusão à necessidade de pôr fim aos desmandos do partido governista, assim se expressava: “*De este modo que nació el Partido Liberal, con el propósito de 1.º por un freno a las demasías del poder arbitrario, 2.º. direccionar el gobierno para un camino mejor en lo cual hubiera se desviado, como esta declarado en su ata de fundación*”.³²⁴ Esse manifesto foi decisivo para a instalação do Partido Liberal, pois foi firmado por quase duas centenas de pessoas.

Os problemas existentes durante as eleições, foram, portanto, a mola propulsora para a fundação do partido. Os jornais liberais, no ano de 1887, estampavam sempre as mesmas acusações, de que o grupo do poder vinha manipulando todas as eleições desde a promulgação da constituição do país, para permanecer no governo.

Um dos jornais, o “La Democracia”, logo no início da fundação do Centro Democrático, tocava no ponto central da motivação dos fundadores do partido, a questão da

³²²BÁEZ, Cecílio. Exposição de motivos. *Atas fundacionales*, Archivo del Liberalismo, Academia Paraguaya de Historia.

³²³ E continua o autor, em clara alusão ao pensamento liberal dos séculos XVIII e XIX: “*Es um partido de arraigo popular que busca su doctrina y se afilia a esas tendencias universales y humanas de l libertad, de la tolerancia, de la sustitución del imperio de la fuerza y de la opresión por el regimen de las leyes emanadas del pueblo enseñadas por los filósofos del siglo XVIII e XIX como consecuencias de las revoluciones francesa y americana*”. (CENTURION, *op. cit.*, p. 13).

³²⁴ BÁEZ, *Manifiesto del Partido Liberal*, 1887, Archivo del Liberalismo.

representatividade. As instituições democráticas implantadas pela nova constituição não estavam sendo respeitadas, afirmavam eles. Assim se expressava:

*[...] en nosotros, ciudadanos de Villa Rica, jamás se apago el fuego del entusiasmo pelas cuestiones electorales [...] La condición esencial de la libertad es que el pueblo intervenga sin interrupción en la gestión de su gobierno, sin privarse jamás, pues privarse es abdicar de su libertad [...] el papel más fecundo de la libertad o del poder del no es el papel del gobierno, sino del pueblo, que es dueño del poder soberano.*³²⁵

A primeira tomada de atitude dos fundadores aconteceu na cidade de Villa Rica, onde decidiram que lutariam pelo advento de eleições livres, “sem fuzis”, pois, pertencendo a um partido constituído, teriam organização suficiente para tal. Afirmavam que todos podiam atestar isso através dos últimos acontecimentos, com o constante alarde que vinha se realizando em todas as cidades do país.³²⁶ Nesses periódicos, apregoavam que o Partido Liberal levantava as massas e a população o apoiava aderindo às suas idéias, pois propunha uma nova forma de ordenar o país, que pudesse ir além das atitudes de desleixo do Partido Colorado.³²⁷

Duas propostas de atas foram feitas, uma de José de la Cruz Ayala, que sugeria a devolução das terras fiscais aos camponeses desapropriados com as leis de 1885, e a de

³²⁵ *La Democracia*, 1º de junho de 1887, Ano VII, n. 1.775, p. 1. Além desse jornal, o *El Independiente* também foi um órgão do partido, criado logo depois da fundação do Centro Democrático.

³²⁶ O nascimento do Partido Liberal, ou Centro Democrático, poderia ser resumido da seguinte maneira. Sob o governo do general Escobar, em 1887, ocorreram abusos contra a oposição, por ocasião das eleições de janeiro e fevereiro para a renovação das Câmaras, que acontecia de dois em dois anos. Essa eleição, em Villa Rica, resultou em um saldo de vários mortos e feridos entre os partidários de Antonio Taboada e de Esteban Gorostiaga, contra os candidatos oficiais Bernardino Caballero e C. Gorostiaga. Terminado o combate sangrento nas ruas, uma dezena de dirigentes do partido opositor foi presa e levada aos departamentos de polícia da capital, onde uma manifestação de senhoras da sociedade de Assunção mostrou-se simpática à causa opositora. Em 2 de julho, foram liberados os dirigentes. Esses indivíduos e mais quarenta cidadãos reuniram-se na capital com o objetivo de fundar um núcleo político. A idéia se espalhou, e convidando mais pessoas, no dia 10 de julho é fundado o Centro Democrático, com cento e vinte pessoas presentes. Com os objetivos citados, duas semanas depois, em 24 de julho, estabelece-se a primeira comissão de dirigentes, formada por Antonio Taboada e José de la Cruz Ayala.

³²⁷ Nas origens sociais dos partidos tradicionais no Paraguai, estão três fatores, que, segundo Javier Merlo e Roberto Ruffinelli, são: “a) *la configuración de un nuevo sistema de legitimación del poder político, formalmente sustentado en los postulados de la democracia liberal*; b) *la necesidad de articular de acuerdo al nuevo esquema del ordenamiento político, una relación eficaz, entre Estado y Sociedad*; c) *la venta de tierras públicas como eje de la problemática social cuya alternativa de solución desde el punto de vista político, se canalizó a través de los partidos*” (MERLO, Javier Numan Caballero; RUFFINELLI, Roberto Luis Céspedes. *Realidad Social del Paraguay*. Assunção: Editora Honrad Adenauer-Stiftung, [19–], p. 587).

Zacarias Caminos, mais próxima à exposição de motivos de Báez, a qual foi aprovada pelo grupo, pois seu conteúdo não foi considerado tão radical.³²⁸

O estatuto do Centro Democrático já opinava sobre eleições e afins. Em seu artigo 8º, estabelece: *“Toda la vez que el pueblo fuere llamado a hacer uso del sufragio, la comisión directiva convocará los miembros a la asamblea general para la discusión y proclamación de los candidatos por quien deba trabajar, siendo obligación de todos los asociados trabajar a favor de aquellos que la mayoría designar bajo la dependencia y dirección da comisión”*.³²⁹

Além de eleições, encontram-se também deliberações sobre a abstenção eleitoral, recurso várias vezes utilizado pelo Partido Liberal e pelo Partido Colorado, cujo objetivo era o de protestar contra a desordem política de que acusavam seus opositores, e também frear a violência e o conseqüente derramamento de sangue. O manifesto de 24 de dezembro de 1888, assinado por muitos membros do partido, trata da questão.

³²⁸ *“Acta preliminar de la fundación de Centro Democrático, llevada a cabo en la sala de la Sociedad Rural de Asunción. Nos los abajo afirmados, reunidos en la casa calle Asunción n° 1 el día Sábado 2 de julio del año de 1887, a las 7 y media de la noche, con el objeto de establecer un centro político, convencidos de la imperiosa necesidad de su existencia, procedimos a una formal declaración de que desde la fecha queda instalado dicho centro, bajo la denominación de Centro Democrático, con los propósitos y fines que se establecerán en el acta definitiva de constitución”* (Archivo del Liberalismo). E a ata definitiva foi firmada pelos participantes em 10 de julho, dando o passo inicial nas atividades do partido recém fundado cujas prévias da fundação rezavam o seguinte: *“Acta de la fundación definitiva del Centro Democrático. En la ciudad de Asunción, a los diez días de julio de 1887, por cuanto el pueblo paraguayo, en su Constitución política ha acordado a los ciudadanos, entre otros derechos como el de la libertad de la prensa, de la palabra, el de la reunión y declarado asimismo inviolable la ley electoral, a fin de que por estos medios, que se consideren los mas eficaces, pueda establecerse para los actos de los gobiernos, no solamente una barrera a sus avances posibles, sino también un medio de ilustrar a los mismos en el examen y resolución de las cuestiones de su competencia que afectan los intereses de la comunidad e intervenir espontánea y libremente en la formación de los poderes del Estado que deban encargarse de los destinos de la República. Y considerando que en el derecho de la reunión esta comprendido el de la formación de asociaciones políticas para hacer más eficaz el uso de esos mismos derechos, por cuanto la unidad de acción lleva consigo mayor cooperación de inteligencia en los exámenes de los negocios del Estado e imprime mayor autoridad moral en el ánimo de los gobernantes, encaminándolos de modo por el sendero que les señala la verdadera voluntad del pueblo. Y teniendo presente la necesidad sentida de un tiempo a esta parte de una agrupación semejante, nos los abajo firmados nos hemos reunido espontáneamente y constituido por resolución unánime en una sociedad política que denominamos CENTRO DEMOCRÁTICO para hacer uso de los derechos que nos acuerda la Constitución Nacional de la República en la forma que se determinará en los estatutos respectivos”*. Abaixo estão as assinaturas dos participantes. (Atas fundacionales, Assunção: Archivo del Liberalismo).

³²⁹ Artigo 8º do estatuto do Centro Democrático em assembléia popular de 24 de julho de 1887, Archivo del Liberalismo.

No estatuto do Centro Democrático, na linha das determinações acordadas pelos membros do partido pode-se ver que o direito à rebelião foi contemplado.³³⁰ O documento foi assinado por nomes que detinham a maior representatividade, dentro do partido, que, em consonância com a constituição de 1870, em seu artigo 30, “[...] *facultava a los ciudadanos a armarse en defensa de la Constitución*”. Mais tarde, esse direito acarretou uma situação de descontrole, pois as revoluções, sendo financiadas pelo governo do país, tornaram-se um grande negócio, que seria chamado de “indústria das revoluções”.³³¹

Nos estatutos e ideários do partido, encontram-se trechos que versam sobre a moral pública, fazendo um repúdio à corrupção, sobre o fomento à produção agropecuária e florestal, sobre o cuidado do solo e melhoria do bem-estar geral da população, sobre o desenvolvimento da indústria, e outros. Não faltavam, no entanto, as promessas de ajuda a todos esses setores. A defesa dos direitos ao Chaco também foi contemplada, além do exército, justiça social, obras públicas e outros, compondo, mais ou menos, a diretiva que iria ser utilizada pelos presidentes ao proferirem suas mensagens ao Congresso.

Ainda era possível encontrar veementes condenações à venda das terras públicas, e a promessa de que o partido iria proceder a uma reforma agrária para que tudo voltasse ao início, quando todos tinham onde plantar e viver condignamente. Incentivava-se a população a lutar pelo advento do sufrágio universal, contra o fechamento do congresso, através de protestos, armados ou não.

³³⁰ O comitê revolucionário do partido assim se expressava: “*Nuestra causa es justa y santa. El derecho del pueblo como lo de individuo para repeler la fuerza con la fuerza, para hacer cesar la violencia que le oprime o salvar sus derechos pisoteados o amenazados, es incontrovertida. Las revoluciones son sagradas cuando tienen por objeto establecer el imperio del derecho vulnerado, recobrar el poder usurpado, reparar grandes injusticias o reivindicar la honra nacional ultrajada*”. Por el Comité Revolucionario, La Junta Ejecutiva, Eduardo Vera, Antonio Taboada, Pedro P. Caballero e Juan Bautista Rivarola. Assunção, 18 de outubro de 1891, Archivo del Liberalismo.

³³¹ As revoluções vindouras no Paraguai seriam financiadas pelo aumento de impostos. Para justificar essa determinação, podem ser encontrados muitos trechos como o que se segue, em que o autor apela para uma espécie de inspiração vinda da história de séculos passados. “*Carlos 1º en la década de 1630 tributó más la población para financiar las guerras externas con la Inglaterra. Gran Bretaña al derrotar la Francia en la guerra de los siete años, cuando anexo Canadá, los gastos fueran cubiertos con el aumento de impuestos que eran pagos pelas colonias, entre ellas, Estados Unidos*”. (CHAVES, op. cit., p. 112. (1)).

O manifesto do partido e o ideário apresentado em seguida por Báez trazem elementos suficientes para que se possa entender os propósitos do partido, e também para se perceber que o país estava completamente à deriva, sem uma ordem interna, uma racionalidade em toda sua política, e as instituições democráticas mal articuladas, culminando com os problemas de representação, muito graves, pois, em 17 anos, o grupo liberal não conheceu eleições legítimas. Seus candidatos eram sumariamente impedidos de todas as formas de participar dessas eleições. Lutar por essa causa, segundo eles, era lutar contra aqueles que desvirtuavam a constituição, e contra o situacionismo, que não permitia a expressão do povo.

Tomados em conjunto, esses documentos e a autoria da ata escolhida trazem indicações de como os membros do partido iriam se estruturar. A rivalidade existente entre os mais radicais, que propunham mudanças revolucionárias, e os mais conservadores, ou reformistas, pode ser notada. A escolha da ata mostra como seriam as divisões internas do partido, ou, ainda, as facções geradas com base nesse modo de pensar.

Sem muitos problemas e sem ter que incorrer em escolhas, o ideário do partido proposto por Cecílio Báez foi acatado por todos. Assim, devido ao fato de a proposta do primeiro ideário, publicado logo após sua fundação, ter sido muito extensa e sem uma separação por itens e temas, o que dificultava perceber o que trazia de importante, resolveu-se apresentar o ideário pronto de 1902, que continha os mesmos temas e as mesmas considerações sobre eles, só que de forma mais ordenada. Esse, como o primeiro, foi apresentado por Cecílio Báez aos membros do partido para ser estudado, debatido e modificado. Separou-se, e citou-se o texto como se apresentou naquele momento, e que contou com a aprovação de todos os seus membros, não sofrendo alterações.³³²

³³² Organização do Estado

A ditadura está banida da política nacional cabendo ao infrator a perda da cidadania, honras e habilitação geral, inclusive profissional / os partidos serão reconhecidos como instituições legais na constituição e serão regulamentados por lei como a proibição do partido único, liberdade de organização de partidos e sindicatos,

repúdio à violência e aos golpes de estado / concepção do governo como mandato do povo / a lei como expressão da vontade popular / não reeleição presidencial / sistema legislativo bicameral / imobilidade da magistratura letrada / lei eleitoral com a participação e representação proporcional de todos os partidos organizados / voto obrigatório e secreto / capacidade jurídica e política integral da mulher.

Direitos e garantias

Respeito aos direitos naturais e imprescritíveis do homem como base da propriedade individual e social / proibição do desterro por causas políticas / lei de amparo para a efetividade dos direitos políticos acordados pela constituição como uma extensão do recurso do hábeas corpus / liberdade de imprensa e cultos / direito ao gozo dos serviços sociais e de todos os privilégios inerentes à vida e à economia geral / direito ao trabalho / direito em uma proporção adequada de alimentos / vestimenta e serviço médico / direito ao seguro / direito de viver livre da arbitrariedade das autoridades / direito de ir e vir, e de falar livre do temor das polícias secretas / direito de igualdade de todos perante a lei /, direito à educação / direito ao descanso e às oportunidades que a vida oferece para participar do progresso da civilização.

A vida internacional

Unidade continental dentro dos princípios da boa vizinhança / política internacional fundada no cumprimento da carta do Atlântico da ata de Chapultepec, da carta de San Francisco e dos princípios acordados nas conferências dos chanceleres / concepção da interdependência das nações americanas e sua consagração em fórmulas jurídicas pelas leis nacionais / cooperação intelectual e econômica entre os países americanos / propender que a ditadura seja declarada fora de lei internacionalmente / tratados e convênios destinados a estabelecer uma firme solidariedade e cooperação para a sustentação das instituições liberais republicanas, democráticas e representativas e livrar a América de toda a sorte de totalitarismos, derrogação de tratados secretos e convênios policiais subscritos com países limítrofes com vistas à sustentação das ditaduras, aclaração dos Tratados de Montevidéu, de 1889, especialmente no que se refere aos direitos dos exilados e refugiados, dentro dos princípios de humanidade e liberdade / direito ao asilo e refúgio por causas políticas.

Ordem Econômica, Financeira e Social

Mobilização dos recursos naturais humanos e técnicos para o incremento da vida econômica e social da nação / revisão do sistema impositivo e revisão dos tratados de comércio firmados pela ditadura com países limítrofes não submetidos ainda à aprovação do parlamento / estabilização monetária / reajuste das funções dos bancos aos motivos de sua criação e de suas disposições estatutárias / fomento do comércio intercontinental / consideração e revisão dos monopólios e entes autônomos existentes / estímulo ao capital estrangeiro / determinar e dar praticamente seu verdadeiro rol ao capital, ao dono da matéria prima e ao trabalhador, em vista do princípio de que a finalidade de toda a economia é o consumidor / reajuste salarial e dos preços de acordo com a necessidade / sistematização da pequena propriedade / desenvolvimento do espírito de associação e cooperação para o fomento agrícola e pecuário / colonização particular e oficial / industrialização da matéria prima nacional / fomento da imigração de acordo com os interesses nacionais sem exclusões raciais / fomento da previsão e da poupança anulados pela difusão dos jogos de azar / casa própria e vivenda obreira / jubilações e pensões para todos aqueles que trabalham por conta própria de outro ou do estado / seguro mínimo obrigatório para casos de enfermidades ou invalidez / salário mínimo e férias pagas / legislação trabalhista / legislação de minas e de toda classe de produtos do subsolo / legislação geral sobre estradas de ferro e indústrias básicas.

Saúde Pública

Obras sanitárias / cuidado com a saúde como função primordial do estado / atenção à saúde e assistência social desde o pré-nascimento até a velhice.

Instrução Pública

Instrução obrigatória até completar o primeiro ciclo até os dezoito anos de idade / incremento das escolas públicas / criação de escolas de artes e ofícios / defesa da autonomia universitária / extensão universitária e seminário obrigatórios / bolsas para aperfeiçoamento no exterior / pagamento de cota mensal ao professor por cada aluno que freqüente sua escola.

Justiça

Restabelecimento da justiça em todo o país e a independência do poder judicial / código penal para menores / sistema penitenciário adequado à recuperação de delinqüentes / separação de presos e condenados

Forças Armadas

Limitação das forças armadas a suas funções específicas e sua separação absoluta de toda ingerência política / limitação do exército permanente ao estritamente necessário para o cuidado da soberania e das fronteiras / propender a restituir-lhe a consideração e o respeito populares por meio da instrução democrática e de moral social que lhe despoje do caráter de casta privilegiada que lhe deram as ditaduras.

Obras Públicas e Comunicações

Segundo Carlos Pastore, os fundadores do Centro Democrático ou Partido Liberal “[...] *representaban al sector progresista de la clase superior de la población, a los campesinos, a los industriales y ganaderos afectados por la enajenación de los yerbales, bosques y praderas del fisco, y a los grupos intelectuales que habían adquirido importancia en los últimos años*”.³³³

O partido, além de interessado pelo problema das eleições aprovou, porém, um ideário no qual se colocou a respeito de todas as questões sociais. O ideário mostra que os projetos iriam ser dirigidos ao setor da agricultura, do comércio e da indústria, além da saúde, instrução e um plano econômico que contemplasse a classe dos trabalhadores, com uma visão de assistência social que previa as garantias necessárias para que esse produzisse mais, e tivesse mais conforto. A referência ao povo feita por esse ideário não define se esse tinha ou não direitos, e também não sobreleva a importância das classes proprietárias, continuando a tradição do início da época da independência de desmobilizá-las. Mesmo que fosse só no papel.³³⁴

Reorganização das obras públicas com critério de utilidade e produtividade coletivas / transportes urbanos e nacionais rápidos e baratos / acesso às zonas longínquas do país para a exploração e conservação das riquezas naturais navegabilidade dos rios interiores

Administração Pública

Supressão da censura postal e telegráfica / restabelecimento da ordem administrativa e financeira / restabelecimento do equilíbrio da arrecadação e do controle preventivo / centralização das aquisições do estado / estabilização do funcionário público e aceleração das tramitações administrativas.

³³³ Atentando para o fato de que não havia uma classe burguesa no Paraguai, pode-se afirmar que o ideário e os estatutos do partido foram redigidos por essas classes, afastando-se, assim, a consideração simplista de que só as oligarquias ricas tivessem idealizado tudo no partido (PASTORE, 1972, *op. cit.*, p. 149 (3)). Pastore é um dos autores paraguaios que mais escreveu sobre a questão das terras e era considerado “o liberal” por excelência. Essa alcunha pode ser encontrada nos livros comuns de história e pelas enciclopédias e crônicas da história paraguaia como a “Enciclopedia de Historia Paraguaya Arami”, ou a “Crónica histórica ilustrada del Paraguay”, onde a expressão liberal não significou descrédito.

³³⁴ A opinião de Báez sobre o povo paraguaio, a qual não se pode considerar seu conceito de povo, conhecida por todos, era a de que “El pueblo paraguayano era absolutamente inconsciente, cretino, por obra de las famosas ordenanzas de Irala sobre trabajo personal; por obra de los jesuitas que formaron un pueblo de menores de edad o una vasta población de siervos; por obra del absolutismo de los representantes de la monarquía, por obra del clero y del catecismo de San Alberto” (O’LEARY, Juan, *Los legionarios*. Assunção: Editorial de Indias, 1930, p. 12 (2)). Em outras palavras, Báez referia-se ao povo como aquele que preferia o despotismo e não estava habilitado para o advento da liberdade.

O ideário liberal é considerado, por Benitez, apenas como uma forma de conseguir adeptos, pois trata tudo de modo muito geral, vago e indefinido, podendo ser interpretado e entendido de várias maneiras.³³⁵

Apesar de o Partido Liberal ter publicado seu estatuto, seu regimento interno, seus ideários, manifestos e resultado de suas convenções, a historiografia se refere a ele e a seus membros como sendo pessoas práticas que não se preocuparam com questões ideológicas para fundamentar seu discurso, e que não tinham um programa de governo e nem se regiam por estatutos, mas por normas aceitas e acordadas pelos participantes de seu círculo para proceder democraticamente às suas deliberações.³³⁶

Trata-se de um conjunto de historiadores que militaram ou tinham simpatia pelo Partido Colorado, mas não fazem nenhuma referência a fontes, apesar de existirem

³³⁵ BENITEZ, Luiz, *op. cit.*, p. 45. (2)

³³⁶ A todo momento se encontram trechos sobre a origem, gênese e constituição dos partidos políticos paraguaios, referindo-se à falta de um estatuto ou um programa, como no trecho que segue. “*En 1887 fundase la Asociación Nacional Republicana (Partido Colorado) casi simultáneamente con el Partido Liberal y desde ahí la ciudadanía paraguaya se divide en dos corrientes que sin tener principios, estatutos o programas diferentes, antagonizan constantemente y disputan el favor popular para ejercer el gobierno*” (GRANADA, 1985, *op. cit.*, p. 18). Ainda sobre essa falta de projeto e ideologia dos partidos políticos no Paraguai, Justo Pastor Benitez assim se expressa: “*Generalizando se puede afirmar que los partidos no tienen una profunda diferenciación de doctrina. Representan mejor las tendencias conservadoras y reformistas que se presentan por toda sociedad. Pero los ideales son bien más confusos. Para concretizarse dentro del partido liberal, en lo gobierno, militan radicales, reformistas, simplemente liberales en economía y hasta conservadores*” (BENITEZ, Justo Pastor, *op. cit.*, p. 242. (1)). Outro autor que sempre procurou escrever sobre os temas do liberalismo no Paraguai, preocupando-se com a falta de estrutura que o país carecia e afirmando que aquelas criadas não correspondiam à realidade, foi Muñoz. Os trechos seguintes dão uma idéia do problema: “*Paraguay necesita de una orientación política diferente. Nosotros estamos en lo medio de dos grandes países, tenemos buenas relaciones, pero no fortificamos en nuestro pueblo el nacionalismo local. Es pena que en nuestro país un de los grandes partidos, el liberal, esté totalmente dividido, pues el personalismo se hizo parte de él y se malogró todo*” (MUÑOZ, Ramón P., *La unidad nacional*. Assunção: [s. n.], 1926, p. 19 (2)). “*Tiene que procederse a la revisión del programa de los partidos. Estamos asistiendo al fracaso del ideario liberal, tímido y agnóstico. El credo democrático de la Revolución Francesa lo cual inspira hasta ahora el actuación de nuestros partidos, ya no tienen valor en el actualidad sino histórico y ya no cumple más las necesidades y aspiraciones de la época. Se debe dar bases orgánicas a los partidos. Bases económicas, corporativismo, solidarismo, preconizar la escuela armonizadora de los intereses desde lo menor hasta lo mayor de los intereses criados y de aquel en formación*” (MUÑOZ, *op. cit.*, p. 36 (2)). “*Lo credo del Partido Colorado y de lo Liberal es un solo, ambos tienen un programa liberal, que consiste en investir el individuo de todos los derechos y a la sociedad y al Estado de pocos, siendo inspirada por la Revolución Francesa. Lo individuo es todo, afirmaban los revolucionarios franceses. así se explica porque fue una reacción contra la monarquía y las dinastías imperiosas y abusivas*” (MUÑOZ, *op. cit.*, p. 41 (2)).

documentos em quantidade, o que pode ser percebido nas citações deste trabalho, ainda que limitadas em número, pois não haveria espaço para todas.

A singularidade da situação em que nasceu o Partido Liberal – quando se defronta com idéias como a de ser lícito fazer-se uso de armas para proteger a constituição, o modo como se tratava a corrupção ou o incentivo às eleições, quase como uma necessidade –, remete a uma questão de fundo sobre seu surgimento nesse período.

Tomando o pensamento de Serge Bernstein e Maurice Duverger, pode-se examinar melhor e entender o porquê de algumas de suas atitudes. Assim, a partir da teoria de que os partidos políticos surgem em momentos de crise em um país, de acordo com Serge Bernstein,³³⁷ e de que a sociedade deve ter o mínimo de condições para ser um suporte para eles se estruturarem, segundo Maurice Duverger,³³⁸ podem-se entender as determinações que, em outra situação, seriam inaceitáveis, pois o partido surgiu em meio a uma das piores crises, com o Estado arrasado pela guerra, e sem as condições necessárias para se estruturar.³³⁹

Os grupos aspirantes ao poder já existiam, mas, segundo Benitez, o país ainda não comportava um partido, na acepção do termo.³⁴⁰ Talvez por isso sua presença e atuação

³³⁷ BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.66.

³³⁸ RÉMOND, Maurice. *Os regimes políticos*. Rio de Janeiro: Difel, 1966, p. 62.

³³⁹ Carlos Centurión versa sobre esse tema e comenta que “[...] *bajo los escombros de la guerra nacen los partidos políticos, que hijos de las ideas liberales de la época condiciona la estabilidad social, económica y política del país. Nuestros países tutores, Argentina y Brasil, tienen relación con el nacimiento de esta pieza importante de dominación. De esta manera, el Partido Colorado responderá a una filosofía pro-Brasil y el Partido Liberal decididamente argentinista*” (CENTURIÓN, Carlos R.. *El Libro como expresión del Partido Liberal*. Buenos Aires: Assunção, Talleres Graficos Lucania, 1950, p. 45). Com base no esquema de Gramsci sobre os três elementos necessários para o equilíbrio dos partidos políticos, que não é assim rígido, segundo o autor, é que se pode analisar a falta de condições para o Partido Liberal ficar de pé, pois, ao centrar a atenção nos grupos que representava, e no modo como ele chegou até o poder, conclui-se que o contingente que apoiava o partido praticamente não existia, e assim trabalhou-se com os outros elementos representados pelas classes dos proprietários, principalmente do exército. Se, como queria Gramsci, a eficiência só é alcançada quando existem os três elementos, outras conclusões mais poderiam ser extraídas.

³⁴⁰ BENITEZ, Luis G., *op. cit.*, p. 65. (2) Serge Bernstein menciona que uma situação ideal para que o partido possa de fato existir e se fazer presente se dá quando da “[...] existência de uma especialização profissional, fazendo nascer um sistema sócio-profissional associado ao progresso econômico; a constituição de um conjunto nacional e de uma consciência nacional pela expansão do mercado interno, o progresso dos meios de informação, a extensão dos transportes, e acima de tudo, a mobilidade espacial e social; o desenvolvimento do processo de urbanização; a independência do sistema educacional; o pleno desenvolvimento do poder do

tenham se revestido de muitos obstáculos. Essa situação pode também ser imputada à falta de costume com os partidos políticos, não só no Paraguai, mas também nos outros países da América Latina, e Europa, pois os partidos, como visto, surgiram apenas nos meados do século XIX.

Assim, mesmo sem reunir as condições ideais, os clubes fundados reuniram pessoas cujo intuito principal, em um primeiro momento, era o de chegar ao poder e dominar a política do Estado. O clube dos liberais organizou um discurso de revolta contra a condição aviltante a que foi submetida grande parte da população paraguaia, devido à venda maciça das terras. O objetivo de ambos os clubes, porém, era visto como sendo formar um partido e obter benefícios para que sua pequena classe passasse a gravitar em torno do poder. Por isso, a imprensa da época dava mostras de insatisfação com a presença dos clubes políticos no país, questionando sua organização, função e identidade.³⁴¹

O Partido Liberal tentava passar uma imagem de preocupação para com a sociedade para convencê-la, pois não conseguia chegar ao poder, devido ao modo como agia o Partido Colorado. Tirou proveito da situação em que se apresentava o país à época das eleições, pois as revoltas populares, em face à condição das terras e outras, as quais o governo resolvia fazendo uso da repressão e da violência, foram decisivas para o aumento da atividade política no país, que começou a se irradiar para além do círculo restrito do governo, criando uma situação propícia à incorporação de pessoas comuns às organizações partidárias, que, no caso

Estado e a autonomia do poder político em relação aos grupos religiosos e sociais etc. (BERNSTEIN, *op.cit.*, p. 67).

³⁴¹ “Ambos los círculos carecen, sin embargo de organización de verdaderos partidos políticos [...] uno debe su existencia al crimen, a interés excusos y las negociaciones de las cuales se formo argamasa, alimentase y vive una vida enferma [...] El otro, a pesar de todo, ha un doble elevado sentimiento de aspiración a un buen gobierno, al reinado de la moral y de la justicia de cual ideal se formo, vive en el presente y mediante lo cual se va tomando cuerpo y creando adeptos entre elementos sanos”. (*El Imparcial*, 29/03/1887).

do Partido Liberal, referia-se àquelas que não faziam parte do grupo que estava no poder.³⁴²

Essa atitude das pessoas serviu aos propósitos do futuro Partido Liberal.

Desse modo, pode-se ver que o grupo liberal fazia oposição mostrando a todos que contestava o governo do Estado por sua pseudo-atuação em favor da coletividade, passando a denunciar seu caráter de Estado-partido. Um dos motivos pelos quais fazia essas acusações pode ser atribuído ao fato de seu grupo não ter participação nas benesses do poder e também porque as classes que representava não estavam conseguindo a liberdade suficiente para tocar os seus negócios. Pleiteava, de forma não declarada, o advento do Estado classista burguês moderno, que não estabelece discriminações formais nos direitos.³⁴³ Sua propaganda – mais que sua atuação política no governo nos níveis possíveis, uma vez que não participava diretamente do poder –, era feita inscrevendo, no ideário do partido, esses problemas imediatos da sociedade.

2.5.1 Fundadores e organizadores do partido

Os políticos que, desde a Constituição de 1870, se reuniam em torno do *Gran Club del Pueblo*, eram, em sua maioria, ex-chefes da chamada “*Legión Paraguaya*”, como o Coronel Fernando Iturburu e Juan Francisco Decoud. Foram os organizadores e os fundadores do Partido Liberal; eram paraguaios que retornaram do exílio na Argentina.

³⁴² A idéia de que se inicia uma tomada de consciência da sociedade aparece de muitas formas, como nos exemplos que seguem: “*A diario se observa una mayor presencia y conciencia de la sociedad civil en sitios donde había sido o había sido desplazada compulsivamente o se había retirado voluntariamente*” (CARDOZO, 1987, *op. cit.*, p. 66). “*Así como la formación de los partidos políticos surgió como una floración espontánea un proceso que se desarrollaba despacio, mas forzado por las circunstancias, hoy parece claro que estamos viviendo la etapa previa de tan deseadas transformaciones.*” (*El pueblo*, 19/11/1887, Ano II, n. 449, p.1). “*Las masas populares dejan de seguir a los dirigentes que exhibían condiciones de líder militar y dejan de tener simpatía solo por los héroes militares de la guerra, y imperaran ser permeables a las ideas propagadas por la brillante elite intelectual del liberalismo*” (GRANADA, J. *Reflexiones políticas*. Assunção: Editora Iman, 1985, p. 31-32).

³⁴³ Segundo Serge Bernstein, “[...] a função dos partidos modernos é a de mobilizar as massas, selecionar as elites, difundir uma ideologia e tentar se constituir um elemento de estruturação social” (BERNSTEIN, *op. cit.*, p. 93).

Ao grupo legionário dos fundadores, juntaram-se vários outros, que pertenceram a diferentes gerações, e uma observação de seu passado político fornece subsídios para se compreender a composição social do partido. Assim, entre eles incluíam-se descendentes diretos de paraguaios que militaram com Gaspar de Francia e Fulgencio Yegros na efetivação da emancipação do país. Desses, destacaram-se Remigio Yegros, Bartolomé Yegros, Manuel Mora, Liberto Patricio Caballero, Abel Caballero, Emilio Saguier Cabañas, José Franco e outros que eram parentes deles. Alguns que foram chefes militares durante a guerra da Tríplice Aliança, eram: Coronel Florentin Oviedo, Capitão de navio Pedro V. Gill, Tenente coronel Cirilo Solalinde e o Major Eduardo Vera. Outros foram oficiais durante a guerra da Tríplice Aliança, como o Capitão Esteban Gorostiaga, Capitão Gorgonio Rojas de Aranda, 1º tenente Francisco Fernandez, Alferes Antonio Taboada, os tenentes Marcelino Arias, Juan José Alvarenga, Manuel Frutos, Genaro Pérez e muitos outros. Também sargentos como José M. Vazquez, Francisco Torrentes, que chegou até Cerro Corá,³⁴⁴ Francisco Medina e o cabo José Guillermo Gonzáles. Soldados que combateram na guerra, como Pedro P. Caballero, Octaviano Rivarola (mutilado na guerra), Mariano Riquelme, José Mateo Collar, e outros que igualmente foram feridos e mutilados.

Tem-se, ainda, entre os fundadores, aqueles que eram filhos ou parentes de ex-combatentes da guerra da Tríplice Aliança, e também aqueles que eram parentes dos que morreram na guerra. Dessa categoria, alguns continuaram participando ativamente do partido na qualidade de líderes e articuladores, como Fabio Queirolo, José Zacarias Caminos, José de la Cruz Ayala, Liberato M. Rojas, Octaviano Rivarola. Contam-se, também, entre os fundadores, aqueles que exerceram cargos públicos antes da guerra, alguns já citados por outras características. Entre eles, Manuel Frutos, Pedro V. Gill, Francisco Soterias, Sebastián

³⁴⁴ Local onde Solano López fundara a última capital do país e onde morreria, em 1º de março de 1870.

Ibarra Legal, Antonio Taboada, Juan José Alvarenga, José Maria Ortellado, Martin Urdapilleta, Antonio Zayas, Rafael A. Garcia e Cirilio Solalinde.

A maioria desses personagens tem suas biografias publicadas em livros referentes somente a sua família e geração, devido à predileção já citada dos historiadores paraguaios por biografias. Elas são bastante completas, até detalhistas, e uma das principais publicações históricas da *Academia Paraguaya de Historia* tem esse tipo de preocupação, reservando uma parte chamada *Necrologia* para tratar da biografia de seus membros ilustres, que normalmente foram políticos atuantes.³⁴⁵

Assim, o passado político desses personagens teve seu significado e importância aumentados, no país, a partir de 1887, quando iniciaram sua militância, tentando tirar o grupo Colorado do poder. Por envolverem-se em todo o tipo de litígio, há muitos elogios à coragem de cada um deles, até de forma mítica, com passagens como a que se segue: “*Antonio Taboada, valiente y ilustre tribuno, protegido con la sola cota de su austeridad, supo en pleno Congreso quemar con brasas del fuego el rostro de un Ministro prepotente, que burlándose de la ignorância y la miséria de su pueblo, hacia alarde encendiendo su cigarro con billetes de banco*”.³⁴⁶

Ao lado de Taboada, as figuras de líderes como José de la Cruz Ayala, Cecílio Báez, Juan Francisco Gaona, Manuel Gondra, Benigno Ferreira, Emiliano Gonzalez Navero, foram as que por mais tempo e maior atuação política tiveram no interior do partido como mentores, ministros, e presidentes do país.³⁴⁷ Mas Marcelino Perez Martinez, tratando dos líderes do

³⁴⁵ Antônio Taboada é um dos personagens que tem uma biografia escrita por Pessoa Amaral sobre sua descendência, intitulada “*Biografia de Don Antonio Taboada*”, publicada em Assunção em 1979. Além dele, pode-se citar Eusebio Ayala, Albino Jara e muitos outros.

³⁴⁶ PESOA, Amaral. *Fundadores del Partido Liberal*. Assunção: [s. n.], [19–], p. 21.

³⁴⁷ A biografia de tantos nomes alongaria muito esse trabalho, por isso serão citadas algumas, dos principais líderes. **Antonio Taboada**, o fundador, nasceu em Villarrica em 26 de novembro de 1848, e com dez anos se incorporou ao exército. Participou, como militar, na Guerra da Tríplice Aliança, mas caiu prisioneiro das forças aliadas, e de volta para o país não voltou para o exército, mas iniciou sua vida política ao lado do “Club del Pueblo” (lê-se *Gran Club del Pueblo* – Pessoa Amaral usa essa expressão para se referir ao clube dos

liberais em “*Fundadores del Partido Liberal*”) Em 1871, candidatou-se deputado para o Congresso Nacional, pela oposição que representava o *Gran Club del Pueblo*. Conseguiu muita popularidade em Villarrica, sua terra natal, e considerada no Paraguai como o local onde a população devota a política e a cidade de pessoas mais conscientes e que mais políticos produziu em toda a vida do país até os dias de hoje. Taboada, eleito, participou do Congresso, que foi dissolvido pelo governo de Rivarola, e foi para o exílio. Em seu retorno, continuou lutando ao lado da oposição, em tentativas de tirar o grupo colorado do poder, e por vezes ficou escondido por até sete meses. Em 1887, organizou as primeiras forças populares que haviam de dar vida ao partido nos comícios, e continuou no centro das refregas acontecidas por ocasião das eleições, sendo, no partido, uma espécie de consultor das questões práticas, quando era necessário ir às armas. Morreu em 1913.

José de la Cruz Ayala nasceu em 1863, e logo ao fim da guerra sustenta seu pai, que morre em seus braços, e um de seus biógrafos, Manuel Pessoa, diz que começa aí sua “*azarosa vida*”. Mesmo tendo sido sua vida acadêmica e seu conhecimento da filosofia, das teorias sociológicas e econômicas esmerados, não se interessou pela política de gabinete, mas pela ação direta. Em 1884, já faz acusações à corrupção existente na Câmara de Deputados e no gabinete de Ministro da Fazenda no jornal *La Democracia*, de 13 de julho de 1884. Logo depois dessas acusações, o jornal é fechado e Ayala acusado de anexionista e argentinista. Depois dessa data, foi exilado por duas vezes e em 1885, quando foi para Buenos Aires, voltando em julho de 1887. Com os acontecimentos de Villarrica, Ayala ingressou no conjunto de líderes do Centro Democrático em Assunção, e assinou todos os documentos de fundação do partido, tendo sido o autor de uma das atas.

Cecílio Báez - Presidente provisório que foi empossado em dezembro de 1905. Nasceu em Assunção, em 1º de fevereiro de 1862, e faleceu nessa mesma cidade, em 18 de junho de 1841. Foi um dos fundadores do Centro Democrático, depois Partido Liberal, atuando na vida pública como chanceler, reitor de universidades, e política partidária. Foi ministro das relações exteriores de seu antecessor. No campo acadêmico, dedicou-se à pesquisa, sendo autor de 15 livros, nos quais se incluíam ensaios sobre a tirania no Paraguai, sobre a época dos ditadores e história diplomática. Deixou o poder em novembro de 1906, quando seria empossado o primeiro presidente não-provisório do Partido Liberal, Benigno Ferreira. A facção do Partido Liberal que se forma, chamada de “Cívicos”, adquire certa hegemonia no poder e consegue tirar Gaona e colocar, de forma provisória, Cecílio Báez. A preocupação com a estabilidade política e econômica continua a mesma, sendo que, no bojo de sua mensagem, podem-se entrever citações de algumas conquistas do ano anterior. Assim é que a fundação do *Banco Paraguayo*, a entrada de capitais estrangeiros, o aumento de capital de indústrias que se fixaram no país, o aumento da confiança dos investidores estrangeiros nas garantias dadas pelas leis vigentes, resultaram, segundo o próprio presidente, em uma sensível melhoria da condição financeira, econômica e social do país. Cecílio Báez define, com certa clareza, as linhas mestras a seguir na política social e econômica, pois nos próximos anos em que seu sucessor estiver no poder sentir-se-á o efeito dessas determinações. A tônica de todo o discurso é a preocupação com o saneamento da moeda, pois o país se encontra em crise, e acredita que, depois disso, a educação poderá melhorar; as instituições, de um modo geral, vão se beneficiar com a construção de prédios novos, o exército se armará melhor, os seminários vão ter mais dinheiro para formar mais clérigos, bem como a manutenção e criação de novos templos. Diz que o país se encontra em uma situação de isolamento, sem investidores, os fatores externos da produção, e sem perspectivas, devido à ingente instabilidade monetária.

Juan Francisco Gaona nasceu no dia 30 de junho de 1845, em Assunção, onde também faleceu, em 1932. Era um comerciante próspero e não propriamente um político. Aderiu ao Partido Liberal quando da sua fundação, e acabou constituindo-se em peça chave da transição no Paraguai. Foi deposto em dezembro de 1905, devido a divergências com seu ministério, sobre o veto de um empréstimo a um clube social de Assunção, deixando para sempre a cena política. O modo como deixou o poder foi conseqüência de sua posição dentro do país, principalmente no que se refere à economia, pois sendo um dos empresários chave do país, não concordava com a política colorada, porque o citado Plano Moreno atrapalhara seus negócios, e então assumiu a presidência como representante daqueles setores que, como ele, também foram afetados por aquela política. Dotado de uma postura um tanto quanto “neutra”, ou um tanto quanto indiferente à revolução, e seus pressupostos, tentou esboçar, em seu curto período de governo, determinações que atendiam às necessidades mais prementes naquele momento. Sua mensagem aos senadores e deputados do Congresso Nacional aconteceu quando ele estava há apenas 3 meses no poder, e o Partido Liberal estava estreando. A situação do país era caótica, pois, recém-saído de um golpe, com o processo de reconstrução do estado sem êxito desde o período pós grande guerra, e com todas as instâncias da vida sócio-econômica e política coalhada de problemas que urgiam solucionar. Pautou seu período de governo, anterior e posterior ao seu discurso no congresso, pela preocupação com a criação de secretarias e órgãos necessários ao funcionamento de uma nação, além de uma reestruturação do funcionalismo público. Reativou, também, instituições fechadas e procedeu a uma devassa em suas contas, com o objetivo de torná-las funcionais e desburocratizadas. O país estava completamente desorganizado, sem o devido pessoal administrativo, bem como muita desorganização no que tange às contas do tesouro, dos bancos e da alfândega. A secretaria responsável pelos impostos

partido salienta que “[...] *vosotros sabéis que la familia liberal no ha tenido hasta la fecha más que dos representantes: Antonio Taboada y Cecilio Báez; el primero su patriarca, el segundo su paladin*”.³⁴⁸

A historiografia paraguaia, e aquela escrita em outros países, trata de cada um deles de acordo com suas qualidades e características pessoais, com críticas que superam a objetividade, empobrecendo a atuação e predispondo o leitor a ter uma imagem deturpada ou a que se pretende pelo autor. Por isso, os livros biográficos acabam trazendo mais elementos confiáveis sobre eles.

Assim, enquanto José de la Cruz Ayala era considerado um homem de ação e seu trabalho como articulista dos jornais do partido não era mencionado, Cecílio Báez é tido como um intelectual por excelência. Do primeiro, dizia-se que era homem de ação, e Báez tem sua

inexistente, gastos com armas para a revolução sem nenhuma comprovação, e toda a parte da estatística, bem como da cartografia, atrasada ou inexistente.

Benigno Ferreira - Nasceu em 13 de fevereiro de 1840 em Límpio, e faleceu em Buenos Aires em 24 de novembro de 1920. Foi um dos fundadores da chamada Associação Paraguaya (legionários) que lutavam contra Solano López, mas, depois de se desentender com esse grupo, e após 1870, tornou-se um ardoroso defensor da soberania paraguaia. Após vencer revoluções e perder outras, e de um exílio, regressou ao país e encabeçou o grupo dos cívicos do Partido Liberal, chegando à presidência em 1906, para quatro anos, mas, em 1908, foi deposto por um sangrento movimento militar, encabeçado por Albino Jara, que pertencia à ala radical. Deixou o país, mas logo depois o setor radical tornou a colocar um cívico no poder. Quando Ferreira chegou ao poder, o país atravessava uma séria crise comercial, derivada das más colheitas, devido às péssimas condições climáticas, apesar de continuar acusando o ingresso de capitais estrangeiros no país. O país encontrava-se cheio de convulsões políticas, patrocinadas pela oposição e pela facção radical de seu partido, por isso utilizou-se do estado de sítio inúmeras vezes. Enfrentou críticas acirradas por ter resolvido a questão do “*ferrocarril*” e ter firmado um acordo com o Banco Francês do Rio da Prata para a constituição de um banco misto, cujas funções seriam a de regular a emissão de moeda e a taxa de câmbio.

Emiliano Gonzalez Navero - Nascido em 16 de junho de 1861, em Caragatay, e morto em 18 de outubro de 1934, ocupou a cadeira da presidência três vezes, além de ter sido ministro da fazenda por duas vezes. Atuou na Revolução de 1904, e desterrou seus adversários durante seu primeiro governo, na época em que Albino Jara era o homem forte do país. Ocupou-se mais das revoluções e lutas armadas no país que propriamente do manejo da coisa pública, e entregou a presidência a Manuel Gondra em 25 de novembro de 1910. Navero assumiu a presidência em meio de uma crise política generalizada, quando o estado de sítio era quase permanente. Tentava, assim, impedir os complôs, mas em vão, pois, em 1909, uma junta revolucionária instalada em Buenos Aires pelos colorados entra no país por Corrientes com 300 voluntários, sob as ordens do caudilho chamado José Gill, que é prontamente rechaçada pelos adeptos do governo sob a chefia de Albino Jará, que manda executar todos os rebeldes capturados. Havia muita confusão em torno da questão da terra, principalmente quanto à venda das terras públicas para estrangeiros e empresas de capital misto. Por isso, inicia sua mensagem fazendo um balancete da situação, já que era premente a resolução de algumas pendências para poder iniciar seu governo, reconstruindo novamente muita coisa. Essas informações foram extraídas de Júlio César Chaves (*Compendio de Historia Paraguaya, op. cit.*, da Enciclopédia Arami), e de Luís G Benitez, (*Breve historia de grandes hombres*. Assunção: Industrial Gráfica Comuneros, 1986).

³⁴⁸ MARTINEZ, Marcelino Perez. *Cartas políticas, cartas del destierro*: artículos sobre la situación política del Paraguay. Corrientes: (o nome da editora está ilegível), 1908, p. 7.

figura ligada a características pessoais ao lado de sua atuação política. Paul Lewis escreve sobre ele como sendo uma figura “[...] arrogante, intransigente, arredo; para ele, o liberalismo era uma força civilizadora importada da Europa, cuja missão era tirar o Paraguai da barbárie”.³⁴⁹

Além desse tipo de menção, sem nenhum significado sobre sua figura, ele foi considerado “[...] *el orientador inicial de esta generación, especialmente de la gente más joven, sin perjuicio de la influencia de Manuel Domínguez y del magisterio ético de Manuel Gondra y Manuel Franco, de civismo y de conducta*”.³⁵⁰ Apesar desse elogio, Arturo Rahi o critica como sendo um político que atuou sempre à margem da realidade, contra os interesses paraguaios, e de prestar lealdade a Mitre e Sarmiento. Como presidente da república, ele lembra que Báez “[...] *decretó izar la bandera nacional a media asta en homenaje a Mitre, sin considerar que este fue nada menos que el carnicero del pueblo paraguayo, y hizo enviar en nombre del gobierno y pueblos paraguayos una placa para reiterar su homenaje*”.³⁵¹

Várias funções de governo foram exercidas pelos ex-exilados a partir de 1870. Os ministros de assuntos exteriores, chefes do Estado maior, os principais funcionários dos escritórios de correios e telégrafos, eram todos homens provenientes e formados na Argentina.

Portanto, a origem dos fundadores do partido foi bastante heterogênea, pois, enquanto uns foram partícipes da guerra da Tríplice Aliança do lado do Paraguai, outros também participaram, mas contra o país, ao lado do exército aliado.

A conjunção desses elementos criou, dentro do partido, uma situação original, devido ao fato de que aqueles que lutaram contra o próprio país terem constituído, na Argentina, uma força de oposição a Solano López, e terem efetivamente lutado contra ele, com a aceitação

³⁴⁹ LEWIS, *op. cit.*, p. 643.

³⁵⁰ VELÁSQUEZ, *op. cit.*, p. 7

³⁵¹ RAHI, Arturo. *op. cit.*, p. 45.

tácita do governo argentino. Até um decreto foi assinado oficialmente, em 1º de maio de 1865, pelo próprio Mitre, então presidente da Argentina, no qual se lia que o presidente aceitava o concurso dos paraguaios que haviam se oferecido para apoiar os aliados. Os termos desse decreto são importantes para se compreender a situação gerada por essa situação, no Paraguai, após a guerra.³⁵²

Por isso, logo no início da vida política do partido, no período em que havia a interferência do Brasil, grande parte dos ex-exilados da Argentina teve problemas ao tentar participar da cena política, a partir do final da guerra. José Segundo Decoud foi tirado da lista de possíveis candidatos ao triunvirato pelos representantes do Brasil. A explicação estava baseada no fato de que, durante muitas décadas, a Argentina teve pretensões de anexar o Paraguai, o Uruguai e partes do Brasil para formar uma grande nação, e fazer frente ao Brasil. O Brasil, para evitar isso, procurou sempre proteger o Paraguai dessas investidas, que se caracterizaram, muitas vezes, por proibições à navegação na Bacia do Prata, e outros entraves à política econômica do país.

Uma vez que vários paraguaios recebiam ajuda dos argentinos para se manterem à frente das juntas governativas, os representantes brasileiros procuravam minar suas bases. Mais tarde, o Partido Liberal, recém-formado, foi acusado de compactuar com as idéias anexionistas da Argentina. Seus membros eram taxados de entreguistas e de legionários, como sinônimo de traidor da pátria. Afirmava-se que todos os planos levados a efeito pelo Partido Liberal haviam sido arquitetados na Argentina.

³⁵² “Siendo la guerra contra el gobierno y no contra el pueblo paraguayo y simpatizando el gobierno y el pueblo argentino con los votos de los ciudadanos paraguayos que desean ver imperar en su patria las instituciones y los principios libres que rigen las demás republicas americanas, el gobierno acepta los servicios ofrecidos por la asociación paraguaya en nombre de sus compatriotas, autorizando la formación de una Legión que leve los colores de bandera de ese pueblo hermanos, encomendando a él la reunión e los que voluntariamente querían hacer parte de ella, para que se escollan a si mismo y en la manera que mejor sea para ellos conveniente, los jefes y los oficiales que la deben dirigirla y les posan ministrar todo el material que se necesita” (ESTEVEZ, *op. cit.*, p. 33).

2.5.2 Composição social dos membros do partido

Os partidos liberais europeus parecem servir de inspiração para quem trata da composição social de um partido com essa tendência. Deve-se, porém, evitar os esquemas que parecem prontos, aos quais basta encaixar os diferentes nomes e situações de classes sociais de uma determinada sociedade. Assim, procura-se, normalmente, ver que tipo de burguesia existia, qual era a situação dos ricos comerciantes, fazendeiros, industriais e outros, para se determinar a que grupos ou classes o partido vai dirigir sua atenção e privilegiar.

Corre-se esse risco ao tratar da questão no Paraguai, sendo que os próprios historiadores paraguaios e de outros países caem nesse simplismo. Em contrapartida, entre esses mesmos historiadores, existem aqueles que chamam a atenção para tal deslize.³⁵³

Partindo do exposto anteriormente, que o passado político ou o capital político dos paraguaios que retornavam do exílio era quase uma *tabula rasa*, a situação das classes estava começando a se delinear, ainda que de forma tímida. Assim, quase nenhum dos fundadores do Partido Liberal reunia as características das classes que compuseram esse tipo de partido na Europa. E eles também não eram membros de uma organização de burgueses que dispunham de um projeto hegemônico compartilhado e veiculado de forma hábil para conseguir chegar ao poder.

Não havia, portanto, uma união dos burgueses, porque, em primeiro lugar, estes praticamente não existiam, principalmente ao se tentar colocá-los na perspectiva de uma

³⁵³ Encontra-se, por parte de historiadores como Túlio Alperin Donghi, Paul H. Lewis, Francisco Doratiotto, e autores paraguaios ligados ao coloradismo, como Justo Pastor Benitez, Natalício Gonzalez entre tantos outros, a implantação de um esquema desses, transferido para o Paraguai. Se, no Brasil, a burguesia, em determinado momento em alta, fora a burguesia do café, não existia o similar no Paraguai da época, ao se pensar em uma burguesia ligada à *illea paraguayensis*, a erva-mate. Segundo autores paraguaios como Milda Rivarola, Alfredo Viola, Bartomeu Meliá, falar em burguesia, no Paraguai, significa incorrer em um grave erro sociológico e até metodológico. Da mesma forma que traduzir expressões como “radicalismo” ou “caudilhismo” de uma maneira geral.

classe constituída. Os segmentos sociais dos fundadores dos dois partidos, refletiam, outrossim, uma divisão definitiva da nascente oligarquia entre um grupo que se entendia diretamente com os capitalistas estrangeiros no reparte dos recursos naturais e outro decidido a servir de intermediário e promotor mais eficaz da “reconstrução étnica e econômica do país”. Esses dois grupos promoveram a emergência dos chamados “chefes do acampamento de Villeta” (local de início da luta do golpe de 1904) e das distintas facções liberais envolvidas mais tarde nos conflitos civis de inícios do século XX. Ao mesmo tempo, a ala radical recolhia os protestos da população rural afetada pela extensão ilimitada do grande latifúndio, e se posicionava a favor dela.³⁵⁴

A classe que advogava os princípios liberais e se colocou ao lado do Partido Liberal, segundo Justo Pastor Benitez, era a incipiente e nascente burguesia paraguaia, reconstituída de forma rápida, por elementos do antigo regime dos López e de opositores a eles, legionários ou não. Pleiteavam para sua classe o direito à propriedade e direitos políticos de participação, com ímpetos de corporativismo em face às pressões do antigo Estado.³⁵⁵

Ela se formou no bojo das novas relações de produção que começaram a vigorar no Paraguai a partir de 1870, de uma maneira completamente diferente do modo como isso se deu na Europa. No Paraguai, a transição para o novo sistema de produção, além de ter transformado as relações comerciais estabelecidas, fez com que os paraguaios também cedessem finalmente ao liberalismo, e quase conseqüentemente às relações capitalistas.³⁵⁶

³⁵⁴ ARCE, op. cit., p. 227.

³⁵⁵ Benitez foi chanceler e o primeiro biógrafo de Solano López, ao qual manifestava simpatia, expressando sempre opiniões contrárias a qualquer atitude do Partido Liberal. Assim, dizia ele que “[...] *era consensual que el corporativismo seria una manera de aplacar los conflictos sociales de se instalar relaciones sociales jerárquicas y de dotar el Estado de mayores prerrogativas mientras el poder económico y político de las tradicionales clases dominantes era conservado y las clases subalternas mantenidas en posición subordinada*” (BENITEZ, 1932, op.cit., p. 62 (3)).

³⁵⁶ Harold Laski comenta que o capitalismo por essa época já se “[...] infiltrara em todas as malhas e interstícios da contextura social, incrementara a tal ponto seus interesses estabelecidos que não pudesse, em qualquer aspecto fundamental, correr o risco de sacrificá-lo” (LASKI, Harold. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973, p. 184).

Até a incipiente burguesia rural paraguaia conseguiu incorporar-se à economia do sistema capitalista mundial, e emergiu como uma classe dominante a meias, ou como disse Agustín Cueva referindo-se a ela no todo da América Latina, “[...] como um grupo cuja articulação de interesses com as burguesias metropolitanas do exterior a converteram em classe dominante-subordinada”.³⁵⁷

Assim é que, na composição do Partido Liberal, diferente de outras realidades, seus membros encontravam-se entre as classes melhor educadas de paraguaios, mas em geral homens de escassos recursos, devido ao exílio, como o general Benigno Ferreira, que exerceu a profissão de advogado na Argentina, e combateu contra seu país na guerra de 1870. Mais tarde, ocupou o cargo de ministro de Guerra e de presidente da República.

Por isso, eram taxados de advogados dos interesses anglo-argentinos no Paraguai, de constituírem a nova oligarquia do Paraguai, e também de pertencerem à elite cultural do país. Fazendo parte desse segmento, existiam antigos fazendeiros que perderam suas terras por motivos políticos, comerciantes prósperos nos países onde se encontravam exilados, ou seus clientes, interessados na construção de uma estrutura que favorecesse seu comércio, ligado, normalmente, à economia de importação e exportação.

Nas conclusões de Ribeiro Arce, tem-se as duas características dos políticos do Partido Liberal colocadas na situação em que se apresentavam:

Na realidade os advogados dos investidores anglo-argentinos chegados ao poder em 1904, representavam muito imperfeitamente a fracionada oligarquia paraguaia; daí a constante anarquia. Em outras palavras, o país que em duas vezes havia visto desaparecer a sua ‘elite social’ (quando da independência e em 1870), experimentava novamente uma situação que impunha graves obstáculos à integração das classes dominantes, agora devido a uma situação de caráter inverso: não era o igualitarismo do Doutor Francia, nem o bonapartismo de Solano López, senão a síndrome de uma economia como a sua.³⁵⁸

³⁵⁷ CUEVA, *op. cit.*, p. 123-124.

³⁵⁸ ARCE, *op. cit.*, p. 228.

Pode-se afirmar que os membros do Partido Liberal não pertenciam à elite financeira do país, mas à elite cultural, pois entre eles havia profissionais de todos os feitios, como advogados, médicos, jornalistas, e outros profissionais urbanos, que, na Argentina, pertenciam à classe média; porém, no Paraguai, não existia uma classe média. Alguns desses profissionais eram também membros da classe dos proprietários do país, que estava iniciando sua acumulação. Por isso, os membros do Partido Liberal, para resolver muitos de seus problemas financeiros pessoais e os do partido, contaram com a ajuda e apoio dos financistas e profissionais liberais argentinos, os quais, devido ao relacionamento dos tempos do exílio, manifestaram a intenção de fazer negócios com o Paraguai.

Alguns recursos também provinham de fazendeiros e alguns comerciantes simpáticos à causa do partido. O grosso da população que a ele se filiava não dispunha de recursos. Alfredo Jaeggli comenta, a esse respeito, que um exportador de erva-mate argentino, chamado De los Rios, ajudou financeiramente os liberais com um milhão de pesos, que valiam mais de cem milhões de guaranis, e Gualberto Cadus Huerta, um jovem advogado liberal de Concepción, recolheu mais um milhão com fazendeiros da região, que eram, em sua maioria, liberais. Afirma, ainda, que o caixa revolucionário liberal aumentava dia a dia, por tantas doações, e cita, entre elas, a de Frederico de Campos, outro liberal de Assunção. Conclui, de forma rápida, que “*l’argent fait la guerre*”.³⁵⁹

Pergunta-se então, o porquê de tantos empresários paraguaios e argentinos ricos subvencionarem e apostarem em um partido que se encontrava na oposição? Sem a pretensão de responder de forma completa à questão, pode-se encaminhá-la verificando-se que havia, entre os ex-exilados, aqueles que estavam ligados a frações da burguesia e seus aliados das classes proprietárias, bem como dos latifundiários. Essas classes, centradas na importância

³⁵⁹ JAEGLI, *op. cit.*, p. 47.

econômica do empresário capitalista e política da burguesia, pretendiam, através da figura do político, exercer o controle sobre a burocracia do Estado e comandar o funcionamento da sociedade, à moda da utilização dos partidos pelos empresários, como salientado por Gramsci. Seu objetivo era o de manter as relações de produção capitalistas hegemônicas e coibir a ação independente das classes populares, especialmente da classe dos trabalhadores.

Como os colorados tratavam dos problemas econômicos e da questão social existentes à época sem nenhum critério, com planos econômicos para taxar as exportações e as importações que prejudicavam as atividades desses industriais e proprietários, perderam o apoio.³⁶⁰

De qualquer modo, há muita contestação a respeito das classes das quais o Partido Liberal foi formado, e mesmo da própria existência dessas classes no Paraguai por essa época, o que muitas vezes sugere, como para Juan Manuel Frutos, que havia dois partidos liberais, e que as facções que se formaram dentro dele, além de representar a ideologia de seus líderes, também estavam ligadas às classes que dela faziam parte.³⁶¹

Na linha dessa contestação, Bartomeu Meliá afirma que nunca houve burgueses no país.³⁶² E, de forma bastante direta, estabelece uma ligação entre liberalismo e burguesia; quando contesta o liberalismo no Paraguai, de uma forma silogística, a classe burguesa também deixa de existir. Mas faz uma crítica, sem deixar claro seu conceito de liberalismo. No entanto, em suas obras sobre identidade e antropologia, mostra-se um apaixonado pelo

³⁶⁰ No item referente à chegada ao poder do Partido Liberal serão comentados esses planos, por isso não serão citados nesta parte do trabalho.

³⁶¹ FRUTOS, Juan Mantel, *op. cit.*, p. 17.

³⁶² “*Pero, hay una clase burguesa en el paraguay? El mismo filosofo decía a nosotros sin vueltas, que nunca hube verdaderos burgueses en el Paraguay, ya que nunca hube también verdaderos liberales. El liberalismo en el Paraguay había sido un gran arremeto de feudalismo, de autoritarismo y de conservadorismo. El latifundio es su recurso más común*” (MELIÁ, Bartomeu. *El Paraguay inventado*. Assunção: Centro de Estudios Paraguayos, Ed. Antonio Guasch, 1997, p. 115).

estilo de vida da nação guarani; na maioria de seus textos, faz uma espécie de desabafo contra as novas classes surgidas no país, que pretendiam se constituir em classe dominante.

As conclusões de autores paraguaios e outros como Guido Alcalá, Helio Vera, Paul Lewis, Ribeiro Arce, e Doratiotto, é de que essa elite, que passa a compor o grupo político liberal no Paraguai, teve como característica não aceitar, na prática, a idéia da igualdade racial e do direito de todos ao estado de bem-estar, pois, em sua prepotência e separatismo, advogava o governo daqueles que tinham posses, inspirando-se nas obras dos autores europeus que liam, freqüentemente mais com entusiasmo que com espírito crítico, mas a maioria da população inculta e atrasada não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas e nem participar do governo.

2.5.3 A organização interna

O Partido Liberal foi fundado, formalmente, em julho de 1887, mas seu grupo já militava como um pré-partido desde 1870, e, até 1904, os problemas que enfrentou continuaram tendo a mesma origem, ou seja, a constante luta contra o grupo governista, os colorados, que não permitiam que eles se aproximassem do poder pela via das eleições, manipuladas pelas fraudes praticadas à base da violência, com o auxílio do exército.

Pode-se afirmar que a decisão de se formar um partido teve como motivação a tentativa de unir os membros do grupo de forma coesa e, assim, proceder a uma organização interna sólida, que pudesse bater de frente com o grupo do poder e enfrentar de forma eficiente a situação que estava posta.

Quando se toca nessa problemática, toca-se na história mesma do país, sob o ângulo político, mas também se toca na história do Estado e dos nele grupos contidos. A união de

algumas classes em torno do partido, configurando uma classe dirigente, é o resultado das relações orgânicas entre Estado e sociedade política, e usando uma terminologia gramsciana, também da “sociedade civil”.

Se as classes subalternas não se encontram unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar Estado, sua história, ainda segundo Gramsci, está entrelaçada à da sociedade civil, “[...] é uma função desagregada e contínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história do Estados ou grupos de Estados”.³⁶³

Portanto, essa história está dividida em fases, e o nascimento dos partidos encontra-se em uma delas, quando surge para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos.

Por isso, Gramsci acrescenta que o estudo da origem de um partido é algo complexo, pois deve incluir a repercussão que sua atitude tem para com os grupos subalternos e os dominantes, e esse resultado definirá seu futuro, porque o partido que não conseguir reunir, em torno de si as classes subalternas, será facilmente derrotado pelas outras forças do país.

Com base nesse pressuposto, pode-se ver que o Partido Liberal, depois de 17 anos tentando participar de eleições de uma forma justa, em sua organização como partido, tinha, como objetivo máximo, chegar ao poder do Estado. Assim, partiu para a ação, atacando o problema da não participação nas eleições de forma diferente daquela utilizada até então, que consistia somente de ataques diretos ao partido governista pelos periódicos e de batalhas campais, que produziam, no final, um grande número de mortos e feridos. O grupo colorado, depois Partido Colorado, procurava ganhar todas as eleições com a eliminação, muitas vezes até física, do rival.

³⁶³ GRAMSCI, *op. cit.*, p. 140. (1)

No entanto, apenas a partir da década 1890 as questões de organização ou até de reorganização do partido começaram a ser levantadas e discutidas. Iniciou-se, desse modo, uma discussão para se estudar a situação, antes de se partir para a ação, para que esta pudesse surtir melhor efeito.

Com esse objetivo, em 1893, o partido convocou um Congresso, cujo resultado foi a divulgação de uma “Carta-programa” de seu Diretório Central, sob a presidência de Cecílio Báez. Essa carta dizia que, visto o partido já contar mais de seis anos de vida, e já estar devidamente formado e estruturado, fazia-se necessário que ele encontrasse mecanismos para conseguir sua participação na representação política, sem o uso das armas.³⁶⁴

O teor dessa carta, além da descrição que faz da situação em que o partido se encontrava, das agruras do desterro e das perseguições, é dramático, e carregado de apelos sentimentais. O trecho que segue ilustra essa dimensão:

*Ningun liberal que se interese simplemente por la suerte de su partido, en el hecho de haber palpado en propia carne las penurias de los campos revolucionarios, las amarguras del destierro, y de las persecuciones, y que por consiguiente se halle en situación de conocer y valorar en su justo valor, lo que significaba hacer triunfar y hacer llegar al poder su partido, puede mirar con indiferencia y sin una profunda y dolorosa inquietud, la situación anormal y grave porque actualmente vivimos [...].*³⁶⁵

Depois dessas palavras de profundo pesar contra o partido governista, que, segundo Báez, procedia de forma imoral e injusta, demonstra suas idéias a respeito de como enfrentar o problema. Antes, porém, abre um parêntese para tratar das características da república, a qual deveria ser o *locus* da liberdade de expressão e do direito à representação.

Dizia para fundamentar essa idéia que “[...] *el sistema republicano que nos rige, tiene por base la discusión, y no se concibe la discusión sin opiniones diferentes [...]* y bajo este

³⁶⁴ Não existe referência à ordem desse congresso, se foi o primeiro ou não, pois, nos documentos, o que se encontra são atas de reuniões sem muita definição, que podem tratar-se de convenções do partido ou simples reuniões de rotina, o que o conteúdo delas não é suficiente para determinar.

³⁶⁵ Carta-Programa do Congresso do Partido Liberal (1893), Assunção: Archivo del Liberalismo.

punto de vista hay que reconocerse en lo sucesivo la justa representación política de la participación en la marcha oficial del país".³⁶⁶ Na continuação, dizia que, em uma república, "[...] *no se puede impedir, que un partido represente el papel que le corresponde en el gobierno, so pena de convertirse en conspirador del orden público.*"³⁶⁷

Em seguida, passa a criticar a constituição do país, afirmando ser ela a única do mundo em que a reeleição de um presidente é indefinida.³⁶⁸ Independentemente da existência ou não de um veto à reeleição na constituição, o Partido Colorado armava uma situação de tal forma que seu candidato, no governo ou não, era ajudado pelas Forças Armadas, das quais era o chefe, e articulava com elas para que a representação se desse somente entre os membros de seu grupo, excluindo totalmente a oposição.

O Partido Liberal passou, então, a preconizar uma política que se ativesse a idéias claras a respeito da função do partido, bem como de seus direitos, o que, até aquele momento, havia sido negado.

Assim, pautaram-se por essas idéias, em uma atitude, frente ao problema, que se resumiu em criar assembléias para conscientizar seus adeptos da necessidade e da importância de eleições livres. Essa tentativa seria infrutífera ainda por dez anos.

Uma avaliação do que eram essas assembléias, chamadas *Asambleas de la civilidad*, pode ser verificada em um trecho de Blas Garay, que comenta o modo como aconteceram, incluindo a repressão que sofreram:

³⁶⁶ Carta-Programa do Congresso do Partido Liberal (1893). Assunção: Archivo del Liberalismo.

³⁶⁷ Carta-Programa do Congresso do Partido Liberal (1893). Assunção: Archivo del Liberalismo.

³⁶⁸ Essa fala é estranha porque, no artigo 90 da Constituição de 1870, lê-se que "*El presidente y Vice-Presidente de la Republica durarán en sus empleos el término de cuatro años, y no pueden ser reelegidos en ningun caso, sino con dos períodos de intervalo*". (ZALDÍVAR, *op. cit.*, p. 96). Mas pode-se ver, em um trecho extraído de material de divulgação das idéias do Partido Colorado, intitulado *Filosofia politica del Partido Colorado, Analisis histórico-cultural y filosófico de sus principios y su doctrina*, redigidos por Octavio Ramirez y Oscar Aguayo, um ítem que diz o contrário: "*El Presidente de la República será elegido en comícios generales directos que se realizarán por lo menos seis meses antes de expirar el período constitucional que estuviere en curso, y podrá ser reelecto*" (RAMIREZ; AGUAYO, *op. cit.*, p. 34).

*Patrocinadas en principio por el Partido Liberal, con la intención de constituirse en una serie de colóquios callejeros entre dirigentes políticos y la ciudadanía, las asambleas de la civilidad contribuyen a innovar el ámbito político tradicional en cuanto a estrategia movilizadora y participativa del pueblo. Por su claro sentido conscientizador, sobrepasan la capacidad de tolerancia del régimen y, por lo mismo, fueron sistemáticamente reprimidas por elementos policiales e parapoliciales, siendo sus propiciadores y participantes golpeados e encarcelados.*³⁶⁹

As disposições do partido eram passadas através dessas *asambleas* aos seus dirigentes e membros, para conscientizá-los da necessidade de se acreditar que seria possível alcançar determinados ideais, desde que todos lutassem unidos, e com um conhecimento de causa de seus direitos.

Dessa forma, propunha-se que “[...] *las funciones publicas sean desempeñadas por personas idóneas no por favoritos; la constitución establece la condición de la idoneidad para la opción a los puestos de administración; que el derecho electoral esté, sobre todo, plenamente garantizado a los ciudadanos, y las divisiones internas tienen siempre sus causas*”.³⁷⁰

Apesar do conteúdo, por vezes, parecer um amontoado de frases soltas, seu sentido era unívoco, quando analisado inserido no momento em que foram redigidos, pois tratava, de forma sucinta, do direito de todos à participação no governo e nas eleições, e justifica a existência das divisões no seio do partido.

Por isso, a afirmação feita por Efraim Cardozo de que todos os presidentes da primeira era colorada (1870 – 1904) foram caudilhos, pode ser verificada, e por duas razões. Primeiro, porque cada um desses presidentes-caudilho lutava por sua permanência ou a de seu grupo no poder, com a ajuda das forças armadas. Conseguiram permanecer nele por mais de trinta anos;

³⁶⁹ GARAY, *op. cit.*, p. 56.

³⁷⁰ *Congreso del Partido Liberal*, 1888. Assunção: Archivo del Liberalismo.

e segundo, pelos problemas enfrentados pelo Partido Liberal, nesse período, para conseguir colocar um candidato seu concorrendo às eleições.

De todos os problemas enfrentados por um partido para se organizar internamente, tais como manutenção financeira e outros, a possibilidade de ter um representante nas eleições constituiu-se na principal motivação e empenho do partido, parecendo consistir em um ideal cada vez mais distante.

O partido coloca, então, todas as suas energias na resolução desse problema, que se tornou a questão central. No entanto, para além dessa preocupação, alguns membros fizeram propostas de esboçar um sistema de normas e um estatuto para o partido, mas a maioria decidiu que isso não era necessário, por não existirem discordâncias no grupo em relação ao problema central que atacavam.

Mesmo assim, foram definidas algumas normas que se referiam à questão financeira do partido, sua manutenção. Em um dos primeiros congressos, logo após sua fundação, acontecido em 1888, já haviam sido feitas algumas normas, e uma delas estipulava uma quota anual para cada membro associado, cujo não cumprimento o alijava automaticamente da participação em alguma decisão do partido naquele ano, e de concorrer pela época das eleições.³⁷¹

O Estatuto do partido, feito por Cecílio Báez, como já destacado, foi apresentado aos membros do partido na forma de “*programas e estatutos del Partido Liberal al Directorio para su estudio, modificación y aprobación*”, de um modo democrático, onde todos podiam opinar e deliberar.³⁷²

³⁷¹ Congreso del Partido Liberal, 1888. Assunção: Archivo del Liberalismo.

³⁷² BÁEZ. Cecílio. *Programa e estatuto del Partido Liberal*. Assunção: Archivo del Liberalismo, 1902.

As convenções feitas pelo partido não foram muito freqüentes; as poucas levadas a efeito, quando já se encontravam no poder, foram destinadas a escolher um candidato do partido a concorrer nas eleições à presidência da República. Pode-se concluir que quase nunca eram necessárias, pois o poder passava de um presidente a outro por meio de golpes articulados pelo Partido Colorado, por membros do exército e por membros de suas próprias facções.

O diretório do partido convocou convenções nos anos em que a nação se encontrava em estado de tranqüilidade política. Em uma compilação de discursos e projetos apresentados nesses congressos, denominado *Conjunto de declaraciones propuestas por el Directorio del Partido*, encontram-se trechos que assinalam a conjuntura do país. Citando alguns trechos desses congressos, pode-se verificar várias questões, como na convenção de 1915, na qual, após o país ter passado por anos de guerra civil, contando com sua preparação ou efervescência, que vinha desde 1908, existem falas que demonstram a desarticulação do partido. No discurso de abertura da convenção, faz-se um balancete da situação das eleições no país, cujo teor era o de que “[...] *la actividad de los partidos instantáneamente se há reducido a lo estrictamente indispensable para subsistir*” e, na continuação, coloca-se o verdadeiro motivo e o sentido de tal reunião: “*Si hoy nos congregamos en este sitio para designar candidatos al Congreso, es en acatamiento de un precepto de la Constitución Nacional. Formamos un país regido por instituciones republicanas [...]*”³⁷³

Em 1917, foi apresentado um plano para a política do país em vários itens. No documento original, até o item 12 é possível ler, sendo que os demais tornaram-se ilegíveis com a deteriorização do. Esses itens tratavam da soberania do país, do reconhecimento da inteligência e o patriotismo do povo paraguaio, da colonização do interior, da educação, “*la*

³⁷³ Discurso de Dr. Eládio Velazquez, delegado do diretório do Partido Liberal. Esse discurso faz parte de um conjunto de outros discursos, denominado *Conjunto de declaraciones propuestas por el Directorio del Partido*. (Assunção: Archivo del Liberalismo).

instrucción de los ciudadanos debe ser vigilada por el Estado y organizada de manera que tienda al desarrollo del carácter del individuo [...]” e muitas outras determinações, que o partido se dispunha a verificar e a operar sobre sua realização.

Em *Memoria de la Comisión Central del Partido Liberal*, há uma compilação da memória das convenções do partido, na qual podem-se encontrar os discursos de abertura de cada convenção e em toda ela podem-se ler observações como: “*leida en la Convención el 1º de junio de 1913*”, ou “*leida en 17 de setiembre de 1915*”.

Muitas outras convenções foram feitas, mesmo depois da guerra do Chaco. Além das convenções, o partido também realizou o que se chamava de comissões de legislação para fazer, rever, aplicar ou aprovar leis e decretos. Essas comissões eram realizadas quase todos os anos.³⁷⁴ Os congressos do partido eram normalmente um espaço usado para que cada membro fizesse suas exposições sobre política e outros temas correlacionados. Com longos discursos, segundo Velazquez, não colaboraram para a função a qual eram destinados.

Em 1935, o mesmo autor comenta que os senadores e deputados saíram da sala enquanto Eusebio Ayala fazia seu discurso. Como vencedor da guerra, falou de forma portentosa, diz o autor, sobre amenidades do futuro paraguaio. Discursava ele em tom altaneiro e com voz sempre forte, o que cansava a todos, com frases como “[...] *urge echar las bases de un orden economicamente productivo y de una convivencia socialmente justa, y en una nación de economía agropecuária y de población mayoritariamente rural, el primero de los problemas a resolver es el da la tierra. Hemos de recordar la ley de colonización de 1906 [...]*”.³⁷⁵ Segundo o autor, após ouvir as divagações e digressões de quem parecia querer reescrever a história do país, os participantes não suportaram e debandaram todos.

³⁷⁴ O último item deste capítulo apresenta um relatório dessas leis, decretos e de sua constância, o que torna desnecessária sua citação neste momento.

³⁷⁵ VELÁZQUEZ, *op. cit.*, p. 21.

2.5.4 Facções e divisões internas

A unidade do Partido Liberal foi considerada uma ameaça para o partido governista do final de século XIX, pois esse se tornava cada vez mais forte, conseguindo maior número de filiações e adeptos. Na presidência de Eguzquiza, foi colocado em prática um plano para dividir o partido: “[...] *y pone en práctica, con eficaz resultado, el procedimiento de las ‘componendas’ y de las combinaciones personales*”.³⁷⁶ Convidando elementos do Partido Liberal de forma individual para fazer parte do governo, os colorados conseguem seu intento, e assim os liberais se dividem em facções, devido não a posturas doutrinárias ou ideológicas, mas individualistas, por questões de temperamento, ou de aproveitar chances de participação no governo dadas pelos colorados.

Essas facções continuaram existindo mesmo depois de 1904 e digladiavam-se pela subida de seu grupo ao poder, ou, em outros momentos, faziam coligações para derrubar determinado candidato. Os radicais e os cívicos foram os mais expressivos e duradouros, ainda que adquirissem outros nomes, durante o governo do partido.

Os cívicos reuniram o maior número de liberais de seu diretório, entre os quais figuravam Fabio Queirolo, Benigno Ferreira, Antonio Taboada, Pedro P. Caballero, Amâncio Insaurralde, Adolfo R. Soler. O grupo radical reuniu-se ao redor de Cecílio Báez, Emiliano Gonzáles Navero, Emeterio González, Fernando A. Carreras.

A partir de 1902, porém, houve uma espécie de trégua, quando, mediante a reforma do estatuto do partido e a situação em que se encontrava a política do grupo colorado, conseguiu-se unir novamente o partido. O comentário da época, recolhido por Centurion, era o de que os

³⁷⁶ CENTURION, *op. cit.*, p. 18. (2)

membros do partido reuniam-se, secretamente, a todo o momento, não importando a que facção esse ou aquele elemento pertencia.³⁷⁷

Algumas vezes, facções do Partido Liberal coligaram-se com o Partido Colorado, para resolver a situação pendente que afetava a eles. Assim, para obrigar Albino Jara a renunciar à presidência, os radicais uniram-se aos colorados. Isso ocorreu em 1912, quando o caos tomava conta do país, o qual encontrava-se dividido em três governos: “*O legal en Asunción sostenido por los democráticos y los colorados, otro instalado por Gondra en Concepción, después de haber conseguido que la guarnición local se aliara a su causa, y uno establecido en Encarnación, por Jara, deseoso de recuperar las riendas del Estado*”.³⁷⁸

Além deles, outras facções ligadas ao nome dos políticos também existiram desde o início de sua atuação, perpassando o período em que se encontraram no governo, de forma a se re-agrupar, fundir-se e fazer conchavos. Com Manuel Gondra, passaram a existir os “gondristas”; com Antonio Taboada, saíram os “taboadistas”; com Schaerer, os “sheristas”, e assim por diante. A influência de um líder, ou figura carismática, acabou pesando mais nas decisões econômicas, sociais, e políticas do que as determinações do próprio partido, ou do Estado.

Até os gabinetes eram formados por integrantes das facções que adquiriam o poder, a ponto de se encontrar referências a esse ou aquele governo pelo nome do grupo que lá estava. Sinfioriano Caballero refere-se, em seu livro *Vida partidária*, ao período em que Jara esteve na presidência com o título “*el gobierno del jarismo*”, o qual fez surgir uma expressão, o “jarismo”, sinônimo de personalismo, autoritarismo, e despotismo.³⁷⁹ Em uma circular do Partido Liberal, afixada por acaso no discurso de posse de Emiliano Gonzalez Navero, a

³⁷⁷ “*El directorio liberal sesiona en secreto a toda hora. Sus miembros trabajan activamente en la sombra apoyados por los amigos y sin divisiones*” (CENTURION, *op. cit.*, p. 22. (2)).

³⁷⁸ CASABIANCA, Ange François. *Una guerra desconocida*. Assunção: [s. n.], [19–], p. 194.

³⁷⁹ CABALLERO, Sinfioriano E. *Vida Partidária*. Assunção: Imprenta Sudamericana, 1921, p. 58.

mostra de que as facções é que faziam o governo fica clara: “*En ocasión de hacerse cargo nuevamente el Partido Liberal Radical de los destinos de la República, la Comisión Central del mismo tuvo oportunidad de dirigirse a los habitantes del país a los correligionarios y compañeros de sacrificios e ideales [...]*”.³⁸⁰ Além do presidente, foi assinada por José del R. Ayala e Juan F. Pérez, secretários do partido.

Os radicais que, nos países da América Latina, se colocavam contra o liberalismo, no Paraguai eram uma exceção, pois defendiam a ideologia liberal, dizendo ser ela autêntica e propícia ao progresso do país. Carlos Pastore, que utilizava, como órgão de divulgação, “*El Pueblo*”, afirma que o início do governo do Partido Liberal se deu tendo à frente o grupo radical: “*Una nueva época habia comenzado con la dirección de los radicales en el gobierno del liberalismo paraguayo*”.³⁸¹ E continua, dizendo que

*[...] los radicales exaltan la figura de José de la Cruz Ayala, se declaran los sucesores de sus ideales y bajo la dirección de Manuel Gondra, se conectan con el movimiento radical mundial en la defensa de las ideas progresistas. En lo interno, el radicalismo es una aplicación del programa inicial del Partido frente al ala conservadora del mismo que transa con las relaciones coloniales internas vigentes en el país.*³⁸²

Após a saída de Juan B. Gaona, em 1905, a distância entre as facções dos cívicos e radicais se aprofundava, e a elas se agregavam outras facções, existentes antes da chegada ao poder. Assim, existiam os “alonianos”, ligados a José Cruz de Ayala, que tinham seu órgão de imprensa chamado “*Alón*”, dirigido por Carlos Garcia, Modesto Guggiari e outros jovens, entre eles Albino Jara, que compuseram com os radicais de Gondra.³⁸³

³⁸⁰ Partido Liberal - Circular - *A los correligionarios de la República*. Assunção: Archivo del Liberalismo.

³⁸¹ PASTORE, *op. cit.*, p. 119. (1)

³⁸² PASTORE, *op. cit.*, p. 119. (1)

³⁸³ Alón é o pseudônimo de José de la Cruz Ayala, que foi um escritor e político morto no exílio, como visto, que iniciou sua carreira como jornalista no jornal *El Heraldo*, em 6 de maio de 1884. Devido a seus posicionamentos, foi cultuado pela juventude, inspirou clubes políticos com seu nome, facções e título de periódico do Partido Liberal da ala radical.

Em 1908, com a entrada de Benigno Ferreira no governo e com sua tentativa de implantar inovações administrativas sem ter apoio popular, uma coalizão do grupo radical e cívico tramou sua saída do poder, o que ocorreu em 2 de julho.

Alonso Ibarra descreve desse modo o entorno das facções envolvidas nesse processo:

Ferreira, integrante del ejército aliado en la guerra grande,³⁸⁴ se desoló a la pátria, fue mal mirada su presencia en el gobierno, al extremo de acarrearle una situación tan impropicia que el 2 de julio los cañones decretaron su caída. El sangriento episodio terminó definitivamente la coalición cívico-radical, enseñoreándose de paso en todo el país la más profunda e interminable anarquía. Se hace cargo del gobierno el vicepresidente Emiliano Gonzalez Navero en medio de una situación caótica en la que solo era dable destacar las influencias totalitarias del Coronel Albino Jara, factor principal del terrible golpe militar del 2 de julio de 1908.³⁸⁵

A partir daí, tem-se mais uma facção, chamada de “jarismo”, que gravitaria na cena política por muito tempo; é ela que, em 17 de fevereiro de 1911, depôs Gondra e os gondristas do poder, enquanto (ele mesmo) seu líder, Albino Jara, assumiu a presidência do país. Os gondristas, também denominados radicais, prepararam outro golpe contra Jara, que resultou em uma batalha campal. Esses episódios aconteceram no centenário da independência do país, e por isso foram denominados “*anarquía en el centenario de la revolución*”.

Assim, as facções promoveram a indústria das revoluções que, segundo Ibarra, era “[...] *la mas productiva y al alcance de todos, habia sentado ya sus reales en el país, creando además el profesionalismo en el seno de nuestro expediente gubernamental*”.³⁸⁶

³⁸⁴ Nome dado à guerra da Tríplice Aliança

³⁸⁵ IBARRA, Alonso. *Revoluciones paraguayas en letras de molde (1870 a 1949)*. Assunção: Academia Paraguaya de Historia, 1949, p. 26-27.

³⁸⁶ IBARRA, *op. cit.*, p. 28. O prejuízo do país, tendo que financiar esses golpes, foi enorme, e alguns números podem ajudar a entender que esse desperdício, aliado ao pagamento de juros de dívidas externas do país, deixaram-no sem condições de viabilizar obras sociais e realizar muitos outros projetos que demandavam atenção do governo. O total calculado dos prejuízos das revoluções, no primeiro quarto do século XX, é o seguinte:

“Perjuicios de la revolución de 1914, reconocidos y pagados en títulos del 2% amortización y 6 % de interés	\$ c/1	80.297.080
Perjuicios de la revolución de 1911 y 1912, oro sellado pesos 394.119 y Pesos corso legal 11.296.054	\$ c/1	28.000.000

A morte de Jara, que pertenceu ao Partido Liberal, foi obra dos próprios liberais, quando esse caiu prisioneiro em Paraguari. Assim, pode-se pensar que o “jarismo” chegou ao fim, e com ele o saldo de contas atrasadas que os radicais do partido tinham pendentes com o temido chefe militar. Mas o grupo “jarista” continuou ativo e, juntamente com os cívicos, dá um golpe, em 1º de janeiro de 1915.

Às vésperas do início da guerra do Chaco, o Partido Liberal estava dividido em três facções: a que atuava no governo, a da oposição e uma terceira, chamada dissidente ou “modestista”, que continha elementos re-agrupados dos cívicos, radicais e jaristas. As tentativas de se chegar a um acordo entre as três foram infrutíferas por muito tempo. Só o início da guerra fez cessar as contendas.

Os liberais cívicos e os radicais foram denominados, respectivamente, por sua vez, em 1920, sob os efeitos da depressão e da exacerbação do problema agrário, em *sheristas* e *gondristas*.

Portanto, apesar de o país ter só dois partidos, as facções figuravam como partidos diferentes. Nas eleições de 1927, a contagem dos votos para os candidatos revela essa realidade. Na lista de senadores, tem-se os candidatos do Partido Liberal, do Colorado, os *sheristas* e os independentes, ou sem partido, e para deputado a situação se repete.³⁸⁷

<i>Intereses de consolidados al 6% anual hasta el</i>	
<i>31 de Diciembre de 1930.....</i>	<i>.....\$ c/l 149.534.964</i>
<i>Empréstito Banco de la Republica, 500.000 pesos oro sellado.....</i>	<i>.....\$ c/l 21.305.000</i>
<i>Empréstito Rodríguez en capital e intereses hasta la fecha.....</i>	<i>.....\$ c/l 92.561.703</i>
<i>Perjuicios de la Revolución de 1922 – 1923 por parte baja</i>	<i>.....\$ c/l 300.000.000</i>
<i>TOTAL</i>	<i>.....\$ c/l 681.698.747”</i>

(PERALTA, *op. cit.*, p. 54).

³⁸⁷ A lista está assim definida:

“ <i>Lista de senadores.....</i>	<i>liberales 54.000 vts.</i>
“ “	<i>colorados 25.000 vts.</i>
“ “	<i>sheristas 10.000 vts.</i>
“ “	<i>independientes 11.000 vts.”</i>

(STEFANICH, Juan. *La restauración historica del Paraguay*. Buenos Aires: El Mundo Nuevo, 1945, p. 43).

O historiador “colorado” Fleytas Gomes refere-se ao Partido Liberal como aquele que atrapalhava as eleições no Paraguai. Ele afirmava que as facções dentro do partido eram as responsáveis por todos os males do país. Assim se referia sobre o partido e as facções:

*Para hablar con exactitud, el llamado Partido Liberal no constituyo en realidad un partido político sino una facción que durante medio siglo ha sido el principal factor de la anarquía que destruyó al país y lo estancó en el atraso y en la pobreza. En vez de ser un elemento de orden, de progreso, de disciplina social y de educación cívica de las masas, no he hecho otra cosa que perturbar la tranquilidad interior con disputas sangrientas [...].*³⁸⁸

Esse tipo de fala é comum por parte dos membros do Partido Colorado e de seus adeptos, mesmo depois de passados 100 anos de história, pois esse autor, que é historiador, escreveu, em 1995, como alguém que participou do fato histórico, ao lado do Partido Colorado.

Encontra-se, por parte da maioria dos historiadores paraguaios, como já dito, esse tipo de escrita da história, que é realizada sem o mínimo de distância do tema, pois como se viu, as acusações feitas ao Partido Liberal poderiam ser estendidas ao Partido Colorado, o qual, antes e após a saída dos liberais, teve as mesmas atitudes.

2.5.5 Propaganda política – aliciamento e eleições

O discurso e as ações empreendidas pelos membros do Partido Liberal, com o objetivo de se fazer notar na cena política e conseguir adeptos, pode ser verificado pelas publicações que fazia como partido, por cada uma de suas facções, e pelos projetos referentes às questões sociais dos trabalhadores. Apesar de ser acusado de centrar sua energia em se contrapor ao grupo que estava no poder, conseguiu, com seu discurso e atuação, a confiança da classe dos

³⁸⁸ FLEYTAS, Gomes. *Lo que hizo el Partido Liberal en el gobierno*. Assunção: El Enano, 1995, p. 32.

camponeses expropriados pelo processo da venda de terras, e a dos trabalhadores. Seu objetivo era o de aliciar futuros adeptos e até conseguir novos membros.

Portanto, a posição contrária à venda de terras pelo Partido Liberal influenciou na afirmação do partido no meio rural, trazendo-lhe o apoio dos camponeses, pressionados pela crescente expansão do nascente latifúndio. Como os que compunham o grupo liberal, por ocasião da criação dessas leis, não faziam parte do governo, foram contrários a ela.

Podem ser destacados alguns movimentos levados a efeito pelo grupo do Partido Liberal em favor dos trabalhadores, que seriam propícios a adquirir a confiança desse setor da sociedade. Em 1897, Cecílio Báez propôs fundar a “*Asociación General de Trabajadores del Paraguay*”, mas não teve êxito. Em 1901, os liberais estiveram à frente de movimentos para fundar a “*Sociedad Cosmopolita de Mozos*” e “*La Asociación de SS.MM. de Carpinteros*”, esta última destinada a liderar o movimento de artesãos e trabalhadores, mas reivindicada pelos anarquistas, de modo que o Partido Liberal se opôs às suas reivindicações, devido à ideologia assumida.³⁸⁹

Antes de 1904, aconteceu mais uma tentativa de unificar os sindicatos do país, tendo à frente membros do Partido Liberal, a qual, com a revolução de 1904, foi esquecida: “*Como tal, y al producirse la revuelta de 1904, quedo relegada al olvido y desapareció, podríamos decir, no-nato*”. E o mesmo autor continua:

Es que no estaba ya en el ánimo del movimiento obrero, ni el respaldo político, ni la mera unidad mutualista y filantrópica, que así pasaba a la historia con su cartel de “misión cumplida”, como hoy podríamos decir de las teorías pulidas al crisol, de Marx y el marxismo-leninismo, como fuente

³⁸⁹ Cecílio Báez também tentou, em 1897, realizar uma união de todos os sindicatos do país, mas sem sucesso. “[...] *la fuerte impresión política que le habria dado su fundador, no satisfizo el ansia de una acción realista y urgente a que aspiraban los trabajadores. Así se presenta la nueva organización, sin nada de particular, con la misma orientación mutualista y colaboracionista de la anterior Sociedad Cosmopolita, lo que le dio precaria vida y total intrascendencia*”. (DUARTE, Ciriaco. *El sindicalismo libre en el Paraguay*, Assunção: Editor Rafael Peroni, [19–], p. 75).

*insustituible para la liberación del hombre de la opresión del Estado y la explotación capitalista.*³⁹⁰

Por isso, os discursos conclamavam à coragem do povo paraguaio, como o discurso de Antonio Taboada, em 1887, que previa sacrifícios, no futuro, para os que haviam iniciado o caminho para o estabelecimento da democracia. Para ele, não havia força capaz de deter o povo paraguaio, quando este se empenhava pelo bem nacional, o que o deixava certo do triunfo.³⁹¹

A imprensa, que havia sido ativada com a liberdade de expressão prevista pela constituição, seria o veículo de propaganda e divulgação das idéias dos dois partidos, mas a maioria dos jornais findaram suas publicações no mesmo ano em que surgiam.

Entre esses periódicos de vida efêmera, a cargo dos ex-exilados, destacam-se o “*El Paraguay*”, “*El Pueblo*”, “*La Opinión*”, “*El Derecho*”, “*La Situación*” e “*La Ley*”.³⁹² Nos anos seguintes, muitos desses jornais que terminaram suas publicações tiveram seus redatores empenhados em fundar outros, como “*La república*”, “*El Progreso*”, “*El Fênix*”, “*El Amigo del Pueblo*”, “*La Nación Paraguaya*”, “*La Patria*”, “*Los Debates*”, “*El Comercio*”, “*El Imparcial*”, “*El Porvenir*” e o mais importante de todos da primeira década constitucional foi “*La Reforma*”, cujos diretores eram antigos legionários, como José Segundo Decoud, Angel Peña e Benjamin Aceval. Em 1881, apareceram o “*La Democracia*” e o “*El Pueblo*”.³⁹³

³⁹⁰ DUARTE, *op. cit.*, p. 76.

³⁹¹ Exposição de don Antonio Taboada ante a Assembléa popular de 10 de julho de 1887, Assunção: Archivo del Liberalismo.

³⁹² CARDOZO, Efraim, *op. cit.*, p. 296.

³⁹³ Apesar do fato de que esses jornais tiveram vida efêmera, e todos eles tecerem comentários tendenciosos, assim mesmo abriram espaço para outras atividades, resultando em publicações de todo gênero, que incluíram revistas científicas, livros e sua posterior divulgação, contribuindo, de um modo ou de outro, para certa politização das classes que não faziam parte do seletivo grupo do poder. A reunião de intelectuais para, através da imprensa, criticar o governo, fez com que estabelecessem determinadas relações que desencadearam vários processos de mudança, nos quais se pode incluir até a fundação dos clubes políticos. Eles inseriram-se na estrutura ideológica da organização da classe dirigente, pois o material de divulgação da imprensa pertencente aos dois grupos políticos antagonísticos desencadearam uma corrente de informações que tiveram peso na fundação do Partido Liberal (CARDOZO, Efraim, *op. cit.*, p. 296).

Com relação ao posicionamento dos periódicos que tiveram duração mais longa, tem-se os jornais “*El Pueblo*”, “*La democracia*” e o “*El Imparcial*”, que pertenciam ao grupo dos liberais. Mais tarde, estes fundaram também o “*El Independiente*”. O “*El Imparcial*” passou depois para o Partido Colorado. Os jornais do grupo que se encontrava no governo eram os órgãos “*La nación*” e “*El Paraguayo*”.³⁹⁴

Os periódicos liberais traziam publicações de autores que escreviam suas obras destinando-as aos membros do partido, divulgando uma leitura política própria dos problemas do país, para, com isso, atingir a todos, no sentido de conseguir adeptos.³⁹⁵

Alguns artigos sobre alguns pleitos revelam que não havia, da parte de um ou outro partido, a divulgação maciça de idéias; estes fixavam-se em ataques frontais. No periódico *La Nación*, encontram-se veementes condenações aos membros do Partido Liberal, por ocasião das eleições em Villa Rica no domingo 12 de junho de 1887, acusando os liberais de desleais e de atentar contra a integridade do general Bernardino Caballero, e afirmando que o Partido Nacional representava a ordem.³⁹⁶

³⁹⁴ O periódico “*La Democracia*” foi fundado em 1881 e O “*El Imparcial*” em 1886; este último foi órgão oficial do partido Liberal até setembro de 1887, e o “*El Independiente*” circulou em 1887 (CHAVES, *op. cit.* (1)).

³⁹⁵ A divulgação de idéias através dos jornais é qualificada, por Gramsci, como parte da estrutura ideológica da classe dirigente, entendendo-se, por esse termo, a organização material destinada a manter e desenvolver a frente teórica. Após referir-se à magistratura, ao exército, à igreja, como encarregadas de difusão da ideologia, citando também a organização escolar, refere-se à imprensa e à edição como aquelas que desempenham um papel essencial na estruturação ideológica. Passa a considerá-las como as organizações mais dinâmicas da sociedade civil. Por isso, ele insiste em que “[...] a imprensa e a edição, assim como a organização escolar, assumem papel essencial, pois são as únicas a abranger totalmente o domínio da ideologia (livros e revistas científicas, políticas literárias [...]) e seus degraus (livros e diários para a elite, para vulgarização popular[...])” (PORTELLI, *op. cit.*, p. 27-28. (2)).

³⁹⁶ “*Los acontecimientos recientes que tuvieron lugar en Villa Rica en 12 de junio motivados por elección de un diputado, prueban la deslealtad con que procederán los hombres del llamado Partido Liberal. Antes mismo de las fracasadas elecciones de febrero los directores del círculo o partido que está se intitulado liberal, tentaron de todo contra el general Caballero y sus amigos, haciendo mistificaciones sobre sus buenas y pacíficas intenciones. El partido nacional es el partido del orden y de la verdadera libertad. Los que se intitulan liberales, sin lo ser, son responsables por la sangre derramado en Villa Rica. Engañan el gobierno fingiendo que todo esta tranquilo, cuando estaban armados y preparados para perpetrar un atentado como hicieran, impediendo que el gobierno mandase una fuerza respetable suficiente para garantir con su presencia el orden*” (*La Nación*, 15 de junho de 1887, Ano I, n. 113, p. 1).

O jornal opositor, *La Democracia*, publicava artigos dando sua versão do que ocorrera em Villa Rica, acusando o partido do governo de praticar a violência armada contra a população.³⁹⁷

No dia seguinte, o jornal oficial *La Nación* criticava os liberais, zombava mesmo deles, escrevendo que não tinham a menor chance contra o partido oficial e que o modo como empreendiam seus ataques era completamente inútil, que todos percebiam sua fragilidade, e por isso neles não confiavam.³⁹⁸

No mesmo dia, o *La Democracia* comenta a manipulação do candidato oficial para com a mesa, o que lhe deu os votos necessários. O candidato do Partido Liberal era Taboada, e o do partido oficial, Gorostiaga. Taboada tinha mais eleitores e Gorostiaga tinha número inexpressivo, então começaram os incidentes para, segundo o jornal, incriminar os liberais e minar suas bases.³⁹⁹

Acompanhando-se as notícias dos dias seguintes, o tema vai ser sempre o mesmo, um partido acusando o outro, em seus respectivos jornais.⁴⁰⁰

³⁹⁷ “*Poco después sale el señor Gómez para el centro de la Plaza y asevera que se preciso fose abriría fuego contra los liberales y alinea sus soldados frente a nosotros con sus armas listas y con ordenen de lanzar fuego en nosotros al menor movimiento que hiciésemos. De pronto viene el juez y habla que la mesa esta instalada de modo a quedar de un otro haz de la iglesia en lo cual no teníamos acceso, y con machete y revólveres nos cercaban aterrorizando a todos con amenazas de muerte [...] Con esta orden a que su jefe les dio, a nuestros adversarios creemos más conveniente abandonar el atrio de la iglesia, motivo por lo cual los liberales no dieron ni siquiera un voto*” (*La Democracia*, 15 de junho de 1887, Ano VII, n. 1.786, p. 1).

³⁹⁸ “*En su despecho no conseguían comprender que su derrota es una consecuencia natural de que su liberalismo es de pura conveniencia y aparato; sin que haga en él el altura del verdadero patriotismo. Ellos son incitadores de la resulta, los provocadores de la desorden, arremetan la piedra escondiendo las manos*” (*La Nación*, 16 de junho de 1.887. Ano I, n. 114, p. 1).

³⁹⁹ “*Un de los hermanos de Gorostiaga toco su apito a la policía y empezaran los gorostiaguistas hacer fugo contra los taboadistas, con la guarda da jefatura haciendo repetidas descargas de fusiles. Como era de sopor, los taboadistas contra-atacaran y lo resultado fueran personas heridas de un y otro lado. [...] el propio candidato Gorostiaga hirió de bala o taboadista Según Bordón*” (*La Democracia*, 16 de junho de 1887, Ano VII, n. 1.787, p. 1).

⁴⁰⁰ Os “periodistas” participantes do Partido Liberal mais destacados nesse período, além de seus próprios políticos, foram José Zacarias Caminos, Ignacio Ibarra, Victor Soler, Juan Antonio Jara, Manuel Fernando Mora, Adolfo R. Soler, Pedro Bobadilla, Liberato Marcial Rojas, Salvador Echanique, Manuel Ávila, Jesús Maria Carrillo, Ezequiel Gimenez, Juan P. Filisbert, Avelino Gaona, Sebastian Ibarra Legal. Foram citados em uma homenagem feita pelo partido na Convenção de 1º de julho de 1913. Os discursos dessa convenção foram

Por essa atitude, os partidos tradicionais foram acusados de dominar totalmente a cena política e impedir a formação de outros, sendo que a sociedade parecia não ver a necessidade de se constituírem outras agremiações, com o fim de desbancar o que estava posto, mas, muito pelo contrário, apostava nos dois partidos, e em suas facções, porém não considerava suas causas como um fato político.⁴⁰¹

Muito se comenta a respeito do bipartidarismo e das características dos dois partidos como sendo uma e mesma coisa, sobrando para o Partido Liberal a pecha de partido dividido, com muitos dissidentes, o que, mais tarde, vai levá-lo a verdadeiras guerras intestinas, que minarão suas bases. Praticamente, não havia direita e esquerda no país, havia somente um partido, que fazia oposição ao que se encontrava no poder.

Apesar de terem existido movimentos de reivindicação por parte dos grêmios e sindicatos de trabalhadores, havia uma forma de pensar o fato social dissociado do político, por muitos grupos que se diziam apolíticos. Nesses movimentos, os quais, na maioria das vezes, tinham os mesmos propósitos dos movimentos grevistas, não se estabelecia uma dialética que perpassasse as relações entre sociedade e Estado, mas a exclusão de um campo pelo outro. Não se imbricavam, nem muito menos se relacionavam; pensavam-se sempre em separado, conseguindo suas vantagens e concretizando cada qual seu desejo, sem que isso se inserisse no todo da vida política e social.⁴⁰²

publicados em 1914, pela Editora Talleres de Zamphirópolis Y Cia., de Assunção, com o título *Partido Liberal, Memórias y documentos* (1911-1913).

⁴⁰¹ “Hay que se reconocer que ese país mantendrá por muy tiempo su bipartidismo aun si admitimos que en la democracia los partidos de fuerte respaldo tienen a se fortalecer más que se debilitar. Colorados y Liberales tienen en común mucho más que se supone, de malo y de bien, incluyendo su necesidad de modernización y el adecuación de sus programas partidarios, en la practica, a los protestos no solo de campesinos como también de estudiantes, trabajadores empleados y otros [...] Colorados y liberales podrían empezar a hacer una severa autocrítica como punto de unión. Concordaran que el estilo personalista le distancio por fines patrióticos y constructivos. Culpa igual tendrá el industrial o el estanciero liberal que durante tanto tiempo dificulto con su lucro y indiferencia a la ascensión de las clases más desfavorecidas.” (*El Paraguayo*, ano IV, n. 1054, 11/09/1889, p. 1).

⁴⁰² “Un de los primeros actos de auto afirmación política de los trabajadores fuera boicotear la compra y venda de votos, practica de obtención fraudulenta del poder que los trabajadores repudiaban con buenas razones.

2.6 CHEGADA AO PODER – A REVOLUÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

A situação que levou o Partido Liberal ao poder constituiu-se de uma série de erros do Partido Colorado, que vinham ocorrendo desde a década de 1870. Os colorados contavam com a influência brasileira, a qual subsidiou a oligarquia dominante durante os governos daquele partido, os quais se reportavam ao Brasil para tudo, como os liberais em relação à Argentina.

Assim, desde o ano de 1900, as companhias estrangeiras dominavam os setores mais importantes da economia paraguaia e controlavam as plantações de erva-mate dos melhores campos, além disso, monopolizava a exportação do tanino e do quebracho.

Essa situação gerou crises agudas no país, que se via acuado, com seus problemas econômicos e sociais, por falta de perceber o devido aos impostos dessas firmas, pois havia muita sonegação, além do favoritismo para com algumas empresas estrangeiras. Na década de 1890, o Partido Colorado, para acabar com as constantes crises econômicas do país, além da alienação das terras estatais, resolveu taxar mais o comércio, e com isso afetou os interesses de grupos estrangeiros, provocando a formação de uma ampla frente de oposição. Edita-se, nesse momento de crise, o “plano Moreno”, de estilo estatal e intervencionista, que desagradou às classes que compunham, principalmente, o Partido Liberal.⁴⁰³

Era presidente, em 1902, Juan Antonio Ecurra, que tinha pouca preparação e, portanto, foi incapaz de entender os riscos e os problemas da política paraguaia. Respalado

Las organizaciones operarias del inicio del siglo se declaran explícitamente apolíticas. Estaban contra los partidos políticos y de esa manera de expresaban: Esta federación, puramente económica es distinta y opuesta a todos los partidos políticos burgueses y operarios, puesto que de este modo, como ellos se organizan para la conquista de lo poder político, nosotros nos organizamos para defender nuestros derechos y para que establezca la federación de libres asociaciones de productores libres” (ARDITI; RODRIGUEZ, op. cit., p. 41).

⁴⁰³ O plano econômico elaborado por Fulgencio R. Moreno decretava um maior controle sobre as exportações de couro, novos impostos em ouro sobre as exportações e um controle mais intenso (estatal) sobre o câmbio, que, além de não convencer nenhum exportador, ainda dava vantagens a outros países de forma declarada.

pelos brasileiros, conseguiu algumas melhoras econômicas, em meio a uma grande recessão. Porém, dentro e fora do Paraguai, a oposição estava se organizando para depor a liderança colorada. Com os colorados em desordem devido à falta da ajuda brasileira, pois a política do Brasil agora República não era intervencionista como a do Império, o Partido Liberal armou toda uma série de situações e, através da imprensa, ainda que proibida, divulgou seu ideário e conclamou a todos para o golpe, congregando setores descontentes com aquele governo. Assim, desfechou um golpe de Estado, chamado de “Revolução de 1904”, definido pelo *Pacto de Pilcomayo*.⁴⁰⁴

Escurre e seus ministros de guerra não tentaram reagir à revolução de 1904, porque não sabiam até onde ia a lealdade da Guarda Nacional e seus comandos, pois muitos deles não mais apostavam no governo colorado, que já se encontrava sem coesão, sem apoio popular e com antagonismos internos evidentes.

Em uma obra intitulada *Asi como por la honra*, coletânea de trechos de jornais, de Juan Manuel Marcos (compilador), cujo conteúdo é o conjunto de textos que versam sobre a liberdade no Paraguai, de um longo período, que vai de 1552 até 1988, em que os autores de vários artigos são desconhecidos, traz o seguinte sobre a necessidade de mudar o partido no poder:

Al desgaste evidente del cada vez más pequeño sector del Partido Colorado que apoya el gobierno, y al cada vez mayor aislamiento internacional de

⁴⁰⁴ Esse pacto representou a vitória da burguesia e das oligarquias paraguaias e a reação a ele e a conseqüente entrada do Partido Liberal ao poder por grande parte da população e pelos formadores de opinião foi, em geral negativa, e trechos como o que segue podem ser encontrados em jornais da época e em muitos outros livros de história: “*La Revolución de 1904 fue también un crimen, fue la causa que produjo su efecto en el día 2 de Julio de 1908, cuando el partido sometió el pueblo a su tiranía*” (Mateo Morinigo, *Los Partidos políticos y la paz Social*. Assunção, Talleres Gráficos El Arte, 1926, p. 30). Peña Villamil afirma: “*La revolución de 1904 no fue hecha contra Escurre – hombre pacífico, educado, iletrado, pero ni corrupto ni sátrapa – sino contra el sistema ‘caballerista’, dueño de Escurre. Si no le fisesela los liberales de Ferreira, Soler y Tabeada, junto con los radicales de Gondra, Riquelme y Jara la habían hecholos ‘eguzquizistas’, separado en absoluto del ‘caballerismo’. Al Partido Colorado le ocurrió en 1904 que todo partido político ultrapasado en los cuales lo líderes no quieren entender que es preciso dar lugar para que as personas posan manifestar nuevas ideas, son como viejos artistas que creen siempre como divos y que solo ellos y no los otros es quien saben cantar*” (VILLAMIL, *op. cit.*, p. 51).

*éste, se suma el consenso generalizado de todos los sectores honestos de nuestra ciudadanía (en especial de la juventud que abarca el 60 por ciento de la población) sobre la necesidad imperiosa de un cambio hacia un sistema democrático. La extrema corrupción de la administración pública, la falta de elementales libertades, la irritante parcialidad política que se fue agudizando en las últimas décadas, están impulsando la toma de conciencia colectiva sobre la necesidad de llegar a un cambio en el gobierno, que posibilite una salida pacífica hacia una etapa de transición democrática, con participación de toda la ciudadanía honesta.*⁴⁰⁵

A descrição mostra o desgaste do partido prestes a ser derrocado. Assim, o Paraguai, a partir desse momento, retornou à órbita do governo argentino, não tanto politicamente, mas pelas grandes empresas argentinas, que se tornaram cruciais para o desenvolvimento da economia e estabilidade do país.⁴⁰⁶ Os brasileiros, por sua vez, preocupados com um possível interesse da Argentina na anexação do Paraguai, tentaram intervir, mas já sem êxito, pois o relacionamento entre os dois países não deixava margem à intromissão de outro no sentido de gerir a economia e tudo o mais.⁴⁰⁷

O grupo que levou a efeito essa mudança de governo foi chamado de “geração de 1904”, e era composto, além dos membros mais antigos do partido, também de pessoas muito jovens, nascidas entre 1875 e 1885, e que haviam participado das contendas das épocas das eleições, os ministros mais jovens do presidente Ecurra, os primeiros médicos formados pela Universidade Nacional e os militares formados no Chile, assim como os militares formados

⁴⁰⁵ *Así como por la honra*. Selección de textos sobre la libertad. Compilación de Juan Manuel Marcos. Assunção: Archivo del Liberalismo.

⁴⁰⁶ “*Se dice que en secreto, con mayor sigilo, que desde 1903 venia preparándose el posterior estallido revolucionario del año próximo. Aún sea raro suponer que tales dolos, cumplido a las claras y hasta con evidente complacencia oficial de Argentina, pudieran ser ignorados en su totalidad. En esta época se había organizado un comité integrado por un cívico, dos radicales y tres eguzquistas, los últimos como colaboradores principales. También se formo otro grupo bajo la batuta de un militar que fue encargado de la compra de armas y utensilios de guerra. El ‘ñandutí’ dedicado a unificar las acciones fue tejido por el diputado Adolfo Soler. El decreto de estado de sitio (8 de agosto de 1904), la aceptación de la renuncia de lo vicepresidente Manuel Dominguez, después de su retumbante protesto al gobierno constituido y su adhesión a la revolución, no lograran aclamar ni resolver la cuestión. Así el Pacto de Pilcomayo es firmado en 19 de diciembre de 1904, a bordo de la cañonera ‘El Plata’ entre el gobierno y los representantes de la rebelión, con la garantía de los diplomáticos argentinos y brasileños*” (PESOA, Amaral. *Fundadores del Partido Liberal*. Assunção: [s. n.], [19–], p. 95).

⁴⁰⁷ “O coronel Ecurra assume a presidência em novembro de 1902. Pouco antes, em junho do mesmo ano, o general Eguzquiza falece e então os eguzquistas colorados vão ajudar na Revolução de 1904, ao lado dos liberais” (JAEGGLI, *op. cit.*, p. 51).

no país por essa época. Esses militares e aqueles formados no Chile logo foram incorporados a uma política de profissionalização do exército, que se pretendia institucional e, ao mesmo tempo, apartidária.

Logo da entrada do Partido Liberal ao poder, foi redigido um manifesto à população tratando da necessidade da energia usada para se chegar àquele resultado; entre outras coisas, a parte central desse manifesto refere-se justamente à queda do Partido Colorado, justificando que esse não representava mais os anseios da população, nem muito menos das novas exigências da classe política, agora de tendência liberal.

Logo depois, pode-se ler que “[...] a revolução não é mais que o representante armado do povo paraguaio” (*El manifesto de la revolución*, 1904), e que a obra era nacional por representar a luta de todos pelo bem da liberdade do povo oprimido, despolitizado e explorado. Faz menção às oligarquias como algo que deve ser banido da sociedade. E o setor rural, desta vez, desligando-se do mito da terra fácil do lopismo, acostumado que estava a outra realidade, mais dura e de trabalho quase servil, apoiou o Partido Liberal, ao lado da população urbana.

Em outro trecho, digno de menção, trata da violência, e o manifesto explica a necessidade dela:

*La revolución lamenta la violencia, pero la juzgo necesaria en algunos momentos. Ofrece la mas absoluta garantía a los que seden a la reivindicación de los derechos populares y promete severa lección a los que pretenden oponerse de sus impulsos, porque tiene fuerza suficiente para amparar unos y combatir por los otros hasta tener asegurado completamente el restablecimiento de las instituciones, el respecto a la persona y a la propiedad de todos los habitantes.*⁴⁰⁸

O primeiro presidente liberal foi Juan Bautista Gaona, que governou até 1905. A seguir, estiveram no poder Cecílio Báez (1905-1906), Benigno Ferreira (1906-1908),

⁴⁰⁸ *El manifesto de la revolución*, 1904. Assunção: Archivo del Liberalismo.

Emiliano Gonzalez Navero (1908-1910) e Manuel Gondra (1910-1911). Mas foi sob a presidência de Eduardo Schaerer (1912-1916) que o país começou a lucrar com as inversões estrangeiras, dentro de um esquema mais racional, obtendo um crescimento razoável e um certo nível de crescimento econômico.

O processo de desnacionalização do país desacelerou-se após 1904, e ainda que as terras fiscais continuassem a ser vendidas, até 1911, não eram na mesma quantidade; mesmo assim, as críticas veiculadas ao Partido Liberal, pelos meios de comunicação do Partido Colorado, agora na oposição, baseavam-se em três aspectos e acusações. Acusavam-no de “*vasallaje espiritual a lo extranjero*” de desprezar a pátria e seus símbolos, “*desprecio por lo autóctono*” e de serem eles “*instrumentos serviles del capitalismo foráneo*”.⁴⁰⁹ Assim, pelo exposto até agora, é possível endereçar críticas ao partido Colorado, que teve o mérito de incentivar toda essa situação.

⁴⁰⁹ *La Patria*, 25 de Janeiro de 1905.

CAPÍTULO 3

POLÍTICA E SOCIEDADE – O PARTIDO LIBERAL NO PODER

La cuestión llamada social es bastante manoseada, sobre todo entre los políticos. El espíritu con que se aborda el problema no es siempre el más desinteresado, ni el más imparcial. Así es como en vez de esclarecer al asunto y hacer viable una solución, se lo utilice más bien como arma de combate, como medio de excitar pasiones pasiones, con miras que nada tienen que ver con el mejoramiento de las clases trabajadoras.
Eusebio Ayala

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O capítulo anterior apresentou a organização do Partido Liberal paraguaio em seus vários aspectos, além de dar um tratamento privilegiado à conjuntura imediata de sua fundação, a qual, para ficar mais concreta, incluiu questões da história pregressa do país. Mostrou-se sua inserção nas disputas eleitorais, os problemas que enfrentou para chegar ao poder, e o modo como chegou a ele.

Neste terceiro capítulo, ver-se-á como o Partido Liberal, no poder, articulou o Estado e a sociedade paraguaias, verificando-se suas posições a respeito das relações entre Estado e economia, política social, e religião; nele, serão analisadas, ainda, a realidade da questão social trabalhadora e a situação da economia. As idéias e as atitudes do partido serão trabalhadas de forma a associar discurso e prática política. Desse modo, procurar-se-á responder às perguntas formuladas na introdução deste trabalho, sobre que interesses de classe o Partido Liberal representou no Paraguai, sobre sua posição frente aos problemas sociais dos trabalhadores, sobre a democracia da qual dizia ser o arauto e, assim, compreender seu significado no cenário histórico-político do país.

As fontes de pesquisa para a elaboração deste capítulo foram, principalmente, as mensagens presidenciais. Nelas, encontram-se, de forma peremptória, o discurso dos presidentes, pois foram lidas no congresso no início de cada ano político, com o objetivo de relatar o que fora realizado durante sua administração no ano anterior, quando já no poder, de tecer críticas às administrações anteriores, quando a mensagem era proferida pela primeira vez, e de propor novos projetos. Por isso, trazem os elementos necessários para a presente análise, pois revelam a política de cada um.

3.2 CONCEITUAÇÃO DE ESTADO

Como forma de se conhecer as intenções dos presidentes ao conduzir sua política, procurou-se examinar o conceito de Estado contido nas mensagens presidenciais. A partir desse conceito, será possível compreender melhor as medidas que o partido tomou frente às crises e problemas. O presente item será subdividido em três partes, com o objetivo de se identificar categorias que são fundamentais para a compreensão do fato político de um país.

Na primeira parte, ao se verificar o modo como os presidentes ligados ao partido pensavam a economia do país, aborda-se uma questão decisiva para um governo de tendência liberal, referente à intervenção ou não do Estado na economia.

Embora os presidentes discordassem entre si, essa divergência de opiniões não é aparente, precisando ser verificada com cuidado para se chegar à verdadeira intenção de cada um, existindo uma discrepância entre discurso e prática de governo. Assim, pode-se encontrar, em uma mesma mensagem, um presidente criticando o liberalismo como individualista e, em seguida, fazendo verdadeira apologia à propriedade privada, determinando mecanismos para sua proteção.

Na segunda parte, tratar-se-á de Estado e bem-estar da população, questão bastante discutida por todos os adeptos do Estado liberal. Para se encaminhar a compreensão das mensagens analisadas, buscou-se a colaboração de teóricos liberais do século XIX. Nesse item, procurar-se-á demonstrar como os discursos, de uma forma ou de outra, apelando ou não para os direitos e deveres do cidadão, propõem que o Estado promova o bem-estar da sociedade.

Na terceira parte, abordou-se a relação existente entre a Igreja e o Estado, revelando como o poder da Igreja imiscuí-se no poder do Estado, em uma parceria única de ajuda mútua.

3.2.1 Estado e economia

Ao se tratar do conceito de Estado proposto pelos presidentes liberais, observa-se que a idéia mais comum e típica da ideologia liberal – de que o Estado deve ter seu poder limitado e de que não deve interferir nos assuntos econômicos –, foi apropriada por eles, que a adaptaram à conjuntura existente à época, em seu governo. Suas mensagens demonstram que houve aproximações e recuos em relação a esse referencial da ideologia liberal.⁴¹⁰ O que se encontra, nas mensagens dos presidentes, é uma idéia geral, que trata dos limites do Estado de uma forma bastante conservadora.

Norberto Bobbio adverte que, sobre essa questão, deve-se verificar dois aspectos, que nem sempre são bem distinguidos, que são os limites dos poderes e os limites das funções do Estado. Ele salienta que o Estado liberal compreende os dois, embora estes possam ser

⁴¹⁰ Para Croce, isso se deve ao fato de que “[...] o liberalismo não é o que existe na mente de um filósofo ou pensador, mas sim uma ideologia que se corrompe e se repensa a partir do movimento concreto, que busca conquistar forças que expressem sua função, caso contrário não passaria de uma abstração” (CROCE, 1962, op. cit, p. 259).

separados, um excluindo o outro. “O liberalismo é a doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. A noção corrente que serve para representar o primeiro é o Estado de direito; a noção corrente para representar o segundo é o Estado mínimo”.⁴¹¹ Será a partir dessas duas premissas que se analisará a posição dos presidentes do Partido Liberal.

Benigno Ferreira, na mensagem de 1908, manifesta a opinião de que o Estado só deverá ser acionado quando a economia não conseguir caminhar por si própria, necessitando da injeção de recursos financeiros para que os negócios não sejam paralisados. O mercado, segundo ele, deve gerir sua administração do modo como lhe aprouver, e resolver os seus problemas. A colaboração do Estado deverá se dar só no sentido de zelar pela tranqüilidade política, mas sua intervenção na economia deve ser algo desnecessário.⁴¹²

A mensagem do presidente mostra uma relação com o pensamento dos teóricos liberais do século XIX. Fazendo uma análise desse referencial, Rémond afirmou que, se cabe um papel ao Estado dentro do liberalismo, suas funções devem ser circunscritas ao interesse da sociedade.⁴¹³

⁴¹¹ O autor continua, dizendo que “[...] embora o liberalismo conceba o Estado tanto como Estado de direito quanto como Estado mínimo, pode ocorrer um Estado de direito que não seja mínimo (por exemplo, o Estado social contemporâneo) e pode-se também conceber um Estado mínimo que não seja Estado de direito (tal como, com respeito à esfera econômica, o Leviatã hobbesiano, que é ao mesmo tempo absoluto no mais pleno sentido da palavra e liberal em economia)” (BOBBIO, *op. cit.*, p. 17 (2)).

⁴¹² “*Y digo innecesaria, porque el poder ejecutivo entendió y entiende que no debe luchar con medios artificiales para mantener un Estado omnipresente y anormal en la economía, creado en gran parte por abuso de impuestos e por la inflación de valores. La estabilidad y el desarrollo de nuestra economía exigen que el crédito sea saneado, y que las cosas vuelvan a tener su valor debido. La economía del país solo reclama del Estado, orden y trabajo, para que la producción nacional reestablezca el equilibrio de nuestro intercambio comercial que se rompió*”. (FERREIRA, 1908, MP (Mensagens Presidenciais), p. 31).

⁴¹³ “Cabe um papel ao Estado. Mas ele deve ter funções claramente circunscritas: O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decisões e para essa obrigação não haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares e de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade. Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres: três deveres, por certo, de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos

Cecílio Báez, mesmo se dizendo liberal, tinha opinião diferente. É possível ver, em sua fala, que ele se coloca dentro da perspectiva do contrato social, quando afirma ser “[...] *el Estado el tejido orgánico de la vida colectiva, debe estar a servicio del hombre libre, y debe intervenir en la vida social y económica de la nación para evitar el abuso del interés privado, y promover el bien estar general, pero sin infringir injusticia a los particulares*”.⁴¹⁴

Observa Báez que a intervenção do Estado será necessária quando os interesses da coletividade forem ameaçados. Ressalta, por isso, que uma das funções clássicas do Estado, dentro de uma economia liberal, é aquela referente à moeda, sua convertibilidade e respaldo metálico, e o sistema de fixação de seu valor relativo. Nesse contexto, estão incluídas as questões de política de endividamento externo e interno, a política dos juros e dos impostos.⁴¹⁵ Não toca na questão da interferência do Estado quanto ao que deve ser produzido, mas, mesmo assim, afirma que “[...] *el Estado laissez-faire no debe ser colocado como posibilidad practica en países que inician su desarrollo. Es necesario que el Estado, primeramente, y con los poderosos medios que dispone venga a aplanar el camino disminuyendo la distancia entre las clases y a hacer más fácil la evolución del país*”.⁴¹⁶

poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade” (RÉMOND, *op. cit.*, p. 33. (1)).

⁴¹⁴ BÁEZ, 1906, MP, p. 14.

⁴¹⁵ BÁEZ, 1906, MP, p. 15.

⁴¹⁶ BÁEZ, 1906, MP, p. 17. Weber também defendia a idéia de que o Estado “*laissez-faire*” oferecia uma resposta inadequada às divisões de classe. Acreditava que a economia moderna capitalista distingue-se de outros sistemas econômicos por ser “[...] racionalizada à base de um cálculo rigoroso, dirigido com previsão e cautela à busca do sucesso econômico, que contrasta agudamente com a existência precária do camponês, do tradicionalismo privilegiado da associação de operários especializados, e do capitalismo dos aventureiros, que visam a exploração das oportunidades políticas e a especulação irracional” (WEBER, 1980, *op. cit.*, p. 191). Para Marx, o Estado *laissez-faire* era a “[...] submissão organizada das massas às exigências do lucro, legalizadas por aquele poder coercitivo que sempre se relaciona diretamente com a posse do poder econômico” (MARX, Karl. *Crítica del programa de Gotha*. Buenos Aires: Ed. Organización Editorial, 1971, p. 33).

O presidente afirma, ainda, que “[...] *el liberalismo no endiosa el Estado, sin embargo le confiere un valor como instrumento humano para asegurar la organización de la vida y de la justicia. El Estado para el liberalismo, no es un fin, sino un medio*”.⁴¹⁷

Na mensagem de 1920, Montero também se colocava contra o Estado *laissez-faire*, com uma justificativa que, por momentos, parece ser contraditória, pois afirmava que o Estado não tem a função precípua de legislar sobre as questões de fundo econômico, nem tampouco intervir nas leis do mercado. Ao mesmo tempo, defendia que “[...] *el Estado sobre el régimen liberal, debería proteger el ciudadano del avance de todas las injusticias sociales y asegurar su bien estar económico*”.⁴¹⁸ Conclui esse pensamento de forma meio abrupta e confusa, não deixando clara sua posição a respeito do caráter *laissez faire* do Estado, quando afirma que

*[...] el Estado burgués liberal de la época de la Revolución Francesa, ya superado (laissez-faire) que podríamos llamar de indiferente, promovió una forma de gobernar anarquista, y egoísta, que no tenía otra misión que no sea la de ser un instrumento del bien estar, y la expansión de la personalidad que podríamos denominar Estado servidor.*⁴¹⁹

Para Eligio Ayala, o Estado deve intervir na economia; em sua mensagem de 1925, denuncia o individualismo liberal e a burguesia que promove a exclusão dos membros da sociedade que não têm posses. Refere-se à elite como aquela que não está interessada no desenvolvimento do país, reafirmando sua idéia de aumentar os impostos devidos por ela, tanto daqueles cujo patrimônio é herdado e dele fazem uso de maneira injusta, enriquecendo-

⁴¹⁷ BÁEZ, 1906, MP, p. 11. Segundo Elizabeth Balbachevsky: “O Estado moderno tem a função de tutelar. Dirige um povo para a civilização, e por isso não se restringe apenas à administração da justiça e à defesa da sociedade contra as agressões, mas se constitui de um meio para poder guiá-lo por aqueles caminhos que conduzem aos objetivos mais elevados da humanidade”. (BALBACHEVSKY, Elizabeth. Stuart Mill: liberdade e representação. In: WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política*. São Paulo: Editora Ática, 2003, p. 112).

⁴¹⁸ MONTERO, 1920, MP, p. 23.

⁴¹⁹ MONTERO, 1920, MP, p. 40.

se cada vez mais, quanto daqueles que, por seus próprios méritos, com meios lícitos ou não, amealharam fortuna.⁴²⁰

Assim, sobre a constituição, Ayala afirmava que ela servia para reger o país, pois, mesmo sendo de “corte liberal”, era possível que fosse aplicada, pois não era ‘lesseferista’.⁴²¹

Portanto, segundo ele, o Estado não deixara de lado sua posição de soberano ao promulgar uma constituição que não previa o “*laissez-faire*” como uma possibilidade para a administração da economia. Criticava, também, a elite de seu país, e fazia menção à função do Estado como aquele que deveria proteger a propriedade privada somente nos casos em que esta contribuísse para o desenvolvimento do país.

3.2.2 Estado e política social

Apesar da expressão “bem-estar”, ligada ao Estado, parecer sugerir um modo de entender a função do Estado liberal mais próximo dos dias de hoje, os presidentes usavam essa expressão para se referirem ao social. Era usada também, pelos teóricos liberais do século XIX, que se posicionavam a favor ou contra o Estado ser promotor desse bem-estar. Croce era da opinião de que, se o governo promovesse o bem-estar geral, a população se acomodaria e não produziria. E isso seria desastroso para a personalidade e a sociedade, pois

⁴²⁰ Em J. Vicente Ramirez, autor de história paraguaia de início do século XX encontra-se menção à necessidade do imposto sobre as fortunas para atingir a aristocracia, que, “[...] *con sus riquezas heredadas las hacian multiplicar a través del alquileres cobrados yendo en contra de un nivel lógico, enriqueciendo cada vez más, y en nada contribuyendo para la sociedad*” (RAMIREZ, Juan Vicente, *op. cit.*, p. 35).

⁴²¹ A expressão “mesmo de corte liberal” pode ser considerada um ato falho do presidente, que revela a falta de intimidade e de apreço pela ideologia liberal. “Aunque fuese relativamente individualista, en el sentido de asegurar el ejercicio de las libertades fundamentales del hombre y de lo ciudadano, y defender la plena autonomía de la conciencia humana delante a los avances de presiones externas como fueran todas las constituciones dictadas en la época, no era, sin duda, ‘lesseferista’” (AYALA, Eligio, 1925, MP, p. 34).

o ser do homem manifesta-se em sua plenitude, quando esse produz, e busca, por seu próprio esforço, a realização pessoal, sendo que esta se reverte em benefício para toda a sociedade.⁴²²

Nas mensagens presidenciais, não se encontra uma discussão sobre o setor social, mas referências ao Estado como responsável pelo bem-estar da população, com atitudes difusas, tratando esse função como algo próximo à filantropia, vendo, em qualquer decisão favorável às classes menos favorecidas, uma obra de caridade do governo.⁴²³

Muitos presidentes viam a responsabilidade do governo nesse campo sob a perspectiva liberal, quase aos moldes atuais do *Well-fare State*, outros, ainda, anterior a ela, baseando-se no contrato social; alguns, na necessidade da proteção dos cidadãos uns dos outros, através do controle efetivado pela polícia, exército e igreja, passando, assim, a adotar medidas extremas, com essa justificativa, utilizando instrumentos como o estado de sítio, ou ação severa e violenta contra manifestações de descontentamento popular. Isso demonstra que, muitas vezes, mudaram totalmente os rumos da questão.

Eusebio Ayala, em sua mensagem de 1922, faz uma reflexão sobre os problemas referentes ao cooperativismo, à tributação, ao trabalhador assalariado, e seu papel no processo econômico do país, analisando todas essas questões sob o ponto de vista da relação existente entre eles e o bem-estar social. Ele parte de uma análise histórica da venda das terras fiscais, afirmando que, desde a época em que começaram essas vendas, o dinheiro nunca chegou às mãos do governo sob a forma de impostos, mas sim de vendas, e ele nunca serviu para o propósito ao qual foi destinado, e assim a corrupção tomou conta de todo o dinheiro dos cofres públicos, nunca sobrando para as obras de infra-estrutura e serviços que deveriam ser prestados pelo governo para promover o bem-estar da população, ocorrendo, por isso, a

⁴²² CROCE, *op. cit.*, p. 94.

⁴²³ Por isso tratou-se, em dois itens diferentes, a política social e a questão social. O item sobre o Estado e a política social apresenta uma das funções do governo liberal, a de promover o bem-estar à população, em geral; e em outro, dedicado à questão social, tratar-se-á da situação das lutas dos sindicatos e movimentos populares reivindicatórios, vendo como foi a posição do governo liberal em relação a eles.

privatização dos mesmos.⁴²⁴ Ao contrário do bem-estar, ele afirma que essa decisão trouxe uma situação de penúria para as classes desfavorecidas, e, de certo modo, para toda a população.

Opinião semelhante pode ser encontrada nos autores paraguaios como Justo Prieto e Cecílio Báez, este último como autor e presidente. São idéias favoráveis ao governo promover o bem-estar, mas contrárias ao paternalismo, pois esse tipo de Estado, implantado pelos presidentes ditadores do período da pós-independência, segundo eles, não ajudou o país a se desenvolver, desse modo, não contribuindo para o bem-estar da população.

Schaerer, quando se refere ao Ministério do Interior, que abrange a capital e todos os problemas internos do país, trata da questão através de um conceito misto, que incorpora o Estado de bem-estar social e o assistencialismo em um só momento. O trecho a seguir ilustra essa dimensão:

*El deseo sincero de mi gobierno es asegurar el bien estar de la población del interior y de la capital de la República, a través de mejores autoridades políticas, y tuvieron resultados apreciables. Si las dificultades financieras no hubiesen obstaculizado nuestras obras se podría haber ejercido una acción más eficaz.*⁴²⁵

O presidente acreditava nos funcionários do Estado e em sua capacidade para administrar o bem-estar e estabelecia contato entre assistência e caridade, confiando, também, que as autoridades empossadas iriam tomá-las como sua função. Em um trecho da mensagem proferida no ano seguinte, 1916, refere-se novamente à caridade social e afirma que ela

⁴²⁴ AYALA, Eusebio. 1922, MP. p. 31.

⁴²⁵“*Por fin comprendo la transcendencia que irá tener una forma eficaz en todo que se refiere a la beneficencia y la asistencia social, para los intereses nacionales, mi gobierno concordó en su realización presentando en conjunto un proyecto de ley por lo cual se da cuerpo orgánico a la asistencia y la beneficencia social, se otorgando cierta autoridad, una vez que se nacionalizaran los establecimientos de caridad existentes los incorporando al dominio administrativo de la nueva institución*”. (SCHAERER, 1915, MP. p. 42).

melhorara muito, devido à lei do ano anterior, que lhe assegurava, finalmente, a nacionalização.⁴²⁶

A função do Estado é também colocada de forma a privilegiar os princípios éticos da nação, por parte de Schaerer, que, em sua mensagem de 1915, assim se expressa: “[...] *el Estado existe para dar la tónica del orden social, de la paz política a través de la represión y de la promoción de la moral y las buenas costumbres dando condiciones para el hombre se desarrollar*”.⁴²⁷

Com isso, pretendia justificar os gastos exorbitantes com o aparelhamento da polícia, referindo-se à construção de novas cadeias, penitenciárias e instituições de correção, sendo da opinião de que a firmeza com que a polícia e o exército agem concorre para promover o bem-estar da sociedade.

Báez participa da mesma idéia, estabelecendo uma relação entre a necessidade do aparelho repressivo, colocado como um dos serviços importantes que o Estado deve prestar à população, ao lado das obras de saneamento. Mas, segundo ele, o Estado deveria dar condições para que estas últimas pudessem se realizar, pois todas essas coisas são dispendiosas, e a administração municipal não tem como financiá-las.

O Estado deve, segundo Báez, “[...] *sustentar el servicio policial, la justicia, la paz, la asistencia y la beneficencia pública, la instrucción primaria, la mejoría de vías públicas y plazas, la construcción de escuelas, mercados y paseos públicos, el aumento de las carreteras vecinales y las obras de salubridad*”.⁴²⁸ Lembra, novamente, em outro trecho da mensagem, que a população não pode esperar que todas essas necessidades sejam supridas com a minguada arrecadação municipal, e que mesmo a capital do país se encontra desprovida dos

⁴²⁶ “*La nacionalización de la caridad pública, establecida en ley en el año pasado, va rindiendo resultados beneficiosos [...]*” (SCHAERER, 1916, MP, p. 68).

⁴²⁷ SCHAERER, 1915, MP, p. 42.

⁴²⁸ BÁEZ, 1906, MP, p. 56.

serviços que necessita. Para demonstrar isso, cita que Assunção conta com uma maternidade e uma farmácia, prometendo, mais tarde, criar uma sala de primeiros socorros. Para uma população de 100 mil habitantes, isso é irrisório, conclui.

Os impostos são vistos, nas mensagens, como uma possibilidade de serem convertidos para o benefício de todos, como o caso do imposto sobre o álcool e as bebidas, instituído por Schaerer em 1914. Quando surgiu, tinha por objetivo taxar o vício, e assim diminuir os viciados e os problemas que esses trazem à sociedade, pois, argumentava ele, “[...] *quien tiene dinero para beber, tiene dinero para lo superfluo, por tanto tiene dinero para dar al Estado*”.⁴²⁹

Os impostos também foram vistos por Navero como uma forma do Estado poder realizar suas obras e melhorar os serviços à população. Assim, ele propunha que fossem aumentados, não só em porcentagem, mas também com a criação de novos impostos, pois afirmava que o Estado liberal tinha a função de ser o provedor da sociedade, de ajudar a todos para que tivessem uma vida digna através da boa condução da política monetária e do correto uso dos recursos públicos para a construção de obras que visassem o bem-estar da população.⁴³⁰

Os autores paraguaios de início do século XX são, em geral, da opinião de que o imposto é uma contribuição do cidadão para formar um capital que, honestamente administrado pelo Estado, há de dar ao homem bem-estar, liberdade e personalidade: “*No es*

⁴²⁹ “El impuesto sobre el alcohol no produjo hasta ahora los resultados esperados y será siempre bueno examinar otra vez el reglamento y quizás a la luz de la experiencia adquirida, a fin de completar y mejorar las condiciones de su percepción”. (SCHAERER, 1914, MP. p. 50).

⁴³⁰ NAVERO, 1910, MP. p. 12.

*un confisco, ni una extorsión, ni siquiera un dividendo de que el Estado totalitario se apropia, como se fuese un socio privilegiado”.*⁴³¹

Outra necessidade para promover o bem-estar, mencionada pelo presidente Emiliano Gonzalez Navero, é a de resolver os conflitos para trazer paz à sociedade, a qual concorre para aumentar a confiança do investidor estrangeiro no país e assim incrementar a produção, da qual todos se beneficiarão através do aumento dos empregos e da maior circulação de capital no país.

Por isso, para manter a ordem, utilizou o estado de sítio, recurso muito comum no país durante o período de governo do Partido Liberal. Navero tratou de solucionar os problemas com a imposição de suas idéias. Mas, para não perder o trabalho das pessoas capazes, sancionou uma lei de anistia, para que todos pudessem voltar à suas fainas diárias de maneira normal e produtiva, principalmente.⁴³²

Manoel Franco trata dos problemas econômicos das classes mais pobres dando idéias de como encarar o problema das reivindicações e melhorar sua condição de vida. Assim, lembrava que

[...] nuestro deber es el de anticipar y satisfacer esas justas reivindicaciones que el trabajador reclama con toda razón y buscar desviar su pensamiento de las peligrosas utopías a la que se muestra aficionado. La primera cosa que debemos acordar con ellos es la carestía de vida. La pura verdad es que

⁴³¹ RAMIREZ, Juan Vicente, *op. cit.*, p. 32. Sobre os impostos, Hobhouse, citado por Richard Bellamy afirma que “[...] a tributação servia para assegurar que a parcela social da riqueza (incluindo o poder do desperdício) fosse dividida igualmente, e que as diferenças da renda só refletissem as variações na capacidade e no esforço entre os cidadãos, individualmente”. (BELLAMY, 1994, *op. cit.*, p. 88). Por isso, ele também afirmava que, se a cobrança de impostos atingisse apenas aquela porção da riqueza que era produzida socialmente, nenhum dano seria causado à preocupação liberal convencional em proteger os direitos dos indivíduos aos frutos de seu trabalho.

⁴³² “*El gobierno que tengo ahora que presidir dio por terminada la lucha, con ejemplo de moderación en el uso de sus facultades, estimulando la reconciliación entre los ciudadanos de todas las banderas políticas. No hubo persecuciones por los agravios recibidos, apenas se entregó los culpados presos por la justicia ordinaria. Pese a eso, y las garantías que gozan paraguayos y extranjeros dentro del país, el poder ejecutivo considera conveniente, en homenaje a la concordia, la sanción de una ley de amplia amnistía para los delitos políticos. Vendría a disipar infundadas prevenciones e a decidir la vuelta para casa de los compatriotas cercenados del país por compromisos partidarios*”. (NAVERO, 1910, MP. p. 12).

*el coste de vida aumenta en el Paraguay, en proporción mayor que los salarios”.*⁴³³

Mesmo tendo essa noção, os presidentes não operaram no sentido de acudir aos reclamos dos trabalhadores, e os empréstimos destinados ao campo ou à cidade são raramente citados nas mensagens presidenciais. Só ocorreram por ocasião de catástrofes naturais como praga de gafanhotos (*langosta*), muito comum à época, geadas, ou chuva de granizo. Portanto, aconteceram somente em forma de socorro emergencial.

Eligio Ayala referiu-se ao bem-estar social em seu governo, mas o fez através de uma preocupação com a ordem e a disciplina. Referia-se à sociedade como aquela que tem o dever de respeitar tudo o que o governo estabelece, para conseguir progresso. Para ele, a disciplina das atividades sociais, direitos respeitados, e o dever de todos para com a coletividade, criava o espaço para o advento da democracia.⁴³⁴

*Los factores de la evolución social son complejos. Ni todos, sin embargo, son productos artificiales de la actividad reflexiva. Hay en cada organismo social, elementos preconcebidos de su desarrollo: los recursos naturales, el trabajo, el capital. Pero ninguna actividad social puede ser productiva sin la disciplina, la organización, y la adecuada asimilación de los derechos y deberes sociales en una síntesis armoniosa.*⁴³⁵

⁴³³ “*Las huelgas, que tan frecuentes y ruidosas se manifestaron el año pasado en los primeros meses de 1917, han sido más escasas desde entonces. Ese cambio, no a debemos atribuir a que los términos de la cuestión social hayan calmado entre nosotros, ni siquiera que la situación de la clase trabajadora haya mejorado durante el año transcurrido, sino al convencimiento generalizado entre los trabajadores de cuan inocuas son como armas de reivindicación social*”. (FRANCO, 1917, MP p. 19).

⁴³⁴ AYALA, Eligio, 1922 (MP), p. 22. Benigno Ferreira era também partidário da idéia de que à sociedade resta permanecer na ordem, não abusando da justiça e observando seus deveres. O poder executivo trabalhará sempre para isto. “*El poder ejecutivo ha dedicado atención doblada a la conducción política en el interior, tratando de conservar la tranquilidad y asegurar el orden por el respeto a todos los derechos legítimos. Nada más difícil que realizar esta delicada materia la aspiración común a gobernantes y gobernados. El ideal en el gobierno de los departamentos depende de factores complejos, muchos de los cuales escapan al alcance de los poderes públicos. Es verdad que un buen gobierno depende de un buen equipo de administradores, pero, también es verdad que depende mucho de los habilidades de la población y de las condiciones del territorio*”. (FERREIRA, 1908, MP. p. 34). Esse trecho é suficiente para documentar a preocupação principal de sua mensagem, mais uma vez, ou seja, a ordem para prosperar o capital. Com um discurso vazio, delegando responsabilidades a quem não as tem, como é o caso da população e do território, pretende acalmar os ânimos para sua próxima fala que é a de declarar que nada poderá ser ampliado, construído ou mesmo consertado, pois o governo não dispõe de recursos. Muitas repartições deixaram de funcionar, incluindo hospitais e escolas. Até a polícia, em muitas províncias, estava ocupando casas particulares, “[...] *lo mismo cabe decir de las comisarias, que ocupan casas particulares [...]*”. (FERREIRA, 1908, MP, p. 37). Por não ter prédio próprio, os presos não tinham onde serem devidamente albergados.

⁴³⁵ AYALA, Eligio, 1928, MP. p. 93.

Por isso, Ayala condena o individualismo, sendo da opinião de que ele é a antítese do desenvolvimento social, mas, em seguida, faz uma apologia à livre iniciativa e à propriedade privada. Faz uma distinção entre o individualismo praticado dentro da ideologia liberal e dos “soviéticos isolados”. O primeiro, afirmava tratar-se de uma conquista de um para todos, no qual o Estado de bem-estar pode acontecer, e o segundo, dizia ele, cai no solipsismo e degrada-se na ditadura de um homem forte, e no quietismo de uma semi-escravidão, que engendra a anarquia.⁴³⁶

O presidente Navero mostrou-se preocupado somente com a questão da saúde e do saneamento; por isso, reservou vários momentos de sua mensagem para tratar desta questão. Além do saneamento básico e das necessidades de se implementar melhores condições para tal, no interior e na capital, fez também um balancete da situação anterior, criticando o desleixo daquela administração, e apresentou projetos para que os problemas fossem resolvidos com eficiência e com mais respeito à população.

A preocupação do presidente com o social, porém, é duvidosa, por insistir em uma lei que obrigava as pessoas a trabalharem de maneira forçada. Foi a chamada legislação sobre peões, onde os desocupados, mas saudáveis, não poderiam ficar perambulando pelas ruas. Eram obrigados a trabalhar, sob pena de prisão ou até de morte. Isso vem atestar o desnível entre as classes, obrigando a classe pobre a trabalhar até sob um regime de semi-escravidão. Seu governo, tendo Albino Jara como um de seus ministros, foi palco das maiores atrocidades contra os trabalhadores.

⁴³⁶ “En nuestra época se acentúa la responsabilidad personal, la libre iniciativa y la autonomía individual. Por esa razón el criterio del bien estar, varia en cada individuo o grupo de individuos, y por eso los gobiernos muy centralizados son cada vez más incapaces de satisfacer las necesidades y aspiraciones de todos los sectores de la población, porque se gasta e se atrofia en ellos la previsión pública”. (AYALA, Eligio, 1927, MP. p. 46).

Essa legislação foi inspirada em um decreto antigo que continuou a ser reeditado pelo congresso durante muitos anos. Esse foi um dos decretos que substituiu a escravidão (extinta por Carlos Antônio López) por outra forma de exploração mais moderna e sofisticada, porém que continuava a favor do capitalismo e de sua necessidade de acumulação. É o que muitos autores, como Guido Alcalá, Gustavo Rivarola, Fábio Aníbal Goiris, chamam de “*cultura del sometimiento*”. León Pomer refere-se a esse projeto, nessa perspectiva, como a sobrevivência da escravidão no Paraguai, e como um furo no regime democrático do qual os presidentes diziam ser adeptos.⁴³⁷

Um trecho de Navero sobre essa lei, que foi reeditada, demonstra a total inclemência e desconsideração pelas classes desfavorecidas:

*De la buena aplicación de la ley del trabajo personal obligatorio se puede esperar resultados positivos. Actualmente se cumple con gran descuido esta ley, hasta el punto de no percibirse ninguna cuota de las que están comprendidas en sus prescripciones. El ministerio del ramo propondrá oportunamente algunas reformas, aconsejadas por la experiencia, para mejor aplicación de la ley.*⁴³⁸

Apesar de demonstrar certo interesse pelos problemas vários da sociedade, Navero cuidava para que fossem solucionados somente aqueles que concorressem para a melhoria das finanças do país. Em sua mensagem do ano seguinte, fez um balancete do que realizou. Através dele, pode-se atestar sua preocupação com a economia, pois revela que construiu instalações para inspecionar o gado, aumentou os agentes responsáveis pela prevenção de doenças endêmicas e fez concessões a empresas privadas, de obras e saneamento, para

⁴³⁷ “Um decreto de 1871 proibiu os peões contratados nos estabelecimentos beneficiadores de erva-mate de abandonar suas fainas sem o expreso consentimento dos patrões. Os que isto fizessem, sem permissão, seriam presos e devolvidos, à força da lei, aos estabelecimentos a que pertenciam. Garantia-se aos proprietários o uso irrestrito de sua propriedade e o exercício libérrimo de sua atividade; ou ao mesmo tempo, ficava sancionada uma espécie de semi-servidão – ou servidão total?” (POMER, *op. cit.*, p. 149).

⁴³⁸ NAVERO, 1909, MP, p. 79.

resolver os problemas para os quais o governo não dispunha de verba e condições naquele momento.⁴³⁹

No ano seguinte, demonstrando otimismo, o presidente levava aos congressistas a idéia de que, no ano anterior, muito se havia feito pelo interior e pela melhoria das condições de vida de toda a população. Ainda que seu discurso divulgasse fatos nem sempre muito reais, dedica boa parte do texto a enunciar suas idéias, para conseguir consenso entre os congressistas.

Guggiari, em seu discurso de 1930, trata da crescente demanda que se origina dos setores sociais, afirmando que a pressão por acelerar a legislação social estava cada dia mais forte e deveria encontrar eco por parte do Estado.⁴⁴⁰

Apesar dessa preocupação em legislar sobre o problema social, o governo de Guggiari foi marcado pela inclemência e por resolver algumas dessas questões de forma violenta. Um exemplo dessa violência foi a matança de estudantes, em 1931: “[...] *en este sentido hay una historia, cuyo luto se recuerda el 23 de octubre de 1931, fecha en que la policía del presidente Guggiari disparó y ametralló una manifestación estudiantil frente al palacio de gobierno. Entre los muertos se encontraban viejos y niños que pasaban por el lugar*”.

Nessas palavras, extraídas de um panfleto encontrado entre jornais da época, no museu Carlos Pusineri Scala, em Assunção, pode-se perceber como a população ficou abalada com referência a um dos fatos mais trágicos ou covardes da história paraguaia.

⁴³⁹ “Con la benévola acogida que el poder ejecutivo espera de V. S. para la gestión de la empresa Asunción City Improvements Electric Light Power and Transway Company sobre ampliaciones y algunas modificaciones de diversos artículos de ley de concesión a la empresa de obras de salubridad y tracción eléctrica. Puede creer que las ciudades contarán con esos servicios tan imperiosamente reclamados por la higiene pública”. (NAVERO, 1909, MP, p. 80).

⁴⁴⁰ “Podemos ver que nuestra legislación social está en pedazos. No se conocen en nuestro país otras leyes de carácter social que la ley del “Homestead”, que a pesar de haber perturbado de cierto modo los principios tradicionales en que se asienta la compra y venta de la propiedad privada, produjo un inmenso bien estar de proporcionar a las clases desprotegidas, pero trabajadoras, un medio lícito de tener la esperanza de por lo menos ver sus posibles derechos asegurados por el Estado, como el descanso dominical y feriados, seguro contra accidente de trabajo inspirado en el riesgo de cada profesión”. (GUGGIARI, 1930, MP, p. 52).

3.2.3 Estado e religião

A importância dada à religião como promotora da moral entre a população fez com que o poder executivo funcionasse como chefe da Igreja, no Paraguai. A constituição de 1870 criou um ministério que cuidaria do culto religioso da Igreja Católica, como já citado, passando o governo a destinar verbas vultosas a ela, se comparadas àquelas concedidas a outras instituições. A Igreja tinha, como contrapartida, a obrigação de formar clérigos e disseminar a religião entre a população.

Um trecho da mensagem de Benigno Ferreira de 1907, referente a esse ministério, dá uma noção do que significava a relação do Estado com a Igreja Católica no país. Sintetiza a questão do seguinte modo:

*El patronato de la Iglesia es dirigido por el poder ejecutivo con un espíritu eminentemente liberal, dentro del régimen establecido por nuestra constitución. El seminario conciliar sigue cumpliendo regularmente su función, no obstante el aumento votado por Su Señoría, es aún ínfimo el total dedicado a su sustento.*⁴⁴¹

A religião requerida para o povo e, principalmente, para o campesinato, tinha conotações de verdadeiro controle social. A idéia era a de que, através da religião, a moral e os bons costumes seriam mais praticados, aliviando-se o trabalho da justiça. Utilizava-se da religião com o objetivo de prevenir levantes sociais e coibir a entrada de “ideologias perniciosas”.⁴⁴²

⁴⁴¹ Continua sua idéia, afirmando que “[...] *el virtuoso prelado que está a la cabeza de la diócesis es toda una garantía de que la religión continuará siendo entre nosotros un factor de orden y moralidad, porque en ella el poder ejecutivo ha encontrado siempre una coadyuvante para todas las medidas sanas y una propagandista incansable del trabajo en masa de nuestra población campesina*”. (FERREIRA, 1907, MP, p. 50).

⁴⁴² A questão colocada em termos da ideologia que deve ser evitada é entendida por Baczko Bronislaw como o discurso a serviço da luta pelo poder, que também revela a base dada pela ideologia efetivada através da manipulação de um determinado imaginário social, criado pelo próprio partido, através, porém, de ideologias “aceitas”. Para o autor, “[...] os dispositivos de controle que os poderes constituídos põem de pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico, provam, se necessário for, o caráter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos, tais como os emblemas do poder, os monumentos erigidos em sua glória, o carisma do chefe, etc.”. (BRONISLAW, Baczko. Imaginação

O modo como a Igreja Católica – que já era tradicional no país e sempre muito autoritária em suas interdições aos indivíduos, através da doutrina do pecado –, instrumentalizou a religião deixou os políticos crentes em sua eficácia, pois ela implantava uma visão das coisas de acordo com seus princípios, e, sendo aceita por todos, cumpriu seu papel de um dos aparelhos ideológicos do Estado. Por isso, os presidentes a ela recorriam.

Segundo Gramsci, no que tange à formação de uma nova consciência proletária, a religião constitui um obstáculo. De acordo com ele, a Igreja Católica, encarada como inimiga irreconciliável do comunismo, utiliza elementos fundamentais e comuns na sociedade, chegando a toda a população, tanto urbana como rural. O catolicismo é uma doutrina geral simplificada, a fim de ser entendida por todos. Analisando esse fato, Gramsci chegou à conclusão de que uma das chaves da sobrevivência do catolicismo, ao longo dos séculos, foi o fato de que, em seu seio, conviveram harmonicamente humildes e elites, sentenciando que a Igreja romana sempre foi a mais tenaz em impedir que oficialmente se formassem duas religiões: a dos intelectuais e a das almas simples.⁴⁴³

Assim, a implantação de uma ideologia autoritária, por parte de quem detém o conhecimento, encontrou, por parte da Igreja Católica, uma ajuda, pois ocorreu uma mistura entre a autoridade da Igreja e a autoridade do governo, pois todos se viam imbuídos de uma mesma crença, participando dos mesmos rituais. Por esse motivo, quando Gramsci refere-se à ideologia, afirma que “[...] o cristianismo apresenta um aspecto teológico e doutrinário como

social. In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985, t. 1, p. 299). Mas, o Partido Liberal, como visto, ao mesmo tempo em que queria evitar a entrada de ideologias, criava aquelas que achava conveniente, através da manipulação de mitos fundadores, que se confundiam com a própria origem da nação paraguaia, e de heróis nacionais – principalmente os ditadores do período pós-independência –, como símbolos que fazem parte do imaginário social que era todo voltado a uma tradição autoritária na qual a ideologia mostrava sua face mais perversa. E a igreja sempre o apoiava, pois aprofundava a visão mítica necessária a dar materialidade ao simbólico.

⁴⁴³ PORTELLI, Hugues. *Gramsci et la question religieuse*. Paris: Éditions Anthropus, 1974, p. 261.

filosofia, mas por meio de seus intelectuais e de sua ‘política’, tornou-se uma força social de massas ao fazer-se senso comum na forma de credices populares”.⁴⁴⁴

O autor conclui também, que a Igreja Católica inspira a formação desse sentido comum cristão e, por conseguinte, é preciso erradicá-lo mediante uma ação não violenta, já que essa via seria repelida pelas sociedades ocidentais, nas quais influi e gravita o consenso e a vontade das maiorias. Por isso, Gramsci afirma que “[...] os elementos principais do sentido comum são ministrados pelas religiões e, por isso, a relação entre o sentido comum e a religião é muito mais íntima do que a relação entre o sentido comum e os sistemas filosóficos dos intelectuais”. Então – prossegue Gramsci –, “[...] todo o movimento cultural que tenda a substituir o sentido comum e as velhas concepções do mundo deve repetir incansavelmente os próprios argumentos, variando suas formas”.⁴⁴⁵

Lembrando que, ainda segundo Gramsci, o senso-comum, a filosofia, a religião e o folclore são formas de ideologia, Marilena Chauí investiga como se dá o funcionamento desses aspectos da sociedade, pois, segundo ela, a ideologia leva o poder – que poderia englobar tanto o poder do governo como o da Igreja –, a produzir imagens e idéias que pretendem representar a realidade, mas que não representam a essência daquilo que existe realmente, pois opera fazendo uma inversão entre causa e efeito. Assim, as imagens (aparência do real) formam um imaginário social invertido, um conjunto de representações sobre os seres humanos em sua história com suas relações, sobre as coisas, sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, os bons e os maus costumes, etc.⁴⁴⁶

⁴⁴⁴ SANTOS, J. A.. *O princípio da hegemonia em Gramsci*. Lisboa: Vega Editora, [19–], p. 89.

⁴⁴⁵ A necessidade de uma reforma intelectual e moral para lograr uma mudança de mentalidade nas sociedades ocidentais que foram constituídas por convicções, critérios, normas, crenças, pautas, segundo a concepção cristã da vida, é de suma importância para o triunfo da revolução mundial. (PORTELLI, *op. cit.*, p. 281. (1)).

⁴⁴⁶ CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2000, p. 13. E em Bakhtin, tem-se a relação da ideologia como signo que pretende representar o real através de um tipo de linguagem que traz em si toda uma gama de significados gerados no interior de determinada sociedade em uma determinada época, em suma com seus signos próprios, que no fundo representam nada mais que uma ideologia. Assim, cada signo ideológico é não

Quem ditava o que era justo e bom para todos, no Paraguai, era o poder da Igreja e o dos políticos, pois a ideologia transforma-se em uma norma prática, uma moral, uma forma de pensamento e ação que confere dignidade a quem acredita nela, como é o caso, principalmente, da religião. Assim é que Albino Jara esperava, da Igreja Católica, ajuda para elevar a moral da sociedade, aumentando a passividade dessa sociedade, afirmando ter a Igreja a missão patriótica de respaldar todas as determinações do Estado, devendo sempre existir uma relação harmoniosa entre os dois “poderes”.⁴⁴⁷ Havia, portanto, uma total cumplicidade entre as partes.

A confiança dos presidentes liberais na Igreja concretizava-se, pois ela apoiava as decisões do Partido Liberal. É possível atestar isso em um dos textos mais usados para tratar da história da Igreja no Paraguai, o livro “*Arzobispado, debates a su respecto*”, de 1928, de autor desconhecido, que é um manifesto de apoio irrestrito dos membros da Igreja ao Estado, e aos princípios liberais que os presidentes propagavam em política, economia e em outros aspectos.

Sobre a economia, esse livro traz até trechos de artigos de ministros de governo, como um de De Gásperi, ministro do interior do presidente Guggiari. No artigo, De Gásperi condenava a intervenção abusiva do Estado na economia e lembrava que o Partido Liberal educava a todos para co-participarem do processo político-econômico do país, com o objetivo de dar a todos o seu quinhão. Falando contra os governos ditatoriais do Paraguai, e a favor de um Estado não intervencionista, assim se expressava:

La economía planificada por el Estado excluye los planos de los demás. Es la manifestación de la voluntad rectora del Estado omnipotente, la voluntad del dictador, casi siempre un neurótico anhelando el sueño de dominar todo

apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. (BAKHTIN, Voloshinov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. S. Paulo: Hucitec, 1979. p. 19).

⁴⁴⁷ JARA, 1911, MP, p. 34.

*a través del terror, la crueldad sádica y la constante inseguridad de sus ciudadanos, excepción hecha a unos pocos privilegiados.*⁴⁴⁸

A Igreja revela, assim, que assumira o discurso de quem a mantinha, uma vez que aceitava esse tipo de publicação, em seu veículo de comunicação e doutrina.

Outros exemplos desse relacionamento podem ser encontrados em todas as mensagens presidenciais. Gaona, em sua mensagem de 1905, referente à Igreja e aos seminários, relata:

*[...] las relaciones que unen el Estado a la Iglesia, continúan siendo cordiales. En el “Seminario Conciliar” siguen cursando los estudios de la carrera eclesiástica numerosos jóvenes, a quien está encomendada la tarea de la reorganización del clero nacional. Y aquí debo llamar vuestra atención sobre lo reducido de la suma acordada por la ley de impuestos actual a ese instituto de enseñanza.*⁴⁴⁹

Tem-se, portanto, caracterizadas as preocupações centrais desse ministério. A Igreja Católica é sempre lembrada, pois, com “[...] *su elevado apostolado haciendo una propaganda religiosa bien hecha, sabe propagar enseñamiento moralizadores y patrióticos*”.⁴⁵⁰ Nos trechos dedicados ao culto, os números não ficam de fora. Navero, nessa mesma mensagem, mostra o resultado do empenho de seu governo, com o demonstrativo da quantidade de padres que foram ordenados, quantos seminaristas se prepararam, e quantos diáconos foram enviados a estudar no exterior.

Todos os presidentes manifestam o mesmo interesse para com a Igreja. Ou seja, para com o controle social, visto que a quase totalidade dos paraguaios, por essa época, era católica, constituída por “tementes a Deus”, ou tementes à autoridade eclesial.

Além dessa função, esperava-se que a Igreja pudesse resolver os problemas referentes aos índios, que era o de conseguir confiná-los a uma terra reduzida, deixando o espaço

⁴⁴⁸ ARZOBISPADO..., p.20.

⁴⁴⁹ GAONA, 1905, MP, p. 15.

⁴⁵⁰ NAVERO, 1910, MP, p. 52.

restante para a produção. Essa intenção era colocada de modo a se pensar na entrada do índio para a civilização como uma forma de caridade “cristã”.

José P. Montero, em sua mensagem de 1920, argumentava que, nos momentos de crise, uma das soluções poderia ser encontrada na desapropriação das terras dos índios, com o objetivo de vendê-las ou de aumentar o espaço para o cultivo, por isso acreditava na missão dos Salesianos e padres da congregação do Verbo Divino para catequizar os índios e conseguir seu confinamento.

Montero também confiava no papel da Igreja para trazer paz para a sociedade, afirmando que “[...] *el apostolado trascendental presidido por el obispo diocesano, no ahorra esfuerzos para llevar personalmente a todas las regiones de la república su palabra evangélica de caridad, de orden y beatitud, bases del efectivo bien estar y desarrollo de los pueblos*”.⁴⁵¹

Durante seu governo, a Igreja ainda recebeu ajuda no envio de sacerdotes ao exterior para estudo, e também em forma de verba para a construção de novos seminários e Igrejas, bem como para as reformas necessárias.⁴⁵²

3.3 O PARTIDO E A QUESTÃO OPERÁRIA

Os problemas sociais, durante os governos liberais, tiveram como causas a separação entre o trabalho, a propriedade e os meios de produção – como na maioria das economias liberais. Desse modo, as classes trabalhadoras eram representadas pelas organizações

⁴⁵¹ MONTERO, 1920, MP, p. 33.

⁴⁵² Para que a igreja continuasse sua missão, além de financiar suas atividades, ainda faz um discurso de gestão democrática para com a Igreja, o qual demonstra nas entrelinhas que apesar de tudo, quem deve proceder a todas as determinações eclesiais é o governo. “*Promover la creación del Arzobispado como forma de asegurar la independencia de la iglesia paraguaya de cualquier otra autoridad eclesiástica que no sea el Vaticano*”. (MONTERO, 1920, MP, p. 15).

sindicais, que se pautavam por um total divórcio entre o movimento operário, a penetração dos sindicatos na política e uma luta definida, deles, contra a ordem econômica e social estabelecida, contrária a seus interesses.

Isso favoreceu duplamente o governo, que não criou uma política definida para resolver as questões que se apresentavam – improvisando quando necessário, pois os sindicatos encontravam-se divididos por querelas ideológicas e, assim, raras vezes tiveram que ser enfrentados –; não havendo essa preocupação, foram relegados a segundo plano os problemas sociais e econômicos que afligiam as classes menos favorecidas.

Em todo esse período, porém, os problemas não advieram só do embate dos sindicatos de trabalhadores com o governo, mas de suas próprias divisões, que se davam devido a diferentes posições ideológicas. Sindicatos de orientação anarquista lutavam contra aqueles de orientação socialista, e não se solidarizavam, o que enfraqueceu, muitas vezes, o movimento, quando se tratava de fazer frente ao Estado.

Desde o início do governo dos colorados, porém, a questão social vinha sendo preterida pelo governo, e a Constituição de 70 tecera os códigos de leis aos moldes liberais, por isso, não continha nada que pudesse significar um ordenamento jurídico que favorecesse e definisse os direitos das classes menos privilegiadas. Os códigos argentinos contribuíram para emperrar, ainda mais, a base para as possíveis negociações entre governo e sindicatos.

Em 1871, um decreto do governo já tratava de se colocar contra os interesses dos trabalhadores, acendendo o estopim para as futuras crises. De acordo com ele, os proprietários dos ervais podiam reprimir e expulsar qualquer peão que não cumprisse seu trabalho a contento. Estabeleceu também a prisão por dívida, e um sistema de semi-escravidão através das dívidas dos peões com seus patrões, devido a compras no estabelecimento do próprio erval. Milda Rivarola comenta que

*[...] dichos decretos abrieron la posibilidad legal de lo que se convirtió en una explotación sin precedentes para los trabajadores de los yerbales. Máxime cuando en los establecimientos de la época, los patrones se encargaron de instalar proveedurías y almacenes, y con el objeto de endeudar a los peones, les concedían adelantos en especie, lo que les obligaba a trabajar permanente e indefinidamente para ellos.*⁴⁵³

Essa postura de constante exploração perdurou por muitos anos, sendo que as primeiras leis que regulavam as relações trabalhistas iriam aparecer somente em 1917, com a lei do descanso dominical, pois o código civil, transplantado da Argentina, como salientado anteriormente, é que referendava tudo o que poderia ser feito. Normatizava questões de salários, duração da jornada de trabalho, e outros, sendo que os sindicatos não eram reconhecidos por esses códigos.

Por isso, as primeiras organizações sindicais criadas no país foram consideradas meras agremiações de trabalhadores, surgidas à margem do ordenamento previsto pela Constituição de 1870.

Independentemente da existência de dispositivos de lei na constituição de 1870, em 1886 tem-se notícia das primeiras organizações de trabalhadores no Paraguai. Era o sindicato dos tipógrafos; em 1889, acontece a primeira greve na história do país, a dos ferroviários.⁴⁵⁴

O Partido Liberal, frente aos sindicatos e suas reivindicações, assumiu posturas diferentes, dependendo do presidente em exercício, ou do problema em questão.

Dois exemplos da intervenção do governo do Partido Liberal são claros para se entender a política adotada.

⁴⁵³ RIVAROLA, *op. cit.*, p. 112. (1)

⁴⁵⁴ José Carlos Alcalá comenta que, “[...] aún no está completo el esclarecimiento sobre la formación del movimiento obrero en Paraguay, desde fines del Siglo XIX hasta comienzos del XX, y su evolución posterior, sus características generales han sido descriptas en los siguientes términos: restricción de sus actividades a la sociedad civil, influencia de la inmigración – mas por las ideas que introdujo que por el numero de inmigrantes de la población obrera – esfuerzo para definir y defender la especificidad de sus instituciones”. (ALCALÁ, José Carlos Rodríguez. *Las rupturas entre el Movimiento Obrero y los gobiernos del liberalismo radical*. Assunção: Archivo del Liberalismo, 1987, (Mimeo), p. 47.

Assim, no primeiro exemplo, o governo colocou-se ao lado dos trabalhadores. Em 1907, os ferroviários entraram em greve contra a empresa britânica responsável pelo setor ferroviário. A luta era por “[...] *aumentos salariales de acuerdo al petitório, que oscilaban del 20 al 30%, abarcando los beneficios a todas las ramas del personal ferroviario, desde el administrativo hasta el ultimo cuadrillero*”.⁴⁵⁵

O governo ajudou os operários, enviando o ministro do Interior, Dr. Soler, para resolver o caso, mas o gerente da empresa disse que não podia negociar sem a anuência de Londres. Como os membros do partido conheciam a fama de tal gerente como “[...] *famoso personaje comenedor de entuertos políticos, financista y financiador de golpes de Estado*”, fizeram pressão para que fosse demitido, e a decisão de Londres foi sensível ao pedido do partido, e então o diretor foi afastado e nova diretoria foi empossada. Os ferroviários foram atendidos em suas reivindicações.

O sindicato dos ferroviários tornou-se combativo – apesar de não estar afiliado à *Federación Obrera Regional Paraguaya* (FORP), espécie de associação com tolerância às diferentes ideologias – e prestou apoio a sindicatos de outros “[...] *gremios transportistas, como los carreros, conductores y personal tranviario, cochero y otros*”.⁴⁵⁶

No segundo exemplo, a atuação do governo foi favorável à empresa ferroviária. Ocorrido em 1909, contou com a repressão do governo. Foi na zona de Pirapó, e o motivo era a troca do que eles chamavam de *capataces autoritários e despóticos*, para assegurar a todos melhores condições de trabalho e um aumento salarial. O governo era presidido por Emiliano Gonzales Navero, que, com seu ministro do interior, Manuel Gondra, e o ministro da guerra, Albino Jara, enviou os soldados do exército, cercando o local. Ao fazê-lo, aproveitou para castigar mais aqueles que pertenciam ao Partido Colorado, como conta Gaona:

⁴⁵⁵ GAONA, *op. cit.*, p. 76.

⁴⁵⁶ GAONA, *op. cit.*, p. 77.

*[...] ordenaron la reunión de todo el personal huelguístico y procedieron al apaleamiento de todos los obreros que tenían poncho colorado o cualquier divisa de este color y en presencia de sus compañeros, presumiblemente de filiación liberal. Bastaba que un obrero usara una faja colorada para recibir 25 sablazos.*⁴⁵⁷

O isolamento dos locais onde aconteciam os movimentos populares foi uma tática usada pelos presidentes liberais para que a organização central dos sindicatos não tivesse acesso e assim ficasse impossibilitada de prestar solidariedade aos companheiros. Em um comentário do jornal *El Diálogo*, no mesmo ano em que aconteceu essa repressão, um sindicalista comenta que “[...] *el Gran Gondra, la figura prominente del gobierno y la intelectualidad radical de la época, haya metido el rabo entre las piernas ante el desplante del milico prepotente y asumir responsabilidades morales en el hecho criminal perpetrado en la carne del obrero paraguayo [...]*”.⁴⁵⁸

Talvez por essas e outras atitudes, Raul Amaral, em seu livro *Los presidentes del Paraguay*, estabeleça uma diferença entre o Gondra pensador e o Gondra político, dizendo que, como pensador, ele foi melhor, e, como político, uma lástima.⁴⁵⁹

Durante o governo de Navero, os líderes sindicais que estavam desterrados ou se encontravam presos continuaram na mesma situação, havendo outras prisões e perseguições; por isso, a FORP teve que suspender suas atividades.

Era uma situação bastante insólita para os sindicatos, seus líderes e afiliados, pois haviam recebido o Partido Liberal, como eles mesmos afirmavam, “[...] *con estruendoso suceso y aplauso de la ciudadanía, hastiada de los regímenes de fuerza y latrocinios*”, e

⁴⁵⁷ E o mesmo autor continua comentando, que “[...] *se cuenta que un sargento que usaba un pañuelito rojo, recibió 50 sablazos y luego fue encerrado en un calabozo a galleta dura y agua por varias semanas. Esses peones de cuadrilla percibían miserables salarios y trabajaban de sol a sol. Los huelguistas reclamaban aumento de salarios y la destitución de los capataces que sencillamente empleaban el garrote para imponer la disciplina*”. (GAONA, *op. cit.*, p. 81).

⁴⁵⁸ *El Diálogo*, 5/10/1909, p. 3.

⁴⁵⁹ AMARAL, *op. cit.*, p. 37.

depois os sindicatos, como toda a sociedade, passaram a viver muitos e muitos períodos de instabilidade no país, afetando todos os seus setores.

Desde a revolução de 1908, que derrubou Ferreira e empossou Navero, a situação dos sindicalistas ficou insustentável, havendo perseguições, torturas e mortes. Essa foi uma constante na administração de Navero e seus ministros. Além dos já citados, ocupava a justiça Manuel Franco e as relações exteriores Eusebio Ayala, todos futuros presidentes.⁴⁶⁰

Desde 1890, chegaram ao Paraguai muitos ativistas de sindicatos europeus, os quais, na maioria das vezes expulsos de seus países de origem, entravam no país de forma ilegal, e aí iniciavam o trabalho de “insuflar as massas”. Além dessa atividade, muitos participaram da vida cultural do país, desenvolvendo atividades na área da literatura, da música, e outros, sendo aceitos pela sociedade. Eram, em sua maioria, anarquistas.

Mas no governo de Navero, Albino Jara, como ministro, se indispôs contra eles, especialmente contra Rafael Barret, que era, na época, considerado um paraguaio ilustre. Além dele, outros nomes sobressaem, como Guillermo G. Bertotto, Pedro Gori, José Serrano, Juan Rovira e outros.⁴⁶¹

Rafael Barret denunciou a situação de extrema insalubridade vivida pelos trabalhadores da indústria ervateira no Alto Paraná, modificando a imagem das lutas sociais no país, pois era já sabido que esses trabalhadores tinham vida curta, mas nada havia sido

⁴⁶⁰ O modo como os presidentes liberais publicavam seus manifestos, ao saírem vencedores nos golpes palacianos, ajuda a entender, para além do discurso, a idéia de revolução, significando a troca do poder. “*Al Pueblo – acabamos de derribar, después de tres días de combate, en que rivalizaron en heroísmo el Ejército y el Pueblo de la capital, el gobierno del General Ferreira. Este gobernante se ha rendido a las fuerzas revolucionarias, y el vice-presidente de la república Emiliano Gonzales Navero, ha asumido el mando supremo de la Nación*”. (AMARAL, *op. cit.*, p. 76).

⁴⁶¹ Carlos Caroni reserva um item inteiro de uma de suas obras para exaltar a figura de Rafael Barret, e entre outras coisas ressalta suas qualidades e não faz menção negativa a sua ideologia. “*El nombrado pertenecía, como es sabido a la corriente del anarquismo. No hizo doctrina, sino testimonio y critica, pero su obra es un monumento imperecedero, de difusión de verdades expresadas sin concesiones, por amor al pueblo, en la que brilla la belleza literaria*”. (CARONI, *op. cit.*, p. 157).

feito pelo governo. Assim, quando os sindicatos urbanos tomaram consciência da situação, passaram a pressionar o governo, que exigiu melhor tratamento.⁴⁶²

Rafael Barret foi expulso para o Brasil por Jara, o qual, em um embate frontal, ordenara que ele engolisse um panfleto que o criticava, com sal. Jaegli comenta esse fato dizendo que foi vergonhoso para Jara o que aconteceu, elogiando Barret como um bom escritor.⁴⁶³ Barret publicou, entre outros trabalhos, uma revista filosófica chamada *Germinal*, cujo conteúdo era alheio à política, mas, mesmo assim, não era bem visto pelos presidentes liberais.

As formas usadas por Jara para conter as greves e tratar delas incluíam os açoites e mortes, praticadas por suas próprias mãos, com requintes de crueldade, pois costumava amarrar suas vítimas a um catre e demonstrar sua morte a todos, principalmente àqueles que ocupavam cargos no governo, como um sargento de artilharia chamado Apolinário Espindola.⁴⁶⁴

Pela atuação de Barret e de muitos outros, pode-se ver que os sindicatos, no Paraguai, tinham também uma vida cultural e social viva, por isso torna-se importante citar esses relatos políticos quando se trata deles em conjunção com a política social do Partido Liberal.

⁴⁶² Na região do antigo Mato Grosso, que faz fronteira com o Paraguai, no município de Amambai, cuja província paraguaia ligada a ele chama-se Amambay, os trabalhadores da companhia Matte Laranjeira continuaram trabalhando de forma insalubre até a década de 1960. Constituídos em sua maioria de paraguaios, os funcionários dessa empresa são descritos pelos memorialistas e romancistas da fronteira como pessoas feias, desdentadas, sem cor e sem vida. Marisa Bittar comenta que muitos deles morriam ao chegar à igreja ou às lojas de comércio em Dourados. A empresa, por sua vez, desde 1940, tinha linha de ferro, teatro, cinema, e barcos que se comunicavam pelo rio Amambai com o rio Paraná, que levavam as pessoas diretamente à Europa. (BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1977)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 77).

⁴⁶³ “Cuando Rafael Barret lo ataco em una hoja volante que intitulo ‘Bajo el terror’, com las magníficas estocadas que la brillante pluma del grande escritor sabia dirigir mortalmente, el pensador y poeta fué preso y llevado a su presencia. Jara, enfurecido, le ordenó que se tragara, que engullera el volante panfletario, que consideraba injusto e injurioso. Pero Barret era un gran sicólogo y conocía los puntos débiles de Jara. Se irguió y le gritó en la cara: ‘Coronel, hubiera esperado de usted todo lo malo y absurdo, menos esto de que fuese un cobarde’”. (JAEGLI, *op. cit.*, p. 107).

⁴⁶⁴ JAEGLI, *op. cit.*, p. 89.

O período que se inicia com Navero, até a morte de Jara, foi especialmente problemático para a agremiação dos trabalhadores, além de ter sido coalhado de golpes, os quais, levados a efeito com a ajuda de empresários interessados em resolver seus problemas econômicos, fizeram com que a questão social ficasse em segundo plano, devido à “dança das cadeiras” no governo. De forma resumida, aconteceram, nesse período, os seguintes golpes: o golpe de Jara, de 17 de janeiro de 1911, o contra-golpe de novembro do mesmo ano, o golpe republicano de 28 de fevereiro e o de 22 de março de 1912, e o contra-golpe liberal de 23 de março de 1912, com a morte de Jara.

Até a entrada de Eduardo Schaerer no governo, em 1912, o Paraguai teve 10 presidentes. Nenhum deles foi levado ao cargo pela via popular, em eleições livres, mas todos foram retirados e colocados no poder por meio de golpes. Esses eram arquitetados e financiados por empresas que tinham grande interesse no Paraguai, tidas como herdeiras da rapina estabelecida no tratado secreto da Tríplice Aliança.

Policarpo Artaza, em uma obra cujo título é uma pergunta, *Qué hizo el Paraguay en la oposición y en el gobierno?*, a qual dá detalhes dos golpes e das revoluções durante o governo do Partido Liberal, comenta a origem desses golpes e seu financiamento, entre outras coisas.

Afirma:

*[...] de ahí la incondicionalidad de gobernantes títeres a los dueños de los feudos tanineros del Chaco, de los esclavistas del Alto Paraná, de los financistas que custodiaban los préstamos y de los que se apoderaron de empresas como el ferrocarril, luz y tracción (CALT) y las empresas navieras que surcaban nuestros ríos con la libertad de conquistadores.*⁴⁶⁵

Através desse trecho, torna-se notório que os golpes que tiravam um presidente e outro, levados a efeito pelas facções do mesmo partido, ou pelo partido da oposição, tinham um destino certo, agradar a quem estava sendo prejudicado pela política em vigor. Por isso,

⁴⁶⁵ ARTAZA, Policarpo. *Qué hizo el Partido Liberal en la oposición y en el gobierno*. Buenos Aires: Editorial Lucania, 1961, p. 58.

tinham a ajuda financeira de grandes empresários, que representavam seus interesses ou os de seu país. O partido ficava à deriva, atendendo aos ditames de uma ou outra situação, e isso sugere que as facções não eram tão ideológicas ou tão definidas quanto pareciam ser.

Uma das últimas manifestações populares no período em que Naverro estava no poder foi realizada pela FORP, que conseguiu, em 1º de maio de 1909, fazer uma grande manifestação, na maior praça de Assunção, que fica no centro da cidade, a Praça Uruguiaia, que hoje abriga livrarias em quiosques com muito material sobre os acontecimentos de que foi palco, inclusive esse. O jornal *El Diálogo* comenta, em sua primeira página, que o acontecimento parecia recordar os mártires de Chicago, e que “[...] *con el mayor orden se realizo anteayer la manifestación organizada por las classes obreras en celebración del 1º de mayo*”.⁴⁶⁶

Passado o governo de Naverro e, mais tarde, a fúria de Albino Jara, os sindicatos voltaram a atuar. A partir do final de 1912, o *Centro General de Obreros*, fundado em 1904, reapareceu, mas teve vida efêmera, pois seu líder, Ricardo Brugada, representava o Partido Colorado, que, desde o início das associações, se mostrou invariavelmente contrário a elas, e as reprimiu severamente. A grande maioria não foi solícita aos apelos da referida instituição, pois a fama do coloradismo, à época, era a de partido que se envolvia em uma das negociatas mais sujas de toda a história paraguaia, representada pela venda das terras fiscais, as quais, segundo o imaginário paraguaio, significavam o elo de ligação entre o presente e seus antepassados.

No final do mesmo ano, é criada a *Union Gremial Del Paraguay*, de índole reformista, que tentava assentar as bases para a criação de um partido trabalhista. Teve curta duração,

⁴⁶⁶ Comenta o artigo, além da descrição das caravanas de trabalhadores que andaram em passeata pelas ruas da cidade até chegar à Praça Uruguiaia, que “[...] *una vez en la plaza, inició los discursos el obrero Guillermo Recalde, quien con mucha elocuencia historió la significación del 1º de mayo en los fastos de la clase trabajadora. Fué ruidosamente aplaudido*”. (*El Diario*, 3 /5/1909, p. 1).

pois não conseguiu derrubar a FORP, tendo perdido forças e se pulverizado no conjunto dos sindicatos. Gaona a ela se refere da seguinte forma: “*Fué otra tentativa de hacer frente a la Federación Obrera Regional Paraguaya, claro está, con la intencion de torcer hacia el legalitarismo reformista al movimiento obrero revolucionario, tendencia aquella fuertemente resistida por la FORP*”.⁴⁶⁷

As poucas tentativas de articular novos partidos no país, por parte dos trabalhadores, foram encetadas pelos sindicatos, que, a partir de 1912, deixaram de ser apolíticos. Em 1913, a FORP reorganiza-se e adota o anarquismo, e sua postura é anti-reformista. Contando com novos dirigentes, em sua maioria jovens, tinha um discurso voltado à emancipação da classe trabalhadora. Sua meta era, portanto, “*la emancipación social*” e seu princípio era “*la instrucción*”, e assim criaram um centro de estudos, intitulado Centro de Estudios Rafael Barret, cujas bases estavam assentadas em cinco artigos, dos quais o segundo é explícito sobre não compactuar com partidos políticos: “*Art. 2º No podrá ni formar parte de ningún partido político ni religioso, pudiendo no obstante sus adherentes militar en el partido o secta de su agrado*”.⁴⁶⁸

A FORP, durante o tempo de governo de Schaerer, teve como meta formar e educar seus integrantes, além de incentivar a publicação de jornais em cada sindicato e em cada categoria. Afirmava-se que o maior veículo de comunicação social é a imprensa, através da qual, além de informar os trabalhadores da luta cotidiana, ainda é possível proporcionar formação geral, científica e cultural, e fazer discussões filosóficas e ideológicas com maior profundidade.

Mesmo após a saída de Schaerer, em 1916, os sindicatos continuaram suas atividades e a chegada de pessoas, vindas, principalmente da Europa, que traziam e divulgavam

⁴⁶⁷ GAONA, Francisco. *Introducción a la historia gremial y social del Paraguay*. Assunção: Editorial Arandu, 1967, p. 111.

⁴⁶⁸ GAONA, *op. cit.*, p. 118.

ideologias de esquerda, continuou. Arce tece um comentário, no qual demonstra que, desde a fundação das primeiras associações, a entrada dessas ideologias continuou. Nesse sentido, afirma que “[...] desde 1906 havia-se criado as primeiras associações de trabalhadores inspiradas no anarquismo, e o movimento de protesto iniciado na Universidade de Córdoba em 1918, produziu eco duradouro no estudantado de Assunção”.⁴⁶⁹

Assim, entre 1886 e 1931, José Carlos Alcalá afirma que houve um total de “[...] 38 *movimientos huelguísticos, de los que participaron diferentes gremios existentes en la época*”.⁴⁷⁰

Em 19 de fevereiro de 1928, a movimentação dos sindicatos resultou na criação do Partido Comunista Paraguai, com uma orientação marxista. A base social do partido foi composta por trabalhadores em estreita relação com uma elite mais intelectualizada. Alguns autores sustentam, porém, que ele tenha sido fundado já em 1924, época da formação do primeiro sindicato de orientação marxista. Teve vida efêmera, sendo colocado na ilegalidade no ano seguinte pelo presidente Guggiari.

As atividades dos sindicatos, em alguns momentos, estiveram ligadas ao Partido Liberal no governo, em clara alusão ao “peleguismo”. Em 1904, para chegar ao poder, os liberais contaram com o apoio de todos os sindicatos existentes, e, na revolução de 1922, a “*Liga Obrera Marítima*” combateu a sublevação militar, ao lado do Partido Liberal.⁴⁷¹

Mas, sob a gestão de Guggiari, uma greve de trabalhadores deixou, além de feridos, um trabalhador morto, e a continuação dos conflitos fez com que o governo, através do Decreto n. 39436, de 8 de fevereiro, tornasse ilegais as organizações sindicais. Criou-se,

⁴⁶⁹ E Arce continua, lembrando que não foram só esses acontecimentos que levaram os jovens a questionar a realidade, mas outros como a III Internacional, as revoluções totalitaristas de Itália e Rússia, e a formação dos partidos nazistas e fascistas. (ARCE, *op. cit.*, p. 226)

⁴⁷⁰ ALCALÁ, J. Carlos, *op. cit.*, p. 31.

⁴⁷¹ GAONA, *op. cit.*, p. 35-38.

então, o primeiro Departamento do Trabalho, que acabou não funcionando, devido ao eminente conflito com a Bolívia, em 1932.

Ao final da guerra do Chaco, antigos líderes sindicais foram chamados à conferência de paz em Buenos Aires, ao lado da delegação paraguaia de governo, como forma de aproximar ou de cooptar esses líderes para o governo. Mas, ao voltar ao país, as organizações perderam-se em suas lutas internas em defesa de ideologias, e enfraqueceram-se, não conseguindo mais se firmar, vindo a ser completamente extintas pelos governos autoritários que se seguiram.

Durante a maior parte do governo dos liberais, os trabalhadores, no Paraguai, encontraram-se abaixo da linha da pobreza, e a forma como os sindicatos se agremiavam, e a falta de cooperação entre eles, segundo Ciriaco Duarte, não fez reverter esse quadro. Assim, comenta ele que

[...] los salários obreros progresivamente en tren de desvalorización, pues el oro se estaba cotizando al 700%, los artículos de primera necesidad a precios cada vez más elevados, la falta de fuente de trabajo, unidos a un país como el Paraguay sin estabilidad y acaparada su economía en manos extranjeras, la prédica anarquista satisfacía el ansia de lucha de los gremios paraguayos de entonces, cuya composición artesanal facilitaba su penetración y hegemonía. Y cualquier otro camino, como la ayuda mútua, la cooperación, etc. les eran indiferentes. La lucha por la vía de la acción directa, espontánea acicateada por el ejemplo argentino y bajo el fuego de la crisis, resumía el pensar general de la clase trabajadora, y por consiguiente, el dominio ideológico del anarquismo.⁴⁷²

José Carlos Alcalá confirma a idéia de Duarte sobre as querelas ideológicas existentes entre os sindicatos paraguaios da época, e lembra que eles se preocupavam mais com a ideologia que representavam, como se viu, que com suas próprias ações, ou a ação direta: “*Los sindicatos se organizaron apelando a dos líneas ideológicas a menudo antagónicas: la socialista y la anarquista. Se puede poner los términos entre comillas, porque estos*

⁴⁷² DUARTE, *op. cit.*, p. 77.

sindicatos se distinguieron menos por sus actos que por el sentimiento de los militantes de pertenecer a una o a otra opción".⁴⁷³

A questão social é mencionada em poucas mensagens presidenciais. Um dos primeiros presidentes a incluir a questão social e tratar dela separadamente foi Manuel Franco. Estava atento ao fato de que a alta dos preços pudesse levar a uma desestruturação ainda maior da sociedade e era urgente que o governo adotasse uma política social, que culminasse com a solução dos problemas prementes da sociedade. A motivação não era tanto a preocupação com o social, mas o medo de que alguma ideologia se implantasse no governo:⁴⁷⁴ *“Nuestro país atraviesa por momentos difíciles. La crisis económica, ya agudizada desde 1914 se intensifico aún más, y el mal estar resultante se va manifestando de varias formas, singularmente en la frecuencia de delitos contra el patrimonio y al estallar conflictos de trabajadores, violentos e duraderos.*⁴⁷⁵

As agitações eram, para Franco, o “excremento da vida pública”; se duradouras, cumpria colocar-lhes um fim, pois elas refletiam as políticas anteriores, imprevisíveis, das quais não se podia esperar muita coisa, devido à falta de uma racionalidade na administração de todos os setores da sociedade.

Pode-se perceber, em sua mensagem do ano seguinte, que o país se encontrava em melhores condições, quando a nova conjuntura econômica mundial do pós-guerra fez reverter esse quadro, com o aumento das exportações, aumentando, assim, os recursos fiscais, via

⁴⁷³ ALCALÁ, J. C., *op. cit.*, p. 57.

⁴⁷⁴ O presidente Schaerer também se preocupou em tratar a questão da entrada das ideologias no país com a repressão por meio do exército. Nesse sentido, se surpreendia que “[...] gente extraña acogida con plena libertad por el gobierno acaban trayendo para la vida de las ciudades los signos de futuras organizaciones gremiales o propagandas sectarias, cuya tendencia es necesario conocer. En estas circunstancias la policía y el ejército deberían colocar todo el empeño para ejercer una vigilancia dura y eficaz”. (SCHAERER, 1916, MP, p. 57).

⁴⁷⁵ FRANCO, 1917, MP, p. 4.

maiores ingressos na alfândega. Mas, no meio rural, esteve-se às voltas com os problemas de pragas, como a de gafanhotos, que devoraram a vegetação, trazendo miséria e preocupação.

Essa posição de Franco representou a atitude mais conciliadora e sensível aos problemas sociais do país entre os presidentes liberais. Estudando-se as mensagens dos presidentes anteriores e posteriores, pode-se notar que ele foi o único a tomar atitudes que beneficiassem o pequeno produtor.

3.4 A POLÍTICA ECONÔMICA

Quando o Partido Liberal subiu ao poder, o país detinha certo crescimento econômico, ainda que tímido, e durante seu tempo de governo, esse processo continuou sem grandes alterações, com períodos de melhoria, mas coalhado de problemas, quando as crises políticas refletiam-se, inevitavelmente, na economia.⁴⁷⁶

Em termos estritamente econômicos, houve o desenvolvimento da indústria tanineira, introduziram-se os frigoríficos de carne o processamento do algodão e ampliaram-se, notavelmente, os mercados compradores de produtos paraguaios na Europa e nos Estados Unidos.

As questões centrais, referentes à economia, foram o saneamento da moeda, da dívida pública e da dívida externa. Todas as tentativas apontavam para a impossibilidade do Paraguai conseguir introduzir um sistema monetário por suas próprias moedas de ouro e prata. Isto

⁴⁷⁶ Os números desse crescimento, de acordo com dados fornecidos por Herken Krauer, são os seguintes: o gado passa de 1.000.000 de cabeças no início do século para 3.500.000 a partir de 1930, o valor das exportações passa de uma média de 3 milhões de peso ouro anuais entre 1900/04, para 15 milhões entre 1926 e 1928. (KRAUER, J. C. Herken. *Ferrocarriles, conspiraciones y negocios*. Assunção: [s. n.], 1984. p. 16. (2)). E o próprio autor diz que não se encontram dados sobre a agricultura nesse período.

eliminava a possibilidade do país ter uma moeda com seu valor fixado pelo livre câmbio do mercado, ao invés de atrelada ao peso argentino.⁴⁷⁷

Quanto ao endividamento, houve uma tomada de posição de todos os presidentes na busca de créditos, muitas vezes para saldar uma dívida contraindo outra, pois as dívidas aumentaram muito durante esse período de governo, devido aos conflitos armados e aos golpes vividos durante o governo do Partido Liberal, como os de 1909, de 1912, de 1920, e pela guerra do Chaco.

Para resolver todas essas crises, apostou-se na intervenção na economia, mas o caráter intervencionista do Estado foi, em muitas ocasiões, mais formulado que implantado, e reduziu-se, em essência, a uma presença nos mercados financeiros mais que no mercado dos fatores de produção e comércio. Essa incapacidade de intervenção do Estado foi gerada, no período, pela dispersão regional dos pólos de crescimento, devido à falta de comunicação entre eles, e pela falta de um mercado interno, propriamente dito.

Com esse quadro, as alternativas dos presidentes paraguaios estavam entre modificar parte da estrutura econômica herdada, como forma de não provocar uma ruptura muito grande que pudesse afetar negativamente o país, ou partir do que se apresentava e simplesmente administrar a situação, tornando-a mais ordenada e eficiente, através do uso de instrumentos indiretos da política econômica, mas sem mudar radicalmente a estrutura existente.

O recurso mais utilizado na condução dessa política, como se verá, foi a reforma. Acreditava-se que, através delas, poder-se-iam encaminhar medidas de ajuste na estrutura econômica que se apresentava, e, assim, eliminar as distorções que geravam os problemas.

⁴⁷⁷ Francisco Doratioto comenta que “[...] estabeleceu-se no Paraguai um círculo vicioso entre dependência e debilidade econômica. Isto porque quase todos os produtos paraguaios de exportação tinham concorrentes argentinos, levando os governos de Buenos Aires a adotar posturas protecionistas. Tal fato era particularmente grave ao considerar-se que até 1891, o mercado argentino era o maior comprador de produtos paraguaios”. (DORATIOTO, *op. cit.*, p. 475 (1)). “Era a moeda argentina o dinheiro utilizado nas transações do país guarani e a maior parte do acanhado comércio exterior paraguaio também se dava com a Argentina”. (DORATIOTO, *op. cit.*, p. 427. (1)).

Estudar-se-á, portanto, o encaminhamento dado por cada um dos presidentes às questões econômicas, processo esse que se iniciou no final do ano de 1904, após o Pacto de Pilcomayo, quando, depois de meses de conflagração civil, assumiu o poder Juan Bautista Gaona, como o primeiro presidente pertencente ao Partido Liberal a fazê-lo.⁴⁷⁸ Gaona era um dos empresários mais prósperos do Paraguai e representava interesses opostos à política econômica anterior colorada. Foi um presidente provisório.

Em suas mensagens, não trata das disputas internas do próprio partido. Como seu período presidencial durou pouco, ele teve tempo, apenas, de fazer um projeto para esboçar as necessidades mais elementares para uma reorganização administrativa.⁴⁷⁹

Gaona denunciou a corrupção existente nos governos colorados, asseverando que esta era de enormes proporções. E com os elementos citados anteriormente, como, por exemplo, a venda das terras fiscais e outras falcatruas e negociatas feitas por esse partido, pode-se concluir como verdadeira sua afirmação. Durante o período de governo colorado, a elite recebeu favores de todo o tipo, engordando a fortuna de seus membros, mas promovendo a pauperização do resto da sociedade.

⁴⁷⁸ Para todas as intervenções históricas feitas entre uma fala e outra dos presidentes, ou durante a atuação deles, bem como para compreender melhor a conjuntura em que se inseria cada mensagem, além dos dados fornecidos por elas mesmas, utilizou-se o trabalho já citado, *El estado general de la nación durante los gobiernos liberales*, editado pelo Archivo del Liberalismo.

⁴⁷⁹ Essas disputas se referiam às facções existentes dentro do próprio partido. Gaona sendo vítima da facção dos cívicos foi deposto em dezembro de 1905, devido a divergências com seu ministério, cuja maioria era composta de cívicos. A causa imediata que justificou sua demissão deveu-se ao veto de um empréstimo a um clube social de Assunção. Após esse pequeno período de governo, deixou para sempre a cena política. Gaona se refere ao início de sua administração do seguinte modo. “[...] *tuvimos que contratar nuevos funcionarios para todas las reparticiones dependientes de ese ministerio (Hacienda) [...] Se abrió desde 1º de enero, nuevos libros para la ‘Contaduría General de la Nación’ [...] Mi gobierno formó una comisión para hacer una búsqueda en las cajas de la ‘Tesorería Nacional’ del ‘Banco Agrícola’, de la ‘Oficina de Impuestos Internos’ de la ‘Caja de Conversión’ y de la ‘Aduana Central’ [...] Una nueva comisión investigadora que deberá informar al poder ejecutivo sobre la legalidad y la lisura de los actos administrativos del gobierno anterior en lo que se refiere a las operaciones de la “‘Caja de Conversión’, compra de armamento y gastos extraordinarios efectuados durante la revolución. Cuando mi gobierno llegó al poder encontró la ‘Caja de Conversión’ sin capital [...] Sobre la deuda interna, no puedo darles ningún dato preciso, debido a la desorganización que se encuentran los libros de la ‘Condaturia’*”. (GAONA, 1905, MP, p. 6).

No final de 1905, os “cívicos” adquiriram uma hegemonia transitória, designando presidente provisório a Cecílio Báez, o qual, no final de 1906, cederia seu lugar a Benigno Ferreira.

Em sua primeira e única mensagem presidencial, Cecílio Báez definiu as linhas mestras da política econômica a ser seguida em sua administração, as quais determinariam os anos seguintes do governo de Benigno Ferreira. Báez põe o acento sobre a necessidade de acelerar ao máximo a entrada de capitais estrangeiros e subvencionar a vinda de imigrantes estrangeiros ao país.

Báez esperava que, havendo uma confiança no país, os investimentos estrangeiros aumentassem, e que isso traria melhoria para todos os setores do Estado. Estabeleceu uma ligação entre o progresso da nação e a vinda de imigrantes estrangeiros. Assim, era da opinião de que “[...] *para conseguir la inmigración extranjera todo esfuerzo es poco, y todo sacrificio es válido, pues sin ella el país continuará vegetando por mucho tiempo... Y por eso que debemos determinar para el asentamiento del inmigrante y su familia setenta y cinco a cien hectáreas de tierras, por lo menos*”.⁴⁸⁰

Além de tratar da vinda dos imigrantes como forma de melhorar a agricultura do país, Báez enfrentou outros dois problemas que precisavam de solução urgente, segundo ele. Um deles era o problema da instabilidade financeira e o outro a concessão do *Ferrocarril Central*. Quanto ao primeiro, Báez sugeriu que fossem tomadas

*[...] medidas para reducir el tipo y cotización de la moneda y fijarla de modo a evitar sus constantes fluctuaciones, pues son perjudiciales a las transacciones comerciales. Retornar al régimen de una moneda sana, o por lo menos aproximarnos es una necesidad de vital importancia. Sin embargo, no seamos ilusorios al pensar que pueda venir con medidas artificiales, como la de establecer un tipo dado de conversión al papel moneda.*⁴⁸¹

⁴⁸⁰ BÁEZ, 1906, MP, p. 11

⁴⁸¹ BÁEZ, 1906, MP, p. 12. Para entender melhor essa questão que acompanha todo o trabalho, utilizou-se o livro de P. Fernandez, que trata das emissões de dinheiro, histórico da desvalorização da moeda no período em que

O problema do *Ferrocarril*, que vinha se agravando há muito tempo, era referente ao não pagamento de uma dívida que a empresa responsável contraía com o Estado paraguaio.⁴⁸² O debate que se fazia era o de retornar a empresa ao controle do Estado ou de este não mais ter participação acionária nela, para que se pudesse solucionar o impasse que emperrara a continuação das obras, desde 1890. Báez toma uma decisão que será acatada posteriormente no governo de Benigno Ferreira:

“[...] lo importante para la nación no es comprar otra vez el Ferrocarril, ni cobrar el aporte de sus acciones \$1.050.000, sino conseguir que mejore el servicio y se construyan algunos ramales en otras direcciones [...] Los Ferrocarriles no pueden ser construidos en el sur de América Latina sin la garantía de los capitales, o sin la concesión de ventajas de créditos.”⁴⁸³

Na primeira mensagem de Benigno Ferreira, em 1907, ele constata que houve ingresso de capitais estrangeiros, apesar da crise comercial originada por problemas climáticos. Para 1908, Ferreira anunciou o acordo final entre o Estado Paraguai e a empresa do *Ferrocarril*, e firmou um acordo com o *Banco Francés y Rio de la Plata*, para a criação de um banco misto, cuja função principal era a de regularizar a emissão da taxa de câmbio.⁴⁸⁴

Ambos os acordos não deixaram de suscitar fortes críticas e gerar novas tensões, que culminariam com a saída de Ferreira, em 1908, e a nomeação de Emiliano Gonzáles Navero, que representava o auge da tendência gondrista dentro do grupo liberal. Navero enfrentou,

o Partido Liberal esteve no poder, bem como das taxas de câmbio, comparadas aos mercados internacionais. (FERNANDEZ, P. *Análisis de la historia bancaria y monetaria del Paraguay*. Assunção: [s. n.], 1984.

⁴⁸² No trabalho de Krauer, sobre os *Ferrocarriles*, já citado, encontram-se referências à corrupção que houve envolvendo a venda de terras e estrada de ferro, pois, por cada trecho construído, a empresa ganhava as terras à direita e à esquerda da ferrovia em grande quantidade. Em uma digressão feita pelo autor, para situar o problema que ainda permanecia no período analisado por ele pode-se ler que, em 1874, oferecia-se ao comprador da ferrovia estatal uma légua de terreno de cada lado da estrada onde houvesse terrenos fiscais; onde não os houvesse, seriam entregues “noutra parte”. A empresa que adquirisse a ferrovia teria uma rentabilidade garantida de 7% sobre o capital previamente fixado em 8.000 libras esterlinas por cada milha inglesa de sua extensão. (KRAUER, J. Carlos Herken, *Ferrocarriles, conspiraciones e negocios*. Assunção: [s. n.], 1984).

⁴⁸³ BÁEZ, 1906, MP. p. 15.

⁴⁸⁴ FERREIRA, 1908, MP, p. 21.

logo de sua entrada no governo, o problema advindo da questão da venda das terras públicas.⁴⁸⁵

Ao tomar posse, Navero fez projetos para realizar a reforma agrária e outras questões relacionadas a ela para resolver problemas imediatos, no sentido de baratear o custo da terra para o trabalhador, e resolver a questão dos “*cánones arrendaticios*”. Mas tal não se deu, e ele se desculpou, dizendo que tais projetos só poderiam ser viabilizados mediante uma melhora das finanças fiscais do Estado, que, naquele momento, eram bastante precárias.

A reforma agrária fazia parte do conjunto das promessas de campanha e de um problema que o Estado não resolvera. Assim, o camponês continuou vivendo às expensas do latifúndio.

Observa-se que, em várias mensagens, os presidentes não se referem à solução de problemas, faltando, portanto, uma intervenção direta ou um enfrentamento desses problemas. A culpa pela falta de realizações concretas é atribuída à precariedade dos recursos, à falta de organização dos governos colorados e dos anteriores a ele, que não haviam racionalizado suficientemente os ministérios responsáveis.⁴⁸⁶

Por isso, sustentava a necessidade de uma lei de organização administrativa. A que foi esboçada em sua primeira mensagem concretizou-se em sua segunda, quando ele anuncia que “[...] *ese nuevo instrumento está em vigor desde 1º de enero de 1910. Ese fué uno de los*

⁴⁸⁵ “Otro punto que debo llamar la atención de Vuestra Excelencia es aquel relativo a la expropiación de tierras [...] Alienados los montes y campos fiscales en su casi totalidad, numerosos municipios del interior y núcleos importantes de la población no pueden desarrollarse por la falta de tierras y por los problemas de pagos de “*Cánones arrendaticios*” cada vez más pesados por parte de quien no tiene más la pose de la tierra que le pertenecía”. (NAVERO, 1909, MP, p. 20).

⁴⁸⁶ Os presidentes, de um modo geral, tratam da racionalização da administração, como uma forma de tudo resolver. Poder-se-ia pensar que se trata da visão da moderna economia capitalista, ou se basear no pensamento de teóricos liberais do século XIX, como Weber, por exemplo. “*La situación verdaderamente caótica del sistema financiero del Estado, que no permitía conocer de manera satisfactoria las entradas y las dudas, la falta absoluta de control de los gastos, la carencia total de formalidad en los procedimientos de pagos que convertía la “oficina recaudadora” y a cada habilitado en una “Tesorería General” con a facultad de hacer pagos con una simple orden verbal del ministro o del jefe de repartición, la corrupción de no rendir cuentas de los fondos del Estado, como una costumbre consagrada serán combatidas por el ministerio do ramo [...]*”. (NAVERO, 1909, MP, p. 23).

primeros intentos de centralizar el control de los gastos y los ingresos fiscales a través de la Tesorería General".⁴⁸⁷ Gonzáles Navero era da opinião de que só através da racionalização dos gastos fiscais se poderia solucionar o problema monetário. Comenta, no final da parte dedicada à economia, que os arranjos para um novo empréstimo internacional que havia sido autorizado pela lei de 17 de junho de 1909 permaneciam inconclusos.

Manuel Gondra, que assumiu a presidência em 1910, não chegou a implementar nenhum de seus projetos para o país, pois, entre 1910 e 1912, o Paraguai viveu um de seus períodos de maior instabilidade política e insurreição armada, com sucessivos governos transitórios e complôs em que os diversos grupos e facções políticas interagiram com os interesses da Argentina e Brasil.⁴⁸⁸ Essa etapa de grande instabilidade política no Paraguai coincide com um processo regional de auge econômico, de valorização da terra.

Eduardo Schaerer assumiu a presidência do Paraguai em 15 de agosto de 1912, iniciando um período de relativa estabilidade política. O cargo anteriormente havia sido oferecido a Manuel Gondra e a Manuel Franco, os quais o recusaram.

Em sua mensagem de abril de 1913, Schaerer assinala a necessidade de consolidar as finanças públicas, sobretudo devido às contratações de empréstimos realizados pelos governos anteriores, e a necessidade de um novo empréstimo, destinado a financiar os gastos

⁴⁸⁷ NAVERO, 1909, MP, p. 16.

⁴⁸⁸ Essa situação vinha se arrastando no país desde 1908, quando o grupo do Coronel Albino Jara tentava colocar seu grupo no poder. Quando esse chega à presidência em 1911, profere uma mensagem no Congresso com acenos à concórdia e à tolerância das opiniões alheias. Pensava fazer um governo duradouro, com idéias a respeito de economia e política até avançadas para um aventureiro, mas é assassinado. (JAEGLI, *op. cit.*) Suas idéias a respeito de como fazer crescer a receita pública, e assim conseguir o progresso da nação, passavam, além dos impostos, pela prática de um rígido controle de tudo o que o país exporta para que os produtos sejam competitivos no mercado mundial. Também pela idéia do aumento da produção, além do quesito qualidade. Disse em sua mensagem que "[...] *el Poder Ejecutivo se preocupará preferencialmente del aumento de la producción y estudia los medios de fomentar el desarrollo de la pecuaria y su mejoría, y dar facilidades también para fomentar la agricultura. Hará todos los arreglos necesarios para que los frutos de los productos del país tengan la mejor y más fácil colocación en los mercados extranjeros*". (JARA, 1911, MP, p.15.

revolucionários. Por isso, assinala que o processo de consolidação da dívida interna levará bastante tempo para ser solucionado.⁴⁸⁹

Em abril de 1915, anuncia, em sua mensagem, que o empréstimo autorizado ainda estava sendo negociado e que esperava a concretização dessa operação para poder atacar o perene problema da instabilidade do tipo de câmbio:

*los asuntos relativos al saneamiento del medio circulante, y regularización de la hacienda pública, no fueron resueltos por encontrarse subordinadas a la operación de crédito autorizada por ley de 28 de noviembre de 1912 [...] Me parece, que podemos sanear la moneda, sin pasar antes por el sacrificio que impone la obligación de redimir toda la emisión circulante, tal como manda la ley de aquel establecimiento.*⁴⁹⁰

Nesse texto, está contida uma explícita tomada de posição de Schaerer e sua equipe frente às implicações políticas de uma determinada política monetária, que aceitava a não correspondência direta entre a quantidade de ouro e o montante geral da emissão de papel moeda. Sugeria que seria possível contribuir para sua estabilização através de uma pressão impositiva em ouro, e intervindo ativamente na praça.

Esses projetos foram freados, abruptamente, com a irrupção da primeira guerra mundial. A queda da demanda das exportações, e o *crash* dos mercados financeiros afetaram também o Paraguai. Em 1º de abril de 1915, Schaerer anunciava que

[...] una profunda crisis afectó la vida económica de todos los países del mundo durante el año pasado. El Paraguay sufrió intensamente sus consecuencias. La depreciación súbita de la moneda nacional causó una situación extremadamente grave debido a que una parte muy importante de las

⁴⁸⁹ Percebe-se, ao longo das mensagens, que cada uma dessas “revoluções” fazia com que o Estado se descapitalizasse, pois no financiamento dos golpes havia muita corrupção por parte de membros do governo, gerando desestruturação no campo e na cidade, com mortes e destruições. Isto demandava tempo e energia para que fosse normalizado.

⁴⁹⁰ E continuava, afirmando que “[...] esta opinión está de acuerdo con el ejemplo de otros países y por los principios en que se basa la emisión monetaria. Salvo raras excepciones, los bancos emisores no tienen en sus arcas un montante que represente el contra-valor e oro de todas las notas. En esa observación se funda el precepto de la ley del Banco de la República, que autoriza a emitir el triple de monedas que corresponden su lastre, y siendo así, nada se opone a que las notas puedan encontrar su estabilidad de valor, sin que sea preciso su rescate integral, o en cantidad de oro equivalente a su valor total”. (SCHAERER, 1914, MP, p. 16).

*obligaciones en la plaza han sido contraídas bajo la especie de oro sellado*⁴⁹¹ *y a un cambio considerablemente inferior al actual [...].*⁴⁹²

A única saída possível era um novo aumento da emissão monetária. Por isso, em agosto de 1914 e fevereiro de 1915, essa emissão foi incrementada em 60 milhões de pesos de curso legal. Em sua mensagem de 1916, Schaerer reconhece que

*[...] gran parte del trabajo reconstructor y creador que mi administración se fijó como ideal de sus esfuerzos fueron truncados, pero me cabe el derecho de poder disculpar la relativa paralización de la actividad con la existencia de obstáculos inesperados que fueron más fuertes que los buenos propósitos, y sobretudo que los medios de que disponía para las tareas que me propuse.*⁴⁹³

Porém, na mesma mensagem, ele sublinha os efeitos positivos sobre a economia paraguaia da reativação da demanda mundial de matérias primas. Pela primeira vez, faz-se menção precisa da grande defasagem que começava a existir entre os preços de mercado das exportações e os valores reais das mesmas, que marcaram, por sua vez, o nível possível de ingressos fiscais.⁴⁹⁴

A primeira guerra mundial colocou a descoberto a debilidade intrínseca do sistema de arrecadação fiscal, que recaía sobre os impostos das importações. Ao serem reduzidas, e ao se mostrar sua grande defasagem sobre o valor real e o de mercado das exportações, acirrou-se a crise fiscal.⁴⁹⁵

Esto viene a mostrar que nuestro sistema tributario, que está asentado en su más fuerte rendimiento sobre una base aleatoria, el comercio de

⁴⁹¹ O Paraguai operava dentro de um sistema de papel moeda que não tinha conversão, e tinha a referência com o sistema da “*Gold Standard*” e moeda de papel inconvertível que havia sido implantado na Argentina desde 1889. Esse sistema havia criado uma unidade chamada “*peso oro sellado*”, equivalente na época a 0.20 Libras Esterlinas – ou uma Libra Esterlina equivale a 5 “*pesos oro sellado*” – equivalente a US\$ 0.96 dólares. (KRAUER, *op. cit.*, p. 45. (2)).

⁴⁹² SCHAERER, 1915, MP, p. 18.

⁴⁹³ SCHAERER, 1916, MP, p. 35.

⁴⁹⁴ “*Hasta ahora los valores de exportación se determinan de acuerdo con la tarifa de evaluación que se encuentra en vigencia desde el 1º de enero de 1909, cuya constatación no corresponde al valor real de los productos que expresan. Hecha la rectificación de los precios de los principales productos, la “Dirección General de Estadística” calcula un valor aproximado de \$ “oro sellado” 8.980.099 [...] (comparado con un valor oficial de \$ “oro sellado” 5.616.172)*”. (SCHAERER, 1916, MP, p. 32).

⁴⁹⁵ FERNANDEZ, *op. cit.*, p. 161.

*importación, necesita nueva orientación para fuentes más seguras y también más productivas y menos onerosas al consumo. Los proyectos de reforma del impuesto territorial tienen todos esa tendencia.*⁴⁹⁶

Mas todos esses projetos seriam truncados, e muitas de suas propostas e estudos foram desconsiderados, fazendo com que o país regredisse economicamente.

No final do governo de Schaerer, divulgavam-se novas idéias a respeito de economia, através de um estudo de Eusebio Ayala sobre economia e política, no qual este combinava as idéias do liberalismo clássico de Adam Smith e a nova dinâmica da economia sustentada por Maynard Keynes. Ayala tratava, especificamente, da função da moeda na economia das nações. Esse estudo é citado por vários historiadores como um marco para as novas idéias de economia que despontavam no mundo; como exemplo, o historiador Peña Villamil a menciona, dizendo o que Ayala pensava sobre a questão, com o seguinte comentário: “*El fin de la institución de la moneda es prevenir y evitar los inconvenientes derivados de la incertidumbre de la interpretación de los contratos y fijar de una manera uniforme las responsabilidades civiles no especificadas, pero no cumplidas en el modo convenido*”. E conclui que essa forma de pensar seria válida até a atualidade.⁴⁹⁷

Após a saída de Schaerer, assumiu o cargo Manuel Franco. Sua entrada aconteceu em um momento chave para a economia do país, que se encontrava desestruturado pelos problemas promovidos pela primeira guerra mundial.

Em sua primeira mensagem presidencial, em abril de 1917, principia atacando o centro dos problemas do momento, a crise econômica:

Nuestro país atraviesa por momentos difíciles. La crisis económica, anunciada desde 1914 se ahondó más aún, y el mal estar resultante se va

⁴⁹⁶ SCHAERER, 1916, MP, p. 35. Novamente se pode ver que a falta de um mercado interno, e da existência de impostos diretos, levou o país a uma artificialidade no sistema de arrecadação, somente se atendo a impostos indiretos que dificultava até mesmo a taxaço do principal veio financeiro do Estado.

⁴⁹⁷ VILLAMIL, Manuel Peña. Eusebio Ayala: perfil de um ciudadano. In: *Historia Paraguaya*. Assunção: Anuário de la Academia Paraguaya de Historia, 1984, n. 21, p. 147.

*manifestando de diversas formas, en especial en la forma de delitos contra el patrimonio público y el surgimiento de movimientos huelguistas.*⁴⁹⁸

Assim, Franco teve que administrar os problemas sociais, que haviam se agravado com o encarecimento do custo de vida, produzido, entre várias causas, pela elevação de preços das matérias primas gerada pela primeira guerra.

O país exportava matéria-prima, mas também importava itens que não conseguia produzir. Devido a problemas climáticos, as exportações ficaram prejudicadas, justamente no momento em que seu preço estava em alta no mercado. Referindo-se a esse problema, o presidente lembrava:

*[...] iniciamos ahora de forma tímida una recuperación de todo eso a través de ingresos fiscales provenientes de la demanda de las exportaciones. Esa nueva situación permite al Estado actuar de forma bastante decidida frente a la coyuntura crítica que se produjo en los sectores rurales, debido a las malas condiciones climáticas y a la plaga de langostas. [...] por suerte las inclemencias de la naturaleza cesaron a tiempo, y el trabajador recibió el premio de su trabajo constante a través de una cosecha suficiente, no solo para su subsistencia, como también para la exportación. Antes, cuando aún duraban los días de tormento, el gobierno vino en socorro de la población rural con ayuda de alimentos, semillas y préstamos financieros, consiguiendo para ellos adelantamiento de fondos de la “Tesorería” y del Banco Agrícola en un total de cinco millones de pesos (curso legal). Creo que será motivo de satisfacción para todos constatar que la nación llegó a un grado de desarrollo suficiente para que mi gobierno pueda enfrentar gastos extraordinarios parecidos sin tener que utilizar procedimientos dudosos para captar tales recursos.*⁴⁹⁹

Franco acreditava que essa situação poderia levar ao descontentamento social, pois esse não acontecia por acaso, mas sempre motivado por uma situação concreta, de penúria. Por isso necessitava de tratamento. E a forma como se referia a ele corresponde a uma atitude original e conciliatória dos problemas sociais do Paraguai. Em sua mensagem de 1918, assevera que o governo foi ainda omissos na questão, e propõe uma forma de sanar o problema:

[...] las huelgas que surgieron tan frecuentes el año pasado ahora han disminuido. Ese cambio no debe ser atribuido al hecho de que la cuestión

⁴⁹⁸ FRANCO, 1917, MP, p. 2.

⁴⁹⁹ FRANCO, 1917, MP, p. 6.

*social haya cambiado entre nosotros y que los trabajadores hayan alcanzado su intento, sino por convencerse que no es esa la forma que va conseguirse mejorar el país. Nuestro deber es abastecer las necesidades de los trabajadores antes que se rebelen y pasen a defender ideologías extrañas a nuestro medio.*⁵⁰⁰

Ao mesmo tempo em que Franco respondia aos setores urbanos, também se lembrava de que existiam outros setores igualmente prejudicados e em situação de miséria: *“Hay una parte considerable del proletariado que no está acostumbrado a quejarse de las penurias en que vive, pero su situación es de la misma forma penosa. Me refiero al proletariado del campo. Tenemos que ayudarlos con todos los medios materiales y espirituales que disponemos”*.⁵⁰¹

A conjuntura em que se encontrava o país permitiu não só certa trégua nas situações de eventual crise social, mas também uma reavaliação da situação financeira do Estado e do curso que a política monetária deveria seguir. Isso aconteceu devido aos vários fatores de produção em andamento, incluindo a abertura de novos frigoríficos, que revigoraram, de forma considerável, o setor pecuário, produzindo ingressos significativos em ouro, além de outras fontes exportáveis.

P. Fernandez assinala que, pela primeira vez desde a venda das terras fiscais, na década de 1880, e em breves períodos, de 1904 a 1905 e de 1912 a 1913, a balança não registrava tantos saldos positivos. Isso fez baixar a cotização de ouro em relação ao papel

⁵⁰⁰ FRANCO, 1918, MP, p. 13. Disse, em outro trecho dessa mensagem que os conflitos entre governo e trabalhadores estavam no auge, principalmente motivados pelos ecos das contendas em curso na Rússia e em todo o mundo, envolvendo ideologias diferentes daquelas praticadas e aceitas no país. E ainda que o custo de vida, devido também à guerra, estivesse muito alto, por outro lado, as divisas aumentavam devido ao aumento de exportações ocorrido após a guerra. Mas são as classes mais desfavorecidas que vão gritar mais alto e ele vai ter que se ater a elas, respondendo alguma coisa. *“Lo primero que necesita ser hecho es resolver el problema del costo de vida que está dejando a todos en situación de miseria debido al descompaso entre lo que ganan y lo que necesitan para su sustento. Al gobierno cabe, entonces, valorizar la moneda como medio de valorizar el trabajo humano, fuente de vida para toda la sociedad. Los demás factores de una política económica favorable son conocidos: economía en el gobierno y en la sociedad, parar las emisiones de moneda, sistema de impuestos basados en la capacidad de los contribuyentes y no en sus consumos, etc. Si algún de estos factores aún no fueron adoptados, será fácil conseguirlos”*. (FRANCO, 1918, MP, p. 13).

⁵⁰¹ FRANCO, 1918, MP, p. 15.

moeda, e voltou a colocar em primeiro lugar propostas destinadas a uma solução a longo prazo do problema monetário.⁵⁰²

Manuel Franco aproveitou a situação.⁵⁰³

Como as desavenças entre o poder executivo e o legislativo foram muitas, e emperraram enormemente decisões que teriam sido definitivas para o país, de forma concreta, isso acarretou que a maior parte dos programas de reforma dos impostos e outras, propostas por Franco não puderam ser implementados, devido à falta de um consenso dentro do Congresso. Essas propostas incluíam a questão monetária que estava em debate. Em 1919, Franco volta a insistir na possibilidade de uma fixação do tipo médio, de antes da guerra, de 1.500 sobre a base de emissão de *billetes* conversíveis. Sua morte, porém, deixou truncados todos esses projetos.⁵⁰⁴

A etapa de transição que se inicia com a morte de Franco e com o governo do presidente em exercício, José P. Montero, havia de prolongar-se por vários anos, pois a presidência de Manuel Gondra não durou muito tempo, e os governos de Eusébio Ayala e Luis A. Riart haveriam de transcorrer entre os problemas agudos da instabilidade política e militar de 1922-23.

⁵⁰² FERNANDEZ, *op. cit.*, p. 15.

⁵⁰³ “Llegó la oportunidad, y el Estado dispone de medios para amortizar la circulación actual fijando el valor del ‘billete’ a 1.500. El país entro en una rápida renovación económica y tengo en estudio un proyecto retirando la emisión actual de 3.000 para 1.500, no obstante, ignoro si antes de algunos meses el plan estará maduro para merecer la sanción legislativa. Anuncio, así mismo para que se lo conozca y discuta, porque considero que en un país democrático se impone la amplia discusión pública de todos los asuntos de interese general”. (FRANCO, 1918, MP, p. 23).

⁵⁰⁴ “Llegó el momento de intentar resolver el problema? A mi modo de ver, si. Las restricciones de los años de guerra e la valorización de nuestros productos de exportación nos permitirán pagar parte de la deuda externa. Al mismo tiempo en que ingresan importantes remesas de moneda con su equivalente e oro en los cofres públicos. Por último, nuestra actividad económica recibe vigoroso impulso de los frigoríficos. Todos esos factores tienden a producir la valoración del medio circulante, el cual, por consiguiente, no es ficticio y propenderá a acentuar-se. Conviene que la valoración del ‘billete’ continúe indefinidamente? Posee el gobierno medios para estabilizar el cambio? Para impedir la valorización posterior del papel moneda, si, ya lo había dicho. Para impedir su nueva desvaloración, por lo menos pasajera, tengo que confesar que no tenemos lo suficiente. El montante de la ‘Oficina de Cambios’ no basta. Tenemos que recurrir al préstamo o al impuesto para acumular un fondo de garantía suficiente. Sin embargo lo primero no es seguro y el segundo demanda tiempo”. (FRANCO, 1919, MP. p. 23).

Essa etapa coincide, por sua vez, com uma acomodação da conjuntura mundial, com uma abrupta contração no nível dos preços internacionais da maior parte das matérias primas, assim como uma queda da demanda pelas exportações paraguaias. Crescente *déficit* público e instabilidade do tipo de câmbio voltaram a constituir-se nos maiores problemas do Estado, além da intranquilidade por parte dos trabalhadores, que gerava novos desafios. José P. Montero já sintetizava os sintomas dessa nova crise:⁵⁰⁵

*Dentro de la situación financiera, no de todo desesperadora, pues la deuda interna flotante del gobierno no excede a \$ 16.000.000 de curso legal, el desfalco que más urge cubrir, sin ninguna duda, es el concerniente a los salarios atrasados de los administrativos, en una cuantía de 9.000.000 de curso legal, incluyendo aquel debido a las jubilaciones y pensiones.*⁵⁰⁶

A “*Oficina de Cambios*” continuava intervindo no mercado, porém carecia dos meios suficientes para que essa intervenção fosse realmente efetiva.⁵⁰⁷

Tudo isso funcionava como uma advertência aos setores econômicos, de que estes deveriam contribuir para gerar os recursos de que o Estado necessitava para estabilizar o câmbio, sob a forma de impostos diretos. Essa tônica aparece na única mensagem de Manuel Gondra, que deixa transparecer a influência de seu ministro da Fazenda, Eligio Ayala.

⁵⁰⁵ A mensagem de Montero foi escrita no começo da década de 1920, quando no horizonte se delineava um novo momento de instabilidade, com um exército, que aparentemente profissionalizado, começou a tomar partido e tudo prenunciava os dissabores das violentas insurreições que viriam nos próximos anos.

⁵⁰⁶ MONTERO, 1920, p. MP, p.15.

⁵⁰⁷ “*Decianos el doctor Franco en su último mensaje: ‘Dos son los medios que pueden ser utilizados para estabilizar la moneda: el préstamo o el impuesto, entretanto el primero no es seguro y el segundo requiere tiempo. Pues bien, la cuestión se coloca hoy en los mismos términos. La ayuda exterior es posible, sin embargo no hay que guardar muchas esperanzas. Es imprescindible buscar la solución a expensas de nuestras propias fuerzas. Hemos vivido cerca de 30 años bajo el efecto de ese desastre, no es exagerado decir que ese estado de cosas ha atrasado nuestro progreso en 50 años, y si subsiste, nuestra evolución económica será lenta, sujeta a alternativas desesperadoras que culminaran por debilitar nuestra resistencia moral. Como suprimir ese profundo mal? Tomando los recursos donde se encuentran, por medio de impuestos enfrentados con decisión patriótica, con un previo examen de las formas de establecerlos. Sería preferible que las clases capitalistas del país vengán a facilitar de modo espontáneo al gobierno los recursos de que necesita, en forma de un préstamo interno garantizado, ya que son ellos los que se beneficiaran más de las soluciones encontradas. Pero como eso parece improbable, la creación de impuestos de rendimiento seguro y abundante aún cuando sean percibidos en un plazo de varios años, es inevitable. Gran parte de su producto se destinaría a la estabilización del cambio, e el resto al fomento de la producción y la creación de medios de transportes fluviales’*”. (MONTERO, 1920, MP, p. 57).

Novamente, a solução para a crise passaria pelo aumento da emissão monetária, incrementada em 25.000.000 de pesos de curso legal. Os efeitos dessa crise continuariam sendo sentidos ainda em 1922-23.

A conjuntura do mercado internacional, depois de 1923, favoreceu a reanimação da economia paraguaia, mas em proveito, fundamentalmente, das empresas estrangeiras estabelecidas nos distintos ramos do setor primário. Para citar algumas cifras, desde 1913, sessenta e oito companhias anglo-argentinas possuíam 10 milhões de hectares no Chaco Boreal dedicados à exploração vacuna e madeireira (incluindo o quebracho) e os primeiros frigoríficos funcionavam como simples prolongamento dos existentes na Argentina. Ainda que os investimentos ingleses não superassem os 16 milhões de dólares – três milhões dos norte-americanos –, o país encontrava-se nas mesmas mãos que dominavam o resto do Prata.⁵⁰⁸

Eusebio Ayala, que assumiu a presidência provisória em 1921, teve a possibilidade de esboçar um novo enfoque em matéria de política econômica, e atuou, até certo ponto, como contrapeso da crescente linha intervencionista do Estado, que determinava o que produzir sem qualquer racionalidade e sem a devida pesquisa de mercado para a colocação desses produtos, o que resultava, invariavelmente, no encalhe de muitos itens destinados à exportação. O presidente incentivou e deu subsídios para que se produzisse somente o que tivesse competitividade no mercado.⁵⁰⁹

Além de racionalizar a produção, Ayala procurou resolver seus problemas de escoamento. Para tal, apostava na formação de uma rede de *carreteras*, no interior, e

⁵⁰⁸ Em Gaona, encontra-se uma descrição pormenorizada dessa situação, incluindo estatísticas. (GAONA, *op. cit.*, p. 150-155).

⁵⁰⁹ Eusebio Ayala ocupou a presidência de forma provisória, após a segunda renúncia de Manuel Gondra, período em que as diferenças internas do Partido Liberal somadas às intrigas do exército e do opositor Partido Colorado, provocaram uma sangrenta guerra civil. Dez anos mais tarde, voltaria à presidência do país e aí esteve de frente com o conflito do Chaco, após cujo término foi substituído pelo Partido Febrerista, tendo a frente Rafael Franco. Passou alguns meses na prisão, abandonou o país em 1936, indo para Buenos Aires.

sustentava que, se os capitais destinados ao fomento do crédito agrícola e industrial e na aquisição de produtos fossem empregados em construir *carreteras*, o benefício final seria, sem dúvida alguma, maior para o país.

Ele afirmava que a solução do problema do custo de capital viria, em parte, pela solução do problema monetário, cujo maior desafio era a instabilidade. Propunha um tipo de câmbio fixo que deveria ser acompanhado por uma nova instituição financeira em mãos do Estado, uma instituição de *redescuento*, que, sem a pretensão de rivalizar com bancos privados, poderia contribuir para as indústrias capazes de uma intensa evolução.

Esse financiamento deveria ser seletivo, destinando, em primeiro lugar, um incentivo à pecuária, uma vez que a agricultura ainda demoraria a dar os frutos desejados. Eusébio Ayala insistia, pela primeira vez em muitos anos, em uma política migratória. Implicitamente, aceitava que somente essas modalidades poderiam vencer os obstáculos chaves do alto custo do capital e do alto custo do transporte.

A reativação da economia argentina, pólo ao redor do qual girava a paraguaia, e a rápida ampliação dos cultivos de algodão em terras de agricultores guaranis possibilitou ao presidente Eusebio Ayala sanear as finanças do país e realizar uma política de concórdia nacional, que não excluiu os colorados. Estes não só foram apoiados em seu propósito de reivindicar a memória de Francisco Solano López no centenário do seu nascimento (1920) – os legionários haviam-no declarado traidor da pátria –, senão que autorizados a integrar novamente o Congresso. Aparentemente, afiançava-se uma trégua em meio às lutas civis.⁵¹⁰

⁵¹⁰ Essa atitude corresponde ao que se afirmou anteriormente, que, para haver uma união das consciências em torno da necessidade da guerra do Chaco, o governo liberal, também veiculou e revigorou os mitos pátrios. A condenação de Solano López aconteceu antes mesmo de sua morte, quando esse lutava em Cerro Cora, no final de 1869, e o governo foi comandado pelo ministro do império do Brasil José Maria da Silva Paranhos, depois chamado Visconde do Rio Branco, e um de seus objetivos foi declarar que o marechal López estava fora da lei, “[...] *como asesino de su patria y enemigo del genero humano*”. (CARDOZO, Efraim, *op. cit.*, p. 151).

Eligio Ayala ocupou a presidência provisória em 1924, para logo ser empossado para o período de 1925-28, e a conjuntura em que assumiu o controle das finanças do Estado era de completo caos, pois, no começo da década de 20, o Estado apresentava um *déficit* de proporções consideráveis em seus recursos ordinários, que seriam agravados pelos gastos das insurreições de 1922-23. O pagamento da dívida externa estava atrasado, a política de impostos desorganizada e o problema da moeda ainda carecia de solução.⁵¹¹

Por isso, na mensagem de 1926, anunciava que iria regularizar o pagamento da dívida externa. Essa mensagem, porém, reveste-se de um tratamento mais teórico, através do qual manifesta diferentes modos de ver e de resolver os problemas da estrutura e da conjuntura econômica do Paraguai: “*Somos liberales en economía, en la acepción moderna de esta palabra. Rechazamos el paternalismo económico, no queremos retroceder. Creemos que la actividad económica debe ser ejercida por la nación antes que por el gobierno*”.⁵¹²

Essa abrupta confissão, como se pode ver, parece ter sido uma forma encontrada pelo presidente de aplicar os impostos e, ao mesmo tempo, de relaxar um pouco a função do Estado, frente ao mercado dos fatores de produção. Com esse mesmo intuito, tratou da oferta de força de trabalho mais especializada, que era a dos imigrantes, e assinalava que “[...] *más de una vez expreso la convicción que no debemos abrigar muchas esperanzas que serian engañosas en la inmigración artificial. La única inmigración que puede ser factor real y permanente de nuestro progreso es la espontánea, que obedece a la atracción normal de las condiciones económicas del país*”.⁵¹³ Em outro ponto, aborda a saída de pessoas capazes do país, o que se costuma chamar de “fuga de cérebros”, afirmando que a verdadeira causa da

⁵¹¹ Para trabalhar as questões de câmbio e função do Banco Central, além do que as mensagens trazem, o trabalho de R. Riter e Luis A. Berthomier, *Apuntes de Economía política*, traz detalhes de como os argentinos seguraram o máximo a conversão da moeda paraguaia, para que essa continuasse atrelada à sua, devido a venda de produtos paraguaios similares em que eram intermediários. (RITER, R.; BERTHOMIER, Luis A. *Apuntes de economía política*. Buenos Aires: [s. n.], 1945).

⁵¹² AYALA, Eligio, 1926, MP, p. 57.

⁵¹³ AYALA, Eligio, 1926, MP, p. 63.

imigração do país eram os motivos políticos, mais que os econômicos, e que, uma vez restaurada a paz interna, os imigrados voltariam.⁵¹⁴

Nessa mesma mensagem, Eligio Ayala trata da questão da reforma agrária, sendo a primeira vez que um presidente liberal toca no assunto, devido ao fato da questão ir se agravando pela entrada de capitalistas estrangeiros que investiam na pecuária, e que compravam terras à vontade, aumentando o número de famílias desalojadas que procuravam nas cidades seu sustento.

Ayala era contra o caminho das expropriações, e sugeria uma lei que, de alguma maneira, encontrasse o equilíbrio entre o fomento à pequena propriedade rural, os latifúndios e a disponibilidade concreta de terra. A questão monetária, porém, continuava ocupando a maior parte dessa mensagem, pois as reformas feitas para resolver o problema da moeda haviam sido mal compreendidas, segundo ele.

Na mensagem de 1927, apresenta um projeto para a criação do *Peso Paraguayo oro* e para o *Banco Central*, mas que não foram aprovados. Sorte melhor tiveram as reformas aduaneiras, que, depois de muitos anos resultaram em um superávit.⁵¹⁵

Portanto, o ano de 1927 inicia-se com uma situação econômica diferente, deflacionária, em que os preços baixaram. Mas o presidente ressentia-se das críticas que iam se fazendo ao seu governo. De forma surpreendente, até meio contraditória, diz nessa mensagem que

[...]la economía nacional es la base del bien estar colectivo y del vigor financiero del Estado, reclama la atención laboriosa y continua del gobierno. La libertad económica no puede ser absoluta. Siempre hubo y habrá una política económica y financiera. Pero la política financiera

⁵¹⁴ O Paraguai é um país com uma das mais baixas densidades demográficas do mundo. E até hoje são publicados artigos nos quais vários jornalistas e analistas, paraguaios e estrangeiros, referem-se à migração paraguaia como uma verdadeira diáspora. Tome-se como exemplo o título de um artigo estampado no jornal “*Hoy*” (15 jun. 1989): “*Paraguay: uno de los países mas despoblados del tercer mundo*”.

⁵¹⁵ RITER; BERTHOMIER, *op. cit.*, p. 35.

*difiere fundamentalmente de la económica. Esta es indirecta y negativa, y aquella es inmediata y positiva.*⁵¹⁶

Através desse artifício, Ayala consegue ser um liberal de fachada e, ao mesmo tempo, intervir na economia. Apoiou-se nessa distinção entre política financeira e política econômica para tratar da queda dos preços internacionais e domésticos e da conseqüente retração em certas esferas econômicas, que pareciam gerar o temor de uma nova crise. Mas, de qualquer forma, em sua última mensagem, ele se diz bastante decepcionado com tudo o que conseguira em seu governo, pois a oposição aos seus projetos o haviam deixado desgostoso.

Mesmo tendo conseguido arrecadar mais que seus antecessores e resolver alguns problemas, o dinheiro existente no país, por falta de segurança e pelas flutuações constantes do câmbio, ia para outros países, pois o governo fora incapaz de “*hallar un mecanismo de seguridad para los bancos*”.⁵¹⁷ Ayala tentou ampliar a base de recursos do governo com os impostos diretos, principalmente com impostos imobiliários, ao capital e às empresas, mas todos esses projetos não conseguiram ser realizados, e o grosso das entradas continuava mesmo sendo captado pelos impostos ao comércio exterior.

Passada a década de 1920, dois grandes desafios colocavam-se frente ao governo: o iminente conflito com a Bolívia, e o acirramento da questão social.

Subiu então ao poder o presidente Jose P.Guggiari, o qual, em sua primeira mensagem, toca nesses problemas, prometendo resolvê-los. Com relação ao primeiro, propõe a formação de uma junta, chamada “*Junta Nacional de Aprovechamiento*”, e esboça as

⁵¹⁶“*Nuestra política económica es liberal, de libre competencia, excluye el paternalismo, la tutela de la iniciativa y de la actividad privada. Se reduce a fomentar y reglamentar la actividad económica. La financiera al contrario es coercitiva y normativa. Es básicamente coercitiva para obtener recursos, limita y distribuye la inversión de esos... Esta diferencia entre ambas, nos lleva a concluir que hicimos política financiera con la exclusión de la económica. Mismo que la política económica se atrofie la financiera se expande con exuberancia. Con la aplicación del moderno principio de la unidad financiera, extiende su función a todos los órganos de la administración pública*”. (AYALA, Eligio, 1927, MP, p. 3).

⁵¹⁷ AYALA, Eligio, 1927, MP. p. 73.

primeiras linhas de uma política de financiamento para os gastos bélicos.⁵¹⁸ Quanto ao segundo, devido ao fato de as pressões sindicais terem aumentado muito, para conter o que ele chama de exageros, utilizou-se do estado de sítio. Em sua mensagem de 1931 segue insistindo na necessidade de novos projetos de legislação social, os quais, segundo ele, deveriam ter sido apresentados no ano anterior.⁵¹⁹

Além desses dois desafios, a crise econômica mundial de 1929 fez os preços das exportações caírem, o que acarretou um impacto, devido à contração da demanda e da produção. Em 1930, a crise estava em seu auge, e, além dos problemas internos, já citados, começava-se a ter problemas com o protecionismo da Argentina.

A situação do país ficou, então, caótica, e todos esses problemas, que já advinham de longa data, não tiveram solução em todo o tempo em que o Partido Liberal permaneceu no poder, antes resultaram na criação de outros novos. Pode-se ter uma noção dessa situação pelo relato de um encarregado britânico de negócios em Buenos Aires, cuja responsabilidade era o Paraguai. Ele viajou pelo país e, depois, fez um comentário, em tom bastante pessimista, no qual afirmava ser o país desorganizado, podendo-se encontrar até ratos nas repartições públicas.⁵²⁰

⁵¹⁸ Encontram-se mais detalhes a esse respeito no livro de L. Guggiari “*El financiamiento de la defensa del Chaco*” onde o autor trata da importância dada ao conflito por parte do governo de Guggiari e de Ayala, fazendo com que tudo no país se paralisasse. (GUGGIARI, Livieris. *El financiamiento de la defensa del Chaco*. Assunção: [s. n.], 1983).

⁵¹⁹ “*Como, por ejemplo, el proyecto de ley del seguro obligatorio que comprende el seguro de enfermedades, el seguro de accidentes y el de invalidez [...] el empleado o el trabajador brazal, no tiene su trabajo debidamente pago solamente con el salario que reciben*”. (GUGGIARI, 1931, MP. p. 53).

⁵²⁰ “*Encontré la pequeña capital en las mismas condiciones de atraso de ‘muerte en vida’ que había conocido durante mis visitas previas. Todavía no tiene un sistema de alcantarillado, no dispone de agua potable, y el pavimento de las calles debe ser probado para creer en lo que se puede hablar. En todo lugar se percibe estancamiento y falta de dinero. la ciudad está creciendo, pero todo se encuentra en un estado lamentable parece que está todo abandonado. Y durante conversación con el Ministro de Hacienda en su oficina, grande y con muebles sucios, mi atención se dirigió para las ratas que vagaban en las vigas que sostenían el tejado, de una pared a otra*”. (KRAUER, *op. cit.*, p. 74. (1)).

Independentemente da quantidade de ratos que o encarregado viu, o que se pode notar, por trás dessa situação, é o problema das condições econômicas do Paraguai em relação à questão do protecionismo dos outros países, que se tornou muito forte por essa época.

O próprio Guggiari, em sua mensagem de 1931, faz uma retrospectiva das pendências históricas que o Paraguai tinha para consigo mesmo e como isso afetou toda a economia do país, aludindo, mais ou menos, ao que o encarregado tratava, pois não entendia, ou não aceitava, como o Paraguai ficara tão alijado de todo o processo de desenvolvimento mundial:

*En la situación que se encuentra el planeta, el Paraguay, paga, sin duda, su tributo a la depresión común: todas sus actividades económicas están tímidas. El progreso llega aquí un tanto sin fuerza. Por que? El gran enriquecimiento de los pueblos iniciado en 1848 y que siguió en progresión continua – las depresiones existentes fueron locales y transitorias – desde 1914, no alcanzó el Paraguay.*⁵²¹

O início da guerra do Chaco (1932) tornou ainda mais aguda essa situação, introduzindo novos desafios à estrutura econômica e financeira do Paraguai. A partir de 1933, tanto as mensagens presidenciais como os dados estatísticos disponíveis tornaram-se insignificantes ou inexistentes, tendo mais vulto os temas referentes às questões de estratégia.⁵²²

Na mensagem de 1933, Eusébio Ayala ainda tentou criar medidas para o controle do câmbio, mas o feito mais notável desse ano foi a criação do *Ministerio de Economía*, com o objetivo, segundo o presidente, de “[...] frenar tanto las presiones ideológicas como las necesidades concretas de una mayor fiscalización por parte del Estado de las actividades

⁵²¹ E continua, relatando a situação. “*Mientras las demás naciones se desarrollaron, nosotros éramos víctimas de la guerra de la Triple Alianza; y mientras la existencia de los otros pueblos quedaba cada vez más cómoda, con innumerables obras de cultura y de progreso, en la vida ocurría en un nivel modestísimo. No conocíamos el refinamiento que eleva el padrón de vida. El Paraguay pasa por la crisis, pero, sin dolor, porque no tiene muchas deudas ni muchas divisas. Desde 1916 la deuda externa del Paraguay, lejos de haber subido como en todos los demás estados de este continente, bajó sensiblemente*”. (GUGGIARI, 1931, MP, p. 45).

⁵²² A guerra do Chaco para o Paraguai foi estilo “vitória de Pirro”. Ganhou, mas perdeu muitas vidas e se desgastou muito, sendo que a arbitragem final ficou por conta do Brasil, que finalmente decidiu a questão com a Bolívia, contra a qual o país lutara. (SEIFERHELD, Alfredo M. *Economía y Petróleo durante la guerra del Chaco*. Assunção: Editorial Histórica, 1983, p. 23-24).

económicas”.⁵²³ Em 1935, o presidente já fazia um balanço dos gastos com a guerra e esta seria a última mensagem de um presidente liberal no poder sem estar ligado ao exército.

Eusebio Ayala ainda trata, mesmo com o país arrasado de todas as formas pela longa guerra, de dar alguma esperança com relação ao câmbio e à continuidade da vida política e econômica da nação:

*Somos un país productor de materias primas y esta condición más o menos cambiada, permanecerá por mucho tiempo. La evolución industrial corresponde solamente a países desarrollados [...] El porvenir de este país depende del comercio exterior. Siendo así, debemos estimular el intercambio, esto es comprar artículos extranjeros y vender los nuestros. La doctrina proteccionista no conviene al Paraguay.*⁵²⁴

O presidente, praticamente, não teve o trabalho de administrar o país após a guerra, pois, em fevereiro de 1936, o Partido Liberal saiu do poder, com a entrada do Partido Febrerista, quando assumiu a presidência Rafael Franco, o qual, no ano seguinte deu lugar a dois outros presidentes liberais, Felix Paiva (1938-1939) e José Félix Estigarribia (1939-1940), que representaram os últimos governos liberais, mas estavam fortemente ligados ao exército, governando sob um regime de exceção.

Apesar da grande quantidade de recursos internos que o Paraguai poderia utilizar para ser um país desenvolvido, é uma contradição que, no início da década de 1930, depois de quase sessenta anos de vida constitucional, ainda passasse a imagem de um país pobre ou miserável. O desperdício de energia que o Partido Liberal praticou no período, financiando golpes, revoluções, guerras civis e a guerra com a Bolívia – o que revelava sua extrema falta de caráter político, pois os políticos haviam se tornado um joguete nas mãos dos interesses das empresas estrangeiras –, seria suficiente para colocar o país nos trilhos, não só da economia mundial, mas de seu desenvolvimento próprio.

⁵²³ AYALA, Eusebio, 1933, MP, p. 32.

⁵²⁴ AYALA, Eusebio, 1935, MP, p. 79.

Uma outra apreciação do país, durante a vigência do Partido Liberal, também dada por um britânico, ajuda a entender a situação em que se encontrava o país, na década de 1930. Esse personagem, funcionário do Banco da Inglaterra, veio de lá especialmente para prestar assessoria ao Paraguai na fundação do Banco Central Paraguaio, de modo a criar um sistema monetário de referência ao ouro, abandonando a relação com o peso argentino. Rechaçou a proposta paraguaia logo de imediato, pois disse que não queria irritar os interesses norte-americanos naquela área, e porque havia encontrado um texto de um funcionário britânico no qual se podia ler “[...] *El Paraguay es un pequeño país, bastante patético, con muy poco futuro, los intereses británicos consisten fundamentalmente en algunos propietarios de tierra, y un tren, no muy próspero. La mayor parte del capital extranjero es argentino*”.⁵²⁵

A Argentina continuou a interferir na economia paraguaia até o final da década de 1930, quando, a partir de 1940, os governos fortes que assumiram o país estabeleceram maior contato com o Brasil e Estados Unidos, cortando aquela dependência, e conseguindo uma moeda própria, o “*guarany*”.

3.5 LIMITES DA PRÁTICA DO GOVERNO

Para avaliar o governo do Partido Liberal, os autores paraguaios, como Guido Alcalá, Efraim Cardozo e outros dividem-no em três fases. Ange François Casabianca afirma que a primeira fase caracterizou-se por uma anarquia constante, a segunda pela alternância entre as crises políticas e levantamentos armados que desembocaram, várias vezes, em guerras civis, e a última pela estabilização interna e um “[...] *enderezamiento económico y financiero en los años que antecederán inmediatamente a la segunda gran guerra de la historia paraguaya*”.⁵²⁶

⁵²⁵ KRAUER, *op. cit.*, p. 75. (3)

⁵²⁶ A segunda guerra a que a autora se refere é a guerra do Chaco. (CASABIANCA, *op. cit.*, p. 189).

Na primeira fase, de 1905 a 1913, o país teve dez presidentes, e nenhum deles chegou ao fim de seu mandato. Na segunda fase, de 1914 a 1924, aconteceram as guerras civis mais longas; no período de 1925 a 1935, durante o qual todas as facções do partido estavam em plena atividade, o que não impediu fosse marcado por uma maior possibilidade de diálogo, o partido conseguiu manter uma regularidade em seu cronograma de convenções e organização interna. O país viveu, portanto, nesse último período, seu apogeu, pois, com a proximidade do iminente conflito com a Bolívia, Eligio Ayala iniciou uma fase de estabilização política, que foi continuada por seus sucessores até o início da guerra do Chaco.

Essas diferentes fases não foram levadas em conta pelos historiadores em suas análises sobre o governo do Partido Liberal. Normalmente, o que se encontra é a ligação tácita entre Partido Liberal e anarquia. Assim, o que mais se vê são obras ou trechos de obras em que o título traz o que o autor pensa de forma conclusiva, arrolando somente os fatos que confluem para confirmar o que nele se coloca. Como exemplo, o item destinado a tratar do Partido Liberal, por Paul Lewis, traz como título “*Liberalismo e anarquia*” e, em todas as páginas dedicadas ao referido partido só trata do aspecto referente às facções do partido e dos golpes realizados por elas, não se atendo a investigar e a analisar sua política propriamente dita. Para cada elemento do partido tem um qualificativo: um é “sisudo”, o outro é “prepotente”, e assim por diante.⁵²⁷

Um outro modo de se avaliar a atuação do partido, que é o propósito deste estudo, procura trazer, para análise, sua prática política em todos os setores da sociedade, e não se fixar somente nos momentos das tensões político-partidárias vividas durante o processo.

Como exemplo dessa forma de analisar o governo do Partido Liberal, aqui adotada, pode-se citar Gustavo Laterza Rivarola, quando este afirma que o período em que o Partido Liberal esteve no poder correspondeu à tentativa do país de atualizar-se culturalmente, já que

⁵²⁷ LEWIS, *op. cit.*, p. 643.

havia a liberdade de imprensa, de desenvolver sua produção agropecuária, de organizar o Estado de forma eficiente, “[...] *de criar una sociedad civil democrática a partir de la educación y el entrenamiento político basado en la práctica de la actividad partidária y en los actos eleccionarios; y por fin, de elevar la formación cultural tecnológica del campesinato para incrementar su productividad y elevar su nivel de vida*”.⁵²⁸

Por isso, mesmo no caos aparente da historiografia paraguaia, os documentos demonstram que houve transformações sociais significativas. O autor fala das tentativas e propósitos do partido, deixando ao leitor o julgamento. No desenvolvimento de sua obra, mostra os projetos realizados pelo partido e os percalços que levaram à não realização de outros. Nela fica evidente que o conjunto de tentativas frustradas corresponde à atuação de qualquer governo, de qualquer partido e de qualquer país.⁵²⁹

O mesmo ocorre com Velazquez, que reconhece as dificuldades pelas quais passou o Partido Liberal, na conjuntura de uma reconstrução não efetivada pelo partido predecessor. Sem maquiar a situação, procura vê-la com objetividade:

*En este largo lapso, recorrió el pueblo paraguayo un camino áspero, arduo, mas con resultados alentadores, si lo consideramos con la objetividad y la más amplia perspectiva que da la distancia en el tiempo. Ni las instituciones, ni los hombres, eran perfectos, pero se percibe una sostenida tendencia a ir mejorando las cosas, en todos los ordenes, que no es privativa de un solo grupo o parcialidad, tirios y troyanos tienen su cota de mérito en estos resultados.*⁵³⁰

Contradizendo esses argumentos, Juan Manuel Frutos aponta a ligação entre o partido e o liberalismo, em sua obra, “*Partido Liberal – modernismo e lesseferismo*” que, como visto,

⁵²⁸ RIVAROLA, Gustavo Laterza. Educación, ideología y política liberal en el Paraguay. *Cuadernos historicos*, Assunção, a. IV, n. 29, mar./abr. 1991, p. 89.

⁵²⁹ Faz-se essa ressalva, devido ao fato da maioria da historiografia sobre o Partido Liberal ser demasiadamente parcial, observação essa já feita anteriormente, mas que não é demasiado ser lembrada. Boa parte dos historiadores paraguaios parece escrever com o único propósito de tornar cada leitor um eleitor potencial do Partido Colorado, pois todos os parágrafos parecem conter mensagens subliminares de repúdio ao liberalismo e ao grupo liberal do país. Convém, ao trabalhar com essa história, lembrar a máxima de que “há perigos à espreita do historiador”.

⁵³⁰ VELÁSQUEZ, *op. cit.*, p. 9

foi escrita em 1985. O fulcro dessa publicação é o de exaltar os feitos do Partido Colorado e a figura de Solano López.⁵³¹ Em Luis G. Benitez, tem-se uma análise, em poucas linhas, do governo do Partido Liberal, que trata de seu nascimento como algo posterior ao Partido Colorado, o que é incorreto, segundo os documentos e as periodizações. O autor comenta, somente, que “[...] *esta nucleación se fraccionó en grupos antogónicos, que anarquizó al país con una sucesión de guerras y revoluciones*”.⁵³²

Outro autor que não discorre sobre as atividades de governo do partido, prendendo-se somente à questão da política e da violência, é Ciriaco Duarte. Ele não vê o que foi feito por nenhum dos dois partidos que pudesse merecer alguma menção, e questiona ambos da mesma forma:

*Las elecciones recibidas en el campo político fueran perfecta y totalmente asimiladas. Transcurrieron 30 años y solo vieron el desfile del gobierno de colorados y liberales, los dos partidos tradicionales que llenaron de trágicos pasajes sangrientos, de barbarismo de traiciones y latrocinios nuestra historia; que despojaron a nuestros campesinos de sus tierras para organizar el latifundio entre compadres, bancos y capitalistas extranjeros.*⁵³³

O mesmo autor continua, salientando que o extremo personalismo da política paraguaia foi também a tônica da maioria dos presidentes do Partido Liberal, pois as abstenções eleitorais, normalmente encetadas pelos liberais quando o Partido Colorado esteve no poder, foram levadas a efeito pelos colorados, e também por grupos dissidentes do próprio Partido Liberal, em sua gestão.⁵³⁴

Os golpes e revoluções, divisões internas e reagrupamentos motivados pelo apetite de chegar ao poder também foram práticas dos dois partidos, aproximadamente na mesma intensidade.

⁵³¹ FRUTOS, J. M., *op. cit.*, p. 38.

⁵³² BENITEZ, L. G. *op. cit.*, p. 170. (2)

⁵³³ DUARTE, *op. cit.*, p. 76.

⁵³⁴ DUARTE, *op. cit.*, p. 78.

Uma das diferenças que podem ser notadas com relação ao governo colorado, é a postura, que agora se tornara nitidamente pró-argentinista. Os interesses das oligarquias argentinas nos negócios paraguaios procederam a um incremento qualitativo da influência deste país sobre o Paraguai.⁵³⁵ Essa situação não era nova, pois tal influência se fazia sentir desde o fim da guerra da Tríplice Aliança, cujos pormenores, referentes à economia e à cultura, foram apresentados no segundo capítulo do presente trabalho.

O Partido Colorado fez com que essa ingerência, já existente, da Argentina nos negócios paraguaios ganhasse uma dimensão nacional de forma pejorativa. Os colorados aproveitaram-se da tentativa que os membros do Partido Liberal fizeram de mudar os símbolos pátrios dos ditadores para aqueles que fizeram a independência do país, o que não foi aceito pelos adeptos do nacionalismo, e assim começaram a taxá-los, mais uma vez, de argentinistas, entreguistas, traidores e legionários.

As críticas feitas pelos jornais do grupo colorado utilizavam-se dessa argumentação, sendo prontamente aceitas por aqueles que, como a maioria da sociedade, via, nos ditadores, os baluartes da liberdade e da soberania nacional. Tudo isso cresceu de forma desenfreada, culminando no processo que colocou o Partido Liberal na ilegalidade, em 1942, sob a acusação de legionarismo, como salientado anteriormente.

Em contraposição, Velazquez fala que esse tipo de crítica, a do legionarismo, não se sustenta, caso contrário, a guerra do Chaco não teria sido levada a efeito pelos liberais, os quais poderiam ter aceito as condições da Bolívia e ter entregue seu território. A história das décadas após a saída dos liberais mostra que os colorados praticaram muito mais ações que os assemelhavam a legionários.

⁵³⁵ O grupo liberal no poder foi muito criticado, por deixar que a Argentina desse a tônica da vida ética e moral, e quando os gabinetes ministeriais, bem como o comando da força pública, e as disposições de cultura e costumes fizeram com que a Argentina pudesse exercer uma espécie de protetorado no país.

A crítica mais veiculada ao governo do Partido Liberal é aquela referente aos golpes e à anarquia, como já se enfatizou. Desde a escolha da ata até a entrada dos primeiros presidentes do partido no poder, fica patente que seus membros tinham posições muito diferentes entre si, de modo a não colocar suas posições em discussão, dificultando o consenso sobre a necessidade de tomar essa ou aquela medida.

Fala-se de herança do tradicionalismo, que sempre foi muito forte nos políticos paraguaios, a qual é estendida para essa classe em toda a América Latina. No Paraguai, ele é atribuído à colônia, ao jesuitismo, e ao período ditatorial. Conclui-se que não havia um pendor para a democracia, o que resultou, no partido em questão, em uma série de facções que se rivalizaram por várias vezes.

Pode-se constatar essa realidade através dos inúmeros golpes e contragolpes executados até entre os membros do próprio partido. Osvaldo Kelsen enumera esses golpes, contando aqueles praticados pelos chefes de facções e também pelos chefes das Forças Armadas. Assim, em “[...] 1905 (*Gondra*); 1908 (*Albino Jara*); 1911 (*Albino Jara*); 1911 (*Riquelme*); 1911 (*Mayor Mendoza*); 1912 (*Schaerer-Gondra*); 1912 (*Cmdte. Aponte*); 1912 (*Jara - Isasi*); 1915 (*Freire Esteves*); 1921/22 (*Chirife*); 1931 (*el 23 de octubre*).⁵³⁶

Devido ao grande número de golpes que se verificou na política paraguaia, desde o fim da guerra da Tríplice Aliança, alguns historiadores, como Arturo Rahi, afirmam que mais da metade de cada ano se passava sob uma situação de emergência, que era imposta pelo governo aos cidadãos. Rahi comenta, também, que o estado de sitio que o país vivia como normal não era para proteger o país, “[...] *sino en defensa del Presidente (y su grupo) de turno,*

⁵³⁶ Os golpes levados a efeito pelos militares são os de Riquelme, Mayor Mendoza, Cmdte. Aponte e Chirife. O 23 de outubro refere-se à repressão a um movimento pacífico de estudantes frente ao palácio do governo, ao qual aludiu-se anteriormente, quando Guggiari mandou abriar fogo contra os manifestantes, matando 11 estudantes e transeuntes que passavam ao largo entre os quais incluíram-se velhos e crianças. (KELSEN, Osvaldo. *Historia del Paraguay Contemporáneo*. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1963, p. 27).

*que era, salvo rarisimas excepciones, el momentáneo detentador del poder surgido del ultimo golpe, y con posibilidades de permanecer solo hasta el siguiente”.*⁵³⁷

No período de 1905 a 1933, o número de leis e decretos aplicando o estado de sítio no país foi muito alto, e o curioso é que até aqueles presidentes considerados comumente mais democráticos, como Eusebio Ayala, Eligio Ayala e Cecílio Báez, além de utilizarem esse recurso, também descreveram como crime, além das reuniões partidárias e convocação de convenções ou congressos dos partidos nesses momentos, a publicação de idéias, quer por livros ou jornais, o ensino a qualquer idade, a publicação de livros, e, em suma, a atividade de pensar, refletir, e divulgar qualquer pensamento.⁵³⁸

⁵³⁷ RAHI, *op. cit.*, p. 26-27.

⁵³⁸ As leis e os decretos foram os seguintes:

Lei de 2 de janeiro de 1905, que declara em estado de sítio a capital até 7 de fevereiro e o interior até 31 do mesmo mês.

Decreto do Poder Executivo de 11 de Fevereiro de 1905 que declara em estado de sítio o território da república até 31 de março de 1906.

Lei de 4 de julho de 1906 que declara em estado de sítio todo o território da República até 31 de agosto daquele mesmo ano.

Decreto do poder Executivo de 4 de julho de 1908 que declara em estado de sítio todo o território da República por um mês.

Decreto do Poder Executivo de 4 de agosto 1908 que prorroga o estado de sítio até 31 de agosto de 1908.

Decreto do Poder Executivo de 21 de setembro de 1908 declarando em estado de sítio todo o território da República até 30 de novembro do mesmo ano.

Decreto do Poder Executivo de 28 de setembro de 1908 que prorroga o estado de sítio em toda a República até 31 de março de 1909. Esse decreto foi aprovado pela lei de 20 de março de 1909, artigo 1º, inciso 11.

Lei de 31 de março de 1909 que prorroga o estado de sítio até 31 de agosto de 1909.

Lei de 1º de setembro de 1909 que prorroga o estado de sítio até 31 de dezembro de 1909.

Decreto do poder Executivo de 20 de março de 1909 que declara em estado de sítio toda a República pelo prazo de seis meses.

Lei de 30 de junho de 1911 que levanta o estado de sítio decretado em 20 de junho de 1911.

Lei de 3 de julho de 1911 que declara em estado de sítio toda a República por três meses.

Lei de 3 de agosto de 1911 que declara em estado de sítio toda a república por 3 meses.

Decreto do poder Executivo que prorroga o estado de sítio em todo o território até 31 de março de 1912.

Lei nº 111 de 6 de janeiro de 1915 que declara em estado de sítio toda a República por quatro meses.

Lei nº 130 de 5 de março de 1915 que prorroga o estado de sítio em toda a República até 31 de agosto do mesmo ano.

Decreto nº 15.223 de 12 de setembro de 1922 que declara em estado de sítio toda a república até 31 de dezembro do mesmo ano.

Decreto do Poder Executivo de 20 de dezembro de 1922, nº 15.501 que prorroga o estado de sitio na república até 15 de abril de 1923.

Lei nº 603 de 21 de dezembro de 1922 que aprova os decretos números 16.339 e 16.503 sobre estado de sítio.

Decreto de 14 de julho de 1923 nº 16339 que declara o estado de sítio na República por 3 meses.

Decreto nº 16789 de 10 de outubro de 1923 que prorroga o estado de sítio até 1º de janeiro de 1924.

Decreto nº 17.215 de 19 de dezembro de 1923 que prorroga o estado de sítio até 1º de março de 1924

Decreto nº 17.623 de 28 de fevereiro de 1924 que prorroga o estado de sítio em toda a República até 10 de março de 1924.

Pode-se entrever, na fala de muitos historiadores, a idéia de que as características dos políticos paraguaios e de sua política figuram como obstáculos para a franca evolução da política paraguaia até uma efetiva democracia, como a intolerância, o personalismo e as artimanhas dos líderes carismáticos.⁵³⁹ Segundo Quell, só na guerra os partidos paraguaios e as várias facções do Partido Liberal eliminaram suas paixões políticas e o país teve uma paz interna; fora isso, as paixões e os ânimos sempre ficaram exaltados.⁵⁴⁰

Lei de 17 de março de 1924 que declara o estado de sítio na capital, Paraguay e Encarnación, por 3 meses.

Lei nº 1.081 de 12 de setembro de 1929 que declara estado de sítio no país inteiro por 3 meses.

Decreto nº 35.255 de 13 de dezembro de 1929 que prorroga o estado de sítio por três meses a mais.

Decreto nº 36.196 de 13 de março de 1930 que prorroga por quatro meses mais o estado de sítio em toda a República.

Decreto do poder executivo nº 39.422 de 14 de fevereiro de 1931 pelo qual declara o estado de sítio na capital, Villeta, San Lorenzo de la Frontera, Areguá, Límpio y Villa Hayes, Santo Antonio, Ypané, Guarambaré, Capiaté e Luque.

Decreto nº 39.854 de 13 de março de 1931 que prorroga o estado de sítio nas cidades e povoamentos citados até 31 de agosto de 1931.

Lei nº 1.190 de 24 de abril de 1931 que declara em estado de sítio toda a república até 31 de agosto de 1931.

Decreto nº 41.776 de 31 de outubro de 1931 que declara em estado de sítio a capital até 30 de março de 1932.

Decreto nº 41.769 de 24 de outubro de 1931 que estende o estado de sítio em toda a república até 30 de março de 1932.

Decreto nº 43.174 de 31 de março de 1931 que prorroga o estado de sítio em todo o país até 31 de julho de 1932.

Lei nº 1.253 que aprova os decretos nº 42.175, 41.766, 41.769 sobre o estado de sítio em toda a República. É lei de 24 de maio de 1932.

Decreto nº 47.451 de 10 de maio de 1933 que declara em estado de sítio toda a República por todo o tempo que dure a guerra coma Bolívia. Leis e Decretos de 1904 a 1940. Assunção: Archivo del Liberalismo, Academia Paraguaya de Historia.

Esses são alguns dos decretos e leis que se encontrou para demonstrar a quantidade e a freqüência dos momentos de exceção que o país viveu. Há menção de vários outros em que o estado de sítio vigorou, por dias, por horas e até alarmes falsos, que não podem ser colocados por falta de prova consistente, encontram-se apenas citações no meio desse material. Essa situação é vivida até hoje no país. Normalmente, há um anúncio pelo rádio, de que o governo pretende fechar as fronteiras do país e declarar estado de sítio. A reação é de expectativa, mas, ao mesmo tempo, de certa normalidade. As pessoas em geral, nas ruas, estabelecimentos de comércio continuam a vida normalmente, havendo somente uma corrida aos supermercados, que imediatamente sobem os preços de seus itens, e se fica esperando pelo que vai acontecer. Muitas vezes é só alarme falso, por isso a população se desinteressa, vendo a política como coisa de políticos. Passamos por essa situação algumas vezes, durante as pesquisas que vêm sendo realizadas há quase dez anos, e em outras acompanhamos o problema de alunos que trabalhavam no Paraguai, na região de fronteira do Mato Grosso do Sul, que não puderam retornar ao Brasil, por isso faltando às aulas por semanas.

⁵³⁹ BENITEZ, Justo Pastor. *Ideário Político*. Assunção: Ed. Ariel, 1921, p. 28. E Eusebio Ayala criticava o desperdício de energia com os golpes: “*Francamente, yo no tengo dudas que se en vez de promover guerras civiles, golpes de estados y motines, estuviésemos trabajando lentamente y tenazmente para se hacer efectiva la verdad institucional nos entraríamos en un presente más adelante de lo que estamos viviendo. La violencia es enemiga de la republica, estéril es la sangre que se verte en las revoluciones. O que perdemos en las luchas políticas tendría servido para mejorar la suerte de los ciudadanos, tornándoles más independientes material y moralmente, más celosos y más capaces defender sus derechos y sus libertad*”. (AYALA, Eusebio. *op. cit.*, p. 196. (2)).

⁵⁴⁰ O Partido Liberal, desde 1904, teve a seu favor a força do estado e as impuseram a seus adversários, porém usou tão mal seu poder e dos fatores morais com que o momento histórico lhe favorecia que se precipitou no abismo de todos os excessos, sem outra lei senão aquela que sua paixão ditava”. (URIZAR, [19–], p. 31. Quell refere-se a isso, dizendo. “Começou uma longa época de anarquia e ditaduras. E em 1932, estourava a Guerra

O modo como são tratadas as guerras civis no Paraguai pela maioria dos autores, como mencionado, é a de que se configurou uma situação de total anarquia. Para contrapor tal premissa, Velázquez tece um longo comentário, que estabelece uma melhor interpretação de tais conflitos. Segundo o autor, estas contendas são constitutivas de qualquer processo de construção de um Estado novo. Assim, ele esclarece que

*[...] una versión simplista nacida de la extrema derecha paraguaya acogida y difundida por voceros de totalitarismo de izquierda, y aceptada por otros sin beneficio de inventario, pretende catalogar el periodo de hegemonia política liberal en el Paraguay como 'la época de las guerras civiles'. Guerras civiles las hubo en el Paraguay antes de 1904 e después de 1936, y dieron lugar a crudelísima y continuada represión, establecida como sistema permanente. También se produjeron en 1911/12 y en 1922/23, con un total de catorce meses en cada caso, pero ni fueron cosa exclusiva de los liberales, ya que colorados y militares antiliberales tuvieron en ellas participación equivalente, ni constituyeron una situación habitual. Podríamos sumarles la llamada 'revolución de Laureles' traída desde Corrientes por activistas colorados, en 1909, aunque ésta se circunscribió a un área geográfica muy limitada, fue de corta duración y no se debió a iniciativa de liberales.*⁵⁴¹

Em seguida, Velázquez apresenta um cálculo dos meses em que o país viveu em guerra civil e os períodos de interrupção:

Sacando los veintiocho meses que, como máximo, podrían corresponder a ambos periodos de guerra civil (marzo de 1911 a mayo de 1912, con interrupciones, y mayo de 1922 a julio de 1923), los treinta años restantes son de paz, sin mas formas de inquietud o motivos de alarma que los propios de la mejor constituida de las repúblicas hispanoamericanas de su tiempo: viviamos en el primer tercio del siglo XX, en America Latina. [...] Con permanente guerra civil e inestabilidad, no hubiera sido posible la acción fecunda de los gobiernos de Manuel Franco y Eligio Ayala, y tengase presente que los de Ferreira, Schaerer y Guggiari ademas de los interinatos, también fueron construtivos, y que el de Eusebio Ayala coincide con la mayor y mas intensa concordancia en las metas y el esfuerzo que se haya

do Chaco. No labirinto de quebrachos, palmeiras, samahues e aromitas da terra virgem, encontram-se terrivelmente morteiros, metralhadoras, tanques e lança-chamas. O sangue dos homens misturou-se com o petróleo nas entranhas da terra. Sob o glorioso comando do Marechal Estigarribia, três anos durou a luta. Feita a paz, nasceu uma sincera amizade entre os povos que haviam ido à guerra por causa do recíproco desconhecimento em que ambos viveram por longo espaço de tempo. Durante a contenda bélica haviam cessado as paixões políticas, mas com a paz voltaram à anarquia e as ditaduras. De modo geral, foram 40 anos de diminuto progresso na vida da nação". (QUELL, *op. cit.*, p. 46).

⁵⁴¹ VELÁZQUEZ, *op. cit.*, p. 13.

*dado en el siglo XX entre los paraguayos y supieron el y sus colaboradores encaminarla para el logro del bien comun.*⁵⁴²

Tal análise aproxima-se mais do que pode ser encontrado na documentação. O mesmo autor assinala que os motivos pelos quais os liberais foram acusados de governar sob um regime de estado de sítio e guerras civis resultaram de suas próprias ações e de sua incapacidade em lidar com a divulgação de suas atividades políticas em relação à sociedade.

O texto é esclarecedor:

*En efecto, para la defensa y justificación de su partido desconocieron ellos el valor de la propaganda, aun cuando la usaran con razón, insistencia y eficacia en lo relativo a la difusión nacional y mundial de los derechos del Paraguay sobre el Chaco y a concienciar desde la escuela, al pueblo paraguayo con relación a esta última materia. Creían ellos que el disparate, por serlo, se derrumba solo, y en eso estaban grandemente equivocados: los totalitarismos de nuestro siglo han demostrado, en los hechos que un bombardeo persistente de mentiras, con aplicación de la psicología social, uso masivo de los medios de comunicación y silenciamiento de la posible réplica, las convierte en verdades aparentes y genera convicciones. Constituyó la que referimos una grava falencia de los dirigentes liberales.*⁵⁴³

Quanto à estruturação do Estado, a documentação consultada indica que, com o Partido Liberal no poder, não houve nenhuma alteração, nem mudanças no modo como os dirigentes paraguaios fizeram a sua política. Os problemas cuja resolução fazia parte das promessas de campanha não foram resolvidos. A disposição em alienar o patrimônio nacional para resolver problemas econômicos, beneficiando o capital estrangeiro, continuou. E o processo de privatização, iniciado há muito tempo, em que empresas estrangeiras monopolizavam os meios de transporte e controlavam o comércio, aumentou durante o referido período, criando problemas de modo a concorrer para que o país perdesse divisas, como na questão da estrada de ferro, em que a empresa inglesa não pagou o devido ao Estado.

⁵⁴² VELÁZQUEZ, *op. cit.*, p. 14.

⁵⁴³ VELÁZQUEZ, *op. cit.*, p. 15.

Contestando essa afirmação, Carlos Pastore afirma que a legislação aprovada para resolver o problema da terra, durante os anos de 1904 a 1936, demonstra uma posição contrária à venda das terras fiscais, e a não disposição de alienar o patrimônio público. Em “*La lucha por la tierra*”, comenta que, em 2 de novembro de 1906, foi aprovada uma lei sobre a imprescritibilidade das terras fiscais, para colocá-las a salvo de especuladores e reservá-las aos camponeses que as cultivavam, a lei de Homestead, em 5 de outubro de 1918, que proporcionava ao governo mecanismos para assentar o agricultor nas terras que já cultivava, sem que ninguém pudesse vir a aliená-las ou embargar sua utilização: “*Ceder para cultivo tierras fiscales, en extensiones no mayores de diez hectareas*”. Em 30 de dezembro de 1920, o agricultor ganha uma proteção de 10 anos contra a alienação de suas terras, e, em 15 de junho de 1926, é feita a lei de criação, fomento e conservação da pequena propriedade agropecuária. Com essa legislação, entre 1924 a 1936, o governo outorgou 4.985 títulos definitivos de propriedades rurais, que abarcavam “42,561 hectareas” de terras agricultáveis.⁵⁴⁴

A preocupação com a questão da terra, por parte do governo liberal, pode ser verificada para além da legislação. Nas mensagens presidenciais, são tomadas medidas em projetos e programas sucessivos, publicados no Diário Oficial. Eligio Ayala foi o idealizador e o presidente que sancionou a lei da pequena propriedade agropecuária.

O Banco Agrícola financiou uma classe de pequenos proprietários rurais, de tal modo que, mesmo com o país em guerra (Chaco), as famílias não tiveram as suas propriedades ou seu gado e sua produção confiscadas por algum tipo de necessidade do governo.

⁵⁴⁴ Além dos títulos de terras, o governo pretendia resolver outros problemas do assentamento do agricultor na terra, e logo junto com essa legislação lança o “Programa Nacional de Desarrollo Rural”. Seu objetivo era de “[...] *contribuir a acelerar el proceso del desarrollo económico-social nacional en el campo, propiciar la formación de un tipo más avanzado de colono, mediante la incorporación a las labores del agro, de conscriptos con un intenso adiestramiento, tanto en materia agropecuaria, como en educación cívica y participación comunitaria, capacitar a los conscriptos como agricultores y ofrecerles condiciones altamente ventajosas para su incorporación como colono en nuevas fronteras agrícolas*”. (PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra*. Assunção: El Gráfico, 1958, p. 37).

Velázquez tece comentários à questão da terra, afirmando que as atitudes do governo para com a terra demonstram uma congruência com os projetos feitos no início do mandato pela “*Generación de 1904*”. No entanto, nem todos os problemas foram superados no fim do mandato do Partido Liberal, porém muitas pendências no âmbito legislativo foram sanadas, principalmente, segundo ele, se comparadas a outros países da América Latina, nos quais a ameaça do latifúndio era iminente.⁵⁴⁵

Assim, a legislação agrária, a gestão do Banco Agrícola, a nacionalização da moeda, traduzida no monopólio estatal de sua emissão, as primeiras tentativas de se criar uma legislação trabalhista que suplantasse a anterior, eminentemente patronal, constituíram, para o país, avanços em direção a uma futura solução para tais problemas.

Com relação à economia, a documentação examinada indica dois modos de como os problemas podem ser percebidos. Num primeiro momento, demonstra uma constante subserviência à classe produtora, com o governo promovendo uma intensa “acumulação primitiva”, em diversas atividades declaradamente capitalistas, acarretando o atraso das instituições democráticas, sendo tolerante com a exploração desmedida e compassivo com as oligarquias, das quais, inclusive, haviam saído as pessoas para a formação de seu quadro.⁵⁴⁶

Conduzindo desse modo a política econômica, o governo do Partido Liberal paraguaio não promoveu uma distribuição de renda, deixando as classes despossuídas entregues à própria sorte, em níveis de miséria tão altos que apenas conseguiam sobreviver.

Num segundo momento, o modo de ver a situação remete para o fato de que o Paraguai teve que competir com um impiedoso âmbito financeiro internacional, em que as

⁵⁴⁵ VELÁSQUEZ, *op. cit.*, p. 21.

⁵⁴⁶ A esse respeito, Cueva coloca que entre os métodos de acumulação primitiva na América Latina estão “[...] a espoliação dos bens eclesiais, a alienação fraudulenta das terras fiscais, o roubo da propriedade comunal, e a transformação usurpatória praticada com o terrorismo mais impiedoso, da propriedade familiar em propriedade privada moderna”. A consequência de tudo isso é a conquista do campo para a agricultura capitalista, a criação da indústria urbana e a necessária oferta de um proletariado inteiramente livre. (CUEVA, *op. cit.*, p. 72).

empresas das grandes potências industrializadas começaram a disputar o direito de financiar suas obras de infra-estrutura, o que resultou, muitas vezes, em uma falta de acordo com elas ou o não-cumprimento das responsabilidades dessas empresas para com o país. Somando-se o atraso no processo de industrialização em que esse se encontrava, a situação agravou-se ainda mais.

Porém, o Partido Liberal, ao chegar ao poder, mesmo sem conseguir resolver uma série de problemas que eram estruturais, empreendeu mudanças na administração pública. Fez a costumeira devassa nas contas de seu antecessor, organizou toda a burocracia do Estado e colocou novos funcionários para dar continuidade às mudanças propostas. Mas segundo Barreiro Saguier, “[...] *el advenimiento del Partido Liberal no significo ningún cambio en las orientaciones políticas y socioeconómicas en el país*”.⁵⁴⁷

Tais mudanças mostravam-se próximas ao Estado de tendência liberal, pois a participação no governo era restrita, limitada às classes possuidoras. Havia uma cisão entre representação, povo e o desejo dos políticos. Arditi assevera que essa parecia uma regra válida para toda a América Latina.⁵⁴⁸

A respeito das eleições, o partido promoveu constantes reformas para resolver seu problema em direção a uma autenticidade no processo, em que o voto secreto fosse a regra, incentivando a participação de todos.

Essa celeuma que tomou conta dos partidos, ofuscou, para o Partido Liberal, a formulação de propostas para transformar a sociedade de algum modo, e ficou evidenciada

⁵⁴⁷ SAGUIER, *op. cit.*, p. 23.

⁵⁴⁸ “*En muchos países de la América Latina, entre ellos el nuestro, los partidos políticos fueron creados por los poderosos; se desenvolveran y adquiriran un poderío formidable sin que la democracia se implementase como sistema político. Pero su poderío no estaba asentado sobre la participación democrática de las masas: la diferencia de otros sistemas políticos, en los cuales, o las masas estaban excluidas de la política, y del juego del poder o incorporadas como electores. En el paraguay fueron incorporadas al juego político solo como masa de maniobra, o sea, como tropa o como clientela de sus caudillos partidarios*”. (ARDITI, 1987, *op. cit.*, p. 40).

pelo fato de que nem o problema do bi-partidarismo foi revisto, recebendo até defesa por parte de vários presidentes, até por aqueles que levaram o país a deter algum progresso.

Eusebio Ayala defende o bi-partidarismo, afirmando que este pode levar a sociedade ao desenvolvimento, pois o que importa é a forma de atuação dos partidos.⁵⁴⁹

Liliana B. Mahan, citada por Arce, atribui a instabilidade política relacionada com o problema eleitoral, entre 1898 e 1932, ao caudilhismo, ao personalismo e às imperfeições das instituições democráticas. Conforme ela mesma constata, os partidos serviam mais de veículo aos interesses particulares que aos coletivos, “[...] debilitando-se até não possuir autoridade para ordenar a vida pública de seu país, nem a atividade política própria”, e o exército era utilizado para derrotar o governo ou para manter-se nele. A esse catálogo de superficialidades acrescenta que os progressos materiais e sociais realizados nesses anos – avanço do capital estrangeiro e da legislação liberal – não foram produto das inúmeras revoluções, “[...] as quais, como é natural, nada de bom poderiam trazer, senão da atividade ilustrada de alguns presidentes”.⁵⁵⁰

Arce comenta que todas as dificuldades nessas áreas foram agravadas pela precária situação financeira, o descontentamento das massas camponesas e a agitação urbana, que constituíram o âmago das novas pugnas entre os distintos interesses que aspiravam à hegemonia política, quando uma nova divisão ou conformação do Partido Liberal, em 1920, trouxe ao país outro turbulento período de anarquia.

⁵⁴⁹ “No necesitamos de partidos nuevos, mas si de ideas nuevas, o sea, conceptos ajustados a la realidad y a las circunstancias del presente. Por lo que cabe al partido Liberal, seria un error destruir una entidad tan llena de historia democrática. Una asociación política tiene fuerza más por sus ideales de que por su aptitud en hacerlas. Todos los días vemos brotar escuelas renovadas, sectas nuevas, agrupaciones sociales y política animadas de intenciones magníficas, mas impotentes para llévalas a practica, desapareciendo sin dejar rastros. La tradición acumulada durante toda una vida de constante lucha por la ejecución de propósitos comunes, hace un capital de valor ético, una disciplina espiritual entre los individuos, imposta por el pasado. Así tiene una de las razones capitales, por la cuál se impone velar por la vida y por la grandeza del Partido Liberal”. (AYALA, *op. cit.*, p. 198. (2)).

⁵⁵⁰ MAHAN, Liliana B., In: ARCE, *op. cit.*, p. 200.

Dessa vez, viam-se envolvidos todos os grupos: os cívicos junto aos gondristas e os jaristas ao lado dos schaeeristas, tendência que logrou atrair a colaboração de elementos do coloradismo e que contava com o apoio de algumas guarnições do interior. A participação de forças militares num e noutra bando converteu a controvérsia entre os seguidores de Schaerer e do presidente provisório, Eusébio Ayala, em uma verdadeira contenda armada, que durou quatorze meses e que incluiu dois ataques baldados dos sublevados a Assunção (9 de julho de 1922 e 9 de julho de 1923).

O governo pôde controlar a situação após o malogro do segundo assalto à capital, graças à decidida atuação de dois homens que, em um futuro próximo, desempenhariam destacados papéis: o novo presidente provisório, Eligio Ayala, e um major, José Felix Estigarribia, convertido na mais relevante figura da vida nacional durante a década de trinta.

Outro dado para se entender a situação é a relação problemática entre partido e governo que permeou toda a administração. Isso fez com que as querelas entre os dissidentes do partido colocassem governo e partido em uma situação de convivência e participação em tudo, ficando sua atuação fortemente marcada pela intervenção partidária nas funções executivas. Durante muito tempo, o governo esteve a serviço da formação política dominante. No *Discurso del Exmo. Sr. Presidente de la Republica, Doctor Don Eusebio Ayala en el acto de prestar juramento*, este afirma, em um item intitulado *El Poder Ejecutivo y el Partido de Gobierno*, que a relação entre essas duas entidades é fundamental para a democracia, “[...] *pues de su feliz regulación depende la eficacia y estabilidad del gobierno republicano*”.⁵⁵¹

Para se analisar o processo de consolidação e hegemonia das classes sociais no Paraguai, para saber qual era a dominante, aquela que instrumentalizava o governo para atender somente a suas necessidades, tem-se que contar com um marco referencial, como o

⁵⁵¹ Assunção: Archivo del Liberalismo.

que se proporcionou por meio de algumas digressões. Ele torna mais complexo o estudo, mas de certa forma mais amplo, porque não se trata de verificar e se ater à estrutura que se apresenta com modelos externos. É necessário que se perceba o jogo dialético da negação da existência da classe burguesa, que aconteceu muitas vezes em sua história, no período estudado, e desde a independência, e ver também que os fluxos entre infra e superestrutura não são lineares. Alguns autores paraguaios estão atentos a isso e demonstram uma análise que desmistifica as conclusões apressadas e engessadas da questão.

Em Gustavo Rivarola, é possível encontrar uma análise da questão, quando afirma que

[...] en la observación del proceso histórico del regimen liberal en el Paraguay hay un fenómeno mui evidente que anula toda posibilidad de sostener que los liberales conformaron una clase social hgemónica y que emplearon los recursos del poder para consolidarla, y es que el aparato estatal que ellos conformaron fue notoriamente débil, que siempre privilegiaron la distribución de los recursos públicos hacia objetivos que nada tenían que ver con el fortalecimiento de su poder personal o el del Estado. Una clase organizada y decidida a hegemonizar, que tiene el control político y administra los recursos públicos no posterga a las FF.AA. o a la burocracia a favor de la educación o de la salud publica, por ejemplo, sino que hace todo lo contrario.⁵⁵²

O autor, em suma, demonstra que o partido talvez não tenha conseguido essa hegemonia porque não investiu apenas em sua imagem, mas soube distribuir os recursos e, no aparente caos político, legislou em favor de vários setores da sociedade, implementando obras, fazendo reformas e criando instituições que, pela primeira vez, passavam a existir no país.

Ao se observar o desenvolvimento de certos setores durante o período do governo liberal, pode-se confirmar a opinião de Rivarola. A educação é um exemplo, pois foi mais levada a sério que no período do partido Colorado, visto que os projetos feitos em relação à obrigatoriedade do ensino elementar foram cumpridos de forma razoável, e o ensino superior

⁵⁵² RIVAROLA, Gustavo, *op. cit.*, p. 88.

contou com a abertura de novos cursos, além dos subsídios dados à fundação de universidades particulares. Cada presidente procurou observar o artigo 8º da constituição, que tratava da educação e da necessidade dos informes, estatísticas, a cada ano, para que se pudesse avaliar sua situação e tomar as providências cabíveis.⁵⁵³

Assim, ao se demonstrar a posição e a situação do Estado, e como o partido se posicionou frente à sociedade paraguaia desse período e suas contradições, pode-se ver que as constantes crises econômicas e as crises políticas não resultaram em uma deteriorização no

⁵⁵³ Observando-se os registros oficiais e as mensagens presidências do período de 1904 a 1936, percebe-se que todos os presidentes liberais, através do responsável pelo ministério da educação, que, como visto, englobava o culto e a justiça, cumpriram essa norma constitucional. Além das estatísticas, fizeram também pronunciamentos sobre as realizações no setor como a criação de alguma escola, faculdade, ou instituição de ensino. Em 1905, Gaona, através de seu ministro Cayetano A. Carreras, publicou estatísticas sobre a educação; no curto período, além de ter criado “Escuela Militar”, fez menção aos cursos das universidades, aos estudantes que se encontram na Europa e outros. Em 1906, com o ministro Carlos I. Isasi, tem-se os números de estudantes nos cursos universitários do país, planos de estudo para as escolas elementares, etc. No ano seguinte, o mesmo ministro cita, em seu relatório, estatística dos alunos das escolas elementares, e o acréscimo de 6.000 livros a mais para a Biblioteca Nacional. Em 1908, quando o ministro da educação passa a ser Manuel Franco, esse está preocupado com a decadência da Faculdade de Medicina, e toma medidas para melhorá-la. Publica estatísticas e outras providências para a escola elementar. Em 1909, o mesmo ministro trata das formas de ingresso no Colégio Nacional e as estatísticas. Em 1910, com a mudança de Franco para Jose A. Ortiz, esse lamenta o fechamento da Faculdade de Medicina por falta de alunos e publica estatísticas. Em 1911, ano em que se tem três presidentes no país, os ministros da educação também mudaram e o cargo foi ocupado por Manuel Dominguez, que se preocupou somente com a Escuela Militar. Em 1912, tem-se quatro ministros na educação, Frederico Codas, Rogelio Urizar, Manuel Franco e Felix Paiva. Nenhum deles pode começar nada, por isso, encontram-se somente algumas estatísticas, mas com números bastante contraditórios em relação aos anos anteriores. Em 1913, houve três ministros. José P. Montero, Eusebio Ayala e Belisario Rivarola. Publicaram estatísticas, e iniciaram novo plano de estudos para a escola elementar, mas que não chegou a ser levado a efeito, devido à “dança das cadeiras”. De 1914 a 1916, Belisario Rivarola tomou pé da situação e criou escolas rurais, escola normal, reformou o curso de medicina, ampliação de escolas na capital e no interior desde o curso elementar até as escolas normais, e publicou estatísticas nas quais é possível ver um certo progresso nos números da educação. De 1917 a 1919, Felix Paiva ocupou o cargo, e começou mudando o nome do curso de Medicina para o de Ciências médicas, aumentando os cursos oferecidos na área, criou o Museu de Historia Natural, o Jardim Botânico e um zoológico chamado Santísima Trinidad. Em 1920, com dois ministros, Pastor Ibañez e Rogelio Ibarra, como inovação tem-se a criação do Instituto de Fisiologia, ligado à faculdade de medicina. De 1921 a 23, tem-se como ministro J. Eliseo Rosa, que fez planos de mudança para os cursos da Escola normal e criou uma especialidade em jardim de infância, mas a guerra civil de 1923, fez com seu planos não vigorassem, sendo substituído no final daquele ano por Lizandro Diaz Leon, que também não durou no cargo e em 1924, foi substituído por Enrique Bordenava, logo substituído em 1925 por Adolfo Aponte. Ele que ficou no cargo até o ano seguinte criou um Corpo Médico Escolar, contratou engenheiros russos para a Escola de Agrimensura, reabriu por decreto (nº 23.253 de 10 de março de 1925) a Faculdade de Ciências Físicas y Matemáticas, mil volumes a mais para a Biblioteca Nacional, e contratou professores europeus para ministrarem aulas na Faculdade de Medicina. Em 1927, volta Belisario Rivarola, que fica pouco tempo no cargo, sendo substituído por Carlos L. Isasi e esse logo depois por Rodolfo Gonzalez, em 1928 que ficaria no cargo até 1930. Esse criou a Faculdade de Química junto com a de Farmácia além de enviar alunos à europa e Estados Unidos para os cursos de pós-graduação. Em 1931, houve muitas mudanças de ministros, Eládio Velazquez, Justo P. Prieto, Alejandro Arce e Victor Rojas e no ano seguinte volta Justo Prieto, que fica até o fim do governo liberal. Por essa época, as mudanças na educação foram mínimas, devido ao conflito com a Bolívia. Nem o diário oficial é publicado, nem muito menos estatísticas. (Registros oficiais do Diário Oficial. Assunção: Archivo del Liberalismo).

sistema de relacionamento social, pois as realizações e o resultado final demonstram, de qualquer modo, que houve uma atenção em se estruturar a sociedade para além das querelas existentes nos meandros do poder.

Se não houve um equilíbrio entre as propostas da sociedade e a atuação do Estado, também não se pode dizer que houve uma crise orgânica, que perpassou todos os seus setores. Até as lutas de confronto entre sociedade e Estado, como a dos trabalhadores dos mais diversos setores, puderam ser levadas a efeito com organizações independentes e ideologias diferentes, mesmo que preteridas.

Em muitos momentos, o Estado tentou calar os reclamos das classes trabalhadoras e mais pobres, reconhecendo, ao mesmo tempo, a miséria que acometia a população como consequência dos baixos salários e o alto custo de vida. Essas questões mal resolvidas eram o “caldo de cultura” no qual cresciam os movimentos populares.

Apesar da desagregação dos elementos do partido, e de alguns de seus núcleos tentarem impedir que a sociedade se organizasse de maneira autônoma, com instituições próprias, que questionasse as imposições do Estado sobre ela, de acordo com a definição da função do Estado que cada grupo detinha, em alguns momentos houve uma consonância entre a sociedade e o Estado, durante os quais as demandas sociais foram encaminhadas pelo governo, mesmo que não tenham sido solucionadas pelo presidente em exercício, acarretando seu esquecimento pelo presidente seguinte ou sua retomada, mostrando que as regras do jogo não eram completamente inflexíveis e que algum tipo de olhar, às vezes atento e outras desatento, existia para com os problemas sociais.

Assim, pode-se afirmar que não houve, como no tempo das ditaduras, um mecanismo para impedir a constituição de uma sociedade relativamente autônoma, pois a formação,

dentro da sociedade civil, de organizações de classe independentes não foi truncada de forma definitiva.

De qualquer modo, poder-se-ia dizer, juntamente com alguns autores, que a sociedade que se viu coordenada pelo Estado governado pelo Partido Liberal teve a possibilidade, de algum modo, de se avaliar nesse relacionamento, durante o qual, como visto, não foi desmobilizada e gozou de autonomia, ainda que fosse aquela própria do liberalismo.

Levando-se em conta o período que a história chama de liberal ou constitucional, que ficou encravado entre a reconstrução do país e as vésperas de uma nova situação de ditadura, em que a sociedade foi preterida pelo governo, pode-se aceder à fala de Velázquez, que faz uma avaliação sincera do período, pois ele é da opinião de que

*a esa generación que sirvió, y bien al Paraguay, no solo le es atribuible un sistema que demuestra que los paraguayos somos capaces, y muy capaces de una convivencia democrática, de iguales, sin discriminaciones y constructiva, sino que también y en apreciable medida, todo lo que desemboca en la victoria del Chaco, acontecimiento histórico que abre nuevas y alentadoras perspectivas al pueblo paraguayo.*⁵⁵⁴

Observa ele que o espaço de tempo, como o que abrangeu o governo do Partido Liberal, foi curto, se inserido no contexto da reconstrução do país e na estruturação da economia sob os ditames do capitalismo mundial.

Mesmo com essa intenção de discutir as questões antes de tomar atitudes, para que elas fossem mais eficientes, prática essa que o Partido Liberal levou a efeito, principalmente pela constante publicação de obras de seus membros e por tentar dar uma racionalidade à política através desses elementos, foram feitas críticas à formação acadêmica de seus

⁵⁵⁴ VELÁZQUEZ, *op. cit.*, p. 11.

membros. Questionava-se a validade e a função do conhecimento, com afirmações de que o estudo só servia para ludibriar ainda mais o povo.⁵⁵⁵

Portanto, as dificuldades encontradas pelo Partido Liberal, no sentido de administrar um país em sua fase de reconstrução, aliada à pouca popularidade que detinha, não permitiram que este conseguisse uma hegemonia no país.

Porém houve algumas exceções: as presidências de Eduardo Schaerer, de Eligio Ayala e Eusebio Ayala. Schaerer foi o primeiro presidente da era liberal a chegar ao fim de seu mandato, tendo um respaldo do grupo opositor, e contando com o apoio da maioria da nação. Eligio Ayala também teve esse apoio, pois dialogou com a oposição e fez com que o país detivesse algum progresso; já Eusebio Ayala foi o presidente da unidade nacional, pois conseguiu unir o partido opositor por ocasião da guerra do Chaco, da qual o Paraguai saiu vencedor.

No entanto, o prestígio que o partido conseguiu com a vitória na guerra foi curto, pois o Partido Febrerista, devido à insatisfação com as indenizações feitas pelo governo liberal às viúvas dos soldados que participaram da Guerra do Chaco, além de problemas salariais, derrubou-o com um golpe. Assim, em fevereiro de 1936, assume o novo partido fundado no país, o Partido Febrerista.

⁵⁵⁵ “Siendo la juventud liberal, principalmente la que costumbro llamarse idealista, la que más se destacó en proclamar la organización de excelencia de su partido que se ufana de se basar en el postulado de la ciencia y del derecho lo presentando como “non plus ultra” de las colectividades políticas empezaré por analizar si es verdad tanta belleza, si sus hombres de ciencias, sus profesores de derecho, sus intelectuales al pasar a ocupar altas posiciones dentro de los tres poderes del estado, donde indican para el pueblo que camino seguir para trillar el ideal de justicia, se inspiran en esta ciencia y en estos derechos que tanto se ufanan” (MORÍNIGO, *op. cit.*, p. 26). Uma outra maneira de criticar o Partido Liberal era a de taxá-lo de universitário, do mesmo modo como diziam que ele se baseava na ciência. Mas sua prática não era vista como coerente ao que pregava, pois fazia parte da oligarquia do país, porquanto composto por pessoas de uma classe rica. “Nuestro gobierno es llamado, no sé por qué ironía del destino, de gobierno universitario” (MUÑOZ, *op. cit.*, p. 30. (1)).

CONCLUSÃO

Retomam-se, aqui, as conclusões apresentadas ao longo das análises das mensagens presidenciais e no desenvolvimento do trabalho, quando se enfocou a atuação do Partido Liberal e a situação da sociedade atingida por suas atitudes. Desse modo, far-se-á menção a alguns aspectos dos principais problemas tratados, para não reiterar o que já foi demonstrado.

O Partido Liberal, desde sua formação como clube político e, mais tarde, como partido político, empreendeu uma luta constante para chegar ao poder, e depois para permanecer nele. Foi manipulado pelos interesses estrangeiros no país, os quais, para conseguir seu intento, utilizaram-se de suas facções de acordo com seus interesses, o que colaborou para desestruturar a conformação interna de seus membros, acirrando, de forma ainda mais intensa, as lutas entre suas diversas facções.

Foi um produto de seu tempo, determinado pelas condições internas e sobredeterminado pelas condições externas do capitalismo em nível mundial, com uma atuação limitada por essa conjuntura histórica.

Criado pela elite cultural do país, o partido não se aliou à classe burguesa, pois essa era incipiente, mas aos interesses das empresas estrangeiras, conduzindo o Estado de um modo conservador, repelindo a participação das classes trabalhadoras. Não foi, portanto, representante dessas classes, desonerando-se do compromisso que firmara nas campanhas para chegar ao poder.

Suas atitudes baseavam-se em uma plataforma ideológica, acedendo aos princípios liberais, que já haviam se imposto como referência necessária desde a primeira constituição da República, no pós-guerra da Tríplice Aliança, na montagem do Estado Nacional, cuja

principal preocupação foi a melhoria das condições econômicas do país, em detrimento de qualquer outra política.

Pautou-se por afirmar a legitimidade da propriedade e protegê-la, mesmo insurgindo-se contra o individualismo que se acreditava fosse inerente à ideologia que confessavam. O discurso liberal do partido conviveu, durante todo o tempo em que este governou, com um projeto político-social formulado por seus membros, mas só ficou neste nível, não chegando a provocar mudanças nem alterações na estrutura do Estado.

O partido não operou sobre o conservadorismo nem sobre o autoritarismo tradicional do país criticado por ele, antes vindo a criar um novo autoritarismo, ligado à Igreja e, notadamente, ao capital externo.

Sua história conta com essa única passagem pelo poder no país, desde sua existência até os dias de hoje. Não se colocou desafios, tratando problemas maiores e menores do mesmo modo, com decisões advindas da mente de um ou de outro líder, e não do partido.

Desse modo, no Paraguai, o Partido Liberal, enquanto prática, pode ser situado no centro de um esquema político que, após superar, em 1869, a ditadura, iniciou um período de transição, apoiado na democracia representativa, quando foram realizadas eleições e foi jurada uma Constituição; porém, paradoxalmente, não houve uma aproximação com a democracia, pois a inclusão e a mobilidade social permaneceram como utopias e simples discurso.

Assim, o descompasso entre a ideologia que professavam, e a realidade, através de sua atuação, pôde ser sentido em todos os setores da sociedade, principalmente na contradição dos momentos eleitorais, caracterizados pelas fraudes e violência, e no modo como se apropriou do poder e como trocava seus representantes, relegando a fórmula da democracia liberal a um lugar que praticamente não existia.

Ao se estudar a questão social no Paraguai, durante o governo do Partido Liberal, foi possível ver como a sociedade foi sistematicamente desestruturada, pois os trabalhadores eram tolhidos em sua autonomia. Christine Buci-Glucksmann comenta que “[...] a revolução passiva, quando desestrutura as classes adversárias e aliadas, as priva de seu próprio instrumento de luta política e cria um obstáculo para sua constituição em classes autônomas”.⁵⁵⁶

Com base nas categorias de análise propostas por Gramsci, foi possível ver o Paraguai, em sua especificidade, ao levar-se em conta os problemas desse país que, tendo uma economia baseada na exportação de matérias-primas, começava a sofrer as ameaças da acomodação capitalista. Assim, fenômenos como o protecionismo, principalmente da Argentina, problemas com as estiagens e as pragas, com a falta de qualidade do produto para sua colocação no mercado externo, e sua conseqüente desvalorização, falta de infra-estrutura para o escoamento deles, corrupção nas alfândegas e falta de racionalização da política tributária concorreram para, além de minar as bases de seu governo enquanto capacidade de gerir a coisa pública, fez o partido distanciar-se cada vez mais da sociedade.

A montagem do Estado, feita pelo Partido Liberal, resultou em uma entidade burocrática, coercitiva, em que o poder oligárquico imperou, revelando, além de seu caráter de classe, uma cultura política sem forma, refratária, que se mostrou inepta para o que se propunha, ramificando-se de forma não produtiva, sem avançar nas perspectivas das propostas iniciais do partido. Por outro lado, verificou-se, também, que, embora os membros do partido pertencessem à classe dominante, com o tempo, estes abriram espaço a representantes de outros segmentos sociais, como as classes trabalhadoras.

⁵⁵⁶ BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 399.

Desse modo, desde que chegou ao poder e em toda sua trajetória de governo, os vários problemas, relacionados a uma acomodação mundial, foram confrontados; nesse período, chamado pelos historiadores paraguaios de “velho Estado liberal”, ele viveu sob a contradição de ter, por um lado, incorporado alguns direitos do cidadão às funções do Estado, na forma de uma legislação pertinente conforme os princípios liberais e, por outro, ter abolido, por várias vezes, as garantias constitucionais.⁵⁵⁷ Assim é que o Estado, mesmo dotado de uma constituição, que regulamentava os direitos do cidadão, viveu, muitas vezes, à margem dessas leis.

Por várias vezes, o partido reprimiu, com violência e mortes, manifestações de estudantes e trabalhadores; utilizou-se comumente do estado de sítio, e praticou a censura contra a imprensa. A forma enérgica empregada para resolver os problemas sociais através da decretação do estado de sítio era um sintoma, que, como já mencionado, demonstrava sua falta de democracia, com ranços de autoritarismo. Baseava-se em uma constituição que legitimava o estado de sítio, a luta armada para se chegar ao poder, mas somente para os partidos. A repressão a qualquer manifestação da classe trabalhadora foi uma constante em seu governo.

Assim, sua atuação contribuiu para a permanência da cultura política da submissão e do autoritarismo, não contribuindo para uma nova consciência cidadã, responsável pelo futuro desenvolvimento do país, mas criando um sistema que gerou privilégios.

Portanto, através da análise das mensagens dos presidentes que ficaram mais de um ano no poder, como Benigno Ferreira, Emiliano Gonzales Navero, Eduardo Schaerer, Manuel Franco, Eusebio Ayala, José P. Guggiari, Eligio Ayala, foi possível acompanhar o movimento

⁵⁵⁷ É um consenso entre historiadores e autores paraguaios como Julio César Chaves, Natalicio Gonzalez, Guido Rodriguez Alcalá, Justo Prieto, e outros que o período em que o Partido Liberal esteve no poder é chamado de “velho Estado liberal”. O Partido Liberal que presidiu o governo por essa época transformou-se mais tarde em PRLA, Partido Liberal Radical Autêntico, que até os dias de hoje luta por uma vaga de presidente do país.

da história do país, percebendo as transformações e progressos que alcançaram em alguns setores.

Porém, as ações empreendidas para racionalizar a administração do país através da estatística, de tentar “moralizar” o país através da repressão aos movimentos populares, e a constante luta para não deixar o poder, fizeram com que muitos problemas fossem esquecidos, ou ignorados. Questões como a reforma agrária, demarcação dos territórios dos índios, foram suplantadas pela ênfase na economia, cuja crise foi continuada, e agravada pelas revoltas constantes.

As intrigas palacianas eram freqüentes e muitos projetos necessários não foram aprovados devido a elas, quase sempre ligadas às facções existentes, o que confirma a existência de dirigentes e dirigidos no interior do partido, como salientou Gramsci. Esses pequenos partidos pessoais formavam-se, de forma oportunista, em torno de uma só legenda, de um só nome.

As mensagens dos presidentes atestam, ainda, que o país viveu uma situação política de descontrole. Inicialmente, foi possível perceber essa situação, por meio delas, devido ao grande número de presidentes que passaram pelo país, de modo que cada um deles, devido à curta duração do mandato, não teve tempo de implementar suas reformas. De um ano para o outro, ou de um presidente para o outro, encontram-se novas perspectivas, mesmo em relação a um mesmo problema. Cada presidente, embora sendo o chefe de seu partido, governava de forma solitária, ou personalista.

Várias mensagens, principalmente as dos dois últimos presidentes, Guggiari e Eusebio Ayala, revelam uma completa impotência perante a enormidade dos problemas que o país apresentava, pois, devido ao grande número de golpes e revoluções, o Paraguai parecia ter a necessidade de viver sob uma constante reconstrução, mesmo nos períodos de calmaria,

recuperando o que fora perdido. Nesses embates, o país tinha suas atividades econômicas e sociais paralisadas, sobrevivendo prejuízos de toda ordem.

Assim, a produção caía vertiginosamente, com atividades econômicas estagnadas, as crianças perdiam o ano letivo, muitas vidas eram ceifadas e famílias inteiras saíam do país, fugindo a perseguições que continuavam mesmo depois de terminada a contenda. Muitas vezes, a troca do presidente truncava o que estava em curso, e novos planos e projetos eram elaborados, para atender somente aos desejos daquela facção.

O consenso entre seus próprios membros foi algo que raramente aconteceu durante o governo do Partido Liberal. Destarte a relação partido e governo foi sempre muito problemática, pois estabelecia vínculos que levavam a uma utilização da máquina estatal para satisfazer as tentativas de tomar o poder pelos seus membros dissidentes, cujas sucessões eram quase sempre resultados de golpes ou da vitória de uma ou outra facção. E o governo era obrigado a subsidiar esses golpes, pois a constituição que estava vigendo rezava isso em um de seus dispositivos.

Assim, o papel do governo com relação ao bem-estar da sociedade ficou restrito ao anúncio de alguma reforma que normalmente não se conseguiu levar a efeito, pois este preocupava-se somente com a classe dos produtores e com seu próprio grupo.

Assim o Partido Liberal que se dizia renovador e democrático, chegou ao poder pela força das armas e com a ajuda do exército que tanto condenava; utilizou-se constantemente da força para resolver crises internas e permitiu aos seus membros, constituídos em facções, utilizarem-se da máquina estatal para financiar suas tentativas de tomada do poder por cada um de seu pequeno grupo. Finalmente, o desgaste pelo envolvimento na guerra do Chaco obrigou o país a se reconstruir, começando tudo de novo.

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivos

Archivo del Liberalismo – Assunção.

Academia Paraguaya de Historia – Assunção.

Museo Andrés Barbero (particular) – Assunção.

Museo Carlos Pusineri Scalla (particular) – Assunção.

Biblioteca da UNA (Universidade Nacional de Assunção).

Periódicos

La Nación, 1887.

El Heraldo, 1871.

El Imparcial, 1886.

El Paraguayo, 1887.

El Independiente, 1887.

La Democracia, 1881 a 1887.

Mensagens presidenciais

Juan B. Gaona.....	1905
Cecílio Báez.....	1906
Benigno Ferreira.....	1907 - 1908
Emiliano Gonzales Navero.....	1909 - 1910
Albino Jara.....	1911
Eduardo Schaerer.....	1913 - 1914 - 1915- 1916
Manuel Franco.....	1917 - 1918 - 1919
José P. Montero	1920
Manuel Gondra.....	1921
Eusebio Ayala.....	1922 - 1923
Luis A. Riart.....	1924
Eligio Ayala.....	1925 - 1926 - 1927 - 1928
Jose P. Guggiari.....	1929 - 1930 - 1931 - 1932
Eusebio Ayala	1933 - 1934 -1935

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Juan F. Pérez. *Nucleos culturales del Paraguay contemporaneo*. Buenos Aires: Edición Argentina, 1959.
- ALCALÁ, Guido Rodriguez. *Ideologia autoritaria*. Assunção: RP Ediciones, 1987.
- ALCALÁ, Guido Rodriguez. *Temas del autoritarismo*. Assunção: Editora Graphis S. R. L., 1994.
- ALCALÁ, José Carlos Rodríguez. *Las rupturas entre el Movimiento Obrero y los gobiernos del liberalismo radical*, 1987. (Mimeo)
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Grahal, 1992.
- AMARAL, Raúl. *Los presidentes del Paraguay (1854-1954)*. Assunção: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1994, volume 50.
- AQUINO, Ricardo Caballero. *La Segunda República Paraguaya*. Asunción: Edipar, 1985.
- ARCE, Omar Diaz de. O Paraguai Contemporâneo (1925-1975). In: CASANOVA, Pablo G. (Org.) *América Latina – História de meio século*. Brasília: Ed. UnB, 1970.
- ARDITI, Benjamin; RODRIGUEZ, José Carlos. *La sociedad apesar del Estado: Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*. Assunção: El Lector, 1987.
- ARGAÑA, Luis Maria. *Historia de las ideas políticas del Paraguay*. Assunção: Ed. El Foro, 1983.
- ARICÓ, José. Geografía de Gramsci na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marcos Aurélio (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- ARTAZA, Policarpo. *Qué hizo el Partido Liberal en la oposición y en el gobierno*. Buenos Aires: Editorial Lucania, 1961.
- ARTAZA Policarpo. *Ayala Estigarribia y el Partido Liberal*. Buenos Aires: Editora Ayacucho, 1946.
- ARZOBISPADO: Historia e Debates a su respecto. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1988.
- AYALA, Eusebio. *Discurso con motivo de la entrega de la medalla de la Defensa del Chaco, por el Honorable Congreso Nacional*. Assunção: Imprenta Nacional, 1935. (1)
- AYALA, Eusebio. *Patria y libertad, selección de discursos, artículos y documentos*. 2. ed. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1988. (2)

- AYALA, Eusebio. *Programa razonado del Partido Liberal*. Assunção: [s. n.], 1906. (3)
- BÁEZ, Cecílio. *Ensayo sobre la libertad civil*. Assunção: La Democracia, 1893. (1)
- BÁEZ, Cecílio. *La tirania en el Paraguay: Sus causas y resultados*. Assunção: Tipografia El Pais, 1903. (2)
- BAKHTIN, Voloshinov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. S. Paulo: Hucitec, 1979.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Stuart Mill: liberdade e representação. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- BEIRED, José Luis Bendichio. Os intelectuais autoritários e as alternativas para a crise do sistema liberal – Brasil e Argentina: 1914-1945. In: ALMEIDA, Jorge de (Org.). *Caminhos da História da América no Brasil, tendências e confrontos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998.
- BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. S. Paulo: Editora Unesp, 1994.
- BENITEZ, Justo Pastor. *Ensayo sobre el liberalismo paraguayo*. Assunção: [s. n.], 1932. (1)
- BENITEZ, Justo Pastor. Historia contemporánea del Paraguay a partir de 1870. In: LEVENE, Ricardo. *História da América*. Buenos Aires: 1943, [s. n.]. (2)
- BENITEZ, Justo Pastor. *Ideário Político*. Assunção: Ed. Ariel, 1921. (3)
- BENITEZ, Luis G. *Breve historia de grandes hombres*. Assunção: Industrial Gráfica Comunerros, 1986. (1)
- BENITEZ, Luis G. *Manual de Historia Paraguaya*. Assunção: Editora Comunerros, [19–]. (2)
- BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BINETTI, Saffo Testoni. Doutrina. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1977)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. (1)
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. S. Paulo: Brasiliense, 2005. (2)
- BORDÓN, F. Arturo. *Las verdades del Barquero*. Assunção: Edição do autor, 1945.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, S. Paulo, n. 23/24, 1992.

- BREZZO, Liliana M. *Los manuales de historia argentinos y paraguayos: Una aproximación bilateral a las representaciones del Otro*, en *Entrepasados*. Buenos Aires: [s.n.], 2002, n. 20-21.
- BRONISLAW, Baczko. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. t. 1.
- BRUN, Diego Abente. La guerra de la Triple Alianza: tres modelos explicativos. *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, 1989.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CABALLERO, Bernardino. *Mensajes presidenciales*. Assunção: Critério ediciones, [19-].
- CABALLERO, E.; MASI, F. *Partidos, gobierno y empresarios, Convergencias y divergencias*. Assunção: CIDSEP-Universidad Católica, 1989.
- CABALLERO, Javier Numan Merlo; RUFFINELLI, Roberto Luis Céspedes. *Realidad Social del Paraguay*. Assunção: Editora Honrad Adenauer-Stiftung, [19-].
- CABALLERO, Sinfiriano E. *Vida Partidária*. Assunção: Imprensa Sudamericana, 1921.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, H. P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CARDOZO, Efraim. *Apuntes de historia cultural del Paraguay*. Assunção: Biblioteca de Estudios Paraguayos, [19-], Volume XI.
- CARDOZO, Juan Andrés. *La razón como alternativa histórica*. Assunção: Imprensa Salesiana, 1987.
- CARONI, Carlos. *Paraguay, Formación y supervivencia*. Assunção: Talleres Graficos de la Escuela Técnica Salesiana, 1975.
- CARR, Edward Hallet. *Que é história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARRERAS, Fernando. *Las elecciones del norte, la democracia*. Assunção: Tipografía El Pais, 1901.
- CENTURIÓN, Carlos R. *El Libro como expresión del Partido Liberal*. Buenos Aires; Assunção: Talleres Graficos Lucania, 1950. (1)
- CENTURION, Carlos R. *Jornadas opositoras*. Assunção: Imprensa Ariel, 1935. (2)
- CHASTEEN, John Charles. *América Latina, uma história de sangue e fogo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2000

CHAVEAU, A.; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHAVES, Julio César. *Compendio de historia paraguaya*. Assunção: Carlos Schauman Editor, [19-]. (1)

CHAVES, Julio César. *Historia de las relaciones entre Buenos-Aires y el Paraguay (1810 - 1813)*. Assunção: Talleres Graficos Lumen Nosedá & Cia., 1959. (2)

COLAZO, Carmen. *Los partidos políticos en el Paraguay: Estructura Interna*. Assunção: CIDSEP, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. S. Paulo: Brasiliense, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marcos Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CREYDT, Óscar. *Formación histórica de la nación paraguaya*. Asunción, 1953. (Mimeo)

CROCE, Benedetto. *A História, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

CROCETTI, Sandra. *Diccionario político del Paraguay: Historico y Constitucional*. 2. ed. Assunção: Promociones Culturales, 1997.

CUELLAR, Oscar. *Notas sobre la participación política de los militares en América Latina*. Paris: Instituto Americano de Relaciones Internacionales, 1971, n. 19.

CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. S. Paulo: Global Ed., 1983.

DECOUD, Jose Segundo. *Cuestiones políticas y econômicas*. Assunção: La reforma, 1877. (1)

DECOUD, José Segundo. *El patriotismo: Evangelio de los pueblos libres*. Assunção: Talleres Nacionales H. Kraus, 1905. (2)

DECOUD, José Segundo. *Migraciones*. Assunção: Imprensa de la Reforma, 1915. (3)

DOBB Maurice. *Capitalismo ontem e hoje*. Lisboa: Editorial Estampa, 1972.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Mediterraneidade e Política Externa: o caso paraguaio*. In: Jorge de Almeida (Org.). *Caminhos da História da América no Brasil, tendências e confrontos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998. (1)

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O conflito com o Paraguai: A grande Guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. (2)

- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova historia da guerra do Paraguai*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002. (3)
- DUARTE, Ciriaco. *El sindicalismo libre en el Paraguay*. Assunção: Editor Rafael Peroni, [19-].
- DURKHEIM, E.. *A divisão do trabalho social*. S. Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores)
- DUVERGER, Maurice. *Os regimes políticos*. São Paulo: Difel, 1966.
- ESTEVES, Gomes Freire. *Historia Contemporânea*. Assunção: Ed. Napa, [19-].
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- FERNANDEZ, P. *Analisis de la historia bancaria y monetária del Paraguay*. Assunção: [s. n.], 1984.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- FLEYTAS, Gomes. *Lo que hizo el Partido Liberal en el gobierno*. Assunção: El Enano, 1995.
- FOGEL, R. *Pobreza y políticas sociales en el Paraguay*. Assunção: El Lector, 1996.
- FRUTOS, Júlio César; VERA, Helio. *Pactos políticos*. Assunção: Editora Medusa, 1993.
- FRUTOS, Juan Manuel. *Raices de la democracia*. Assunção: Editorial El Foro, 1985.
- FUNDAÇÃO F. NEUMANN. *El estado general de la nación durante los gobiernos liberales*. Assunção: Archivo del Liberalismo, 1987.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.
- GALEANO, Luis A. Dos alternativas históricas del campesinato paraguayo: migración y colonización (1870-1950). *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, n. 41, 1978.
- GAONA, Francisco. *Introducción a la historia gremial y social del Paraguay*. Assunção: Editorial Arandu, 1967.
- GARAY, Blas. *Nuestros Partidos Políticos (1889), en su Paraguay (1889)*. Assunção: Editorial Araverá, 1984.
- GOIRIS, Fabio A. J. *Paraguay: ciclos adversos y cultura política*. Assunção: Servlibro, 2004.
- GONZALEZ, J. Natalicio. *Infortunios del Paraguay*. Assunção: [s. n.], [19-].(1)
- GONZALEZ, J. Natalicio. *El Paraguayo Eterno*. Assunção: [s. n.], [19-]. (2)

- GONZÁLES, J. Natalício. *Geografía del Paraguay*. México: Editorial Guaranía, [19–] (3)
- GONZALEZ J. Natalicio. *Cuestiones políticas*. Assunção: [s. n.], 1926. (4)
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5 (1)
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980. (2)
- GRANADA, J. *Reflexiones políticas*. Assunção: Editora Iman, 1985.
- GUGGIARI, Livieris. *El financiamiento de la defensa del Chaco*. Assunção: [s. n.], [19–].
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANII, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2. ed. S. Paulo: Ed. Ática, 1989.
- IBARRA, Alonso. *Revoluciones paraguayas en letras de molde (1870 a 1949)*. Assunção: Academia Paraguaya de Historia, 1949.
- JAEGGLI, Alfredo L. *Albino Jara, um varón meteórico*. Assunção: Editora Napa, 1983.
- KELSEN, Osvaldo. *Historia del Paraguay Contemporâneo*. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1963.
- KRAUER, Juan Carlos Herken. *El Paraguay rural entre 1869 y 1913*. Assunção: CPES, 1984. (1)
- KRAUER, Juan Carlos Herken. *Ferrocarriles, conspiraciones e negocios*. Assunção: [s. n.], 1984. (2)
- KRAUER, Juan Carlos Herken. *Gran Bretaña y la guerra de la Triple Alianza*. Assunção: Arte Nuevo, 1983. (3)
- LASKI, Harold. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História, novos objetos, novas abordagens, novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEWIS, Paul H. O Paraguai da guerra da Tríplice Aliança à Guerra do Chaco (1870 – 1932). In: BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2002, Volume V.
- MACPHERSON, C. B. *Teoría política do individualismo possessivo: de Hobbes até Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

- MARTINEZ, Marcelino Machuca. *El ciudadano Paraguayo*. Assunção: [s. n.], 1929.
- MARTINEZ, Marcelino Perez. *Cartas políticas, cartas del destierro*: artículos sobre la situación política del Paraguay. Corrientes: [o nome da editora está ilegível], 1908.
- MARX, Karl. *Crítica del programa de Gotha*. Buenos Aires: Ed. Organización Editorial, 1971.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1982, Livro 1, Volume 2.
- MELGAREJO, Ramón. *A mis compatriotas: El Liberalismo Paraguayo*. Buenos Aires: [s. n.], 1913.
- MELGAREJO, Ramón. *Inquietudes nacionales*. Assunção: [s. n.], 1926.
- MELIÁ, Bartomeu. *El Paraguay inventado*. Assunção: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 1997.
- MERLO, Javier Numan Caballero; RUFFINELLI, Roberto Luis Céspedes. *Realidad Social del Paraguay*. Assunção: Editora Honrad Adenauer-Stiftung, [19–].
- MERQUIOR, J. G. *O liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MIRANDA, Carlos R. *Paraguay y la era de Stroessner*. Assunção: RP. Ediciones, [19–].
- MORA, Jose Luiz. *Conceptos fundamentales de la democracia liberal*. Assunção: Editora Orbis, 1981.
- MORAES, Ceres. *Paraguai, a consolidação da ditadura de Stroessner – 1954 -63*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- MORINIGO, Mateo. *Los Partidos políticos y la paz Social*. Assunção: Talleres Gráficos El Arte, 1926.
- MUÑOZ, Ramón P. *Inquietudes nacionales, la idealidad paraguayista*. Assunção: Talleres Graficos El Arte, 1926. (1)
- MUÑOZ, Ramón P. *La unidad nacional*. Assunção: [s. n.], 1926. (2)
- NOGUEIRA, Marcos Aurélio. *Gramsci: a questão democrática e a esquerda no Brasil*. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marcos Aurélio (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- O'LEARY, Juan. *El Mariscal López*. Paris: Editorial Le Livre, 1920. (1)
- O'LEARY, Juan. *Los legionários*. Assunção: Editorial de Indias, 1930. (2)
- PAIVA, Maria Arair Pinto. *Direito Político do Sufrágio no Brasil (1822-1982)*. Brasília: Thesaurus, 1985.

PASTORE, Carlos. *Esquema de la situación política y social del Paraguay: Posición del liberalismo paraguayo*. Montevideú: Ed. Antequera, 1972. (1)

PASTORE, Carlos. Introducción a una Historia económica del Paraguay en el siglo XIX. In: *Historia Paraguaya*. Anuário de la Academia Paraguaya de la Historia, Asunción, 1978, Volume XVI. (2)

PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra*. Assunção: El Gráfico, 1958. (3)

PAVETTI, Ricardo. *Formación del Estado Nacional Paraguayo (ideologías, clases sociales, instituciones)*. Asunción, 2000. (Mimeo)

PERALTA, Anselmo Jover. *El Paraguay revolucionario*. Buenos Aires: [s. n.], 1946.

PESOA, Amaral. *Fundadores del Partido Liberal*. Assunção: [s. n.], [19-].

PESOA, Manuel. *Orígenes del Partido Liberal Paraguaio, 1870 –1887*. Assunção: Criterio-Ediciones, 1987.

PLÁ, Josefina. Los británicos en el Paraguay (1850 – 1870). Assunção: *Revista Historia de América*, n. 70, 1970.

POMER, León. *Os conflitos da bacia do Prata*. S. Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PORTANTIERO, Juan Carlos. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marcos Aurélio (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci et la question religieuse*. Paris: Éditions Anthropus, 1974. (1)

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (2)

PRIETO, Justo. *Apuntes de Moral e Cívica*. Buenos Aires: Editorial Asunción, 1903. (1)

PRIETO, Justo. *Diccionario del liberalismo comentado*. Puebla, México: Ed. Cajica, 1913. (2)

PRIETO, Justo. *Elementos ideológicos de la emancipación americana*. Assunção: El Enano, 1925. (3)

PRIETO, Justo. *Manual Del ciudadano liberal paraguayo*. Buenos Aires: Editorial Asunción, 1926. (4)

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

QUELL, H. Sanchez. *Falando do Paraguai ao Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Coleção Taunay, 1958.

RAHI, Arturo. *La entrega del Chaco y otros capítulos de la historia paraguaya*. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1988.

RAMIREZ, Juan Vicente. *La cuestión social*. Assunção: Talleres El Liberal, 1919.

RAMIREZ, Octavio; AGUAYO, Oscar. *Filosofía Política del Partido Colorado*. Assunção: [s. n.], [19-].

RAMÓN, Muñoz P. *La unidad nacional*. Assunção: [s. n.], 1926.

RAMOS, R. Antonio. *La política del Brasil en Paraguay*. Assunção: Editorial de Indias, [19-].

RÉMOND, Maurice. *Os regimes políticos*. Rio de Janeiro: Difel, 1966.

RÉMOND, René. *O século XIX, 1815-1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974. (1)

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. (2)

RITER, R.; BERTHOMIER, Luis A. *Apuntes de economía política*. Buenos Aires: [s. n.], 1945.

RIVAROLA, Gustavo Laterza. Educación, ideología y política liberal en el Paraguay. *Cuadernos históricos*, Assunção, a. IV, n. 29, mar./abr. 1991.

RIVAROLA, Milda. *La contestación al orden liberal, la crisis del liberalismo en la preguerra del Chaco*. Assunção: CDE, [19-]. (1)

RIVAROLA, Milda. Filosofías, pedagogías y percepción colectiva en la historia del Paraguay. In: *Historia Paraguaya*. Assunção: Academia Paraguaya de la Historia, 1996, Volume XXXVI. (2)

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 30, 1995.

SAGUIER, M. A.; PESOA, Manuel. *18 de Octubre*. Assunção: Critério Ediciones, 1991.

SEIRFERHELD, Alfredo M. *Conversaciones Político Militares*. Assunção: Editorial Histórica, 1987. Volumes I, II e III.

SANTOS, J. A. *O princípio da hegemonia em Gramsci*. Lisboa: Vega Editora, [19-].

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. Bailes e festas em Assunção no pós-guerra da Tríplice Aliança: mulher e resistência popular no Paraguai. *Estudos Ibero Americanos*, Porto Alegre, v. XXV, n. 1, jun. 1999.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- STEFANICH, Juan. *La restauración histórica del Paraguay*. Buenos Aires: El Mundo Nuevo, 1945.
- SUSNICK, Branislawa. *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XIX*. Assunção: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1992, Parte 1.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *Democracia na América*. S. Paulo: Editora Nacional, 1969.
- TRAGTEMBERG, Mauricio. *Burocracia e ideologia*. S. Paulo: Editora Ática, 1980.
- TRIAS, Vivian. *El Paraguay de Francia el Supremo a la guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires: Editorial del Noroeste, 1975.
- VELAZQUEZ, Eladio. *Una orientación política para el Partido Liberal*. Assunção: Archivo del Liberalismo, 1990.
- VIANA, Nildo. *O que são partidos políticos*. Goiânia: Germinal, 2003.
- VILABOY, Sergio Guerra. *Paraguay: de la independencia a la dominación imperialista (1811 – 1870)*. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1991.
- VILLAMIL, Manuel Peña. Eusebio Ayala: perfil de um ciudadano. In: *Historia Paraguaya*. Anuário de la Academia Paraguaya de Historia, Asunción, 1984, Volume XXI.
- VIOLA, Alfredo. *Reseña del desarrollo cultural del Paraguay*. Assunção: Ediciones Comunereros, 1982.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopística: As decisões históricas do século 21*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores)
- WERNECK VIANNA, L. *A revolução passiva*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- YEGROS Leandro P. *El proceso de la dictadura liberal de 1940*. Assunção: Cuadernos Republicanos, 1985.
- YORE, Fatima. *La dominación stronista: Orígenes y consolidación*. Assunção: Ed. Litocolor, 1992. (Base Investigaciones sociales)
- ZALDÍVAR, Conrado Pappalardo. *Paraguay: itinerário constitucional*. Assunção: Intercontinental Editora, 1991.